



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

ANO LXXX N° 211, TERÇA-FEIRA, 9 DE DEZEMBRO DE 2025



BRASÍLIA - DF



COMPOSIÇÃO DA MESA DO SENADO FEDERAL

Senador Davi Alcolumbre (UNIÃO-AP)

Presidente

Senador Eduardo Gomes (PL-TO)

1º Vice-Presidente

Senador Humberto Costa (PT-PE)

2º Vice-Presidente

Senadora Daniella Ribeiro (PP-PB)

1ª Secretária

Senador Confúcio Moura (MDB-RO)

2º Secretário

Senadora Ana Paula Lobato (PDT-MA)

3ª Secretária

Senador Laércio Oliveira (PP-SE)

4º Secretário

SUPLENTES DE SECRETÁRIO

1º - Senador Chico Rodrigues (PSB-RR)

2º - Senador Mecias de Jesus (REPUBLICANOS-RR)

3º - Senador Styvenson Valentim (PSDB-RN)

4º - Senadora Soraya Thronicke (PODEMOS-MS)



ELABORADO PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
SECRETARIA DE ATAS E DIÁRIOS

SENADO FEDERAL

SUMÁRIO

PARTE I

1 – ATA DA 187^a SESSÃO, ESPECIAL, EM 8 DE DEZEMBRO DE 2025

1.1 – ABERTURA	8
1.2 – FINALIDADE DA SESSÃO	
Destinada a comemorar o Dia Internacional dos Direitos Humanos, nos termos do Requerimento nº 44/2025, do Senador Paulo Paim e outros Senadores.	8
1.2.1 – Discurso do Presidente (Senador Paulo Paim)	8
1.2.2 – Execução do Hino Nacional brasileiro	12
1.2.3 – Oradores	
Senadora Ivete da Silveira	12
Sr. Leonardo Cardoso de Magalhães, Defensor Público-Geral Federal	14
Sra. Daniela Costa, Gerente de Redes e Advocacy do movimento Girl Up Brasil	16
Sr. Davide Torzilli, representante do Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (Acnur) no Brasil	19
Sra. Anielle Franco, Ministra de Estado da Igualdade Racial	21
Sr. Eduardo Casarotto, escritor e pesquisador sobre as virtudes e o desenvolvimento humano	22
Sr. Anderson Santana, representante da Comissão de Defesa dos Direitos da Pessoa com Deficiência da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB-DF)	24
Sra. Gabriela Mora, Oficial de desenvolvimento e participação de adolescentes do Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef) no Brasil	26
Sra. Élida Lauris, Secretária Nacional de Promoção e Defesa dos Direitos Humanos do Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania	28
Sra. Vilma Araújo, gerontóloga e especialista em políticas públicas para pessoas idosas	30
Sra. Cleonice Felix de Araujo, Presidenta da Rede Nacional de Mulheres Travestis, Mulheres Trans e Homens Trans	33



Sra. Diva Moreira, jornalista e cientista política	34
Sra. Letícia Holanda, Relações Institucionais da União Nacional dos Estudantes (UNE)	37
Sr. Ricardo Terena, Coordenador do Departamento Jurídico da Articulação dos Povos Indígenas do Brasil	39
1.3 – ENCERRAMENTO	41
2 – ATA DA 188^a SESSÃO, NÃO DELIBERATIVA, EM 8 DE DEZEMBRO DE 2025	
2.1 – ABERTURA	43
2.2 – PERÍODO DO EXPEDIENTE	
2.2.1 – Oradores	
Senador Eduardo Girão – Alegações de blindagem realizada pela base governista, impedindo a convocação de aliados do Presidente Lula; além de dificuldades impostas por Ministros do STF às investigações realizadas pela CPMI do INSS.	43
Senador Paulo Paim – Considerações acerca de diligência externa, realizada pela CDH, no Município de Viamão-RS, coordenada por S. Exa., para apurar denúncias de violações ambientais, sociais e trabalhistas. Satisfação com a aprovação do Projeto de Lei nº 1791/2019, que dispõe sobre o aproveitamento de empregados das empresas públicas do setor elétrico federal desestatizadas pelo Programa Nacional de Desestatização. Celebração do Dia Internacional da Pessoa com Deficiência e homenagem ao Sistema Nacional de Promoção da Igualdade Racial (Sinapir) e ao Estatuto da Igualdade Racial.	46
Senador Veneziano Vital do Rêgo – Satisfação com a assinatura da ordem de serviço para a construção do complexo esportivo da Universidade Federal de Campina Grande (UFCG), no Estado da Paraíba. Avaliação positiva da política econômica do Governo Lula.	50
Senador Humberto Costa – Celebração das indicações do filme O Agente Secreto e do ator Wagner Moura ao prêmio Globo de Ouro. Defesa de marco regulatório para serviços de <i>streaming</i> , com a criação da <i>Condecine-Streaming</i> e destinação dos recursos ao Fundo Setorial do Audiovisual, proposto pelo Projeto de Lei nº 2331/2022, com críticas ao substitutivo ao citado projeto apresentado na Câmara dos Deputados.	54
Senador Confúcio Moura – Preocupação com o crescimento sistemático da violência contra as mulheres, com destaque às manifestações ocorridas, no último final de semana, contra o feminicídio. Defesa do Projeto de Lei nº 5835/2025, de autoria de S. Exa., que institui o Auxílio Recomeço, em caráter emergencial e temporário, destinado às mulheres vítimas de violência doméstica e familiar em situação de vulnerabilidade social e econômica, além de autorizar a criação do Fundo Nacional de Proteção à Mulher Vítima de Violência Doméstica.	57
Senador Izalci Lucas – Defesa da instalação de CPI na Câmara Legislativa do Distrito Federal para apurar o possível prejuízo bilionário no Banco Regional de Brasília (BRB), com cobrança de transparência e responsabilização diante do risco ao patrimônio público e aos aposentados do Iprev-DF. Considerações sobre as fraudes no INSS reveladas pela CPMI, envolvendo descontos assistenciais, organização criminosa interna, bancos e financeiras; e críticas à atuação da base governista no citado colegiado.	59
Senador Marcio Bittar – Manifestação de apoio à candidatura do Senador Flávio Bolsonaro à Presidência da República nas eleições de 2026, e elogios à liderança política do ex-Presidente Jair Bolsonaro. ..	64
2.2.2 – Convocação de Sessões	
Convocação de sessão deliberativa ordinária para 9 de dezembro, às 14 horas.	69



Convocação de Sessão Solene do Congresso Nacional para 9 de dezembro, às 15 horas, destinada à promulgação da Emenda Constitucional nº 137/2025.	69
2.3 – ENCERRAMENTO	69

PARTE II

3 – MATÉRIAS E DOCUMENTOS DA 188^a SESSÃO

3.1 – EXPEDIENTE

3.1.1 – Discurso encaminhado à publicação

Senador Paulo Paim - Íntegra do discurso de S. Exa., nos termos do art. 203 do Regimento Interno ..	71
---	----

4 – MATÉRIAS E DOCUMENTOS DIVERSOS

4.1 – EXPEDIENTE

4.1.1 – Abertura de prazo

Abertura do prazo até o encerramento da discussão, no turno suplementar, para apresentação de emendas, perante a Comissão de Assuntos Sociais, ao Substitutivo ao Projeto de Lei nº 2294/2024 (Ofício nº 51/2025-CAS).	76
--	----

4.1.2 – Comunicação

Da Liderança do Bloco Parlamentar Pelo Brasil, de substituição de membros na Comissão de Assuntos Sociais (Ofício nº 46/2025).	79
--	----

4.1.3 – Ofício do Ministro de Estado das Comunicações

Nº 42941/2025, na origem, em resposta ao Requerimento nº 90/2024, da Comissão de Comunicação e Direito Digital.	81
--	----

4.1.4 – Requerimentos

Nº 916/2025, do Senador Eduardo Girão, requer informações ao Senhor Silvio Costa Filho, Ministro de Estado de Portos e Aeroportos, sobre o deslocamento, em aeronave particular, do Ministro do Supremo Tribunal Federal Dias Toffoli para a cidade de Lima, no Peru, a fim de assistir à final da Libertadores, acompanhado de advogado do caso do Banco Master, instituição atualmente submetida a regime de liquidação pelo Banco Central do Brasil.	83
--	----

Nº 917/2025, de Líderes, requer urgência para o Projeto de Lei nº 2.501/2022, nos termos dos arts. 336, III, e 338, III, do Regimento Interno do Senado Federal.	90
---	----

Nº 918/2025, do Senador Eduardo Girão, requer informações ao senhor Silvio Costa Filho, Ministro de Estado de Portos e Aeroportos, sobre aeronaves registradas em nome de Daniel Vorcaro, seus respectivos prefixos, o histórico de planos de voo realizados nos últimos três anos e a relação de passageiros que tenham constado nesses voos.	92
---	----

PARTE III



5 – COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL	97
6 – COMPOSIÇÃO DA MESA DIRETORA	100
7 – LIDERANÇAS	101
8 – COMISSÕES TEMPORÁRIAS	104
9 – COMISSÕES PARLAMENTARES DE INQUÉRITO	108
10 – COMISSÕES PERMANENTES E SUAS SUBCOMISSÕES	112
11 – CONSELHOS E ÓRGÃOS	158



Ata da 187^a Sessão, Especial,
em 8 de dezembro de 2025

3^a Sessão Legislativa Ordinária da 57^a Legislatura

Presidência do Sr. Paulo Paim.

(Inicia-se a sessão às 10 horas e 4 minutos e encerra-se às 12 horas e 50 minutos.)



O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS. Fala da Presidência.)

– Declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

A presente sessão especial foi convocada em atendimento ao Requerimento nº 44, de 2025, de autoria desta Presidência e de outros Senadores e Senadoras, aprovado pelo Plenário do Senado Federal. A sessão é destinada a comemorar o Dia Internacional dos Direitos Humanos.

São convidados como palestrantes nesta sessão tão importante, que vai tratar dos direitos humanos no mundo e no Brasil...

A Presidência informa que esta sessão terá a participação dos seguintes convidados: Exma. Sra. Ministra Márcia Helena Carvalho Lopes, Ministra de Estado das Mulheres; Exma. Sra. Ministra Anielle Franco, Ministra de Estado da Igualdade Racial; Sr. Leonardo Cardoso de Magalhães, Defensor Público-Geral Federal; Sra. Élida Lauris, Secretária Nacional de Promoção e Defesa dos Direitos Humanos do Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania; Sra. Daniela Costa, Gerente de Redes e Advocacy do movimento Girl Up Brasil; Sr. Davide Torzilli, Representante do Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados no Brasil; Sra. Bianca Borges, Presidenta da União Nacional de Estudantes, a nossa UNE; Sr. Eduardo Casarotto, Autor e Pesquisador Focado no Estudo das Virtudes e no Desenvolvimento Humano; Sr. Douglas Belchior, fundador da Uneafro Brasil e da Coalizão Negra por Direitos; Sra. Gabriela Mora, Oficial de Desenvolvimento e Participação de Adolescentes do Unicef Brasil; Sra. Vilma Araújo, Gerontóloga Especialista em Políticas Públicas para Pessoas Idosas, de forma remota; Sra. Diva Moreira, Jornalista, Cientista Política, Ativista e Defensora dos Direitos Humanos; Sr. Anderson Santana, representante da Comissão de Defesa dos Direitos da Pessoa com Deficiência da Ordem dos Advogados do Brasil – OAB/DF; Sr. Dinamam Tuxá, Coordenador Executivo da Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (Apib); Sra. Cleonice Araujo, Presidenta da Rede Nacional de Mulheres Travestis e Transexuais e Homens Trans, e Vereadora suplente pelo Partido dos Trabalhadores em Caxias do Sul, que entrará de forma remota.

Neste momento, antes de formatar a mesa, faço a fala da Presidência.

Como a minha fala não é muito curta, é uma fala longa, porque o momento exige, eu vou fazer a fala e, em seguida, passarei a palavra convidando os nossos painelistas para os seus pronunciamentos, o.k?

Vamos em frente. (*Pausa.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS. Para discursar - Presidente.) – Senhoras e senhores, Senadoras e Senadores, demais autoridades presentes, meus amigos e minhas amigas, esta sessão especial tem por objetivo celebrar o Dia Internacional dos Direitos Humanos – 10 de dezembro. Essa foi a data em que a Assembleia Geral da ONU aprovou a Declaração Universal dos Direitos Humanos em 1948.

A Declaração Universal afirma algo simples: toda pessoa possui direitos básicos vinculados à sua humanidade, e esses direitos não podem ser negados ou retirados. A essência da declaração é respeitar e preservar a dignidade de qualquer pessoa. Estamos nos referindo a pontos básicos, como o direito à vida, o direito de ir, vir e permanecer, o direito à presunção da inocência, a um julgamento justo e à proteção contra a tortura, entre outros tantos.

Hoje, isso pode parecer óbvio, até banal, mas as coisas eram diferentes e muito piores há 77 anos. O horror, por exemplo, da Segunda Guerra Mundial, que deu fim a mais de 60 milhões de vidas, deixou claro que somos capazes das maiores atrocidades.

Infelizmente, hoje, atrocidades ainda continuam. Lembro aqui a Faixa de Gaza, onde uma criança morre assassinada a cada 52 minutos nos últimos dois anos.

Vemos a sistemática violação dos direitos humanos de imigrantes e refugiados em vários e vários



países. Vemos também a difusão crescente de ideias de segregação, de racismo, de xenofobia, de ódio contra as minorias, da criminalização do diferente.

A fome é, sim, um problema planetário, mas é uma questão de direitos humanos. Segundo a FAO, o mundo produz 9,9 bilhões de toneladas de alimento. Ainda assim, cerca de 733 milhões de pessoas passam fome. O problema não é de produção, mas de distribuição, de acesso, de desigualdade, de conflitos e guerras e de escolha política. O Brasil voltou a sair do Mapa da Fome da ONU, um avanço importante, mas ainda temos um longo caminho a percorrer. É preciso estar atento e vigilante.

Segundo a ONU, atualmente, 137 mulheres e meninas são mortas todos os dias no mundo, por parceiros íntimos ou mesmo familiares. O Brasil continua a registrar número alarmante de violência de gênero. O país contabilizou 1.177 casos de feminicídio agora, em 2025, o que representa uma média de quatro mortes de mulheres por dia em razão do gênero.

Os dados foram apresentados pela Ministra das Mulheres, Márcia Lopes. A Ministra usou o ano anterior como comparativo, destacando que em 2024 o total de feminicídios chegou a 1.492. Segundo o Atlas da Violência 2025, as mulheres negras continuam sendo as principais vítimas da violência letal no Brasil.

A Ministra da Igualdade Racial, Anielle Franco, que vai participar da nossa audiência, também contribuiu com dados para esse pronunciamento.

Destaco que ontem, com a presença da Primeira-Dama, Janja, mais de milhões de pessoas saíram às ruas e olharam para esse debate, no Brasil e no mundo. No Brasil, milhares, com certeza.

Em 2023, 2.662 mulheres negras foram assassinadas, o que representa 68,2% dos homicídios femininos registrados no ano. Como não lembrar da Maria da Penha Maia Fernandes? O caso dela é emblemático e marcou todos nós. Infelizmente, apesar da Lei Maria da Penha, que já existe há quase 20 anos, a violência contra as mulheres continua aumentando todos os dias no Brasil. Por isso, as mulheres foram às ruas no dia de ontem em todo o Brasil contra o feminicídio, a violência, a tortura, o assédio, exigindo justiça e respeito.

Outra questão gravíssima: levantamento recente aponta que, atualmente, cerca de 44 mil crianças e adolescentes ficam órfãos de pelo menos um dos pais no Brasil. Na pandemia, 1,3 milhão de crianças brasileiras perderam pais ou cuidadores. A orfandade é marcada por desigualdades regionais e ausência de políticas públicas. Infelizmente, mais uma vez, sabemos que as chacinas envolvendo crianças e adolescentes acontecem em todo o país. Esses e muitos outros desafios ainda precisam ser superados.

Senhoras e senhores, a Declaração Universal dos Direitos Humanos inaugurou um novo capítulo na história humana. Pela primeira vez, um conjunto de direitos básicos passou a ser aplicável a qualquer pessoa em qualquer lugar do mundo. Adotada por 50 nações em 1948, ela conta hoje com a assinatura de todos os 193 Estados-membros da ONU. É uma clara indicação da essência que nos une apesar das nossas diferenças étnicas, religiosas e ideológicas. É certamente um grande marco civilizatório da jornada humana.

A Declaração Universal dos Direitos Humanos tem importância especial para nós, brasileiros e brasileiras. Ela inspirou os direitos e garantias fundamentais expressões em nossa atual Constituição, que eu tive o privilégio de estar na construção. Sim, eu estava lá, eu fui Constituinte; com muito orgulho, falo da bancada negra – Edmilson Valente, Benedita da Silva, Caó e este Senador. Nós éramos quatro, somente quatro, mas escrevemos muito na Constituição Cidadã. Fizemos importantes debates; presidi, por quatro vezes, a Comissão de Direitos Humanos do Senado e aprovamos importantes projetos.

Nas últimas décadas, tivemos registrados avanços no combate à desigualdade nas pautas da justiça social no Brasil: SUS, Estatuto da Criança e do Adolescente, BPC (Benefício de Prestação Continuada), lei que tipifica injúria racial como crime de racismo, Estatuto da Pessoa Idosa, Estatuto da Igualdade



Racial, Estatuto da Pessoa com Deficiência, Estatuto da Juventude, política de valorização e aumento real do salário mínimo.

Nunca vamos esquecer as políticas de cotas nas universidades e também nos institutos, como também a política de cotas no serviço público. É com orgulho que eu aponto o braço aqui para a minha esquerda: o Jorge, que foi cotista na universidade e foi cotista aqui, e hoje está aqui me assessorando, inclusive no pronunciamento, junto com o meu gabinete, naturalmente; e, no Plenário, uma cotista de quem eu tive orgulho de dizer que ajudei a fazer a lei – eu fui autor, eu fui Relator –, que entrou na universidade no Brasil pelas cotas e hoje é assessora nossa aqui no Senado, que é a Luana.

Aos dois, e em nome de todos os cotistas, eu peço uma salva de palmas. Levanta, Luana! (*Palmas.*)

Esses dois representam milhares, a quem este Senador, em fim de carreira, tem alegria... Quando eles chegaram aqui, eu estava sentado ali, na penúltima fileira, e vi os dois jovens chegarem: “Queremos dar um abraço e um beijo no seu rosto, porque nós somos cotistas. Se não fosse o senhor, nós não estariámos aqui”.

Cotas abrem portas. (*Palmas.*) Eu tenho orgulho de ter participado deste debate. Sim, cotas abrem portas para negros e negras, mas também para brancos pobres.

Às vezes me questionam, me dizem: “Mas, Paim, você só olha para negro e negra?”. Digo: “Mas tu leste a lei das cotas?”. Daí a pessoa diz: “Não, não li”. E daí eu digo: “Vou te contar um caso: uma menina, no Rio Grande do Sul, branca, loira; a mãe dela, aposentada por invalidez, ganhava um salário mínimo”. Chegou para mim, quase chorando, e disse: “Senador, não dá para minha filha também entrar pela política de cotas?”. “Qual é mesmo o teu salário?”. “Eu ganho um salário mínimo, aposentada por invalidez”. “Pois vá à universidade, chega lá, diz que falou comigo [porque essas políticas do mundo negro... por ser o único negro aqui há quase 40 anos, aqui no Senado, há três mandatos] e diga que você tem direito”. Ela foi. A menina queria ser veterinária. Hoje, a menina, que ganha auxílio-permanência, inclusive, como está garantido no nosso projeto, está no segundo ano de veterinária.

Política de cotas abre portas para brancos e negros pobres – e é isso que eu mais quero. (*Palmas.*)

A salva de palmas não é para mim, não, é para esses meninos e meninas que souberam conquistar o seu espaço. Vamos em frente.

Direitos humanos não é só isso que eu falei, não é essa parte da história da humanidade. Por isso eu digo: precisamos acabar com a escala 6x1. Há duas PECs, há inúmeros projetos, uma minha é de 2015 ainda. Todas estão em pauta, não importa para mim se aprovarem a de 2015, a de 2024, a de 2025... Eu quero saber que é fundamental, na linha dos direitos humanos, que a gente acabe com a escala 6x1 e que se consagre, neste país, redução de jornada sem redução de salário. O meu último ano de mandato, como Parlamentar há 40 anos neste Congresso, é o ano que vem. Peço a Deus que me ajude a aprovar a redução de jornada, porque isso salva vidas – essa jornada 6x1 mata. (*Palmas.*)

Gostaria muito de aprovar o Fundo da Igualdade Racial para combater o racismo e promover a inclusão social. Tinha colocado no estatuto, me obrigaram a tirar, como me fizeram tirar a política de cotas para poder aprovar ao longo desse período. Tirei, mas depois, eu, teimoso como eu sou, a política de cotas, projeto individual, que não era no coletivo do estatuto, aprovamos; e aqui eu já a relatei.

Eu estou vendo com bons olhos o movimento na Câmara, Deputado, são duas PECs, a minha aqui é a 33, de 2016; a de lá é a 27, de 2024, organizada pela bancada negra.

Aí eles perguntam para mim também de novo: “Mas qual é a que vai ser aprovada?”. Não importa qual. Eu até acho que primeiro se aprova essa aqui, a PEC 27, de 2024. Aprovem lá, que aqui nós aprovaremos no Senado, queira Deus, ainda no ano que vem.

Já fizemos muito pelos direitos humanos, mas sei que todos nós temos muito, muito ainda por fazer. Aprovar o Estatuto do Trabalho, a nova CLT do século XXI, que apresentei sete anos atrás, sabia que ia



vir a pejotização, sabia que ia vir a inteligência artificial, sabia que ia vir o trabalho intermitente, sabia que aumentaria o número de trabalhadores sem carteira assinada, como está aumentando. E por isso eu digo para vocês: é fundamental que a gente garanta o que eu chamo de “CLT do século XXI”.

Terminando, meus amigos.

Queridos amigos e amigas, para mim, este ano que vai entrar, a cada vez que eu subir à tribuna, pode saber que é uma despedida. (*Manifestação de emoção.*) (*Palmas.*)

Aprendi, no longo desta vida, a amar a liberdade, a justiça, a democracia e o Parlamento – que é o coração da democracia. Foram 40 anos, com esse do ano que vem, em que, praticamente todos os dias da semana, eu subi à tribuna, tanto lá na Câmara como aqui. E continuarei fazendo isso, talvez não aqui, mas em outro lugar, mas sempre na linha de frente, fazendo o bom combate em defesa dos direitos humanos.

Enfim, aquilo que nos une é muito maior do que aquilo que nos separa e reconhecer essa verdade trouxe melhorias reais para a vida de milhões e milhões de pessoas. E poderíamos dizer bilhões de pessoas em todo o mundo.

Precisamos nos lembrar do significado de algumas palavras e, mais do que nunca, precisamos lutar com todo afinco pelo respeito aos direitos humanos. Que tenhamos a coragem de avançar coletivamente na dignidade humana e, trabalhando assim por um mundo mais fraterno, solidário e uno. A proteção dos direitos humanos é uma luta contínua que exige compromisso. Compromisso de todos e um alto grau de vigilância. Vamos caminhar juntos rumo à consolidação definitiva do Estado democrático de direito no Brasil e ao respeito aos direitos humanos.

A nossa esperança reside na mobilização popular, como eu vi as mulheres neste fim de semana; na atuação da organização da sociedade civil, quando quiseram passar a PEC da bandidagem, e o povo foi às ruas, e este Congresso teve que recuar e aprovou, por unanimidade, aqui no Senado, que não ia ter a PEC da bandidagem. Temos que apostar sempre – sempre – na democracia e na promoção da educação em direitos humanos, nos direitos humanos, enfim.

Um menino numa universidade me perguntou, e eu disse a ele: direitos humanos é simples, é amar ao próximo, é o amor navegando pelos mares complexos e coloridos da diversidade humana. Direitos humanos é lutar pela soberania, em todos os cantos do mundo.

Por fim, encerramos este momento, com a certeza de que o verdadeiro exercício da política nasce de um coração desperto, solidário, com muita compaixão, com muita solidariedade, perseguir a justiça e com muito amor. Inspirados pela sabedoria que nos ensina que nada é permanente e, por isso, eu passo como outros passaram; que nada é permanente e que a paz floresce quando cessamos o apego, quando nos decidimos pelo propósito das causas e não pelo interesse individual.

Reafirmamos que fazer política é cuidar da vida, é estender a mão sem perguntar a quem – se é branco, é negro, é indígena, é pobre, é rico –, é fazer o bem, é colocar o ser humano no centro de todas as decisões. Nesta sessão, em celebração ao Dia Internacional dos Direitos Humanos, renovamos nosso compromisso com uma política, com a alma, com o coração, com emoção (*Manifestação de emoção.*), porque a emoção também é transformadora, inspiradora, na busca da justiça, da dignidade e da paz para todos.

Foi longo, mas terminei.

Obrigado a todos. (*Palmas.*)

Convidado, com muita satisfação, para compor a mesa – a primeira mesa – os seguintes convidados:

Sr. Leonardo Cardoso de Magalhães, Defensor Público-Geral Federal, em quem tive a alegria de votar neste Congresso (*Palmas.*); Sra. Daniela Costa, Gerente de Redes e Advocacy do movimento Girl Up Brasil (*Palmas.*); Sr. Davide Torzilli, representante do Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados no Brasil (*Palmas.*); Sr. Eduardo Casarotto, Autor e Pesquisador focado no estudo das virtudes



e no desenvolvimento humano (*Palmas.*); Sr. Anderson Santana, Representante da Comissão da Pessoa com Deficiência da Ordem dos Advogados do Brasil do DF (OAB-DF) (*Palmas.*); Sra. Gabriela Mora, Oficial de Desenvolvimento e Participação de Adolescentes do Unicef Brasil (*Palmas.*); Sra. Élida Lauris, Secretária Nacional de Promoção e Defesa dos Direitos Humanos do Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania. (*Palmas.*)

Neste momento, convido a todos para que, em posição de respeito, a gente acompanhe o Hino Nacional.

(Procede-se à execução do Hino Nacional.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) – Com enorme satisfação, nós iniciamos...

Eu estou pedindo: me passe aquele papelzinho, e ele me passou uma meia dúzia de papel. Eu sou obrigado a dizer: me passe aquele que você me mostrou antes.

Com muito orgulho, eu quero enxugar essa lágrima aqui. (*Risos.*)

Ele me passou aqui agora.

Eu não tenho vergonha nenhuma, não, de enxugar uma lágrima. Faz parte da história de cada um de nós, não é?

E é com muito orgulho que eu convido uma mulher para abrir os trabalhos, uma Senadora que tem estado sempre presente na Comissão de Direitos Humanos e está aqui agora.

Então, querida Senadora Ivete da Silveira, eu passo a palavra à senhora neste momento, com uma grande salva de palmas. (*Palmas.*)

A senhora está em cada sessão que tem a ver com a vida, com os direitos humanos, a senhora está presente, e eu agradeço muito.

A SRA. IVETE DA SILVEIRA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - SC. Para discursar.) – Bom dia a todos, Sr. Presidente, requerente desta sessão, Senador Paulo Paim. Já quero cumprimentá-lo pelo magnífico discurso que V. Sa. acabou de fazer.

Já estou sentindo, assim... Sei que o Congresso vai sentir muito a sua ausência a partir de 2027, porque o senhor é um baluarte aqui, um exemplo.

Representando a Ministra de Estado dos Direitos Humanos e da Cidadania, a Sra. Secretária Nacional de Promoção e Defesa dos Direitos Humanos, Élida Lauris; Sr. Defensor Público-Geral Federal, Leonardo Cardoso de Magalhães; Sra. Oficial de Desenvolvimento e Participação de Adolescentes do Unicef Brasil, Gabriela Mora; Sr. Representante do Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados no Brasil, Davide Torzilli; Sra. Gerente de Redes e Advocacy do movimento Girl Up Brasil, Daniela Costa; Sr. Representante da Comissão da Pessoa com Deficiência, da Ordem dos Advogados do Brasil, Seção Distrito Federal, Anderson Santana; Sr. Eduardo Casarotto, Pesquisador, celebramos nessa data o Dia Internacional dos Direitos Humanos, que marca a adoção da Declaração Universal dos Direitos Humanos pela Organização das Nações Unidas em 1948, um documento histórico que afirma com clareza que todos os seres humanos nascem livres e iguais em dignidade e em direito. Mas essa celebração não pode ser apenas simbólica: ela precisa ser um momento de reflexão profunda sobre a sociedade que estamos construindo e, sobretudo, sobre a dignidade das pessoas que ainda vivem à margem de seus direitos mais elementares.

Falo aqui como Senadora da República, mas também como mulher, mãe e avó. Reafirmo o compromisso do meu mandato com os mais vulneráveis, com os que muitas vezes não têm voz, ou que, mesmo gritando, não são ouvidos. Quero destacar a situação das pessoas com deficiência, uma causa que defendo com o coração de quem vive essa realidade na própria família. Tenho orgulho de ser autora de



proposições voltadas à inclusão, à garantia de direitos e ao reconhecimento de que essas pessoas têm muito a construir com o nosso país desde que lhes seja dada a oportunidade de vida.

Precisamos eliminar barreiras, sim, mas não só as arquitetônicas. Temos que eliminar as barreiras invisíveis: o preconceito, a indiferença e a exclusão. Trabalhar por um Brasil mais acessível é trabalhar por um Brasil mais justo. E não posso deixar de falar sobre a urgente e dolorosa realidade da violência contra a mulher. Uma mulher é agredida a cada quatro minutos no Brasil, e os dados mais recentes mostram um aumento expressivo dos casos de feminicídio, inclusive no meu estado, Santa Catarina. Isso é inaceitável.

No mês do Agosto Lilás, o Senado se mobilizou com campanhas, audiências e debates importantes sobre o tema, mas a luta contra essa violência precisa ultrapassar os limites das campanhas. Ela precisa estar presente nas escolas, nas delegacias, no sistema de justiça, na construção de políticas públicas efetivas e, principalmente, no enfrentamento da cultura machista, que normaliza o abuso e silencia as vítimas.

Os direitos humanos não são ideologias, são dever moral e constitucional, são o reconhecimento de que ninguém pode ser privado do respeito, da segurança, da liberdade e da esperança de um futuro melhor.

Nesse Dia Internacional dos Direitos Humanos, que esta Casa siga sendo espaço de escuta, de acolhimento, de coragem para enfrentar os desafios que ainda estão diante de nós!

Meu muito obrigada a todos. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) – Senadora Ivete da Silveira, me permita pedir para que V. Exa. fique mais 30 segundos, um minuto na tribuna. Eu quero dizer ao Brasil e ao mundo, pelo sistema de comunicação do Senado, que a Senadora Ivete da Silveira é viúva de um grande amigo meu – permita que eu diga isso – que foi meu conselheiro muitas vezes neste Senado e veio a falecer no exercício do mandato de Senador.

Quero aqui dar uma salva de palmas não só à senhora, mas ao meu amigo que está lá no alto, o sempre Senador Luiz Henrique da Silveira, que foi Governador de Santa Catarina e um grande Senador da República. Que a salva de palmas seja para a senhora e para o nosso querido Luiz Henrique da Silveira! (*Palmas.*)

O Cafuzinho do Senado, como ele era unanimidade, leva o nome dele. Eu estava lá no dia em que foi inaugurado.

Um abraço para a senhora. Foi um prazer vê-la.

A SRA. IVETE DA SILVEIRA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - SC. *Fora do microfone.*) – O senhor fez um discurso que emocionou toda a minha família.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) – Lembro que, naquele dia, a senhora me abraçou ali atrás ainda.

A SRA. IVETE DA SILVEIRA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - SC) – Eu fiquei em pé ali atrás – as outras pessoas já tinham saído – com meus filhos e netos.

Meu muito obrigada.

Luiz Henrique, como o senhor, sempre combateu o bom combate. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) – Um abraço.

Registramos a presença das Sras. e dos Srs. Embaixadores, Encarregados de Negócios e representantes dos seguintes países: Alemanha, Dinamarca, Países Baixos, Reino Unido, República Dominicana, Rússia. Registramos também a presença da Sra. Diretora-Geral do Senado Federal, Ilana Trombka. (*Palmas.*)

Cumprimentamos também, representando o Presidente da Ordem dos Advogados do Brasil, a Sra. Sidarta de Souza Saraiva, membro da Comissão de Direitos Humanos da OAB.

Uma salva de palmas a todas as autoridades presentes e àqueles que nos acompanham à distância – aí é todo o povo brasileiro. (*Palmas.*)



A Presidência informa que, nas bancadas e na mesa, estão exemplares do *Estatuto da Pessoa com Deficiência em Miúdos*. Alguém poderia dizer que se está lançando de novo o estatuto. Não, esse é um trabalho da Gráfica. E eles vão entregar para vocês, neste momento, o *Estatuto da PCD em Miúdos*.

Estão com ele aí? Já estão? Já está nas bancas de todos.

Eu faço uma pequena saudação à Gráfica pelo lançamento desse livro, que é hoje, aqui, neste Plenário. O *Estatuto da Pessoa com Deficiência em Miúdos* é uma publicação que representa de forma leve e didática, ilustra a Lei Brasileira de Inclusão para o público infanto-juvenil. De forma lúdica e acessível, a obra apresenta os direitos e garantias das pessoas com deficiência, explicando conceitos como acessibilidade, autonomia, participação social, comunicação inclusiva e eliminação de barreiras.

Ao acompanhar um grupo de crianças diversas, com personagens cegos, autistas, cadeirantes, usuários de aparelhos auditivos, entre outros, o leitor vai descobrir, nessa obra do Senado – estou aqui lendo em nome do Senado –, página a página, como a inclusão transforma a realidade e como a sociedade pode ser mais acolhedora e equitativa.

O livro aborda a importância da LBI (Lei Brasileira de Inclusão), Estatuto da Pessoa com Deficiência. Romário foi o Relator; ele fez questão de manter os dois nomes, o que estava no projeto original, que era o Estatuto e a LBI.

Explicações claras sobre recursos de acessibilidade, piso tátil, Libras, aparelhos auditivos, abafadores de ruídos, etc., conceitos fundamentais de cidadania e respeito à diversidade: um panorama histórico da luta pelos direitos das pessoas com deficiência no Brasil e no mundo, com ilustrações vibrantes – vocês vão ver, estão recebendo aí – e linguagem adaptada. Essa edição é ideal para escolas, famílias, educadores, projetos pedagógicos e para quem deseja introduzir crianças e adolescentes ao tema da inclusão.

Quero citar o nome dos autores deste livro: Juliana Steck e Felipe Modesto, da Secretaria de Editoração e Publicações do Senado, e Madu Macedo, da Câmara Municipal de Pouso Alegre, Minas Gerais. Parabéns, Madu! Agradeço também ao Diretor da Secretaria de Editoração e Publicação, Rafael Chervenski. Cadê ele? Cadê ele? Levanta aí, Rafa, porque eu estou lendo aqui o teu nome. Tu que fizeste esse pronunciamento. (*Palmas.*)

Pode pedir para a turma se levantar aí, viu!

Eu queria que ele o fizesse aqui. “Não, não, leia para mim, Senador, que está legal!”. Acho que porque eu fui o autor original do Estatuto da Pessoa com Deficiência, mas essa obra aqui é magnífica, pessoal. Eu peço a todos que levem, leiam. É uma educação direta, de como a gente convive com as nossas queridas pessoas com deficiência.

Muito bem, vamos em frente agora!

Neste momento, com muita honra e satisfação, concedo a palavra ao Sr. Leonardo Cardoso de Magalhães. O Leonardo Cardoso de Magalhães é Defensor Público Federal, talvez o primeiro negro a chegar lá. É ou não é? Você pode confirmar aí na sua fala.

O SR. LEONARDO CARDOSO DE MAGALHÃES (Para discursar.) – Isso mesmo, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) – Tive orgulho no dia da votação aqui, foi...

O SR. LEONARDO CARDOSO DE MAGALHÃES – Exatamente, o primeiro negro.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) – Votação quase unânime.

O SR. LEONARDO CARDOSO DE MAGALHÃES – O primeiro Defensor-Geral negro da história da Defensoria Pública-Geral da União. (*Pausa.*)

Isso mesmo. Obrigado.



Bastante luta e resistência para chegar até aqui. E tenho certeza de que mais virão; mais pessoas negras ocuparão postos de comando e postos importantes na nossa República, como V. Exa., que sempre tem sido o nosso grande farol e o nosso grande defensor de inclusão a cada dia que passa, não só das pessoas negras, mas de todas aquelas pessoas que necessitam de um especial olhar do Estado, em que o combate à discriminação, à violência sempre estarão presentes.

Então, gostaria aqui, Senador, de cumprimentar V. Exa., Senador Paulo Paim, na pessoa de quem cumprimento as demais autoridades.

Hoje, dia 8, dia desta sessão solene, também se comemora o Dia da Justiça. Então, é muito importante e simbólico estarmos aqui e estarmos também aqui, na qualidade de Defensor-Público Geral da União, representando a Defensoria-Pública da União, falar um pouco do que são direitos humanos e o que a Defensoria Pública tem a ver com tudo isso.

A Constituição, no seu art. 134, estabelece que a Defensoria Pública é um instrumento e expressão do regime democrático e que tem por obrigação legal, por missão constitucional promover e proteger direitos humanos. E, quando a Constituição de 1988 cria a Defensoria-Pública da União, no âmbito federal, ela dá uma diretriz importante de combate à desigualdade, de combate à discriminação, de promoção e se dar visibilidade e voz àquelas pessoas que não têm acesso à Justiça, que, por diversas circunstâncias, não têm acesso a direitos básicos. E nós estamos aqui falando de pessoas negras, de pessoas migrantes, de mulheres vítimas de violência, de pessoas com deficiência, de pessoas idosas, de crianças e adolescentes que precisam da Defensoria Pública, seja a da União como a dos estados, para proteção de pessoas privadas de liberdade, de pessoas em situação de rua, de pessoas catadoras e catadores, de trabalhadores resgatados em situação de trabalho escravo, de diversas pessoas e comunidades – indígenas, quilombolas, ribeirinhos – que demandam do Estado a efetividade e que se concretize um dos objetivos fundamentais da nossa República, que é a dignidade da pessoa humana.

Então, o Dia Internacional dos Direitos Humanos é um dia que marca o quanto avançamos no nosso país, o quanto o Brasil avançou, e nós estamos aqui falando em ações e políticas efetivas de combate à pobreza, em ações e políticas efetivas de acesso à Justiça. Lembro que, na Defensoria-Pública da União, nos anos 2024 e 2025, nós ampliamos o acesso à população brasileira, foram criados mais de 35 novos postos de atendimento da Defensoria-Pública da União, o que representa uma expansão do nosso atendimento para 661 municípios e mais de 13 milhões. Foi também com os acordos nacionais que estamos fazendo, como foi o acordo de reconhecimento de território quilombola em Alcântara, o acordo para resarcimento dos aposentados e pensionistas que foram vítimas de fraude e do acordo de repactuação de Mariana, que diversas pessoas que, muitas vezes não tinham acesso à Defensoria-Pública da União, passaram a ter a incidência, e suas vidas passaram a ser tocadas e modificadas.

Então, este é o nosso objetivo: o objetivo da Defensoria Pública, para além de promover e proteger direitos, é transformar realidades, é dar visibilidade, é reforçar, fortalecer a voz das comunidades vulnerabilizadas, que, muitas vezes, como eu disse, não têm acesso a direitos básicos. E é essa instituição do Estado que tem por essa missão constitucional promover esses direitos e dar essa visibilidade.

Portanto, nesse dia internacional, nesta sessão solene, reitero aqui a importância do Congresso Nacional de seguir diligente, seguir reforçando o arcabouço jurídico que promove e protege direitos.

E isso também não só aprovando leis, mas também investindo. Investindo em políticas públicas que combatam a violência contra a mulher, investindo em políticas públicas que promovam direitos das comunidades indígenas, das comunidades quilombolas, que promovam direitos e que protejam a infância, que protejam as pessoas que estão em situação de rua – então, nós temos diversos projetos aqui nesta Casa –, que protejam também os trabalhadores, como foi muito bem dito por V. Exa., Senador Paim, no seu discurso inicial. Tenho a certeza de que vamos avançar na pauta da proteção integral do trabalhador,



do reconhecimento da escala 6x1, e é importante o avanço do Estado brasileiro nesse sentido. Tenho a certeza de que este Congresso Nacional vai, ainda mais, amparar e proteger esses direitos.

Então, que o Dia Internacional dos Direitos Humanos seja o dia também de refletir sobre a importância de instituições fortes, a importância de um Poder Legislativo forte, e também de ações e políticas concretas. Que se transforme não só o discurso, mas que esse discurso seja traduzido em ações concretas, como a gente tem feito e tem visto, não só na Defensoria Pública, mas em todo o sistema de justiça e também no Poder Executivo e neste Poder Legislativo.

Então, lembro e reitero: a Defensoria Pública tem um lado, é o lado do povo, é o lado daquele que precisa, é o lado daquela pessoa que necessita de um atendimento, que necessita de um olhar, de uma sensibilidade, de um acolhimento, e que seus direitos que estão aí escritos na nossa Constituição, nas nossas leis, sejam de fato concretizados.

E a Defensoria Pública é a instituição que tem essa missão e que diariamente é a Defensoria Pública que está nas favelas, é a Defensoria Pública que está nos presídios, que está atendendo a mulher vítima de violência, violência doméstica, feminicídio, nós temos aí casos que ampliaram, aumentaram. E aí, nesse ponto, lembro que no ano passado aderi à campanha aqui, deste Senado Federal, do Laço Branco, também aderi à campanha dos homens públicos pelo fim da violência contra a mulher. E é neste sentido que nós temos que reiterar: sim, precisamos engajar, precisamos engajar a todos na proteção dos direitos e, sobretudo, na prevenção e no combate à violência contra a mulher.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) – Muito bem, Dr. Leonardo Cardoso de Magalhães, Defensor Público. Permita também que eu agradeça em nome – eu digo – do nosso querido Rio Grande do Sul, a quem eu vou eternamente dizer: gratidão, gratidão, gratidão, porque são 40 anos de mandato. Eu agradeço àquele povo gaúcho, que me colocou aqui. E agora quero agradecer à Defensoria Pública, que foi com toda a sua equipe para lá naquele momento da enchente, onde grande parte do estado foi destruído, centenas e centenas de pessoas mortas, e vocês estavam lá do nosso lado durante todo o tempo. Eu estive lá presidindo uma Comissão Especial do Senado e me encontrei com vocês.

Uma salva de palmas. Estamos sempre juntos. (*Palmas.*)

Concedo a palavra, neste momento, à Sra. Daniela Costa, Gerente de Redes e Advocacy do Movimento Girl Up Brasil. (*Palmas.*)

Você tem... Com muito carinho e respeito, a palavra é sua. Por cinco minutos, mas com a tolerância que eu dei para o meu amigo, eu vou dar para a minha amiga e todos os convidados aqui, que são meus amigos e amigas.

A SRA. DANIELA COSTA (Para discursar.) – Obrigada.

Bom dia a todos e todas. Primeiramente, eu gostaria de cumprimentar a mesa, na pessoa do Senador Paulo Paim, que, em se tratando de direitos humanos, é um grande representante dessa pauta aqui na Casa e um aliado das juventudes, das meninas e mulheres, na busca pela justiça social. Quero também cumprimentar as meninas da rede da Girl Up Brasil que estão aqui presentes no Senado e vieram acompanhar a sessão. (*Palmas.*)

E, em nome da Girl Up Brasil, agradeço profundamente o convite e a oportunidade de participar desta sessão.

Meu nome é Daniela Costa, eu sou uma mulher negra, jovem, moradora do Distrito Federal, sou mestre em Direito com foco em direitos humanos e, atualmente, eu trabalho como Gerente de Redes e Advocacy na Girl Up Brasil, que é uma organização que atua já há alguns anos no Brasil, apoiando uma rede de meninas e jovens mulheres ativistas pela justiça social em pautas como a promoção da igualdade



de gênero e raça, participação política, saúde mental, saúde menstrual, entre tantas outras.

Hoje eu falo a partir desse lugar, de uma jovem mulher negra e de uma organização construída por e para meninas, para refletir sobre o que significa, de fato, celebrar os direitos humanos, especialmente para nós, considerando os nossos recortes e as nossas identidades. Em primeiro lugar, é muito simbólico a gente estar aqui hoje, porque há poucas semanas, há duas semanas, milhares de meninas e mulheres negras marcharam em Brasília por reparação e bem-viver. A Marcha das Mulheres Negras que aconteceu este ano não foi só um ato político, foi uma afirmação radical da humanidade de mulheres e meninas negras em um país que ainda hierarquiza as nossas vidas. (*Palmas.*)

E eu acredito que é fundamental, nessa celebração, a gente reverberar este momento histórico em que, ocupando as ruas de Brasília, nós, meninas e mulheres negras, reafirmamos que os direitos humanos não podem ser uma promessa abstrata; que pedir por acesso à saúde, à educação, ao trabalho digno, à justiça e pelo direito às nossas vidas com dignidade e bem-viver é uma demanda urgente.

Celebrar o Dia Internacional dos Direitos Humanos não é um gesto protocolar, é uma convocação à coerência entre o que o Brasil assinou nos fóruns internacionais, o que está na nossa Constituição e o que, de fato, chega ou não chega à vida de meninas e mulheres em todo o país. Com certeza, em muitos aspectos, nós avançamos. E as meninas aqui presentes, assim como eu, somos prova disso, prova de que as nossas vozes têm chegado mais longe, prova de que as políticas públicas, como a política de cotas, da qual eu também sou uma beneficiária, por exemplo...

(Intervenção fora do microfone.) (Pausa.)

A SRA. DANIELA COSTA – Essas políticas têm possibilitado avanços e acessos que, anos atrás, não seriam possíveis. Hoje a gente tem mais meninas na escola, mais debate público sobre igualdade de gênero, mais mulheres e pessoas negras ocupando espaços de poder, inclusive aqui no Congresso. A política representativa brasileira, ainda que timidamente, tem se transformado com a presença de pessoas negras, periféricas, LGBTQIA+, defensoras dos direitos humanos, que tensionam a forma como a política é feita no país.

No mundo inteiro, a pauta dos direitos das meninas se tornou mais visível. A atuação de meninas e mulheres jovens tem mostrado com muita força que a juventude, especialmente as meninas, não está disposta a aceitar retrocessos. E isso a gente também pode ver nos atos de ontem, quando milhares de mulheres foram às ruas em diversas cidades brasileiras para marchar pela vida, depois de uma onda de casos de feminicídio ganharem os noticiários na última semana. (*Palmas.*)

Mesmo diante dos desafios, as juventudes brasileiras seguem olhando para o futuro com esperança, uma esperança que é inquieta, que é crítica e que cobra a coerência das instituições; mas se por um lado a gente celebra esses avanços, por outro a gente precisa reconhecer o tamanho dos desafios que ainda nos atravessam. Dados de 2025 do Fórum Brasileiro de Segurança Pública mostram que 37,5% das mulheres brasileiras vivenciaram alguma situação de violência nos últimos 12 meses. A gente está falando de pelo menos 21,4 milhões de brasileiras vítimas de violência em um único ano, com um aumento de 30% nos registros de feminicídios de adolescentes entre 12 e 17 anos de idade. É o maior índice que já foi registrado na série histórica.

Quando a gente desagrega esses dados por raça, como bem mencionou o Senador, o padrão é ainda mais cruel. As mulheres que mais sofrem violência são as mulheres negras, fazendo com que elas sejam 63,6% das vítimas.

Quando a gente olha especificamente para meninas e jovens, a gente vê um ciclo de desigualdade que começa muito cedo. Estudos da ONU Mulheres e do Unicef mostram que na América Latina meninas adolescentes fazem cerca de pelo menos uma hora a mais de trabalho de cuidado, de trabalho doméstico



não remunerado do que os meninos. Meninas de 12 a 18 anos prestam mais cuidados diretos a crianças, pessoas idosas e pessoas com deficiência do que muitos dos pais. Isso significa que, antes mesmo de entrar no mercado de trabalho, essas meninas já vivem uma tripla jornada: estudar, cuidar da casa e cuidar de outras pessoas.

E, quando essas jovens ousam ocupar espaços de poder, elas enfrentam um regime de ameaça. Pesquisas têm mostrado como a violência política de gênero e raça, especialmente no ambiente digital, tem se consolidado como uma tecnologia de poder para expulsar mulheres negras, LGBTQIA+, defensoras de direitos humanos da arena pública. São campanhas de ódio, ameaças de mortes, exposição de dados pessoais, entre outras violências que são parte de um sistema que busca dizer a essas mulheres e às meninas que as observam e que aspiram um dia chegar a essas posições que a política não é lugar para elas. E isso é também uma grave violação dos direitos humanos e um ataque direto à democracia. A literatura feminista chama o que a gente tem visto, esses retrocessos e os ataques aos direitos, como efeito rebote. Todo o avanço na luta por direitos incomoda àqueles que lucram com *status quo*. E os direitos nunca são dados, são sempre conquistados e, por isso mesmo também, sempre vigiados, questionados e atacados.

Diante disso, o que significa concretamente defender os direitos humanos para meninas e mulheres jovens hoje, no Brasil? Em primeiro lugar, é urgente garantir que essas meninas e jovens possam participar da vida pública com segurança. Isso significa fortalecer conselhos de juventude, conselhos de direito e mecanismos formais de participação. A gente precisa revisar e implementar leis que coibam a violência política de gênero e raça, incluindo a violência digital. A gente precisa garantir mecanismos de denúncia, de responsabilização, enfrentar a violência contra meninas e mulheres como uma prioridade absoluta de estado e qualificar as equipes para que possam acolher essas meninas e mulheres, considerando as suas especificidades e enfrentando o racismo institucional.

É fundamental garantir uma educação pública de qualidade e transformadora que fale de direitos humanos, cidadania, diversidade, saúde mental e educação sexual integral. Meninas e meninos têm direito a uma escola que os prepare para participar da vida política, para reconhecer as violências e para construir relações baseadas no respeito e no cuidado. É preciso garantir que grupos liderados por meninas, coletivos de jovens e organizações de base tenham acesso a recursos, a cuidado e à infraestrutura para seguir fazendo o trabalho que muitas vezes o Estado não consegue fazer sozinho.

(Soa a campainha.)

A SRA. DANIELA COSTA – E, por fim, é essencial investir em dados desagregados por gênero, raça, idade e território, para que a gente possa monitorar com seriedade o que acontece com as meninas no Brasil. Sem dados, as violências permanecem invisíveis, e sem visibilidade não há política pública efetiva.

Quando as meninas e jovens mulheres nos dizem que estão cansadas, que estão sobrecarregadas, que estão com medo, mas que, ao mesmo tempo, seguem mobilizadas, conectadas e exigindo mudança, elas estão fazendo exatamente aquilo que a Declaração Universal dos Direitos Humanos prevê: reivindicando a sua dignidade.

O Dia Internacional dos Direitos Humanos não pode ser apenas uma data simbólica, precisa ser um lembrete de que cada lei que a gente aprova no Congresso, cada orçamento que é votado e cada política desenhada têm um impacto direto na possibilidade de uma menina seguir viva, sonhando, estudando, ocupando espaços e liderando transformações, como, no Brasil, a gente vê todos os dias...

(Soa a campainha.)

A SRA. DANIELA COSTA – ... as meninas e mulheres transformando o mundo, e elas querem ser ouvidas na formulação das soluções.



Que a gente possa, juntas e juntas, construir um país em que celebrar o Dia Internacional dos Direitos Humanos seja, de fato, celebrar vidas protegidas, dignas e plenas para todos e todas.

Obrigada. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) – Muito bem, Daniela Costa, Gerente de Redes e Advocacy do movimento Girl Up Brasil. Meus cumprimentos.

Quando elas e eles chegaram aqui, como eu estava falando, eu não os cumprimentei e agora vou cumprimentar cada um. (*Palmas.*) (*Pausa.*)

Passo a palavra ao Sr. Davide Torzilli, representante do Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados no Brasil. Agradeço a sua presença e, ao mesmo tempo, cumprimento o trabalho que vocês fazem no Brasil. Um abraço.

A tribuna é sua.

O SR. DAVIDE TORZILLI (Para discursar.) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

Quero cumprimentar você e, na sua pessoa, toda a ilustre mesa e as demais autoridades presentes. Quero também cumprimentar as pessoas refugiadas que nos acompanham hoje.

É uma grande honra estar aqui hoje representando o Acnur, a agência da ONU para refugiados, em uma ocasião tão significativa. Quero agradecer sinceramente o convite desta Casa. É muito expressivo poder falar sobre direitos humanos justamente no Senado Federal, em uma data tão simbólica.

O Dia Internacional dos Direitos Humanos, marca dorsal da Declaração Universal, nasceu de um momento muito difícil da história e da necessidade de afirmar que todas as pessoas têm direitos que não podem ser negados, não importa quem ele seja ou de onde venha.

E, quando tratamos desse tema, é essencial lembrar que falar de direitos humanos é também falar dos direitos das pessoas refugiadas. Afinal, uma pessoa se torna refugiada quando seus direitos mais básicos são violados em seu país de origem: quando a vida, a liberdade, a identidade e a segurança deixam de ser garantidas. E fugir se torna a única forma de sobreviver. Ser refugiado não é uma escolha, é consequência de graves violações e, ao mesmo tempo, é um gesto de esperança na busca por um novo lar, um novo país, uma nova vida, na qual a dignidade humana volta a ser respeitada. (*Palmas.*)

Hoje, o mundo testemunha um deslocamento forçado sem precedentes. Mais de 120 milhões de pessoas foram obrigadas a deixar suas casas, e o Brasil tem desempenhado um papel muito relevante para contrapor esse cenário. O país acolhe quase 900 mil pessoas refugiadas ou outras sem necessidade de proteção internacional. São pessoas da Venezuela, Haiti, Cuba, Síria, Afeganistão, entre outros, que chegam trazendo coragem e vontade de reconstruir suas vidas e encontram no Brasil uma Constituição e uma pátria que colocam a dignidade humana em primeiro lugar, e isso faz toda a diferença.

O Senado Federal tem contribuído muito nessa caminhada. Aqui se discutem temas essenciais como acesso à educação, ao reconhecimento de diplomas, à proteção de crianças e mulheres refugiadas e à garantia de serviços públicos e, nesse tema, tomo a liberdade de destacar um ponto que considero fundamental: a necessidade da retomada do trabalho da Comissão Mista Permanente Sobre Migrações Internacionais e Refugiados. A CMMIR é estratégica. Ela aproxima o Parlamento das políticas públicas de refúgio e migração, acompanha a implementação da legislação e fortalece a atuação coordenada entre os Poderes.

Senador Paim, senhoras e senhores, esse também é um ano e uma semana muito especiais para o Acnur. No dia 14 de dezembro, estamos celebrando 75 anos de existência. São 75 anos aprendendo que a proteção começa com algo simples – enxergar a humanidade no outro – e que ela se concretiza quando governos, Parlamentos, organismos internacionais e sociedade civil trabalham juntos para esse fim.

Estamos no Brasil desde 1982, com presença constante, como membro do Conare e com atuação em várias regiões deste país continental. Aqui, apoiamos iniciativas que se tornaram referência em todo o



mundo, como a Operação Acolhida, em Roraima. Essa operação mostra que, quando há coordenação e compromisso, é possível oferecer proteção, documentar, abrigar, integrar famílias e criar oportunidades reais.

E aproveito aqui para reforçar: apesar dos cortes significativos em nosso orçamento, nosso compromisso é que a continuidade do nosso apoio à resposta humanitária brasileira siga como prioridade, em particular, no atual contexto regional. Também apoiamos o Estado brasileiro nas ações que culminaram na Política Nacional de Migrações, Refúgio e Apatridia e não posso deixar de citar ainda o Programa Brasileiro de Patrocínio Comunitário para nacionais afegãos, que já salvou a vida de mais de 350 pessoas refugiadas. Esse exemplo, Sras. e Srs. Senadores, mostra que é possível proteger os direitos humanos, acolher pessoas refugiadas e, ao mesmo tempo, promover o desenvolvimento local.

Nesse Dia Internacional dos Direitos Humanos, gostaria de deixar uma mensagem clara: o Acnur está ao lado do Brasil e das pessoas refugiadas. Estamos prontos para apoiar, dialogar, fortalecer e contribuir para que o país continue sendo referência de acolhimento e proteção.

Senhoras e senhores, os direitos humanos só têm sentido quando chegam à vida de alguém: quando uma criança refugiada coloca o uniforme escolar pela primeira vez; quando uma jovem tem a chance de estudar; quando uma mãe reencontra seus filhos e a esperança; quando um idoso encontra segurança e tratamento para uma doença grave. É isso que celebramos hoje e é isso que inspira o trabalho do Acnur ao longo desses 75 anos.

Agradeço novamente ao Senado Federal e ao Senador Paim pelo convite, pela confiança e pela parceria. Seguiremos juntos, sem deixar ninguém para trás, garantindo que cada pessoa, brasileira ou refugiada, viva num país que honre os valores que hoje celebramos.

Muito obrigado! (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) – Meus cumprimentos ao Sr. Davide Torzilli, representante do Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados no Brasil.

Deixe-me responder já a V. Exa., que faz uma cobrança correta e justa sobre a volta da Comissão de Refugiados.

Eu fiz um pedido – não vou dizer cobrança, mas um pedido – do Plenário ao Presidente Davi Alcolumbre, que já me garantiu que ela voltará. Houve um problema interno, mas ele garantiu – só não vai instalar agora porque falta uma semana para o recesso – que, a partir de 1º de fevereiro – ele já acertou no Colégio de Líderes –, ela voltará. Então, agradeço ao Davi Alcolumbre.

Seu pedido está atendido. (*Palmas.*)

O Presidente Davi já me garantiu que voltará a Comissão, e eu estarei lá.

Convido, neste momento, para compor a mesa desta sessão especial uma grande Ministra, que conquistou o Brasil e o mundo, a nossa querida Ministra Anielle Franco, Ministra de Estado da Igualdade Racial, muito querida pelo Brasil e pelo mundo por sua forma de atuar.

Ministra Anielle, pedi aqui para o nosso colega Dr. Leonardo, que já usou a palavra, que ficasse no Plenário para que tirássemos uma foto com a senhora aqui na mesa – Dr. Leonardo ficará aqui junto com a gente –, porque a senhora vai ter que sair em seguida. Eu sei que há um outro compromisso lá no ministério – não é, Ministra? – para o qual eu estava também convidado e no qual ia ser homenageado. Eu só não podia ir porque eu tinha que estar aqui, presidindo a sessão. Mas a Ministra deu um jeito de vir aqui, e vai ter que sair em seguida.

Dr. Leonardo, venha cá.

Será tirada a foto da mesa, o Dr. Leonardo volta, a Ministra vai para o compromisso e me representa lá também – não é, Ministra?



A SRA. ANIELLE FRANCO (*Fora do microfone.*) – Pode deixar. Que honra!

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) – Podemos ficar de pé, todos, para essa foto histórica dos direitos humanos? (*Pausa.*) (*Palmas.*)

Eu queria, neste momento, passar a palavra para esta mulher que conquistou o Brasil e o mundo – eu já disse –, a nossa querida Ministra Anielle Franco, Ministra de Estado da Igualdade Racial.

Digo a todos os convidados que estão, neste momento, nas galerias: vocês vão ver a fala de uma mulher, Ministra, que é um orgulho para todos nós.

Sejam bem-vindos e me ajudem nas palmas à Ministra! (*Palmas.*)

A SRA. ANIELLE FRANCO (Para discursar.) – Bom dia a todas as pessoas aqui presentes.

Eu sempre brinco com o Senador Paulo Paim, chamando-o de Pai dos Estatutos, porque é esse querido, esse homem honrado, comprometido, que eu tenho muito orgulho de dizer que veio antes, fazendo história, abrindo portas, caminhos, deixando um legado. Eu gosto sempre de repetir isso, porque, infelizmente, muitos do nosso povo se vão sem a gente poder prestar as devidas homenagens. E é muito honroso caminhar ao seu lado nestes últimos três anos e poder dizer que estar Ministra da Igualdade Racial também só é possível porque o senhor veio antes de nós abrindo espaços e fazendo com que o povo negro pudesse também adentrar e permanecer, com seu exemplo, com sua força, com sua resistência. Então, aqui, saúdo todo mundo que está presente, mas faço, de maneira muito especial e carinhosa, com muito afeto mesmo, uma saudação à mesa na sua pessoa.

Então, agora, eu vou retribuir as palmas.

Por favor, uma salva de palmas para esse Senador, que eu espero que fique ainda por muitos anos. Vou deixar aqui assim no ar. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS. *Fora do microfone.*) – Tenho mais um ano aqui.

A SRA. ANIELLE FRANCO – Não sei, vamos ver. (*Risos.*)

É uma honra estar aqui hoje celebrando com o Léo e com todo mundo que está aqui, com a Janine também, porque a gente tem feito umas parcerias importantes no Ministério da Igualdade Racial e no Ministério de Direitos Humanos.

Essa luta para defender os direitos humanos começa muito cedo na nossa casa. Eu lembro perfeitamente que, ainda quando adolescente, minha mãe e meu pai traziam para a gente a fala da importância de a gente estudar para saber aonde queríamos chegar e o que queríamos ser. E eu me lembro da Mari quando assumiu a Comissão de Direitos Humanos no Rio de Janeiro, lá na Alerj. Todo dia ela chegava em casa e, conversando um pouco com a família, dizia da importância de a gente fazer com que a sociedade entendesse o que é de fato defender os direitos humanos.

E, quando a gente fala isso, a gente fala de algo tão simples, que está na Constituição, que é a vida digna, com direito a saúde, educação, cultura, lazer; honrar esses espaços, honrar esse legado, honrar essas pessoas que fazem deste país um lugar melhor, fazem com que as pessoas entendam, de uma vez por todas, que não tem lado, tem o lado da humanidade, tem o lado do afeto, da empatia, do respeito, isso é defender direitos humanos. E, se isso for o lado, eu prefiro estar desse lado. Eu prefiro estar do lado das pessoas que de fato precisam de nós e de que a gente tem que cuidar.

Então, à frente do Ministério da Igualdade Racial, Senador Paulo Paim, quando a gente precisou decidir ali as emergências do início do Governo, desse terceiro mandato do Presidente Lula, a gente fez ali um elencado de por onde começariam e a gente viu que, infelizmente, as mulheres negras e os homens negros estavam ali, sim, no topo das violências, né? E, por outro lado, pouquíssimos estavam representados nos espaços em que deveriam. Então, isso também faz parte.

Nós estamos hoje celebrando uma data importante, mas também num tempo muito difícil para o



nosso país. O que aconteceu ontem no Brasil, em todas as capitais, em vários estados aqui, foi algo que precisa ficar e continuar, porque basta de feminicídio! Basta da violência contra a mulher! Basta de ver nossas mulheres sendo tombadas! (*Palmas.*) É inadmissível a gente aceitar e normalizar isso. Então, eu também faço aqui esse chamado para que a gente não saia das ruas, para que a gente não pare essa luta, porque eu tenho duas filhas meninas, tenho uma sobrinha, que a Mari deixa, e tem tantas companheiras aqui presentes... Não somente por isso, mas para que a gente possa trazer os homens também para o nosso lado, porque sem eles é impossível a gente caminhar por um futuro melhor, por um futuro que tenha a nossa cara e que tenha cada vez mais representatividade.

Então, é uma honra estar aqui com o senhor, que representa também essa luta, essa luta que é constante e diária para nós. E que a gente possa, de uma vez por todas, fazer com que o nosso país entenda que defender direitos humanos é dar vida digna para todos e para todas aquelas que mais precisam.

Muito obrigada.

É uma honra estar aqui com o senhor. (*Palmas.*) (*Pausa.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) – Ministra, o que eu sei é que nesse evento iria ter uma pequena homenagem. Seja um cartão, seja uma folhinha, receba por mim, tá bom?

Um abraço, Ministra.

Obrigado. (*Palmas.*)

Concedo a palavra ao Sr. Eduardo Casarotto, autor e pesquisador focado no estudo das virtudes e no desenvolvimento humano.

O SR. EDUARDO CASAROTTO (Para discursar.) – Bom dia a todos.

Saúdo toda a mesa. E já vou quebrar aqui um pouquinho o protocolo, para agradecer, mas eu quero agradecer de coração ao senhor, de verdade. Não é todo dia que a ciência e a pesquisa têm voz no país, que a gente tem voz. E você deu voz a isso.

Então, eu quero, de fato, de coração, agradecer muito por isso. (*Palmas.*)

Exato, exato.

Tudo isso que eu vou falar aqui é descoberta brasileira. Tanto que eu faço questão de colocar a Bandeira do Brasil aqui em todas as publicações, porque é muito importante o brasileiro se orgulhar da pesquisa, das descobertas brasileiras.

Eu vou já pedir desculpas pelas explicações técnicas – vou roubar aqui dois minutinhos –, mas isso é importante, porque, neste dia tão importante dos direitos humanos, a virtologia, que é uma ciência brasileira, entendeu o que é humano.

Para a gente falar de direitos humanos, eu vou dar um passo atrás para entendermos o que é humano. O que a gente descobriu? Existem estruturas neurológicas diferentes em uma escala. Sim, existem faixas de evolução em que essas estruturas são diferentes.

Então, a gente tem pessoas, sim, mais primitivas, agindo mais pelo tronco cerebral, pelo sistema límbico, e pessoas mais evoluídas, agindo pelo lobo frontal. O que nos torna mais humanos é esse funcionamento do lobo frontal. Então, o que essa descoberta vem trazer? Como tornar esse indivíduo mais primitivo em mais evoluído, ou seja, em mais humano?

Entendemos que a formação da personalidade do indivíduo, a moral humana, a virtude humana não são uma questão religiosa. O perdão não é uma questão religiosa. O amor ao próximo não é uma questão religiosa; é ciência.

Isto é muito importante de a gente entender: que, quando a gente faz a caridade, a gente estimula caminhos neurais, por neuroplasticidade, no lobo frontal e, assim, nos tornamos mais humanos. (*Palmas.*)

De novo, são descobertas brasileiras.



Eu entro há sete anos em presídio, porque eu disse: é lá que a gente vai fazer essa prova. E, sim, provamos, cientificamente, com várias publicações científicas, que, sim, todo mundo que passou pelo programa diminuiu o crime, que ele sai do crime. Nós temos números extraordinários nisso.

Ninguém perguntou como foi a infância dele, a dor dele. Simplesmente fizemos um treinamento de neuroplasticidade, no lobo frontal, sobre o perdão, sobre a humildade, sobre a paciência, sobre a brandura e é – desculpe a palavra – bizarro: em dois meses, um indivíduo de crime pesado simplesmente ser cooperativo, voltar à sociedade, se reintegrar. Isso é uma coisa extraordinária, em dois meses, a gente fazer.

E eu estou dizendo aqui, por isso é tão importante a palavra de hoje, como cientista: eu doeí isso para o país. Nunca cobramos um real – nunca cobramos. Está aqui, país, é só aplicar em todas as cadeias. O que a gente quer ver é a evolução. O que a gente quer ver é, exatamente, as pessoas terem os seus direitos, e a humanização deve ser um direito humano.

O Senador muito bem falou: há poucos anos, o direito à vida nem era direito ainda. Os direitos humanos não são tão velhos assim. A humanização caiu no popular e se perdeu. Humanização não é só atender de forma humanizada. O SUS faz de forma ainda brilhante, mas ainda não 100%.

Humanização, tecnicamente – olhe, prestem muita atenção, isto é bem importante –, é a ciência que estuda o funcionamento humano *versus* o ambiente. Quando esse ambiente não respeita o funcionamento humano, ele é violento. Então, escala 6x1, eu posso afirmar, cientificamente, não é humana, não respeita as necessidades humanas.

Publicadas aqui, são 53 necessidades humanas. Quando a gente as desrespeita, quando o ambiente as desrespeita, o ambiente se torna violento. Então, se a gente quer direito humano, a gente tem que entender como o humano funciona e fazer as leis, fazer as regras a partir desses estudos. (*Palmas.*)

Eu me coloco à total disposição da Casa. Eu concordei com tudo que o senhor falou, só não concordo com uma coisa: esse negócio de sair, não concordo. Você vai deixar um buraco muito grande em várias lutas aqui nesta Casa. É uma pena, uma pena! Mas deixe algum sucessor aí, deixe uma luz para a gente, porque, realmente, você vai deixar um buraco.

É muito importante que a gente entenda que humanização não é atendimento ao público. Quando você coloca o sistema de humanização para o enfermeiro atender de forma mais gentil, humanizada e dá mais trabalho para ele, você está ferrando ele. Isso não é humanização, humanização é para todos – o sistema tem que ser humanizado.

(*Soa a campainha.*)

O SR. EDUARDO CASAROTTO – Humanização só é humanização quando é para o enfermeiro, para a família, para o médico, para o paciente.

Na cadeia, eu faço manuais de boas práticas dentro da penitenciária, não é só para o indivíduo preso, e, sim, para o policial penal, para a família do policial penal. (*Palmas.*)

É muito importante que se criem – e a gente está nessa luta, e eu chamo a todos para essa luta – manuais de boas práticas humanizados, de forma sistêmica, que vai desde governança, de políticas, a fluxograma de processos, de demissões, ou seja, tudo, de ponta a ponta, e não só do atendimento.

Não adianta nada a gente mandar o cara para terapia e voltar para um ambiente violento. O que adiantou? Não adianta fazer descompressão e o cara voltar para sistemas desumanos – isso não é humanização.

Então a minha fala hoje, se eu puder deixar aqui uma marca, é: humanização tem que ser um direito humano. Quando o sistema respeita esse direito humano, de fato, a gente vai ter igualdade e fraternidade.

Obrigado. (*Palmas.*)



O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) – Muito bem, muito bem. Cumprimento o Sr. Eduardo Casarotto, autor e pesquisador focado no estudo das virtudes e no desenvolvimento humano.

O senhor permite que eu diga uma frase?

O SR. EDUARDO CASAROTTO (*Fora do microfone.*) – Por favor.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) – E o senhor pode discordar, que não dá problema nenhum.

Eu sempre digo que alguém que pensa que é dono da verdade, é o meu caso que estou falando, é porque eu não aprendi nada na vida. Vale aquela frase, quem faz o bem recebe muita energia positiva de retorno, é porque diz: “Faça o bem sem olhar a quem”, que você que está se beneficiando.

Eu chego a dizer que a gente é meio que individualista. Por quê? Quando eu estou fazendo o bem para o coletivo, com a energia que volta para mim, dá para eu ficar na vida pública, não precisamente dentro do Congresso, por mais cem anos.

Então, parabéns a V. Exa. pelo belo estudo que mostra a importância de se fazer o bem. (*Palmas.*)

Concedo a palavra, neste momento, ao Sr. Anderson Santana, representante da Comissão da Pessoa com Deficiência da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB-DF). (*Pausa.*)

Enquanto o senhor chega à tribuna, permita-me fazer o registro de presença.

Representando a Rede Equidade nos seguintes órgãos:

- Senado Federal, Sra. Coordenadora da Rede Equidade, Maria Terezinha;
- Ministério da Integração e Desenvolvimento Regional, Sra. Chefe da Assessoria de Participação Social e Diversidade, Natália Mori;
- Sra. Coordenadora do Comitê Permanente pela Promoção da Igualdade de Gênero e Raça do Senado Federal, Stella Maria Vaz Santos Valadares;
- Representante do Ministério das Cidades, a Sra. Chefe da Assessoria de Participação Social e Diversidade do Ministério das Cidades, Marilda Oliveira de Brito Cohen.

Depois do nosso orador que já está na tribuna, nós voltaremos a... Pedi para falar? (*Pausa.*)

Ah, é na próxima mesa, está o.k.

Então, neste momento, eu passo a palavra ao Sr. Anderson Santana, representante da Comissão de Defesa dos Direitos das Pessoas com Deficiência, da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB-DF).

Satisfação e orgulhovê-lo na tribuna.

O SR. ANDERSON SANTANA (Para discursar.) – Obrigado, bom dia.

Em primeiro lugar, Senador, eu gostaria de cumprimentá-lo, inclusive o que faço também às pessoas integrantes da mesa, às demais autoridades aqui presentes, e gostaria de dizer que, senhoras e senhores, é sempre uma honra voltar a esta Casa, depois de algum tempo, principalmente numa ocasião tão especial quanto esta, para falar sobre, em especial, a perspectiva dos direitos humanos pelo ponto de vista da pessoa com deficiência.

Eu queria fazer – antes de falar exatamente sobre esse tema, acho importante fazer – um breve relato histórico, e eu vou longe, Senador, eu vou há 30, 40 mil anos. Foram encontrados em campos arqueológicos, particularmente na Espanha e na França, diversos demonstrativos, restos de comunidades, assentamentos humanos. Nesses assentamentos, Senador, foram identificados ossos humanos que davam a noção de que pessoas com deficiência haviam convivido naqueles assentamentos específicos. Também foram encontradas pinturas rupestres que indicavam que pessoas com deficiência conviviam nos seus espaços sociais em conjunto com as demais pessoas.

Esse exemplo de acolhimento, Senador, infelizmente, embora tenha sido replicado em alguns momentos da história, em determinadas culturas ao longo dos anos, são muito mais esporádicos e raros do que,



lamentavelmente, gostaríamos. A grande realidade das pessoas com deficiência, na verdade, é que prevalece sempre o estereótipo, a discriminação, o preconceito, a segregação, e isso, de fato, é o que marcou a trajetória do nosso movimento.

Um fato marcante, Senador, que a gente sempre menciona, é o que aconteceu na Segunda Guerra Mundial, quando tivemos diversas pessoas com deficiência, de fato perseguidas, inclusive mortas, enviadas para o campo de concentração, por exemplo, na Alemanha, em virtude, basicamente, de serem pessoas com deficiência.

Porém, esse fato tem um alento, Senador, nós tivemos, após a Segunda Guerra Mundial, o fato de que várias pessoas que lutaram durante a Segunda Guerra haviam desenvolvido alguma incapacidade. Os soldados, as tropas, muitos retornaram aos seus países com algum grau, algum tipo de deficiência. Eram pessoas que perderam membros, pessoas que se tornaram cegas, pessoas com deficiências de ordem mental e intelectual. Todos esses fatores se conjugaram a outros elementos históricos. Nós tivemos, praticamente, uma série de outras ocorrências, por exemplo, o surto de pólio ocorrido nos anos 50, mas também tivemos o movimento de expansão dos direitos civis acontecidos, principalmente, nas décadas de 50 e 60. Esse movimento, que foi, principalmente, coligado aos movimentos da igualdade das mulheres, ao movimento racista, todos esses movimentos, de certa forma, retroalimentam uns aos outros. E, no caso, as pessoas com deficiência também serviram para fortalecer esse movimento.

De tal sorte que nós passamos a ocupar a agenda pública e os debates públicos sobre a necessidade de expansão e garantia de direitos. Os efeitos acabaram, enfim, foram iniciados, foram sentidos, de fato, a partir, já dos anos 70. Tivemos, em 1975, a aprovação, na Assembleia Geral da ONU, da Declaração sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência. Foi o primeiro desenho que, mais tarde, se tornaria a nossa convenção, mas também tivemos outros inúmeros movimentos.

No Brasil não foi diferente, nós tivemos uma participação maciça das pessoas com deficiência, organizadas em suas entidades, promovendo e lutando por direitos. Particularmente, eu gosto sempre de destacar a existência do movimento Morhan, das instituições Pestalozzi e da rede Apae, que surgiram no início do século passado, mas que também foram primordiais para a gente ter tantos avanços, principalmente atuando com a Assembleia Constituinte para confeccionar a Constituição de 1988.

Também tivemos outros avanços. Na área internacional, a OIT editou a Convenção 159, sobre o direito de a pessoa com deficiência ter uma vaga de trabalho e as pessoas serem reabilitadas. Tivemos a Lei de Cotas no Brasil, de 1991; tivemos, nos anos 2000, o estatuto; tivemos também a Convenção Interamericana para a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação da OEA – inclusive, foi criado também um comitê sobre esse assunto na OEA, que eu tive a honra de presidir –; e, finalmente, a convenção de 2006.

Essa convenção foi absolutamente inovadora e extremamente relevante, não apenas para o Brasil, mas para toda a comunidade internacional, porque ela eliminou uma série de estereótipos e necessidades de barreiras que precisavam ser atacadas. (*Palmas.*) Eu também menciono que esse instrumento foi tratado aqui, por esta Casa, Senador, e pelo Parlamento brasileiro, de uma forma muito honrosa, ao ser elevado à condição de texto constitucional, conforme o rito do art. 5º, §3º, da nossa Constituição. Podemos dizer que os direitos das pessoas com deficiência estabelecidos na convenção hoje têm *status* constitucional no nosso país, o que é uma honra para todos nós.

Falando de toda essa trajetória, hoje a gente tem uma realidade, Senador, que, lamentavelmente, ainda nos traz um pouco de ressentimento. Há muitas lutas a serem feitas, nós temos muitos problemas de acessibilidade em toda a sociedade brasileira, temos problemas, as barreiras... Foi comentado aqui pela ilustre Senadora Ivete da Silveira com relação às barreiras atitudinais, que, enfim, regem a nossa sociedade ainda.



Existe muito trabalho adiante – isso é fato –, mas, para isso, é muito inspirador estar neste evento hoje. Sabemos que esta ocasião marca não apenas todo um simbolismo em relação ao que já foi conquistado, mas também nos inspira como pessoas dos movimentos de direitos humanos, como uma espécie de acalento para que mais conquistas, mais direitos possam ser garantidos no futuro.

E, com essas palavras, Senador, eu termino agradecendo à Casa pelo convite, ao colega Luciano Ambrosio, que foi uma pessoa do seu gabinete que fez o contato pessoal sobre a possibilidade de vir até aqui.

E, claro, queria profundamente lamentar as suas palavras de despedida; do senhor, que é relevante não apenas para a pauta das pessoas com deficiência, com seu DNA na nossa importante LBI, o Estatuto da Pessoa com Deficiência, que é obra sua desde o início dos anos 2000 e que foi, finalmente, adotada no Brasil em 2015. É uma pena que o senhor esteja com essas palavras de despedida, quiçá possamos convencê-lo a mudar de ideia no próximo ano. Temos um ano para tentar fazer essa difícil tarefa, Senador.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) – Eu que agradeço.

Eu vou pedir para o Luciano Ambrosio...

Ele te homenageou, viu, Luciano? E ele vai dizer para mim, de lá, assim, porque ele é muito brincalhão: “Eu vi, Paim”. Na verdade, ele vai dizer: “Ouvi”. Luciano, você sabe que você é muito importante para todos nós e aqui representa todo o nosso gabinete. Esses anos todos esteve do meu lado, ajudando-nos no estatuto e em todas as leis que nós aprovamos. Quero aqui lembrar seu nome, e, então, na sua pessoa, Luciano, eu cumprimento todo o gabinete, todos os servidores públicos do Senado e da Câmara, que também que nos ajudaram. Grande Luciano! (*Palmas.*)

Concedo a palavra à Sra. Gabriela Mora, oficial de Participação e Desenvolvimento de Adolescentes do Unicef, Unicef Brasil.

A SRA. GABRIELA MORA (Para discursar.) – Bom dia. Muito obrigada pelo convite. É uma honra estar aqui ao lado de pessoas tão importantes para fazer valer os direitos humanos no Brasil, pessoas amigas, queridas, de que a gente conhece a luta de perto. Senador, muito obrigada também por nos fazer nos sentirmos em casa nesta Casa aqui. E agradeço também a presença de adolescentes e jovens que estão aqui, do Projeto Onda, do Centro Educacional Dra. Zilda Arns – o pessoal do Inesc os trouxe até aqui. Então, muito obrigada por estarem aqui. (*Palmas.*)

A gente, no Unicef, por trabalhar o tema dos direitos das crianças e dos adolescentes, sempre procura lembrar a importância da presença dessas novas gerações em espaços de tomada de decisão, como esta Casa, para que se sintam em casa, para que se vejam representados aqui e sintam que, neste momento de envelhecimento da população brasileira... A nossa demografia vai nessa tendência de envelhecimento da população brasileira, mas a gente ainda tem 17 milhões de adolescentes que dependem de políticas públicas de qualidade para o seu crescimento, para o seu desenvolvimento, para que ocupem esses espaços de tomada de decisão no futuro e exerçam a cidadania a partir da implementação dos direitos humanos desde já, desde agora.

Recentemente, no Unicef, a gente fez um estudo buscando entender, primeiro celebrar mesmo todas essas conquistas que fizeram com que a gente reduzisse tanto a mortalidade infantil por meio da vacinação, da nutrição. Nos últimos dez anos, estima-se que em torno de 40 mil vidas foram preservadas, foram salvas na primeira infância, mas, no mesmo período, 80 mil vidas de adolescentes foram perdidas, e a gente não pode preservar a vida na primeira infância para perdê-las na adolescência. E a gente sabe quais são essas vidas que são perdidas: de pessoas negras, de meninos que são vítimas de homicídio, de meninas que são



vítimas de feminicídio.

A gente tem muito orgulho de participar de espaços, também, feministas, mas quero lembrar que a gente precisa sempre promover esse diálogo intergeracional, que a luta das mulheres é também a luta das meninas, como a Daniela colocou mais cedo. E a gente, então, desde muito cedo, fica promovendo esses espaços, lembrando a gestão pública, a importância de aproveitar as vozes de crianças e adolescentes como uma fonte primordial para fazer a política pública acontecer, para entender essas adolescências sempre no plural. A vida de um adolescente aqui da periferia do DF não é igual à de alguém que está vivendo na Amazônia ou no Semiárido; então, essa diversidade é fundamental e tem que estar representada também, uma diversidade regional, racial, étnica, de pessoas com deficiência e todas as representatividades, que foram tão bem faladas e mencionadas aqui.

E um direito humano fundamental é o direito à participação. Então, por meio dos núcleos de cidadania de adolescentes, o Unicef vem buscando promover esse direito. São hoje mais de 50 mil, é uma rede muito poderosa, muito potente de adolescentes que, a partir dos 12 anos, começam a participar desses núcleos, que são espaços informais. Mas, assim como tem os núcleos, a gente consegue mapear o próprio movimento estudantil ou as associações de bairro, associações comunitárias, são muitos os espaços em que esses adolescentes podem e devem falar, participar, conversar, dialogar com quem está tomando decisão. Também lembro aqui aos pesquisadores para fazerem também esses processos de escuta participativa de crianças e adolescentes.

E, quanto à vida de adolescentes e de crianças hoje, embora a gente tenha muito a celebrar por conta dessas conquistas, a gente também vivencia muitos desafios, que são históricos – alguns são históricos e outros são muito contemporâneos, são novos. Então, quando pensamos numa socialização que hoje acontece sem fronteiras, *online*, *offline* e também nesse universo digital, é tão importante aqui discutir o ECA digital e nos lembrar desses direitos humanos também nos ambientes virtuais; e de como é desigual...

(Soa a campainha.)

A SRA. GABRIELA MORA – ... esta relação de poder entre quem decide o que é visível no ambiente virtual, as grandes corporações das plataformas digitais, em comparação com os usuários e, principalmente, usuários na adolescência, que têm esta dificuldade, às vezes, de saber se posicionar de forma protegida.

Então, a gente luta muito para que o direito, inclusive, a uma internet segura aconteça. Esse é um processo de resiliência que os adolescentes vão conquistando também com o uso da internet, mas é fundamental regulamentar e ter uma internet segura por parte de quem está programando os algoritmos também e decidindo quem é que fala, qual é a dinâmica e qual é a participação que os adolescentes podem ter nos ambientes digitais.

É fundamental esperançar, pensar nas novas gerações, mas, para ter esperança, é preciso fazer valer os direitos humanos no dia a dia. E, para isso, essa ocupação de espaços e a implementação de políticas públicas de forma participativa são fundamentais.

Então, a gente espera ver este Plenário cada vez mais rejuvenescido, embora a gente lamente muito a partida, a despedida do Senador Paim, que é um fortíssimo aliado dos direitos humanos, dos direitos das crianças e adolescentes. Agradecemos muito, aprendemos muito com o senhor, esperamos encontrá-lo em outras esferas e quiçá aqui, se o senhor decidir ficar mais um tempinho; e esperamos contar com o senhor também para que essa renovação de lideranças aconteça com cada vez mais jovens ocupando esta...

(Soa a campainha.)



A SRA. GABRIELA MORA – ... tribuna – jovens negros, meninas.

A gente lembra que, quando o Estatuto da Criança e do Adolescente foi aprovado, esta Casa do Congresso Nacional ficou repleta de adolescentes trazidos pelo Movimento Nacional dos Meninos e Meninas de Rua. Então, a gente espera que jamais essa ocupação seja retirada, que a gente jamais aceite retrocessos nesses direitos para que esses adolescentes ocupem cada vez mais esta Casa.

Muito obrigada. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) – Muito bem. Parabéns, Sra. Gabriela Mora, Oficial de Desenvolvimento e Participação de Adolescentes do Unicef, nosso querido Unicef Brasil.

Eu aproveito este momento para registrar a presença, para que fique oficializado aqui na Presidência, dos alunos da Escola de Ensino Fundamental Dra. Zilda Arns, que é tia, se não me engano, do Senador Flávio Arns, um grande Senador da República, que é meu colega e meu amigo aqui dentro.

Os alunos da Escola de Ensino Fundamental Dra. Zilda Arns, do Paranoá, DF, participam do projeto Onda, do Instituto de Estudos Socioeconômicos (Inesc), e vieram aqui através do Unicef.

Então, uma salva de palmas a essa almoçada aí, que, amanhã ou depois, poderá estar aqui na tribuna, como Parlamentar. (*Palmas.*)

Concedo a palavra, agora, à Sra. Élida Lauris, Secretária Nacional de Promoção e Defesa dos Direitos Humanos do Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania.

A SRA. ÉLIDA LAURIS (Para discursar.) – Bom dia, gente.

Eu queria iniciar cumprimentando a mesa, na figura do Senador Paulo Paim.

Eu queria lhe dizer, Senador, que, nos direitos humanos, a gente não se despede, a gente marca novos encontros em outras trincheiras, em outras bandeiras de luta. (*Palmas.*)

Então, vamos comemorar esses novos encontros que teremos com o senhor. Sabemos o que eles significam e o que eles simbolizam para o nosso país.

Eu queria registrar meu agradecimento, de forma muito especial, ao Senador. Sua trajetória é uma das mais belas expressões de coragem política e compromisso ético do país. Paim é símbolo de uma luta que atravessa décadas: a luta contra o racismo, contra as desigualdades estruturais e contra as injustiças que recaem de forma desproporcional sobre a população negra brasileira. Sua história honra este Parlamento e inspira todas as pessoas que dedicam suas vidas à construção de um país mais justo – e a mim, particularmente, inspira.

É também uma honra estar aqui como Secretária Nacional de Promoção e Defesa dos Direitos Humanos, representando a Ministra Macaé Evaristo, nesta sessão que celebra o Dia Internacional dos Direitos Humanos.

Este dia é uma data que nos convoca a refletir quem somos, quem fomos e quem desejamos ser como pessoas, mas também como sociedade. Celebramos hoje a força política de uma declaração, a Declaração Universal dos Direitos Humanos, que foi adotada em 1948. Esse documento não nasceu de tempos de tranquilidade, como nenhum documento acerca de direitos humanos nasce de tempos de tranquilidade. Documentos e lutas de direitos humanos nascem em meio de cicatrizes deixadas pela violência e pela discriminação, nascem da dor, mas também nascem da coragem, a coragem de defensoras e defensores de direitos humanos que, mesmo diante das mais difíceis dificuldades, ousam afirmar que ninguém é descartável e que toda a vida humana possui valor. (*Palmas.*)

Desde então, cada avanço democrático, aqui no Brasil e no mundo, carrega a marca dessas lutas. A luta antirracista, que o Senador personifica tão bem, a luta das mulheres, a luta dos povos indígenas e quilombolas, a luta da população LGBTQIA+, das pessoas com deficiência, da juventude que está aqui presente conosco, das comunidades que defendem seus territórios, das famílias que não desistem da verdade



e de tantas defensoras e defensores que sustentam a nossa democracia com coragem e esperança.

Por isso, afirmamos hoje que os direitos humanos não são apenas memória do que já vivemos, são uma visão de futuro. Apontam para o Brasil que podemos e devemos construir: um país sem invisibilizados, um país sem violência naturalizada, um país sem hierarquia de humanidade, um país em que todas as pessoas têm dignidade. (*Palmas.*)

Ao revisitar o ano de 2025, reconhecemos um período de reconstrução profunda, uma reconstrução institucional, federativa, social, mas, sobretudo, uma reconstrução ética. O Estado brasileiro voltou a colocar a vida e a dignidade das pessoas no centro das decisões políticas.

E aqui eu peço a permissão de vocês para falar um pouco do trabalho do Ministério dos Direitos Humanos. O programa Aqui é Brasil permitiu que mais de 2 mil pessoas brasileiras fossem repatriadas com dignidade, reafirmando que o Brasil é um país que não abandona seus nacionais. No campo da moradia, garantimos, por meio de portaria, junto com o Ministério das Cidades, que 3% das unidades de Minha Casa, Minha Vida sejam destinadas à população em situação de rua. Assim, a gente reafirma que moradia não é privilégio, é direito humano básico.

Esse compromisso se aprofundou com o lançamento do edital para a construção de 40 equipamentos do Cidadania PopRua, que irá funcionar nas principais capitais brasileiras como porta de entrada para direitos básicos da população em situação de rua. Com esse edital, afirmamos que enfrentar a exclusão não se faz com palavras, mas com infraestrutura, investimento e presença do território nos estados vulnerabilizados. (*Palmas.*)

Também avançamos com a sanção do ECA Digital, que inaugura uma nova era de proteção de crianças e adolescentes em ambientes virtuais. A política para pessoas idosas foi fortalecida por programas como Envelhecer nos Territórios, que já acolheu mais de 100 mil pessoas. A proteção da população LGBTQIA+ foi ampliada, com programas como Acolher+, que fortalece a rede de acolhimento e pertencimento. O Novo Viver sem Limite, programa voltado para pessoas com deficiência, avançou com a construção do Sisnadef, inaugurando um modelo de avaliação da deficiência mais justo, humano e inclusivo.

E quando o Estado retifica 434 certidões de óbitos de pessoas mortas e desaparecidas na ditadura, não cumpre apenas um dever jurídico, mas uma promessa civilizatória de verdade e reparação. A confiança da população se expressa nas mais de 460 mil denúncias recebidas pelo Disque 100, demonstrando a centralidade desse instrumento de denúncia para a proteção da vida. Fortalecemos o diálogo com a sociedade civil em todas as suas dimensões, compreendendo que nenhuma política pública se faz sem participação, pactuação e presença nas raízes e nos territórios.

Nesta semana, iniciaremos a 13ª Conferência Nacional dos Direitos Humanos. Também iniciaremos a 6ª Conferência Nacional dos Direitos da Pessoa Idosa. São processos democráticos que reafirmam a centralidade da participação social e a necessidade de construir políticas públicas com quem vive as realidades que nós queremos transformar.

Estamos entrando em 2026 com a convicção de que este será um ano de integração das políticas, consolidação das entregas e enfrentamento decisivo a violências que persistem. Entre elas está o feminicídio, que o Presidente Lula reconheceu publicamente como uma emergência nacional...

(*Soa a campainha.*)

A SRA. ÉLIDA LAURIS – ... que os movimentos feministas reconhecem há anos como uma emergência nacional.

A fala do Presidente foi mais do que um posicionamento do Governo; foi um gesto ético, uma convocação ao país para romper, de forma definitiva, com a normalização da violência contra as mulheres. (*Palmas.*)



Quando se diz que o feminicídio precisa parar, se afirma que defender a vida das mulheres é defender a democracia e os direitos humanos na sua essência mais básica.

Que sigamos inspirados pela coragem histórica de defensoras e defensores de direitos humanos, pela luta incansável de militantes de direitos humanos – como o Senador Paim e a sua luta contra o racismo –, pela determinação das mulheres que resistem em permanecer vivas, pela energia da juventude, pelos povos que apostam sua vida para proteger seus territórios e por comunidades que em todo este país reinventam a dignidade e a solidariedade todos os dias!

Que Executivo, Legislativo e Judiciário estejam juntos para transformar os direitos humanos, porque direitos humanos são, acima de tudo, uma visão de país...

(Soa a campainha.)

A SRA. ÉLIDA LAURIS – ... e o Brasil que precisamos construir é o Brasil que nós escolhemos fazer politicamente hoje!

Muito obrigada. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) – Muito bem!

Meus cumprimentos à Sra. Élida Lauris, Secretária Nacional de Promoção e Defesa dos Direitos Humanos do Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania.

Os convidados que estão neste momento assistindo ali das galerias sejam todos bem-vindos. É uma sessão de homenagem aos direitos humanos, em homenagem a todo o povo brasileiro e a todo o planeta, para que, cada vez mais, as pessoas façam o bem, trabalhem com carinho, com a palavra amor e não à violência. Sejam bem-vindos! Uma salva de palmas para vocês. *(Palmas.)*

Passo a palavra, neste momento, à Sra. Vilma Araújo, gerontóloga e especialista em políticas públicas para pessoas idosas.

Ela está remotamente.

Conseguiu? Estamos vendo, mas não estamos ouvindo a senhora. *(Pausa.)*

A SRA. VILMA ARAÚJO (*Por videoconferência.*) – Pronto? Estão me ouvindo?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) – Perfeito.

Agora é com a senhora.

A SRA. VILMA ARAÚJO (*Para discursar. Por videoconferência.*) – Senador, eu estou aqui extremamente emocionada por ter essa oportunidade de falar sobre o meu... Eu sou monatemática, Senador; a minha questão é o envelhecimento no Brasil. Então, o que eu queria dizer é o seguinte: a importância dos direitos humanos para as pessoas envelhecerem bem.

As legislações, Senador, são fantásticas, mas nós sabemos que a grande maioria delas não é cumprida, na sua íntegra, nos 558 municípios brasileiros. Nós sabemos muito bem disso. É uma grande preocupação.

O trabalho do senhor é maravilhoso, cria... O seu olhar específico está na questão do envelhecimento há muito tempo. O senhor talvez não se lembre, mas a gente se conheceu quando da elaboração do Estatuto do Idoso, lá no começo de 2002, 2003. Isso foi em 2003.

Então essas leis são definitivas, são importantíssimas e, como elas demoram muito para serem implementadas, o que acontece? Muda o conceito sobre o envelhecimento, que lá atrás se pensava focando muito na questão do ponto de vista biológico e assistencial. Envelhecimento tem muito mais do que isso, tem muito mais aspectos, muito mais nuances a respeito do envelhecimento, e parece que tem muita gente parada no tempo.

Então, o que a gente pretende com os dados que estão chegando? Demorando para chegar dessa vez, mas o Censo de 2022 mostra o envelhecimento do Brasil. O Brasil hoje tem 15% da sua população com



mais de 60 anos. Eu queria citar Minas Gerais, 17%; e aqui em Belo Horizonte, 19% da população têm mais de 60 anos. Então, quando a gente pensa nessa quantidade de gente, isso mostra que já atingiu mais de 10%, já é um país envelhecido.

Então, o que está sendo feito ali, no município, naquele território onde a pessoa vive as suas alegrias e as suas tristezas, que busca atendimento para as suas questões? E onde? Será que estão sendo bem atendidas? Essa é a grande questão, Senador. A expectativa de vida aumenta e a preocupação também vai aumentar, porque como é que essas pessoas estão vivendo no seu dia a dia?

Quando falam a partir desses dados do Censo, a previsão para 2030 é que, desses 32 milhões que somos hoje, podemos chegar a 41. Se isso acontecer, vai ter mais pessoas idosas do que crianças de 0 a 14 anos. Há que se pensar nisso. Em função desses dados, o que a gente precisa muito é juntar forças para fazer com que essas leis sejam cumpridas na sua integralidade.

Eu poderia citar várias leis, mas eu quero me ater a duas delas que têm as suas digitais, que são: o Estatuto do Idoso, a Lei 10.741, de 2003; e essa lei agora, Senador, que muito despertou meu interesse, é a Lei 14.878, que cria a Política Nacional de Cuidado Integral às Pessoas com Doença de Alzheimer e Outras Demências. Senador, isso pode mudar os rumos do envelhecimento do Brasil. É alguma coisa que vai atender diretamente a essas demandas que chegam aonde? Nos postos de saúde ou centros de saúde, como quiserem.

(Soa a campainha.)

A SRA. VILMA ARAÚJO (*Por videoconferência.*) – Lá, essas questões são levantadas. E como será que elas estão sendo escutadas? Como elas estão sendo direcionadas? E vai direcionar para onde? Para quem? Cadê os especialistas, Senador, nos postos de saúde, que possam não basear um diagnóstico mal feito – vamos ser bem fracos –, um diagnóstico mal feito, incompleto, ou então baseado em achismo? Aí já falo dos outros atendentes: “Idoso é tudo igual. Todo mundo vai ser dependente mesmo. Idoso gosta de ficar quieto em casa, não gosta de fazer nada”, ou seja, todo mundo envelhece do mesmo jeitinho. Pelo amor de Deus, Senador! Nós temos que mudar essa visão. Nós estamos em 2025.

Então eu fico pensando assim: essa lei é de uma importância tamanha e eu queria frisar muito para que seja desenvolvida, seja pensada com muito cuidado a questão da prevenção, porque nem todas as pessoas vão ter uma doença de Alzheimer, nem todas as pessoas vão ter algum tipo de demência, só que elas não sabem disso. Elas acham que é muito natural a memória dar uma rateada, alguém chegar e falar: “Ah, já está demenciado”.

Então, o recebimento, o acolhimento e o conhecimento desse processo nos postos de saúde, Senador, são fundamentais. Então, eu fico pensando assim: quantas pessoas vão lá achando que lá vão ter a referência? Essa é a minha preocupação.

Então, de acordo com a Lei 14.878, o órgão responsável – de acordo com a lei – é a Coordenação de Saúde da Pessoa Idosa, que é ligada ao SUS e é ligada ao Ministério da Saúde. Então, a preocupação é a seguinte: é essa coordenação que vai fazer as tratativas, as articulações com os diversos ministérios e com a sociedade civil. Senador, tem um ano e meio que essa lei foi aprovada, ela é de junho de 2024. Nós não temos notícia nenhuma, nenhuma, nenhuma. A preocupação é: será que estão ouvindo as demandas dos idosos vindas lá dos postos de saúde? Porque, entre ouvir o que o gestor do posto de saúde fala sobre o atendimento – é uma coisa – e o que o idoso está sentindo tem uma diferença muito grande.

Então, eu até – sabe, Senador? – mandei... Entrei na sua cartilha, vi o contato lá desse órgão do Ministério da Saúde e perguntei a quantas andavam as tais tratativas? A atendente me disse: “Você me mande um *e-mail*, se identifique e fale da sua demanda”. Tem dez dias – sabe, Senador? –, e não mandaram nenhuma resposta até agora.



Então, eu fico pensando assim: é muito importante esse olhar diferenciado para o que vem dos postos de saúde. Mas também, Senador, é muito importante conhecer as experiências exitosas que já estão acontecendo para desenvolver um trabalho mais efetivo com e para os idosos.

Na época em que eu estive na prefeitura, Senador, nós organizamos três seminários nacionais sobre experiências inovadoras. Nós identificamos tanta coisa interessante neste Brasil, mas tanta coisa, com atividades, políticas públicas exitosas. E eu queria aproveitar a oportunidade de falar para que eles também pesquisem o que o Governo espanhol tem feito há mais de 30 anos através do Imserso. Eles vão encontrar boas indicações para poder desenvolver o trabalho.

Então, tentando não me alongar muito, mas já me alongando, eu queria falar sobre a lei, né? Então, nós temos essa lei, é importante estar aqui. Não sei se vocês estão conseguindo ver a cartilha desenvolvida aí pelo seu gabinete, né, Senador? Ela é muito interessante, ela aborda as questões sobre a doença de Alzheimer, tem aqui as indicações de *e-mail*, telefone para a gente entrar em contato, tem o conteúdo da lei e tem indicações sobre a importância de atividade física, de musicoterapia etc., etc., muito interessante para as pessoas – para estudantes, para cuidadores etc., etc. Mas eu fiz também essa cartilhinha, e essa cartilha fala diretamente com o idoso, Senador. Fala diretamente com o idoso, num linguajar simples, onde há duas personagens que realmente existem, D. Marisete e a Conceição, que foram pessoas que atuaram e fizeram trabalhos belíssimos para os idosos em Belo Horizonte.

Eu queria, fechando – o tempo está acabando –, agradecer profundamente o seu empenho e o seu trabalho voltados para o idoso. Sem usar muito, Senador, sem divulgação dessa cartilha, da minha, da sua, e da existência da lei, nós não vamos chegar a lugar nenhum. Nós precisamos da efetivação, de fato, dessa lei, que, Senador, pode mudar o rumo do envelhecimento do Brasil.

E a última coisa que eu queria falar é o que a D. Marisete, que é uma das personagens, falou a seu respeito: disse que o senhor é o guardião dos direitos dos idosos.

Senador, muito obrigada. Reveja a sua questão de sair daí, porque vai deixar um buraco enorme! Muito obrigada! (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) – Eu que agradeço à Sra. Vilma Araújo, Gerontóloga Especialista em Políticas Públicas para Pessoas Idosas.

O que ela está falando é sobre a lei do Alzheimer. Foi uma das últimas leis que eu aprovei, o Presidente Lula sancionou, e nós temos uma bela cartilha. Mas eu sempre gosto de dizer que eu não sei fazer lei sem dizer de onde veio. Então, quero aqui, de público, dizer que a lei do Alzheimer é uma obra do Dr. Leandro, lá de Novo Hamburgo, no Rio Grande do Sul. Ele e alguns especialistas foram a Canoas, ao meu escritório e me propuseram: “Paim, tu apresentas esse projeto de lei?”. Eu os ouvindo, claro, me convenci, apresentei. Foi aprovado na Câmara e no Senado – o Ministério da Saúde nos ajudou muito –, e o Presidente Lula sancionou. E eu a transformei numa cartilha, falando do Dr. Leandro.

O Estatuto da Pessoa Idosa foi de um senhor que já faleceu, do Rio de Janeiro. Eu tenho um vídeo que eu gravei e mandei entregar para o filho dele, porque ele foi o mentor da cartilha – eu fui um instrumento no Parlamento. E, quando ele me mandou, ele disse – vivo ainda, claro –: “Pô, Paim, que bom que está telefonando para mim”. Eu tinha uma cartinha dele. “Mas que bom! Eu mandei, mandei, mandei, e ninguém me retornou”. Eu disse: “Não só estou retornando, mas também dizendo que nós estamos aqui com a Consultoria do Congresso, construindo o Estatuto do Idoso”. Ele ficou muito feliz. Infelizmente ele faleceu. Eu fui ao Rio de Janeiro e fiz na Assembleia Legislativa uma homenagem a ele – e entreguei, claro, o estatuto ao filho dele.

Então, Dr. Leandro – que está nos ouvindo lá em Novo Hamburgo –, sua cartilha é sucesso em todo o Brasil, uma forma de ajudar a todos os idosos. Todos nós teremos, na nossa velhice, ou demência – como ela já disse muito bem –, ou – oxalá, não todos – Alzheimer. Mas, Dr. Leandro, as palmas são para o



senhor, viu? (Palmas.)

Concedo a palavra agora à Sra. Cleonice Araujo, Presidente da Rede Nacional de Mulheres Travestis e Transexuais e Homens Trans, e Vereadora suplente pelo Partido dos Trabalhadores, Caxias do Sul.

A SRA. CLEONICE FELIX DE ARAUJO (Para discursar. *Por videoconferência.*) – Bom dia, Senador Paulo Paim. É uma honra. Quero saudar toda a mesa na figura do Senador Paulo Paim. Eu falo aqui direto de Caxias do Sul, na tua cidade, que ama o senhor, que está lamentando muito esses momentos, assim, de o senhor como nosso representante oficial... Mas temos que entender também que o senhor luta tanto por nós e também agora chegou o momento de usar o teu exemplo.

Então, eu venho aqui falar não só no nome das pessoas trans que vivem e convivem com HIV/aids, mas sim também dos corpos LGBTs. Em cima disso, Senador e colegas, eu quero contar para vocês uma breve trajetória de uma jovem que quase teve a vida ceifada, conforme é praticamente uma praxe dentro do Brasil, já que não temos muitas leis ou nada praticamente que nos proteja. Essa jovem do Mato Grosso do Sul, aos 11 anos de idade, foi expulsa da sua casa pelos seus pais por ser uma pessoa trans. Ela assumiu logo cedo a sua identidade sem saber o que era ser uma figura trans ou sem saber se era... Ao mesmo tempo, essa pessoa foi praticamente sequestrada e levada para um prostíbulo num garimpo. Isso foi 30 anos atrás, 31 anos atrás. E lá ela passou dos 11 aos quase 15 anos de idade, Senador, sendo violentada por dez a quinze homens.

Eu escutei muitas palavras bonitas aqui, eu peço perdão por não estar usando palavras bonitas, porque eu não posso usar palavras bonitas quando o meu corpo e o corpo dos meus irmãos ainda são atingidos, as nossas vidas ainda continuam em risco.

E, ao mesmo tempo, essa jovem, que aos 11 anos foi violentada, estuprada, aos seus quase 15 anos, conseguiu fugir desse espaço. E foi o primeiro ato que ela teve de luta pelos seus direitos, foi o primeiro ato de luta pelos direitos humanos, foi o primeiro ato de luta pela vida. E viva a vida! Essa pessoa trans... Só muda a figura, mas isso se repete continuamente.

Essa figura de que eu acabei de contar... Foi um pouco a minha vida. Sou eu, Cleonice Araujo, hoje formada, bacharel em Direito, pós-graduada em Gestão Pública, à frente de uma rede na qual a gente procura lutar, em que as regiões são diferentes conforme seus trabalhos. Então, não tem como eu começar uma fala e não lembrar que hoje é necessário mudar, é necessário o Brasil entender que todas as vidas importam, e a minha também.

É importante que os organismos que aqui passaram e que falarão bonito possam pensar que nós LGBTs, em específico as pessoas trans, estamos sendo assassinadas, porque, quando nós não somos assassinadas fisicamente e apagadas da sociedade, nós somos apagadas mentalmente. Nós estamos tendo um alto índice de genocídio da população.

É importante trazer também aqui que a grande maioria desses jovens que hoje a gente coloca para o Acolher+, como foi trazido pela companheira, das casas de acolhimento... Isso é importante, porque, se tivesse esse projeto antes, com certeza, a minha vida, Senador, teria sido diferente. Talvez o senhor estaria falando aqui com uma doutora, pois meu sonho era ser médica e não ser advogada.

Aliás, me tornei advogada, Senador, para lutar pelos meus direitos, e isso eu tenho feito muito, muito todos os dias, desde quando eu pego um avião para ir para Brasília, para ir para Caxias... Sou reconhecida e respeitada dentro do meu município, mas, quando eu pego um avião e saio do meu município, onde eu resido, em Caxias do Sul, eu sou simplesmente uma carne trans, uma carne que se diz que é a mais barata do mercado. E essa carne trans... Não importa se eu sou negra, se eu sou indígena, a população da qual eu faço parte; simplesmente é uma pessoa trans, que merece ser humilhada, massacrada, em todos os sentidos.

É necessário a gente lembrar das cotas, porque as cotas, Senador, são uma dívida eterna que o



Governo Federal tem conosco. A população brasileira com a população negra e com a população trans tem uma dívida eterna, por isso que eu falo das cotas. As cotas são importantes para a nossa população se quisermos ocupar algum espaço de poder.

Assim eu me coloco como referência. Permita-me ousar e me colocar como referência, porque eu hoje sou uma bacharel em Direito. Hoje, eu me coloquei também como escritora, escrevendo um livro que fala sobre as famílias – *Minha Família em Tons de Rosa* – e, ao mesmo tempo, nos colocando como na linha de frente de batalha.

Mas, enfim, não vou me alongar muito. Quero agradecer muito essa oportunidade. Quero agradecer muito as pessoas que aqui passaram e trouxeram as suas experiências.

(*Soa a campainha.*)

A SRA. CLEONICE FELIX DE ARAUJO (*Por videoconferência.*) – Eu só peço que vocês que passaram por aqui, coloquem os nossos corpos trans, os nossos corpos LGBT nas políticas públicas. É necessário que a gente possa estar ocupando esses espaços e pensando em uma igualdade, numa construção de um país mais justo, honesto e transparente.

E termino falando: viva a vida!

Muito obrigada, Senador Paulo Paim, por tudo. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) – Meus cumprimentos, Sra. Cleonice Araujo, Presidente da Rede Nacional de Mulheres Travestis, Mulheres Trans e Homens Trans, e Vereadora suplente em Caxias do Sul pelo Partido dos Trabalhadores. Eu a cumprimento.

V. Exa. chegou em um momento possível, porque nós tínhamos também solicitado que estivesse conosco o Toni, que é a grande referência em nível nacional da comunidade LGBTQI+. Ele teve um problema sério e por isso não vai participar. Mas V. Exa. cumpriu muito bem o papel, falando da sua história e de momentos tão difíceis, porque o Brasil é um dos países que mais assassina pessoas LGBT. Então, ficam aqui nossos cumprimentos. O Toni foi muito bem representado.

Palmas a V. Exa. (*Palmas.*)

Concedo a palavra, neste momento, à Sra. Diva Moreira, Jornalista, Cientista Política, Ativista e Defensora dos Direitos Humanos. (*Palmas.*)

Já a encontrei em muitos lugares – V. Exa. brilhando, como sempre, falando com alma, com coração, falando daquilo que realmente o nosso povo, tenho certeza, gostará de ouvir.

Permita-me que eu mostre só... uma que falou antes ali falava desta cartilha, Alzheimer. Eu distribuí na mesa. É o meu gabinete que está aqui – e eu já cumprimento o trabalho belíssimo da Ivanete e de toda a equipe –, que ajudou também na construção dessa cartilha, Alzheimer.

Permita-me... A senhora me permite um minutinho? (*Pausa.*)

Está escrito na contracapa: no dia 4 de junho de 2024, o Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, sancionou a Lei 14.878, oriunda de projeto de minha autoria, mas sugerido pelo Médico Geriatra Leandro Minozzo.

O art. 1º estabelece: “Fica instituída a Política Nacional de Cuidado Integral às Pessoas com Doença de Alzheimer e Outras Demências [...]”.

Trata-se de um passo importantíssimo, entre tantos outros ainda necessários, para a promoção da saúde e do bem-estar da população, cuja expectativa de vida está cada vez mais elevada. Mas que bom que nós estamos envelhecendo.

Não ocupei o seu tempo, que começa a partir de agora. (*Risos.*)

A SRA. DIVA MOREIRA (*Para discursar.*) – É uma alegria muito grande estar aqui com vocês. É a primeira vez que eu venho falar no Senado. Então, eu tenho que correr porque essa coisa de contagem



de tempo deixa a gente meio nervosa.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) – Eu serei tolerante com V. Exa., pode saber. Fale à vontade. (*Risos.*)

A SRA. DIVA MOREIRA – Eu já sou daquela geração que foi muito bem conduzida pela companheira que falou sobre a população envelhecida, com muita alegria. Eu sou uma mulher velha, cheguei a esse ponto, lutando no nosso...

Antes eu quero agradecer – pelo amor de Deus, não posso deixar de agradecer – a companheira Maria Terezinha Nunes, que me convidou para estar presente aqui. (*Palmas.*)

Eu vim para falar amanhã na quarta edição do Seminário Rede Equidade. Amanhã, a gente vai falar sobre o tema As Mulheres e a Redemocratização do Brasil: Um Legado de Coragem e Resistência. Na verdade, quando ela me falou sobre isso, eu falei: “Olhe. A redemocratização do Brasil... para nós, população negra, o país nunca foi democrático”. Todas as pessoas que me antecederam disseram isso. Eu não estou falando nada isolada, nada sozinha. As palavras que eu mais escutei aqui foram as conjunções adversativas “mas” e “porém” – o tempo todo, ou seja, “tivemos avanços, mas...”. Não foi isso? Todo mundo falou isso. Tivemos conquistas, tivemos legislação, “mas”, “mas”, “mas”...

Agora, eu quero agradecer também ao Senador Paulo Paim. Eu não lamento a sua saída, não, porque o senhor nunca vai deixar de lutar pelos direitos humanos e por todas as causas grandiosas. (*Palmas.*)

Nunca vai deixar – nunca vai deixar!

A pergunta que eu faço é a seguinte: por que tantos fracassos? Por que a gente fracassou tanto?

Eu, inclusive, estive em várias lutas neste país, eu lutei pela chamada democracia. Eu fiquei encantada quando o Senador Ulysses Guimarães mostrou para o país a Constituição Cidadã. Eu fiquei emocionada, quase fui às lágrimas. E aí a gente vê o “mas”, “porém”, “todavia”, “entretanto” prevalecerem nas falas que me antecederam.

Então, por que tantos fracassos? Eu tenho uma hipótese: nós não alteramos a estrutura e hierarquia de raças, de classes, de gêneros e de capitalismo em nosso país. Enquanto essas hierarquias não forem alteradas... Acreditar em leis, em estatutos? Eu ajudei a fazer tudo isso. Eu sonhei com tudo isso, eu acreditava em tudo isso. (*Palmas.*)

Teve a marcha ontem das mulheres. É só dor, é só sofrimento, mas é esperança também.

Como a gente tem que correr, porque o tempo é contra a gente, eu quero dizer...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS. *Fora do microfone.*)
– Tem mais dois minutos.

A SRA. DIVA MOREIRA – Tem mais dois... ótimo!

Eu fiquei muito feliz quando cheguei a este auditório e vi Ruy Barbosa, o busto de Ruy Barbosa. Sabe por quê? Este país poderia ser totalmente diferente, e a gente não usaria tantas conjunções adversativas como usamos hoje, se a Reforma Dantas, escrita por Ruy Barbosa, tivesse sido aprovada. E não foi, por causa das bancadas, as bancadas hoje que a gente chama de bancadas ruralistas, eram as bancadas, sobretudo de São Paulo, do Partido Republicano Paulista, que era comandado por donos, senhores de escravos. Então, entraram no processo abolicionista para que a abolição não fosse realizada por uma conquista popular, para que não se tornasse uma luta popular. Isso aí foram os grandes latifundiários de São Paulo que o disseram, não é?

Então, quando eu vejo Ruy Barbosa aqui, e a gente voltando a este cenário, eu fico com esperança, porque agora a gente está na luta para as reparações. E a luta para as reparações pode significar a tentativa de fazer com que a Reforma Dantas, que foi jogada no lixo, aconteça realmente através de um patamar novo, avançado, que é o patamar das reparações. Então, em breve, esta Casa vai receber o projeto de lei pró-reparações.



E eu sou do Coletivo Minas Pró-Reparações, então a gente acaba de produzir uma declaração de Belo Horizonte pró-reparações. A gente colocou o nome declaração para isso mesmo, Declaração Universal de Direitos Humanos, declaração de Belo Horizonte, em favor das reparações. E fazer reparações para nós vai significar dar um fim a esse cansaço permanente. A gente faz, eles vêm e desfazem. A gente produz uma lei, “Ah, não, a lei existe! Nossa, que bacana, a legislação está aí, impecável”. A rigor, ela não é cumprida, é isso que a gente vê sistematicamente. Então, para falar a verdade, eu cansei – eu cansei.

Então, a última aposta que eu faço, nesses últimos tempos, que Oxalá vai me conceder, que Deus vai me conceder, são as reparações, mas reparações não apenas para... Todo mundo acha que a gente está querendo, sabe o quê? É dinheiro: “A Diva está querendo aumentar a conta bancária dela”. Não, não queremos dinheiro. Queremos dinheiro, sim, para aquelas mulheres que não vão conseguir se aposentar. Queremos dinheiro para fixar a nossa meninada nas escolas, para que elas não sejam seduzidas pelo tráfico de drogas e pela criminalidade. Para essas pessoas queremos dinheiro, bolsas, bolsas decentes, que as mantenham em escolas, que não estraguem.

O Sr. Casarotto falou algo que me interessou muito, porque eu fico imaginando o que acontece com a... Tem uma expressão chique dos cientistas, né? Arquitetura neuronal, estou falando certo? (*Pausa.*)

É? Que bacana. Então, o que acontece com a arquitetura neuronal das nossas crianças que vivem espaços com tiroteios, que vivem espaços em que o tio morreu, a mãe morreu, a avó que era provedora perdeu uma perna, sabe?

É muita dor nos nossos territórios, é muito sofrimento nos nossos territórios. Nós não podemos continuar vivendo desta maneira! Acreditar que este país é um país civilizado, é um país humanizado, é um país decente... (*Palmas.*) Não é possível acreditar nisto.

Então, para finalizar... Eu quero finalizar no tempo, porque eu não gosto de buzina. A buzina do Chacrinha acabou, né? Não tem mais buzina do Chacrinha.

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRA. DIVA MOREIRA – É mesmo?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS. *Fora do microfone.*)

– Eu te dou mais cinco minutos também.

A SRA. DIVA MOREIRA – Não, mas eu também não quero abusar. Não quero abusar.

Nós precisamos alterar a hierarquia de raças. Tem um professor da Universidade do Paraná estudioso das genealogias. Esse professor fala coisas que até estremecem a gente – estremecem. Desses coisas que dá para estremecer, é o seguinte: estão no poder – escutem o que eu estou falando, vai ficar gravado, hein! – as mesmas famílias desde as capitâncias hereditárias. E o nome não é à toa, o nome é bem sugestivo: capitâncias hereditárias. Então ele fala que essas famílias continuam no poder até hoje.

Eu estou realizando um livro sobre reparações, a gente vai publicá-lo, não à toa, no dia 13 de maio de 2026, para homenagear a abolição do trabalho escravizado, que é tido como uma coisa assim: “Em 13 de maio? Não, não aconteceu a abolição”. Não foi a abolição dos nossos sonhos, não foi a abolição da reforma Dantas, não foi a revolução dos grandes, a abolição dos grandes abolicionistas; foi, infelizmente, a abolição possível, que transformou a reforma Dantas apenas num artigo, que foi a Lei Áurea, que todos nós conhecemos.

Muito obrigada.

Eu sou uma pessoa movida de esperança também. Aproveito este último minuto para dizer para vocês que eu acho que a esperança é uma virtude política. As pessoas que estão na política, como eu e todas vocês, todos vocês, que estão na política... E não é mandato, o senhor não precisa ter mandato, não, política está com a gente, né?



O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) – Muito bem.

A SRA. DIVA MOREIRA – Não precisa do mandato. Então, todas nós, todos nós temos que ter um compromisso com a esperança. A gente não pode, em hipótese alguma, conversar com essa moçada que esteve aqui e falar: “Olha, gente, lamento informar-lhes, este país não vai dar certo”. E os sinais de que o país e o mundo vão dar certo estão aí, iluminando os olhos da gente, iluminando essas noites trevosas...

(Soa a campainha.)

A SRA. DIVA MOREIRA – ... da extrema direita em que a gente vive: é o renascimento no continente africano, sobretudo nos países do Sahel; são as lutas aí de libertação do povo palestino, em que nós seremos vitoriosos; a Venezuela não precisará de perder a sua população para o Brasil, que anda – inclusive, eu vejo em Belo Horizonte – pedindo esmolas na rua. É de doer, sabe?

Então eu vejo sinais de esperança, nós temos que ter este compromisso com as gerações que virão depois de nós.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) – Convido a Sra. Diva Moreira para que venha à mesa compô-la.

Isso é uma honra para nós, depois dessa bela oratória, que vai na linha daquilo que eu também imagino: que esperançar é preciso. Ao longo desses 40 anos, eu fui candidato muitas vezes e, mesmo na dificuldade, dizia que o pessimista diz: “Não vai dar, a gente não vai ganhar; você precisa de quase 4 milhões de votos”. Em uma delas, eu fiz 3,9 milhões. Foi a mais dura, mas eu consegui chegar. E eu dizia para mim mesmo: o pessimista é um derrotado por antecipação e o otimista vai pilhar sempre, até o último minuto. Por isso que esperançar é preciso, dá para chegar lá.

Vamos lá. Agora passo a palavra à Sra. Letícia Holanda, Diretora de Relações Institucionais da União Nacional dos Estudantes, a nossa querida UNE. Seja bem-vinda! (*Palmas.*)

A SRA. LETÍCIA HOLANDA (Para discursar.) – Boa tarde a todos e a todas que estão presentes.

Eu queria iniciar aqui agradecendo pelo convite para estar presente nesta sessão de hoje, saudar o Plenário e a mesa na pessoa do Senador Paulo Paim, que é esse grande nome em defesa dos direitos humanos, um Senador que tem uma marca na história brasileira, que transformou a política, uma política que muitos diziam ser impossível em uma realidade que foi central principalmente para a aprovação do Estatuto da Igualdade Racial. E acho que, além disso tudo, ainda tem uma contribuição muito importante na história da União Nacional dos Estudantes, que foi a nossa conquista recente da reformulação da Lei de Cotas – queria, inclusive, uma salva de palmas ao Senador (*Palmas.*) –, que foi muito importante no processo de articulação política, no processo de amadurecimento e de convencimento também de que a Lei de Cotas salva vidas, de que ela muda vidas e que ela é extremamente importante para o acesso da nossa juventude, principalmente indígena, negra, quilombola, ribeirinhos, na universidade. Então, esteve junto com a gente em defesa dessa reformulação, que, com certeza, vai continuar transformando vidas. O nosso mais puro agradecimento por essa contribuição de luta.

Nós sabemos que os direitos humanos são algo extremamente importante. E eu acho que é exatamente disso que se trata esta data aqui de hoje. O Dia Internacional dos Direitos Humanos nasce com um compromisso global de impedir a repetição da barbárie, mas, no nosso Brasil, ainda nos lembra que nós vivemos uma constante disputa, seja pela vida, pela dignidade, pela democracia principalmente. A gente presenciou isso na história, infelizmente, com os atos do 8 de janeiro.

Então, quando nós olhamos para a realidade do nosso país, a gente entende que direitos humanos não são uma abstração, mas uma urgência, e a gente precisa estar diariamente ligado, porque: a juventude negra



continua sendo alvo de operações policiais – e a gente sentiu isso agora no Rio de Janeiro, recentemente, com aquela tragédia, o massacre que aconteceu –; as mulheres seguem enfrentando o feminicídio, com essa realidade brutal, vítimas do machismo estrutural de uma sociedade misógina – e a gente tem agora, teve esses atos, grandes mobilizações em várias capitais do nosso país como demonstração de que a luta contra o feminicídio é extremamente primordial à vida das mulheres, sobretudo das mulheres negras, que enfrentam as desigualdades mais profundas do nosso país e de um racismo estrutural extremamente obscuro e estruturante –; a população LGBT encara a violência e a invisibilidade também, principalmente das pautas políticas; os povos indígenas e quilombolas têm os seus territórios ameaçados; e o povo trabalhador segue lutando para sobreviver em meio ainda ao desemprego, à fome, à precarização.

Nós tivemos grandes avanços neste Governo, mas a gente sabe que ainda há muito a se construir, e a luta dos direitos humanos, esse passo que a gente faz, é extremamente importante para que a gente consiga garantir isso. Então, falar de direitos humanos, portanto, é reconhecer que o Brasil ainda precisa muito avançar, porque ainda nega a dignidade, ainda há quem mais precisa, e isso é um passo – e a gente está caminhando a grandes passos largos para que aconteça lá na frente toda a emancipação do nosso povo.

Quero afirmar que não há democracia possível onde vidas são descartadas. E também quero falar que, sobre a disputa política dos nossos tempos, que é o que a gente tem feito, a gente vive em uma ascensão de discursos que tentam transformar a violência policial, a desumanização, e relativizam muito o autoritarismo, mas que, sobretudo, ainda tenta transformar os próprios direitos humanos em políticas de privilégios, que é algo que a gente sabe que não é para ser um privilégio, é para ser um direito.

Então, a gente defende os direitos humanos, ao mesmo tempo em que a gente defende a nossa democracia, a memória, a verdade, a justiça, para que a gente consiga garantir cada vez mais que o Estado não volte a ser uma máquina de silenciamento, de perseguição e de morte, mas que sirva cada vez mais como expressão, como a defesa da nossa ciência, como os defensores dos direitos e da participação social, que são extremamente importantes e que são áreas que sofreram muitos ataques recentemente.

Acho que, para além disso, também é defender a vida do nosso planeta. A crise climática destrói territórios, expulsa populações e aprofunda cada vez mais a desigualdade, principalmente nas terras indígenas, nos nossos territórios dos povos originários. A gente teve uma grande COP 30, que falou muito sobre a preservação ambiental, que falou muito sobre a defesa do meio ambiente e sobre o que a gente quer para o nosso país e o desenvolvimento que a gente tem apontado, para que a gente tenha cada vez mais a transformação climática acontecendo de fato no nosso país.

A UNE está aqui hoje justamente porque nós acreditamos que a juventude brasileira, sobretudo os estudantes, têm um papel estratégico nessa disputa. Nós sabemos que isso tudo sobre o que eu falei aqui, agora não se defende sozinho e não tão somente no voto, mas também se defende nas ruas, nos espaços institucionais, nas universidades, nos institutos federais. Cada espaço que a juventude ocupa hoje são espaços de megafone para a nossa juventude e de luta política também, de tudo isso que a gente mobiliza hoje.

Então, tudo o que nós falamos aqui, seja na cultura, seja na produção de conhecimento científico e tecnológico, também faz parte dessa luta política na qual nós nos posicionamos. E a UNE tem orgulho de estar ao lado de figuras como o senhor, Senador, que tanto constrói essa luta conjunta...

(Soa a campainha.)

A SRA. LETÍCIA HOLANDA – ... não só pela juventude, como também por todos os brasileiros e por todas as brasileiras que precisam de dignidade no nosso país e que precisam ter, dentro dos seus corações, esse sonho de que são transformadores da nossa sociedade. E a juventude, sobretudo, é um desses motores de transformação.



O que nós defendemos aqui é um Brasil onde nenhuma vida seja descartável, um Brasil que combata o racismo estrutural, um Brasil que combata o machismo, que combata a misoginia, que combata o feminicídio e que reconheça e proteja os seus povos originários, um Brasil que enfrente a desigualdade como prioridade no seu projeto de desenvolvimento rumo à soberania nacional e um Brasil que garanta, sobretudo, o futuro das nossas juventudes, que são esse trilho e o caminho para o nosso projeto.

(Soa a campainha.)

A SRA. LETÍCIA HOLANDA – Então, o Dia Internacional dos Direitos Humanos é um chamado para reafirmar que os direitos humanos, para além da nossa defesa, são universais, são inegociáveis e inalienáveis e que, toda vez que um direito é violado, a democracia inteira é ferida.

A UNE segue firme na defesa da vida, dos direitos, da dignidade, sobretudo acreditando nesse projeto de soberania que tem como motor e que tem como um dos seus pilares a defesa dos direitos humanos. Então, podem contar com a União Nacional dos Estudantes. Nós estamos extremamente felizes por fazer parte deste momento.

Quero agradecer mais uma vez, Senador, pelo convite, pela sua luta em defesa dos direitos humanos e pela parceria de sempre ao lado da juventude brasileira.

Muito obrigada. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) – Muito bem. Meus parabéns, Letícia Holanda, Relações Institucionais da União Nacional dos Estudantes, que fez um belo pronunciamento representando a juventude brasileira.

Vida longa à nossa juventude, vida longa à nossa querida UNE, sempre na frente!

Deixe-me te contar, em um minuto, Letícia, que eu fiz uma caminhada, quando eu era sindicalista, de Canoas a Porto Alegre a pé, contra a ditadura, exigindo a democracia. Demoramos lá umas três horas caminhando, caminhando. Dizem que eu desmaiei em frente ao palácio, mas, no meu currículo, não botei que eu desmaiei, não. *(Risos.)*

Mas que eu passei mal, passei. Foi uma caminhada longa.

Mas eu me lembro de que, na principal avenida em direção ao palácio, tinha uma lomba, e os estudantes estavam todos ali. Eram milhares, eu saí de Canoas com 5 mil, cheguei a Porto Alegre com 20 mil. Aí os estudantes disseram: “Abram alas para os operários passarem”. Eles abriram, nós passamos e fomos ao palácio fazer o nosso protesto. *(Palmas.)*

Mas eu queria cumprimentar os companheiros que estão, neste momento, saindo. São alunos do ensino médio da Escola do Legislativo Profa. Elce Mamede Dorneles, da cidade de Tupaciguara, Minas Gerais. Uma salva de palmas a vocês, que representam também a nossa juventude neste momento. *(Palmas.)*

Concedo a palavra, como último convidado, ao Sr. Ricardo Terena, Ricardo Terena, Coordenador do Departamento Jurídico da Articulação dos Povos Indígenas do Brasil, representando o Sr. Dinamam Tuxá.

É vídeo? Temos a presença aqui. *(Pausa.)*

Está aqui.

O SR. RICARDO TERENA (Para discursar.) – Primeiramente, eu gostaria de agradecer ao Senador Paulo Paim por este espaço, neste momento, e também neste momento tão oportuno com relação aos direitos dos povos indígenas.

Quando a gente fala sobre direitos dos povos indígenas, quando a gente fala de direitos humanos dos povos indígenas, não tem como a gente tratar dessa questão sem falar dos territórios indígenas. Esses territórios são uma dívida histórica que o Brasil tem para com as nossas comunidades, e é uma coisa



que, inclusive, está prevista na própria Constituição, no art. 67 do ADCT, que previa ali um período de cinco anos em que essas demarcações deveriam ter ocorrido. No entanto, até hoje, essa questão ainda não aconteceu.

Essa dúvida histórica ainda não foi sanada e essa dúvida histórica causa impacto nos territórios indígenas. Causa impacto nos territórios indígenas do extremo sul da Bahia, que hoje é completamente tomado pelo tráfico de drogas ali na região. Quase toda semana a gente ouve boatos, boatos não, mas a gente ouve relatos com relação a tiroteios que acontecem próximos às comunidades indígenas. Quando a gente fala dos guaranis kaiowás, no Mato Grosso do Sul, a gente está falando de situações em que as comunidades indígenas estão sofrendo com pulverização aérea de agrotóxicos. Quando a gente olha para o ava-guaranis, no Estado do Paraná, este ano, pelo menos duas vezes, a gente recebeu informações de decapitações de lideranças indígenas naquela região. Quando a gente fala da questão envolvendo os munducurus, no Estado do Pará, a gente está falando de uma contaminação por mercúrio por conta de garimpo ilegal que acontece dentro dos territórios indígenas.

Hoje a gente vê um estado de constante violação de direitos humanos das comunidades indígenas e que inclusive foi pauta do próprio Conselho Nacional de Direitos Humanos que reconheceu um constante estado de coisas inconstitucional e de violação constante de direitos humanos com relação às comunidades indígenas no Brasil.

Nesse contexto todo, que a gente encontra hoje, a gente sabe que as comunidades sofrem por conta da ausência da demarcação, que fragiliza toda a questão de segurança dentro desses territórios. A gente está próximo, durante esta semana, de um julgamento que é muito importante para nós, enquanto povos indígenas, que são as ações de controle de constitucionalidade da Lei nº 14.701, que ali coloca questões inclusive já declaradas como inconstitucionais e inclusive violando a cláusulas pétreas, que são a proteção dos direitos territoriais indígenas, a própria questão do marco temporal, violações com relação ao usufruto exclusivo dos nossos territórios e também a própria questão da mudança dos procedimentos demarcatórios, porque, a partir do que for decidido, a gente pode ter uma situação que vai tornar ainda mais difícil a demarcação que hoje já é essencial para as nossas comunidades indígenas.

Diante desse cenário, essa votação foi pautada para quarta-feira, e, infelizmente, a gente também teve uma movimentação da Presidência desta Casa, pautando uma PEC que é inconstitucional, a PEC 48, instituindo o marco temporal para o dia de amanhã. Então, a gente vê hoje um cenário que é de completo retrocesso com relação aos direitos indígenas e que a gente pode considerar que é o maior retrocesso nos últimos 40 anos, desde a promulgação da Constituição Federal.

Essa situação repercute para as nossas comunidades indígenas, mas também tem uma repercussão em nível não só nacional e internacional, mas para todas as pessoas. Quando a gente fala da demarcação dos territórios indígenas, a gente está falando de medidas eficientes de combate ao atual estado de crise climática que nós vivemos.

(Soa a campainha.)

O SR. RICARDO TERENA – Quando a gente olha para os territórios indígenas, a gente tem estudos que preveem ali que são os territórios que apresentam maior proteção, o menor índice de devastação ambiental dos últimos 30 anos, contando com um índice de apenas 1%. Então a demarcação dos territórios é essencial não só para as nossas comunidades indígenas, mas para toda a sociedade brasileira, para toda a sociedade internacional.

Eu gostaria de agradecer ao Senador Paulo Paim, que sempre é um companheiro nosso, com quem a gente sempre tem um diálogo muito bom, mais uma vez por este espaço. Trago apenas essas questões e também deixo o recado de que demarcar não é apenas titular os territórios indígenas, mas também



garantir a existência do que um dia já foi o Brasil.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) – Muito bem! Parabéns!

Permita que eu diga que o meu assessor aqui dos trabalhos botou na tela –, e você está muito bem aqui com o cocar: “Advogado indígena [com muito orgulho] sustenta no STF contra a redução de parque nacional para a construção da Ferrogrão”.

Aqui estão, então, inúmeras pessoas cumprimentando e elogiando a tua postura e a excelente defesa, que é a mesma que você faz aqui.

Como é bom, como é bom ter visto na data de hoje, em uma das minhas despedidas, negros e negras e brancos falando, e ver aqui o indígena fazendo um encerramento! Isso é bom demais! É sinal de que estamos chegando lá, devagar, mas estamos chegando. Parabéns! (*Palmas.*)

Depois dessa bela oratória que eu ouvi – e já cumprimentei –, nós vamos para o encerramento, como é de praxe.

Cumprida a finalidade da sessão especial do Senado, agradeço às personalidades e a todos os convidados que aqui estiveram prestigiando o Dia Internacional dos Direitos Humanos, que será no dia 10, mas nós antecipamos para hoje.

Eu já estou me comprometendo e vou avisar aqui à assessoria para reservar o dia 10 de dezembro para eu fazer o meu discurso de despedida do ano.

Está encerrada a sessão.

(*Levanta-se a sessão às 12 horas e 50 minutos.*)



Ata da 188^a Sessão, Não Deliberativa,
em 8 de dezembro de 2025

3^a Sessão Legislativa Ordinária da 57^a Legislatura

Presidência dos Srs. Confúcio Moura e Izalci Lucas.

(Inicia-se a sessão às 14 horas e encerra-se às 16 horas e 21 minutos.)



O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - RO. Fala da Presidência.) – Há número regimental, declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

A presente sessão não deliberativa destina-se a discursos, comunicações e outros assuntos de interesse partidário ou parlamentar.

As Senadoras e os Senadores poderão se inscrever para uso da palavra por meio do aplicativo Senado Digital, por lista de inscrição que se encontra sobre a mesa ou por intermédio de totens disponibilizados na Casa.

Passamos à lista de oradores.

O primeiro inscrito desta tarde é o Senador Eduardo Girão, do Partido Novo, do Estado do Ceará.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE. Para discursar.) – Paz e bem, meu querido amigo, meu irmão, Senador Confúcio Moura, do Estado de Rondônia. Quero cumprimentar também o Senador Paulo Paim, do Rio Grande do Sul, aqui presente, os dois Parlamentares no Plenário, sabendo que muitos colegas estão vindo dos seus estados para Brasília e teremos nesta semana, se Deus quiser, uma semana muito produtiva aqui na Casa revisora da República.

Quero também cumprimentar os funcionários desta Casa, assessores, brasileiras e brasileiros que nos acompanham, que estão ali do nosso lado – por mais que a gente esteja vendo os valores invertidos, as prioridades invertidas do nosso país, são os brasileiros que não desistem da sua nação. Uma saudação a todos os que fazem parte da comunicação da TV Senado, Rádio Senado e Agência Senado, que levam o nosso trabalho aqui para o povo brasileiro.

E quero agradecer a Deus, Sr. Presidente, pela oportunidade de estar, mais uma vez, aqui, combatendo o bom combate, procurando defender nossas ideias, procurando denunciar o que está errado; agradecer a Deus pela vida, pela saúde, por podermos ser a voz de tantos perseguidos – milhares, quem sabe milhões de brasileiros –, hoje, no Brasil, especialmente aqueles que são de direita, aqueles que têm o conservadorismo como algo que ilumina sua visão de mundo.

E não é fácil hoje, nesta ditadura que a gente vive, ser cristão no Brasil. Eu quero dizer que eu vivi para ver...

Só estou na política desde 2019, participei de uma campanha em 2018. Nunca tinha disputado nenhuma cadeira. Deus me trouxe, através da boa vontade do povo do Ceará, do meu estado, direto aqui para o Senado Federal. E eu procuro encarar esta missão como uma missão de vida, com foco total, com energia total, agradecendo a minha esposa, Márcia, e a meus filhos o apoio e a oração de tanta gente que ama esta nação e que ora, porque sabemos que a guerra que vivemos aqui não é entre os homens, não; a guerra que vivemos aqui é espiritual.

E, Sr. Presidente, eu nasci para ver o Governo Lula, o PT, de forma transparente, defendendo bancos. A blindagem que nós tivemos aqui, na semana passada, na CPMI do INSS, que nós lutamos para que fosse instalada – a base do Governo não queria, o PT especialmente, mas nós conseguimos a instalação... E uma tentativa de manobra da base do Governo Lula para tomar o comando da CPI nós não deixamos, foi um trabalho de madrugada.

E essa podridão toda do roubo dos aposentados, dos pensionistas, de órfãos, de viúvas, de deficientes está vindo à tona, graças à ousadia no bem de alguns Parlamentares que ali estavam para buscar a verdade. Nós derrotamos o Governo Lula, que queria tomar o comando, como tomou o da CPI do Crime Organizado, que nós ralamos anos a fio para instalar. Conseguimos instalar, e o PT foi lá, sem nenhum Parlamentar assinar, e tomou o comando. E a gente está vendo uma CPI natimorta, que não tem sessão; e, quando tem, tentam censurar Parlamentares de fazer perguntas ali dentro.

Mas o Brasil está vendo, as pessoas estão tirando suas próprias conclusões. Aqueles que se dizem



defensores da democracia, aqueles que se dizem do time do amor estão fazendo o que estão fazendo hoje, uma caçada implacável à liberdade de expressão.

Aguenta aí, que este Governo já está preparando – saiu na mídia, no final de semana – mais censura às redes sociais. Eles não vão desistir, eles querem te calar. E o baluarte – o baluarte – da censura no Brasil chama-se Jorge Messias, da AGU. Está lá, criou, logo quando chegou, a Procuradoria de Defesa da Democracia, tudo nome bonito, para tentar enquadrar os brasileiros por suas opiniões políticas. Ele é o militante-mor também desse regime.

Sr. Presidente, além da blindagem dos bancos na última semana, de publicitários do PT de outrora, cujos nomes aparecem ali recebendo dinheiro dessa fraude do INSS, a maior fraude previdenciária da história do planeta acontecendo no Brasil – tem tudo para deixar mensalão, petrolão no chinelo, quando entrarem os consignados –, a gente já viu blindagem de sócio de Careca do INSS, a gente já viu sigilo de cem anos decretado pelo Senado Federal – que vergonha, que vergonha! –, para não saber em que gabinetes o Careca do INSS, uma peça-chave desse esquema, entrou aqui – foi proibido pela Presidência da Casa, para se saber.

Há muita coisa nebulosa acontecendo, mas eu vou dizer uma coisa para os senhores e para as senhoras. Em qualquer pesquisa feita sobre Lulinha na internet, vai encontrar – na Wikipédia, por exemplo – a seguinte informação: Fábio Luís Lula da Silva, brasileiro, 50 anos de idade, empresário e filho do Presidente da República.

A história da maior parte da humanidade está dividida entre dois períodos: antes e depois de Cristo. O.k.? O.k. Já a história empresarial da vida de Lulinha está dividida também em dois períodos: antes e depois de o pai ser eleito Presidente do Brasil. Guarde isso aí. Em 2004, Lulinha deixou de atuar como empresário no ramo de vendas de cachorro-quente e fundou a Gamecorp, para produzir jogos eletrônicos, com capital social de R\$100 mil, mas, de repente, se transformou numa empresa milionária, com aporte de grandes investimentos feitos por uma das maiores empresas de telefonia do Brasil, na época, a Oi/Telemar, que dependia de fortes investimentos do BNDES. Você se lembra disso? Eu lembro bem.

Essas operações levantaram suspeitas imediatas de favorecimento. Lula, ao ser questionado, comparou o sucesso do seu filho ao fenômeno Ronaldinho, um dos grandes craques de futebol, mas a denúncia não seguiu em frente, porque, logo em seguida, explodiu o primeiro grande escândalo do PT: o mensalão. Durante as investigações da 69ª Operação da Lava Jato, foi descoberto que, entre 2004 e 2016, a Gamecorp recebeu R\$132 milhões de repasses da Oi/Telemar. Parte desse dinheiro foi usado para justificar a compra do sítio de Atibaia, principal desvio que levou à condenação de Lula, por lavagem de dinheiro e corrupção, em três instâncias – três instâncias – da Justiça brasileira.

O Ministério Público instaurou investigações sobre a extraordinária evolução patrimonial de Lulinha, em virtude dos fortes indícios de tráfico de influência e lavagem de dinheiro. Esse é um fenômeno, sim, que mina a confiança da sociedade nas instituições brasileiras, fortalece o sentimento de impunidade das elites políticas, numa contradição com a essência do discurso e da imagem populista do Lula, focado no combate às desigualdades e proteção aos mais pobres.

O que mais se vê nesse Governo Lula é – com todo respeito a quem pensa diferente – a promiscuidade entre o poder público, o uso das estatais, dos bancos públicos para atender interesses privados: jogos de poder pelo poder. E tudo isso acontece com a complacência e, portanto, até cumplicidade de uma parte expressiva da tradicional mídia brasileira, que se omite.

Eu disse aqui, na sexta-feira passada: eu não estou ouvindo nada nos veículos de comunicação gigantescos do Brasil sobre a história do Lulinha, lá na CPMI do INSS, com 70 horas de depoimento na Polícia Federal, com uma testemunha-chave dizendo que recebia mesada de R\$300 mil do Careca do INSS. A gente viu em alguns veículos, no *Metrópoles*, no *Poder360*, em alguns outros blogues, como o do Claudio



Dantas, e a gente não vê na mídia tradicional, com exceção da revista *Oeste*, da *Gazeta do Povo*, por exemplo.

Sr. Presidente, depois dos milhões desviados pelo mensalão e dos bilhões – “b” de bola, “i” de índio – desviados do petrolão, a ganância do sistema continuou aumentando até chegar ao ponto desse roubo de milhões de aposentados e pensionistas, via INSS. Aí eu digo de novo: viúva, órfão, deficiente, em cifras descomunais que podem passar dos 70 bilhões – “b” de bola, “i” de índio –, quando chegar no consignado. Tá? Anota isso.

Apesar de toda a blindagem feita pela tropa de choque do Governo Lula e dos *habeas corpus* dados pelo STF, às vezes, até para o depoente nem vir – uma desmoralização completa, uma blindagem, um boicote, uma sabotagem que tem sido feita por esse regime Lula e STF –, mesmo assim, nós temos conseguido avançar, desvendando esse esquema cruel de enriquecimento ilícito de alguns à custa do dinheiro de idosos do Brasil, de pessoas frágeis no aspecto social.

Uma das maiores blindagens tem sido a convocação do Frei Chico, irmão de Lula e Vice-Presidente do Sindnapi. Esse sindicato sozinho foi responsável pelo desvio de mais de R\$600 milhões. Estamos diante de um possível gênio das finanças. Depois que Lula é eleito Presidente da República e Frei Chico assume a Vice-Presidência do sindicato, justamente nesse período, ocorreu um aumento de 500% na arrecadação do Sindnapi em descontos indevidos. Já tem, inclusive, R\$390 milhões bloqueados pela Justiça. E eu digo a vocês: por causa dessa CPMI do INSS, porque, se fosse depender de AGU... No início até tiraram esses sindicatos, inclusive os que têm relação, através do seu Vice-Presidente, com o Planalto.

Mas o filho de Lula conseguiu suplantar a genialidade do tio, depois do sucesso da Gamecorp. Em busca de um dinheiro mais fácil, resolveu embarcar – segundo a Polícia Federal, com esses depoimentos, eu vou falar aqui – supostamente na farra do INSS, se associando a Antônio Carlos Camilo Antunes, o Careca do INSS, um dos campeões da roubalheira aos velhinhos do Brasil. Desde quando explodiu esse escândalo, Lulinha está morando em Madri, na Espanha, e estaria recebendo do Careca do INSS a bagatela de R\$300 mil por mês, como se fosse o passe de um craque cujo ponto mais forte seria porque é filho de um Presidente da República. E tome tráfico de influência. Ou não? Mesmo assim, os governistas mais uma vez se mobilizaram para impedir sua convocação e quebra de sigilo na CPMI da roubalheira do INSS.

Em mais de 70 horas de depoimento à Polícia Federal... Prestem atenção, peço a atenção dos cidadãos de bem desta nação, sedentos por justiça, olhem aqui: em mais de 70 horas de depoimento à Polícia Federal, somando mais de mil páginas de documentos, tudo isso foi detalhado, sabe por quem? Por Edson Claro Medeiros Júnior, ex-funcionário do Careca, preso desde setembro. Como funcionário da maior confiança de Careca, ele foi ameaçado, inclusive, de morte, depois do rompimento com o tal do Careca do INSS. Sabe por quê? Porque sabia demais e tinha provas dos esquemas fraudulentos.

Quem foi que não deixou trazer, também, o Sr. Edson Claro, essa testemunha-chave, para a CPMI do INSS? Sabe quem? Adivinha. A base do Lula, a tropa de choque. Parlamentares que ocuparam aquela CPMI, que não deixaram votar o “não”. Está tudo registrado nos *Anais*.

Olha, Sr. Presidente... (Pausa.)

Está denunciada a criação de empresas no exterior para disputar contratos milionários com o Ministério da Saúde. Um desses projetos foi a World Cannabis, com o objetivo de vender produtos à base da maconha. Tudo denunciado pelo Edson Claro. Ele apresentou provas de uma viagem do Careca... Teria apresentado? É isso que a gente quer ver. A gente quer ter acesso, quer que saia das sombras. A gente precisa jogar luz nessas trevas. Porque ele disse que tem provas da viagem do Careca, do INSS, com o Lulinha, para Portugal, em 2024, no mesmo voo. E não deixaram também. A base do Governo Lula, o PT, não deixou a gente ver os planos de voo, que a Latam liberasse exatamente quem é que estava nesse voo para Portugal. Tudo está sendo escondido da população brasileira, mas não dá para esconder durante



muito tempo.

Foi registrada outra empresa com o nome de Candango Consulting, lá em Portugal, teria sido registrada, pertencente ao Careca e tendo o Lulinha como sócio oculto. Segundo ele, Lulinha teria recebido R\$25 milhões do Careca do INSS. Edson Claro, Sr. Presidente, em seu depoimento, apresentou documentos da participação de Ricardo Bimbo, dirigente nacional do PT e coordenador do setor de tecnologia da informação. Ele teria recebido R\$120 mil em sua conta pessoal e R\$8 milhões através de sua empresa, a Datacore. Pergunte quem foi que também blindou a ida desse Sr. Ricardo Bimbo à CPMI na semana passada! Não preciso nem responder quem foi que blindou: os mesmos que estão blindando tudo, sabotando, de forma vergonhosa, boicotando essa CPMI, para que você, brasileira e brasileiro, não saiba a verdade, mas ela será revelada.

Edson Claro apresentou também um boleto de R\$10 mil, pago ao contador João Muniz Leite, profissional que atendia também a quem? Ao Lulinha. Esse contador foi investigado pelo Ministério Público de São Paulo na Operação Fim de Linha, com suspeita de lavagem de dinheiro para quem? PCC. São muitas as conexões, infelizmente, diretas, desse terrível roubo dos aposentados, em que nós precisamos jogar luz, a ponto de envolver, supostamente, familiares diretos do Presidente da República.

(Soa a campainha.)

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Apesar do boicote à CPMI, com a blindagem da base governista e com as dificuldades impostas por Ministros do STF, continuamos avançando nas investigações, porque temos um Presidente, o Senador Carlos Viana – que tenha muita saúde, pois fez uma cirurgia sábado. Que tudo flua bem! Ele segurou três meses esse câncer no estômago por sua missão no Senado Federal. Parabéns, Senador Carlos Viana! –, e também o Deputado Alfredo Gaspar, que é o Relator, que são verdadeiramente independentes.

Sr. Presidente, se o senhor me der mais um minuto, e não vou tomar mais, para encerrar, porque eu sempre gosto de encerrar com uma frase.

Eu encerro com essa forte advertência deixada pelo Profeta Isaías, há 2,7 mil anos – abro aspas...

(Soa a campainha.)

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – “São as vossas iniquidades que levantaram a separação entre vós e o vosso Deus. São as vossas faltas que mantiveram seu rosto escondido, longe demais para que Ele, o Pai Celeste, o ouça. As palmas de vossas mãos estão manchadas pelo sangue, vossos dedos pelo crime e vossos lábios proferem a mentira”.

Que Deus abençoe, Sr. Presidente, a nossa nação! Que Deus abençoe a todos os Parlamentares! Que tenhamos uma semana de luz, de paz, de harmonia e de busca pela verdade e justiça.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - RO) – Muito bem.

Ouvimos aí o Senador Eduardo Girão.

Eu passo a palavra, a seguir, para o Senador Paulo Paim, PT do Rio Grande do Sul.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS. Para discursar.) – Presidente Confúcio Moura, Senador Humberto Costa, Senador Girão, Senador Veneziano Vidal do Rêgo, eu venho à tribuna, Presidente, para fazer três pequenos registros.

O primeiro, Sr. Presidente, é que, no dia 4 de setembro, representando a Comissão de Direitos Humanos, depois de aprovar um requerimento, realizamos uma diligência em Viamão, no Rio Grande do Sul, para apurar denúncias de violações ambientais, sociais e trabalhistas, que culminaram numa audiência



pública presidida lá por mim.

Enfim, coordenei essa diligência com muita responsabilidade. Presidi a sessão na Câmara de Vereadores. Estava totalmente ocupada. Estiveram presentes a Deputada Estadual Stela Farias, o Deputado Estadual Adão Pretto, a minha suplente Reginete Bispo, vereadores, lideranças sindicais, sociais, comunitárias, indígenas e ambientais.

Houve muita cobrança e pedido de providências daquela comunidade a esta Comissão que eu estava lá representando.

O relatório da diligência foi aprovado pela CDH com quatro principais denúncias. 1) queriam despejar a Intersindical, que estava há 20 anos num espaço privilegiado, praticamente no centro da cidade; 2) instalação de lixão em áreas de nascentes; 3) perfuração de poços pela Aegea; 4) retirada de indígenas da área deles, a área guarani.

O relatório foi encaminhado por mim ao Ministério Público Federal, ao Ministério do Meio Ambiente, à Fundação Nacional dos Povos Indígenas e à Defensoria Pública da União. Entre as recomendações aprovadas, o relatório pede a manutenção da sede da Intersindical de Viamão, o encerramento definitivo do projeto do lixão metropolitano e a suspensão das obras realizadas pela empresa Aegea, a garantia da posse da demarcação das terras pertencentes ao povo mbyá guarani, e a fiscalização dos impactos ambientais no Parque Saint Hilaire e nas áreas de preservação do Lago Tarumã.

Sr. Presidente, esta audiência pública que realizamos, felizmente, já começou a dar resultado positivo na primeira demanda daquela comunidade. A Câmara de Vereadores, sensibilizada pela audiência pública que a Comissão lá realizou, aprovou, por unanimidade, o projeto do próprio Executivo, que reconheceu os argumentos apresentados pelos dirigentes sindicais.

O Executivo Municipal doa, então, definitivamente, a área para a Intersindical. Parabéns à Intersindical! Cumprimento aqui o Prefeito, que voltou atrás da primeira posição e resolveu não ceder por mais 20, 30 anos, mas ceder o espaço definitivamente para aqueles oito sindicatos que lá estavam instalados.

Repto: a Intersindical é composta por oito sindicatos, ocupa o lugar há mais de 30 anos, onde construiu sua sede com recursos próprios e atende, ali, grande parte da população. Trata-se de um espaço de debates, ações dos trabalhadores e movimentos sociais, políticas humanitárias e defesa dos direitos humanos. É um ambiente de acolhimento para idosos, para trabalhadores da área rural, da área urbana, para jovens e para mulheres. E, também, o atendimento médico e de advogados ao nosso povo trabalhador.

Fiquei muito feliz com o resultado final.

Cumprimento, também, o Prefeito, que soube ceder a esse movimento e atendeu a demanda que nós todos lá defendemos. Porque, infelizmente, havia uma tentativa de despejo da Intersindical, que naturalmente era inaceitável.

Enfim, quero saudar todos que participaram da reunião de conciliação – que nós pedimos tanto – no dia 27 de novembro. Foi na Prefeitura, e ali foi selado o acordo que viabilizou o encaminhamento do projeto à Câmara de Vereadores.

Parabéns, Paulo Ferreira, Coordenador da Intersindical; Maria Darcila Tinoco, Secretária da Intersindical; Karla Renée, Diretora do Sindicato dos Municipários; Vereador Alex; Vereador Rodrigo Pox, Presidente da Câmara; e o Prefeito, também, aqui, cumprimento, porque ele foi sensível aos argumentos – o Prefeito de Viamão, Rafael Dalla Nora.

Saúdo os Poderes Executivo e Legislativo de Viamão e saúdo, de forma muito especial, a Intersindical, que mostrou no diálogo, na discussão, nos argumentos, uma qualidade que me orgulha muito. Está cravada na história do movimento sindical, para sempre, a história de Viamão.



Trago outra boa notícia. Ficou acertado ainda que, caso seja necessário, será instalado o centro de referência da mulher em uma área disponível, atrás do salão da Intersindical.

Enfim, um fraterno abraço à comunidade e à população de Viamão. Que bom que prevaleceu o diálogo, o entendimento.

Sr. Presidente, é porque não tive tempo de falar na semana passada e quero falar desse outro tema, que é também notícia boa, e esta Casa participou diretamente.

Sr. Presidente, eu venho há muito tempo preocupado com a privatização da Eletrobras. E, nesse sentido, realizei audiências públicas na Comissão de Direitos Humanos, na Comissão de Assuntos Sociais, com o objetivo de que os trabalhadores não fossem simplesmente postos para a rua, perdessem a própria estabilidade, e ficassem todos desempregados.

Então, eu me refiro à sessão da semana passada, aqui nesta Casa. O Senado aprovou, na semana passada, o Projeto de Lei nº 1.791, de 2019, que veio da Câmara dos Deputados, sobre a realocação dos trabalhadores de elétricas privatizadas.

O projeto é de autoria do já falecido – a quem eu rendo as minhas homenagens – Deputado Federal Assis Carvalho. Do parecer, foram Relatores o Senador Sérgio Petecão, e teve como Relator também o Senador Alessandro Vieira.

Li os relatórios. Achei muito bem colocado, muito bem escrito, com argumentos sólidos. Relatores na Câmara: Deputado Átila Lira; Deputada Erika Kokay; Deputada Fernanda Melchionna, do meu estado; e o Deputado Capitão Alberto Neto.

Agora segue para a sanção da Presidência da República. A proposta trata do aproveitamento e da realocação dos empregados demitidos sem justa causa após a privatização da Eletrobras, em 2022, e garante que esses trabalhadores – muitos com décadas de experiência, muitos com mais de 50 anos, e que foram desligados, sem nenhum aviso, o que atingiu cerca de 4 mil famílias –, possam, a partir da aprovação desse projeto, aqui pelo Senado e pela Câmara, enfim, ser aproveitados em outras empresas públicas. Sim, possam ser aproveitados em outras empresas públicas ou sociedades de economia mista, sempre com funções e salários compatíveis – claro, esse é o pedido. É uma forma responsável de manter empregos, proteger trajetórias e preservar um patrimônio humano e valioso.

Não se trata apenas de justiça social; trata-se também de inteligência administrativa.

A Eletrobras, maior empresa de energia da América Latina, responde por 33% da geração, 50% da transmissão e atende a 31% do território nacional na distribuição.

Os profissionais que atuaram nesse sistema carregam conhecimento técnico e estratégico que deve continuar a servir ao povo brasileiro, nem que seja numa outra instância.

Tive a felicidade, como eu disse, de realizar audiências públicas, por exemplo, na CDH, onde ouvimos trabalhadores e sindicalistas. E o consenso é claro, que o Estado não poderia desperdiçar essa experiência de especialistas que foram demitidos. É um gesto de justiça, de responsabilidade e de respeito àqueles que dedicaram sua vida ao desenvolvimento energético do nosso país.

Fico feliz. Espero que tudo dê certo e que eles possam ser reaproveitados, para o bem de todos, pelo conhecimento, pela experiência, e para que tenham o direito ao trabalho e a um salário digno.

Sr. Presidente, como disse, vou falar agora do dia 3 de dezembro, porque não pude, infelizmente, usar a tribuna naquele dia.

A Assembleia Geral da ONU, no ano de 1992, instituiu o dia 3 de dezembro como o Dia Internacional da Pessoa com Deficiência. A data serve para uma reflexão importante sobre a temática e para celebrar as conquistas, bem como para apontar desafios ainda a serem superados por uma busca melhor na qualidade de vida das pessoas com deficiência.

De acordo com estimativas da Organização Mundial da Saúde, em todo o mundo existem cerca de



1,3 bilhão de pessoas com deficiência. São 16%, ou seja, uma em cada seis pessoas tem algum tipo de deficiência.

A Convenção Internacional sobre os Direitos da Pessoa com Deficiência, aprovada em Nova York, no ano de 2006, reconhece a definição de deficiência como algo dinâmico, em evolução, e que surge da interação entre as alterações corporais e as barreiras que dificultam a vida das pessoas.

Seja qual for a natureza do impedimento – visual, auditivo, intelectual ou físico –, as limitações com as quais uma pessoa se depara vêm da falta de acessibilidade. As cidades, as edificações, os veículos do transporte coletivo e os aparelhos eletrônicos não foram concebidos para que possam ser usados e usadas por pessoas com deficiência.

São inegáveis os avanços já obtidos, mas ainda temos muito por fazer.

A convenção internacional é um documento em que os Estados-membros se comprometem a estabelecer e criar meios pelos quais as pessoas com deficiência tenham maiores oportunidades de participação. Assim, todos compartilham da vida, experimentam suas rotinas de trabalho e vão aprendendo com processos na área da educação, na área da cultura, do consumo e da produção, inclusive cultural e artística.

A convenção significou uma reviravolta na compreensão da deficiência. Ao reconhecer que todos são sujeitos de direito, ao dizer que todos têm liberdade para fazer suas próprias escolhas, ela determina que os países que a ratificaram devem reconhecer o protagonismo dessas pessoas.

Atualmente, as pessoas com deficiência precisam ser respeitadas na capacidade que têm de fazer suas escolhas, ter autonomia sobre seu corpo, sua saúde, o número de filhos que pretende ter. De tudo isso a convenção trata.

Isso não significa que a família ou o Estado não deva dar o apoio quando necessário, nem que não devam existir as salvaguardas legais quando a situação assim exigir. Tudo isso, em nome da maior autonomia possível da pessoa com deficiência.

A lei que originou o Estatuto da Pessoa com Deficiência, Lei Brasileira de Inclusão, surgiu a partir de um projeto de lei de minha autoria, apresentado ainda no ano 2000.

Já nessa época, trazia os principais avanços que estavam em debate na convenção internacional para o direito das pessoas com deficiência, versando sobre acessibilidade, trabalho, educação, esporte, transporte, tecnologia e todos os ramos da experiência humana nos seus 127 artigos.

O estatuto, assim como a convenção, reconhece a pessoa como sujeito de direito e cidadania. A capacidade civil, por exemplo, é um dos seus principais eixos e reconhece a autonomia e o protagonismo dessas pessoas.

Hoje, no Brasil, existem cerca de 17 milhões de pessoas com alguma deficiência, ou seja, 8,9% da população.

Por fim, senhoras e senhores, todos fazem parte da família humana e, na medida em que as barreiras são eliminadas, darão a sua valiosa contribuição.

O mundo não pode deixar ninguém de fora: nenhuma transformação externa, nenhum avanço coletivo, nenhum modelo de desenvolvimento social serão, de fato, transformadores se não olharmos para dentro de nós mesmos. O indivíduo é o agente da mudança social.

Antes de almejarmos qualquer progresso significativo, inclusive no ambiente externo, temos que olhar para o todo, para o conjunto, para as milhões e milhões de pessoas que estão nessa área na sua caminhada de vida.

Antes de pensarmos no planeta, precisamos pensar nas relações também entre as pessoas. São as habilidades humanas que devem ser trabalhadas, a nossa empatia que precisa ser desenvolvida. A capacidade que devemos observar é a capacidade de nos relacionarmos uns com os outros e de nos comunicar



e, juntos, encontrar os melhores caminhos.

Foi com muito diálogo que aprovamos tanto a convenção como o Estatuto da Pessoa com Deficiência.

Por fim, Presidente, nestes últimos dois minutos – e não usarei mais de dois minutos –, eu quero, aqui, render minhas homenagens ao Sistema Nacional de Promoção da Igualdade Racial (Sinapir). Com muita honra assim eu me referi a eles, por terem me convidado para participar da abertura, com autoridades, para relatar a importância do Sistema Nacional de Promoção da Igualdade Racial (Sinapir) no Brasil. O evento celebra os 15 anos do Sinapir e retrata os avanços e desafios do futuro das políticas de promoção da igualdade racial no país.

Sinapir é a sigla para Sistema Nacional de Promoção da Igualdade, um instrumento fundamental para o Brasil articular políticas públicas de combate ao racismo e promoção da igualdade racial.

Sr. Presidente, o Estatuto da Igualdade Racial, projeto de lei de minha autoria, regulamentado por decretos, avança nessa linha, buscando a participação de todos.

Por fim, Presidente, eu agradeço muito à Ministra da Igualdade Racial – e aqui eu termino –, Anielle Franco, ao Secretário de Gestão da Sinapir, Clédisson Geraldo dos Santos Júnior, à Diretora de Articulação Interfederativa, Isadora Bispo dos Santos, e a todos os que contribuem para a promoção da igualdade racial no Brasil.

Agradeço a eles e justifico, com esta fala, que estaria lá presente hoje pela manhã, se eu não estivesse presidindo a Comissão de Direitos...

(Soa a campainha.)

... se eu não estivesse presidindo a homenagem que este Plenário fez hoje pela manhã, eu diria, numa excelente plenária, na qual todos nós fizemos a nossa justa homenagem ao 10 de dezembro, Dia Internacional dos Direitos Humanos.

E justifico a minha não ida, Sr. Presidente, porque lá também eu receberia uma homenagem pela luta de todos nós e por tantas leis que aprovamos aqui contra qualquer tipo de preconceito, principal e naturalmente o preconceito contra o povo negro, contra quilombolas, indígenas, ciganos, povos tradicionais...

Enfim, não pude receber a homenagem, mas sei que a Ministra Anielle, que esteve aqui, pela manhã, disse que me representaria lá e receberia, então, esse troféu ou placa, numa homenagem ao trabalho de todos nós nesta Casa.

(Soa a campainha.)

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) – Aqui eu termino – está terminado – e dou por lido o pronunciamento, que eu tentei abreviar, principalmente este último.

Obrigado, Presidente.

DISCURSO NA ÍNTegra ENCAMINHADO PELO SR. SENADOR PAULO PAIM.

(Vide Item 3.1.1 do Sumário)

(Inserido nos termos do art. 203 do Regimento Interno.)

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - RO) – Parabéns, Senador Paim, pelo discurso.

E vamos em frente.

Eu passo a palavra para o Senador Veneziano Vital do Rêgo, do MDB, Estado da Paraíba.

O SR. VENEZIANO VITAL DO RÊGO (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PB. Para discursar.) – Sr. Presidente, acolha o meu abraço, muito sincero e muito efusivo – de um fã de V. Exa.



O senhor sabe o quanto admirável é, o quanto tem o reconhecimento desta Casa, o quanto tem o reconhecimento do seu povo de Rondônia. E saiba da minha torcida fervorosa para que V. Exa., em 2026, possa, apresentando-se mais uma vez ao seu povo, receber dele o carinho de sempre, a aprovação de sempre, e retornar para mais um período, justificado pelas suas inúmeras ações.

Semana passada, inclusive, eu me encontrava com um conterrâneo seu, de Rondônia, e nós falávamos a respeito dos cenários de cada um dos estados, e, quando partíamos para analisar as situações de Rondônia, eu dizia do nosso carinho e da nossa honra de ter, nos quadros do MDB, uma figura tão importante, tão séria, tão íntegra, tão reta, tão efetivamente resolutiva.

Ele dizia: “Senador Veneziano, de fato, reconheço, e é, entre outros Parlamentares, o que tem trazido, de forma factível, ações para benefícios da nossa gente”. Isso me orgulha profundamente, porque V. Exa. sabe do carinho e da torcida.

Quero cumprimentar os oradores que me antecederam, saudar o meu irmão, Vice-Presidente desta Casa, Senador Humberto.

Haverei de ser breve, até porque o Senador Humberto tem compromissos a cumprir, e eu me comprometia de fazer não o uso dos 20 minutos, mas de rapidamente tecer alguns comentários.

Os primeiros destes dizem respeito a um grande feito do Governo do Presidente Lula, do Ministro Camilo Santana e de uma articulação que fora realizada pelo nosso mandato, junto ao Ministério da Educação.

Na semana passada, na companhia de integrantes da Universidade Federal de Campina Grande, ao lado do Magnífico Reitor, Prof. Camilo Farias, da vice-reitora, de diretores, de professores e de inúmeros integrantes que lá estavam, nós participamos da assinatura da ordem de serviço de uma grande obra, o complexo esportivo da Universidade Federal de Campina Grande, que começa agora, uma obra orçada em R\$28 milhões.

O ginásio anterior simplesmente desabou, meus amigos e minhas amigas, no período da covid, e esse desastre só não foi maior porque esse episódio aconteceu num domingo. Portanto, não presentes alunos, não presentes praticantes; caso contrário, essa situação teria sido ainda mais vexatória.

Eu me recordo de que, em 2023, com a chegada do Presidente Lula e com uma nova realidade que povoara o Governo, capitaneado e conduzido pelo Presidente Lula, nós levamos ao Ministro Camilo Santana o nosso pleito para a construção de um novo ginásio, só que a equipe da Universidade Federal de Campina Grande fez não apenas o projeto de construção de um ginásio; fez uma proposta mais arrojada, mais audaciosa. E esse belíssimo e funcional projeto estava, em vez de R\$4 ou R\$5 milhões, orçado em R\$28 milhões.

Eu fiquei muito preocupado, evidentemente, mas recebi essa incumbência e bati à porta do Ministro Camilo, muito bem atendido como sempre, e ele assumiu o compromisso de incluir, no projeto do PAC, e assim o fez.

E, na semana retrasada – duas semanas, no máximo –, nós tivemos a grande alegria, Presidente, meus amigos e minhas amigas, de ter a assinatura da ordem de serviço desse complexo, pleno, multifuncional, que receberá milhares de estudantes e acadêmicos da nossa Universidade Federal de Campina Grande, que é um dos nossos maiores patrimônios. A universidade, sempre a exaltamos pelos números, pelas referências. Somos, enquanto universidade, responsáveis por produzirmos o maior número de doutores proporcionalmente entre todas as instituições de formação superior, além das referências em pesquisa e em extensão. São orgulhos a Universidade Federal de Campina Grande, a Universidade Federal da Paraíba e também o nosso instituto federal.

Parto para a segunda abordagem, Presidente Confúcio, e diz respeito à fala de S. Exa., nosso querido e estimado Ministro da Economia, Fernando Haddad. Eu tive a oportunidade de poder ouvi-lo, de poder



participar da solenidade na qual ele, da tribuna, fez um relatório sobre as grandes conquistas que nós, ao cabo do terceiro ano, partindo para a conclusão do ano de 2025, podemos celebrar. Foi exatamente – não sei se o Senador Humberto pôde lá estar – em relação a.... Estavamos a reunir o Conselho de Desenvolvimento.

Foi algo importante, porque didaticamente o Ministro Haddad pôde dizer exatamente aquilo que confronta, Senador Humberto, com uma realidade que a oposição e os opositores a este Governo tentam levar no engodo, tentam levar contrariando as constatações de números, que devem ser e que são nossos aliados. Porque, quando você afirma, quando você opina, é de direito de todo e qualquer cidadão; mas, quando você não traz junto a essa afirmação, junto a essa opinião, algo que substantivamente a fundamente, fica parecendo tão somente que é o subjetivismo, é o lado emocional de quem torce, de quem gosta, mas de quem não traz consigo a confirmação de dados, de números, que não deixam quaisquer dúvidas sobre aquilo que é exposto.

Pois bem. Nesse período, só para que os senhores e as senhoras, meus amigos e minhas amigas possam ter, com dados, com números, com confirmações, o que foi produzido pelo Governo do Presidente Lula, com a ajuda do Congresso Nacional... E aqui, no Senado, muitas dessas pautas receberam de nós o apoio, quando outras puderam receber sugestões para qualificá-las, e o Ministro Haddad, de forma correta, de forma respeitosa, fez essas menções ao Congresso Nacional e ao Senado, particularmente. Ele dizia: o Governo do Presidente Lula terá o maior crescimento médio, como reflexo de diversas políticas implementadas durante o mandato. É o maior crescimento desde Fernando Henrique Cardoso. Nós concluiremos, em 2026, com a média de 2,8%, só ficando aquém do próprio Lula 2, que foi de 4,6%. Esse foi um dos primeiros dados.

Depois, mostrou: crescimento robusto impulsionou o mercado de trabalho, levando à menor taxa de desemprego: 6,6% é a taxa projetada para o ano de 2026, para os quatro anos. Menor taxa de desemprego veio acompanhada também da menor taxa de informalidade. Nós vamos ter, ao término de 2025, 14,7% de taxa de informalidade.

O mercado de trabalho aquecido, junto a uma política de valorização do salário mínimo, junto a uma política de valorização do salário mínimo, elevou o rendimento salarial médio para patamar recorde: R\$3.507 foi ou é o valor médio da renda do cidadão brasileiro, fato também inédito.

Outro ponto: com essas ações, há redução recorde da desigualdade de renda, além de tirar o Brasil do Mapa da Fome pela segunda vez. Lembremos que o Presidente Lula assim o fez e lastimavelmente, lamentavelmente, deploravelmente e “vexaminosamente”, o Governo do Presidente Jair Bolsonaro fez com que crescesse o número de milhões de brasileiros, algo em torno de 33 milhões de brasileiros, que “famigeradamente” passaram necessidades por não terem um prato de comer. O Presidente Lula, em três anos, consegue retirar, repito, pela segunda vez, o Brasil do Mapa da Fome.

A taxa de jovens que nem estudam e nem trabalham caiu para o menor patamar da série histórica, 21%, em paralelo ao recuo expressivo nas taxas de pobreza e de extrema pobreza. Além da prosperidade econômica, a inflação deverá ser a menor entre todos os mandatos, levando-se em consideração, como parâmetro, o Governo FHC 2, 1999 a 2002. Nós teremos uma inflação da ordem de 4,4% em projeção até o final de 2026.

Políticas como acredita no seu negócio, Acredita no Primeiro Passo e Crédito ao Trabalhador puderam impulsionar os investimentos de acesso ao crédito que o cidadão brasileiro passou a ter. Com o aumento do salário mínimo e inflação de alimentos sob controle, o poder de compra das famílias brasileiras, em termos de cesta básica, voltou a melhorar. E os senhores e as senhoras podem bem testemunhar o que foi trazido em números pelo Ministro Fernando Haddad. Estímulo à expansão nas concessões reais de crédito e a recuperação do microcrédito também são dados a salientar.



Outras políticas evitaram a escalada do endividamento, permitindo a renegociação de dívidas e evitando a cobrança abusiva de juros. O Desenrola Brasil, o Desenrola Rural, o Desenrola Pequenos Negócios são alguns exemplos que nós poderíamos aqui trazer para fazer a devida ilustração.

A retomada e o fortalecimento do Minha Casa, Minha Vida levou ao maior número de unidades habitacionais financiadas e ao maior volume de financiamentos com o FGTS da nossa história.

Temos mais, derradeiramente, Sr. Presidente.

Respondendo às políticas de estímulo à produção agropecuária, extractiva e industrial, as exportações também atingiram patamar recorde no mandato do Presidente Lula, no atual Lula 3, inclusive as de manufaturas. Com o avanço das exportações, o saldo de balança comercial foi muito superior ao de mandatos anteriores, ajudando na dinâmica das contas públicas.

Atualmente, para finalizar, o Brasil, o nosso Brasil, sob a gestão do Presidente Lula e com a colaboração do Congresso Nacional, das Sras. e dos Srs. Senadores também – permito-me e me coloco nessa condição, como também o Senador Confúcio, com a responsabilidade e o equilíbrio –, o Brasil é o segundo país do mundo que mais recebe investimentos diretos, ficando abaixo tão somente dos Estados Unidos da América.

Todos esses indicadores positivos têm ajudado a retomada da confiança de investidores internacionais como também nacionais, levando a recordes consecutivos na Bolsa de Valores.

Sr. Presidente, encerrando, para que o Senador Humberto Costa possa fazer, como de costume a esta tribuna, pronunciamentos que nos são caros e que abrillantam-nos todas as tardes, faço questão de trazer essas informações, esses dados, porque nesses momentos e nessa quadra onde, às vezes, as informações apresentadas como tal não são senão desinformações, é o nosso dever... E é o nosso dever não como integrante apoiador do Governo, porque, se mesmo na condição de apoiadores – e aqui eu falo ao lado de um dos Líderes do Partido dos Trabalhadores, sabe o Senador Humberto Costa, e ele próprio assim faria o *mea culpa* –, nós não estamos aqui a desconhecer as faltas, não estamos aqui a desconhecer erros, não estamos aqui a desconhecer lacunas que precisam ser preenchidas, mas também estamos a dizer que, quando em 2022, ganhamos as ruas para defender um projeto humanizado, para um projeto que reunificasse o nosso país, para um projeto que defendesse as nossas instituições e a nossa República e, acima de tudo, pudesse trazer políticas novas e também reacender, com a recomposição e reestruturação de políticas que foram abandonadas, marginalizadas e esquecidas pelo Governo anterior de Jair Bolsonaro, nós temos as obrigações de poder dizer: senhores e senhoras brasileiros, estamos a cumprir com o nosso dever de casa. O Governo do Presidente Lula cumpre!

Ainda há o que fazer, e muito, mas nós não podemos deixar de festejar, não podemos deixar de dizer o quanto felizes ficamos, há menos de um mês, quando por exemplo e definitivamente, para encerrar esse pronunciamento nesta tarde, sancionou o Presidente Lula a lei que garante a 15 milhões de senhores e senhoras brasileiros que ganham até R\$5 mil a isenção do Imposto de Renda e àqueles e àquelas que, ganhando até R\$7,3 mil, terão a diminuição também do mesmo Imposto de Renda. Foi compromisso de campanha, foi fala do Presidente, compromisso esse que nós entendemos, Congresso Nacional, como justo, porque, a partir dele, ao lado da própria reforma tributária que o Governo, ao lado do Congresso Nacional, também pode produzir, nós começamos no Brasil a fazer efetivamente justiça tributária.

Grande abraço, muito grato, Presidente Confúcio. Obrigado pela compreensão do tempo utilizado, Senador Humberto Costa.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - RO) – Perfeito, Senador Veneziano Vital do Rêgo, parabéns!

E vamos continuar. Eu passo a palavra para o Senador Humberto Costa, PT, Estado de Pernambuco.



O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE. Para discursar.) – Sr. Presidente, Sras. Senadoras, Srs. Senadores, as pessoas que nos acompanham pelos meios de comunicação do Senado e também pelas redes sociais, eu quero começar o meu discurso fazendo aqui um registro muito importante: o filme *O Agente Secreto* e o ator Wagner Moura estão concorrendo ao Globo de Ouro, que é um dos mais importantes prêmios do cinema mundial.

A obra do Diretor pernambucano Kleber Mendonça Filho concorre em duas categorias: melhor filme de drama e melhor filme em língua não inglesa. E Wagner Moura concorre a melhor ator em filme de drama. É o cinema de Pernambuco e o cinema brasileiro mostrando a sua força e nos representando, com muito orgulho.

E eu quero falar exatamente sobre a política do audiovisual, até aproveitando esse reconhecimento – mais esse reconhecimento – que o mundo faz ao audiovisual brasileiro, ao cinema nacional. Eu quero trazer, nesta tarde, esse tema que não pode mais ser adiado em termos de discussão. É um tema que determina o futuro da economia criativa do Brasil, da cultura brasileira, da geração de empregos qualificados, da inovação tecnológica e, sobretudo, da nossa capacidade de afirmar soberania em um mundo dominado por plataformas digitais.

Subo hoje a esta tribuna para manifestar minhas preocupações sobre o Projeto de Lei 2.331, de 2022, na forma do substitutivo aprovado pela Câmara dos Deputados e que está em discussão, pela segunda vez, neste Senado Federal. E eu falo, com muita convicção, da necessidade urgente de um marco regulatório para os serviços de *streaming* e de vídeo sob demanda no Brasil: Prime Vídeo, Globoplay e vários outros.

E digo urgente porque o país simplesmente ficou para trás. Enquanto o mundo estabelece regras modernas, equilibradas e voltadas ao interesse público, o Brasil continua sem um arcabouço jurídico claro para integrar essas plataformas ao nosso ecossistema audiovisual e regular, de maneira responsável, esse setor. Nem o relatório que saiu do Senado e foi para a Câmara, nem o da Câmara que veio agora para o Senado respondem a essa necessidade.

Mas, Srs. Senadores e Senadoras, em menos de 10 anos, o Brasil viveu uma transformação radical no segmento do audiovisual. As TVs abertas e por assinatura, bem como o mercado exibidor, passaram a enfrentar uma concorrência que nenhum país havia experimentado com tamanha velocidade. Hoje, o brasileiro consome conteúdo majoritariamente pelo celular, pela *smart tv*, pelo computador, quase sempre por meio de grandes plataformas internacionais que operam em dezenas de países simultaneamente.

Isso não é um problema em si. O problema é que o Brasil permanece sem qualquer marco regulatório específico que organize essas relações e garanta que a presença dessas plataformas gere benefícios concretos para o país, para nossos trabalhadores, para nossos criadores, para nossas regiões e para nossa diversidade cultural. E, como eu disse, nem o relatório do Senado nem o da Câmara respondem a essa necessidade.

Estamos diante de uma contradição evidente. O setor que mais cresce no audiovisual brasileiro é justamente o que opera sem contrapartidas e sem compromisso estruturado com o desenvolvimento nacional. É uma anomalia, é uma distorção, é, sobretudo, uma oportunidade perdida.

A pergunta que devemos fazer é simples, mas decisiva: o que queremos para o Brasil? Queremos um mercado audiovisual sem retorno para o nosso povo ou queremos um setor vibrante, competitivo, diverso, capaz de gerar empregos de qualidade e riqueza para todo o território nacional?

Eu acredito que só existe um caminho possível, o caminho da regulação inteligente, moderna e soberana, sem improviso, sem pânico moral, sem hostilidade ao investimento privado e, acima de tudo, sem submissão, ou seja, não se deseja a regulação a qualquer custo e sem objetivos absolutamente claros e republicanos. Esse marco regulatório precisa incluir um regime de contribuição justa e proporcional que dialogue com a tradição brasileira de financiamento do audiovisual.



A Condecine, que, por mais de duas décadas, sustentou o cinema e a TV brasileiros, precisa evoluir para uma Condecine-Streaming, adequada a um mercado que já não é físico, não é linear e não é nacional. A Condecine não é um favor do Estado, não é um imposto aleatório; trata-se de um instrumento histórico de política cultural e industrial, criado justamente para permitir que o próprio setor do audiovisual financie seu desenvolvimento e sua sustentabilidade de longo prazo.

Ao permitir que plataformas bilionárias abatam boa parte da Condecine que devem pagar, mediante investimentos diretos escolhidos por elas próprias, nós estamos invertendo a lógica da política pública. Ora, deixamos de ter um sistema de financiamento coletivo, planejado e regulado pelo Estado para criar um modelo no qual o financiador escolhe, controla e direciona o destino do recurso que ele deveria pagar, que ele deveria recolher.

Isso, senhoras e senhores, não é um incentivo inteligente. Subvenção que favorece quem já tem poder de mercado, capacidade financeira e domínio sobre a cadeia de distribuição não é aceitável nem é inteligente. Subvenção que concentra decisões estratégicas em poucos agentes privados globais em detrimento do planejamento público, da diversidade regional e da pluralidade cultural também não é algo aceitável.

Enquanto países como França e Itália estabelecem obrigações financeiras entre 10% e 25%, estamos discutindo valores muito aquém do necessário para a mínima sustentabilidade do setor, 3% e 4%. Durante a discussão da matéria na Câmara, chegou-se a cogitar um total de 6% para a Condecine, mas nem isso prosperou.

Não se trata de ser contra o investimento privado em conteúdo brasileiro – ao contrário, o investimento das plataformas é desejável, necessário e bem-vindo –, mas ele não pode substituir, capturar ou esvaziar um instrumento público de financiamento. Por isso, afirmo com clareza: usar a Condecine para reinvestimento, na forma com que este Congresso Nacional agora discute, desvirtua o objetivo do tributo, enfraquece a política audiovisual e transfere poder público para interesses privados. Isso não é punir ninguém, é aplicar a mesma lógica que rege o setor desde sempre: quem opera contribui para que o ecossistema se fortaleça. TV aberta contribui, TV por assinatura contribui, produtoras cinematográficas contribuem, anunciantes contribuem. Por que somente o setor que mais cresce, que é o do *streaming*, opera sem contribuição? Isso não faz sentido, não é justo, não é estratégico, não é inteligente. E não nos enganemos, não se trata de ideologia; trata-se de economia, de soberania e de desenvolvimento.

O cenário internacional é claro. Todos regulam, nenhum país relevante do mundo entregou seu audiovisual à autorregulação das *big techs*, nenhum deles. A Coreia do Sul, hoje potência global com sua música, seus filmes e suas séries, só alcançou esse patamar porque planejou, regulou e articulou políticas industriais com obrigações claras às plataformas. A chamada Hallyu não é acaso, é Estado, é estratégia, é visão. A Austrália implementou regras de investimento obrigatório na produção local. Não é sobre catálogo, é sobre financiamento real, concreto, estruturado. A França exige contribuições específicas sobre receitas, publicidade, até direitos esportivos, destinando tudo ao fortalecimento do audiovisual francês. Além disso, impõe obrigações de investimento direto das plataformas em produções francesas. Espanha, Itália, Canadá, Alemanha, Portugal, Reino Unido, todos adotam modelos semelhantes, e as grandes *big techs* se submetem àquelas legislações. Pagam lá, e por que aqui não querem pagar o que é justo para a Condecine?

Portanto, o mundo nos está dizendo que regulação moderna não é atraso, é competitividade. É preciso dizer, com todas as letras, que o audiovisual brasileiro disputa espaço com gigantes, que atuam com enormes vantagens competitivas de escala, de estrutura societária, de carga tributária e de ausência de obrigações culturais. Enquanto isso, nossas produtoras independentes, nossos criadores regionais, nossas TVs públicas e comunitárias enfrentam uma concorrência desleal.

Por isso, levanto outro ponto importante aqui. Se queremos um sistema justo, equilibrado e eficaz, é



fundamental assegurar que 100% dos valores arrecadados com a Condecine tenham destinação clara, estável e estruturante, que é o Fundo Setorial do Audiovisual. O Fundo Setorial do Audiovisual é hoje o principal instrumento de fomento do audiovisual brasileiro, é por meio dele que se viabiliza a produção independente, o desenvolvimento regional, a inovação, a formação profissional, o fortalecimento de pequenas e médias produtoras e a diversidade de narrativas que refletem a complexidade do Brasil. O Fundo Setorial do Audiovisual opera com créditos públicos, governança institucional, transparência, controle social e objetivos estratégicos definidos em lei. Ele permite planejamento de longo prazo, correção de assimetrias regionais e estímulos a segmentos que o mercado por si só não prioriza.

Direcionar a Condecine-Streaming ao Fundo Setorial do Audiovisual é uma decisão de racionalidade econômica e de política pública, é garantir que os recursos arrecadados no mercado brasileiro retornem ao próprio mercado brasileiro, fortalecendo sua base produtiva, ampliando sua capacidade criativa. Sem um fundo robusto, autônomo e bem financiado, o Brasil se transforma apenas em um consumidor de narrativas estrangeiras, desistindo de contar a sua própria história em sua própria voz.

Se queremos que o brasileiro apareça nas telas, precisamos de regras. Se queremos que o audiovisual gere empregos, precisamos de financiamento estável e permanente. O audiovisual é identidade, o audiovisual é emprego, o audiovisual é soberania. Quem controla a narrativa controla a memória, e quem controla a memória influencia o futuro.

O Brasil precisa de um marco regulatório que fale em nome do Brasil. A tecnologia é global, mas a política pública tem que ser nacional. As plataformas não podem decidir sozinhas o que será produzido, exibido ou promovido no Brasil. Elas são bem-vindas, são parceiras estratégicas, mas precisam operar dentro de critérios republicanos claros e transparentes.

Precisamos assegurar que parte dos recursos arrecadados com *streaming* seja destinada à produção independente e regional, especialmente no Norte, no Nordeste e no Centro-Oeste. É assim que se formam polos, é assim que se cria riqueza.

Um filme como este, *O Agente Secreto*, é de um diretor pernambucano, é de um polo que foi construído também pelas políticas adequadas do audiovisual implementadas no Brasil durante os Governos de Lula e de Dilma. É importante dizer: durante os Governos de Lula e de Dilma. É inaceitável que, novamente, quando nós somos Governo, este Congresso aprove uma regulação que vai contra todas as conquistas que nós tivemos nos Governos de Lula e de Dilma.

É assim que se constrói o Brasil inteiro e não somente o Brasil exibido. Tudo isso preservando liberdade de expressão, segurança jurídica, previsibilidade regulatória e mecanismos de revisão periódica.

Não é amarrar o mercado, é organizá-lo. Não é limitar a criatividade, é impulsioná-la. Não é afastar investimento, é atraí-lo com regras claras.

Precisamos, sim, de cotas, cotas modernas, flexíveis, dinâmicas. Precisamos, sim, de proeminência porque não basta estar no catálogo, é preciso aparecer. Precisamos, sim, de redistribuição regional para romper o eixo exclusivo do Rio e de São Paulo. E precisamos, sim, de instrumentos de financiamento estável. A Condecine-Streaming é parte desse esforço, o Fundo Setorial do Audiovisual é parte desse esforço, a integração de plataformas ao ambiente regulatório é parte desse esforço.

Precisamos reafirmar que empresa que lucra no Brasil precisa contribuir...

(*Soa a campainha.*)

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE) – ... com o Brasil.

É importante dizer com serenidade: não estamos em guerra contra plataformas, *big techs* ou empresas estrangeiras. Elas trouxeram inovação, ampliaram acesso, democratizaram conteúdos e modernizaram hábitos. O Brasil quer continuar aberto ao mundo, mas não como uma colônia digital: queremos ser parceiros.



ros globais; queremos produzir para nós e para o mundo; queremos contar com nossas histórias; queremos mostrar nossa diversidade; queremos garantir que a economia criativa seja motor de desenvolvimento, emprego e identidade.

E aí, Srs. Senadores e Sras. Senadoras, para isso é necessário que haja regulação. Sem regulação ou com essas propostas que estão circulando aqui...

(Soa a campainha.)

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE) – ... no Senado Federal, adeus, filmes como O Agente Secreto, como Ainda Estou Aqui. Adeus, diretores renomados internacionalmente como Kleber Mendonça Filho e Walter Salles.

O Brasil tem a capacidade criativa, a competência e o respeito internacional nessa área. É importante que o próprio Brasil se dê ao respeito.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - RO) – Perfeito. Parabéns, Senador Humberto Costa, pelo seu pronunciamento.

Senador Izalci, vamos fazer um negócio aqui, uma permutinha. Você já está inscrito aqui para falar, e eu sou o imediato. Eu falo, depois a gente reveza. Você fica aqui um pouquinho.

(O Sr. Confúcio Moura, Segundo Secretário, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Izalci Lucas.)

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Com a palavra nosso querido Senador Confúcio Moura.

O SR. CONFÚCIO MOURA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - RO. Para discursar.) – Sr. Presidente, Senadores, Senadoras que estão nos gabinetes, que estão nos seus estados, cumprimento todos os servidores do Senado, eu subo hoje a esta tribuna para tratar de um tema que fere profundamente o Brasil: a violência terrível, persistente, cruel contra as mulheres brasileiras.

Parece óbvio dizer que uma mulher tem direito à vida. Mas no Brasil, infelizmente, até o óbvio precisa ser reafirmado. E isso já diz muito sobre o ponto a que chegamos.

Eu falo com tristeza, falo com indignação. Eu falo com a sensação clara de que estamos diante de um fenômeno que atravessa fronteiras, classes e gerações. Um fenômeno que corrói a nossa sociedade e põe em risco milhões de vidas.

Nos últimos dias, um clamor tomou conta do país. Nós vimos ontem as manifestações no Brasil. Um clamor que ecoou de norte a sul, reunindo vozes cansadas da violência e da brutalidade. O grito das mulheres e dos homens que caminham ao lado delas ocupou as ruas sob um lema tão urgente, quanto inegociável: queremos mulheres vivas.

E por que esse grito ganhou tanta força? Porque a violência contra a mulher não é exceção, não é um caso isolado, não é um acidente. Ela se repete, se multiplica, se aproxima perigosamente do cotidiano das famílias brasileiras. É um grito que nasceu também do acúmulo de silêncios, silêncios de décadas, silêncios impostos, silêncios sentidos e sofridos.

Atinge mulheres de todas as idades, de todas as classes sociais, de todas as origens. Atinge mulheres de Rondônia, do meu estado, mulheres fortes, trabalhadoras que sustentam suas famílias em comunidades ribeirinhas, nos bairros simples, nas zonas rurais e nas cidades. Atinge também mulheres indígenas, tantas vezes deixadas à margem e sem a proteção necessária, e atinge também mulheres do restante do Brasil, do Oiapoque ao Chuí, porque essa dor não reconhece fronteiras.

Num país onde uma mulher é assassinada a cada seis horas, dizer que queremos mulheres vivas é



mais do que um apelo, é resistência diante da barbárie e defesa da nossa própria humanidade.

Os dados confirmam essa tragédia cotidiana: em 2024, o Brasil registrou 1.459 feminicídios, quatro mulheres assassinadas por dia, a maioria por companheiros ou ex-companheiros. A curva histórica segue em alta desde 2020. Mais doloroso ainda é constatar que muitas das vítimas são jovens e, em proporção, mulheres negras. Esses números não são estatísticas frias, são nomes, são rostos, sonhos interrompidos, são famílias devastadas e um país que sangra.

Eu estou aqui porque o Brasil chegou ao limite moral. Nós não podemos mais assistir calados à transformação da violência contra a mulher em rotina, em costume, em parte da paisagem social. Cada mulher agredida é uma família ferida; cada mulher silenciada é um país que perde dignidade; cada mulher assassinada, a cada seis horas, é uma acusação direta ao nosso fracasso coletivo.

Eu falo como legislador, como cidadão, como homem que cresceu cercado por mulheres fortes, minha esposa, minha mãe, minhas duas filhas. Eu sou de uma casa de mulheres, e, hoje, no Dia da Família, falo com a responsabilidade de quem aprendeu, dentro de casa, que proteger mulheres não é favor, é dever ético, é compromisso humano. Por isso, hoje levanto a minha voz, porque já passou da hora de o Brasil levantar-se também.

Sr. Presidente, o que estamos vivendo não é aleatório, é um padrão de violência que se repete todos os dias, em todas as regiões, em todas as camadas sociais. São mulheres estranguladas, baleadas, espancadas, mutiladas; mulheres mortas dentro de casa, na rua, no trabalho, na frente dos filhos, no caminho da escola. E isso não pode continuar sendo tratado como mais um número. A cada mulher assassinada morre também uma história, morre um projeto de futuro, morre a família inteira e morre também um pedaço da nossa capacidade de nos reconhecer como sociedade justa. O Brasil não pode – e não deve – aceitar isso como destino.

E eu digo isso também como homem, porque os homens não podem continuar achando que essa discussão é delas. Não é delas, é nossa, é de todos nós. Por isso eu digo, com toda a convicção: estou nessa luta presente e comprometido.

Conclamo os homens deste país – pais, filhos, irmãos, companheiros, colegas de trabalho e vizinhos – a se juntarem a mim e às mulheres brasileiras para construirmos um Brasil onde viver não seja um ato de coragem. Porque quando dizemos que queremos mulheres vivas, estamos dizendo algo muito maior, estamos defendendo famílias vivas, comunidades vivas, um Brasil vivo.

Isso começa pela educação. Começa pela educação que transforma, que molda consciências, que corrige desvios, que ensina o respeito desde cedo, pela educação que não se limita ao conteúdo da escola, mas que alcança a alma dos nossos meninos e dos nossos homens. Precisamos de uma educação que diga, com todas as letras: amor não combina com controle; cuidado não combina com dor; relacionamento não combina com medo.

Mas até que essa transformação profunda aconteça, as políticas públicas precisam ser fortalecidas e colocadas como prioridade absoluta. Por aí defendemos – já há experiências em países africanos com excelentes resultados – a participação da sociedade. Entram aqui as igrejas, todas elas, entram aqui as escolas, entram aqui todas as entidades representativas para formar esse grande laço de convencimento, essas rodas educativas que podem se transformar, de norte a sul do país, num grande movimento. Ontem foi dado o primeiro passo, com as manifestações de homens e mulheres nas avenidas brasileiras. Mas que não pare por essa manifestação, que essas mesmas mulheres consigam irradiar essa onda educativa, gradativa, e que se possa reduzir essas estatísticas. Não vou falar em números aceitáveis, porque não é aceitável número nenhum.

As recomendações que eu faço, a curto prazo.

A abertura das delegacias da mulher 24 horas por dia, todos os dias da semana, porque a violência



não tem hora marcada. A gente vê que as estatísticas mostram que as delegacias dificilmente abrem à noite e nos finais de semana e, justamente, são os horários em que a mulher mais precisa de apoio. Incentivos reais para que os vizinhos denunciem sinais de violência, garantindo o seu anonimato e proteção.

A aprovação do Projeto de Lei 5.835/2025, de minha autoria, chamado auxílio recomeço, destinado a mulheres vítimas de violência doméstica e em vulnerabilidade. Que sejam retiradas de seio hostil e protegidas, mediante uma pequena ajuda financeira, porque grande parte das mulheres suporta a violência por causa do dinheiro do homem, do homem protetor, do homem que é o mantenedor da casa. Mas, tirando-a dali, levando para proteção, garantindo uma sustentação por seis meses e capacitando essas mulheres, com certeza, a coisa melhora. Campanhas permanentes de encorajamento para que as mulheres ameaçadas busquem ajuda.

Consórcios entre as prefeituras para construir abrigos de proteção coletivos. Assim, normalmente, os prefeitos falam que não têm recurso, mas reúnam uma região para que os prefeitos congreguem em consórcio e montem uma unidade protetiva única para dar essa garantia às mulheres que sofrem.

Profissionalização das mulheres acolhidas, garantindo o anonimato e a reconstrução de suas vidas.

Tem muitas outras ideias que podem ser praticadas. Esses caminhos complementam as leis necessárias porque não basta apenas aumentar penas. Nós estamos acostumados aqui a aumentar pena para tudo, e não resolve. Nós temos que encontrar outras alternativas além do aumento dramático das penas porque a mudança não virá apenas de normas escritas, ela virá da coragem de fazer valer a lei já existente.

Ainda existe a sensação de impunidade, e isso precisa mudar. Eu lembro, lá atrás, lá na década... Eu não lembro mais o ano, anos 60 ou 70, do Doca Street, que assassinou a Ângela Diniz em defesa da honra. Isso não existe. Isso foi defendido, naquela época era um argumento: o homem podia assassinar a mulher em defesa da sua honra. Isso é um absurdo!

O Presidente Lula, em pronunciamento, já anunciou uma postura mais firme de combate ao feminicídio e nós, neste Parlamento, precisamos estar à altura dessa urgência.

Então, senhoras e senhores, as ruas nos deram um recado claro: não dá mais! Não dá mais para conviver com a brutalidade. Não dá mais para enterrar mulheres enquanto o Estado hesita. Não dá mais para aceitar a morte como rotina.

Por isso, desta tribuna, eu digo, com toda a força da minha convicção: basta! Basta de violência, basta de silêncio, basta de tolerar o intolerável. Lutamos por mulheres vivas, por dignidade viva, por humanidade viva. Enquanto eu tiver voz, ela estará do lado da vida e do lado das mulheres brasileiras.

É esse o meu pronunciamento, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Obrigado, Senador Confúcio. Parabéns pelo pronunciamento, realmente é um tema que merece toda a nossa atenção e prioridade aqui desta Casa e também dos governos.

Devolvo, então, a Presidência a V. Exa.

(O Sr. Izalci Lucas deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Confúcio Moura, Segundo Secretário.)

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - RO) – Com a palavra o Senador Izalci Lucas.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF. Para discursar.) – Sr. Presidente, Senador Confúcio; Srs. Senadores; Senadoras.

Presidente, quero falar hoje sobre dois temas. O primeiro deles, quero falar aqui um pouquinho sobre o BRB, Banco Regional de Brasília.

Realmente, a situação do banco é delicada, e a gente precisa realmente agir.



Nós chegamos aqui a protocolar uma CPMI.

O banco justificou a compra, que seria somente das partes boas do Master, mas que depois a gente viu, através das denúncias, que não foi bem assim. Na realidade, houve um rombo muito alto, de mais de R\$12 bilhões – agora, nesta Casa, a gente só vê falar em bilhões. Daqui a pouco eu vou falar do INSS. Falou-se em R\$6 bilhões, e todo mundo assustado, e agora vem o BRB, que é o dobro do escândalo do INSS, dos aposentados e pensionistas.

Mas ninguém pode fechar os olhos para o que aconteceu com o BRB. Nossa patrimônio não pode ser destruído por ninguém.

Sempre fomos firmes contra a corrupção. Eu, particularmente, participei de todas as CPIs aqui e sempre cobrei realmente controle pelo Tribunal de Contas, ações como *impeachment* e outros casos aí, com relação ao que aconteceu na Lava Jato, na JBS, na Lei Rouanet, no Carf, fundo de pensão, e, por incrível que pareça, hoje volta a acontecer exatamente a mesma coisa, com os mesmos personagens e as mesmas ações.

Então, não podemos aceitar esse escândalo e ficar calados.

Não tem base de governo ou qualquer outra coisa que seja feita para proteger o Governador aqui do Distrito Federal. O meu papel aqui é defender o interesse da população do Distrito Federal, que não quer ninguém destruindo o que é nosso.

Nós precisamos ser firmes. Os nossos Deputados Distritais precisam, de fato, assinar a CPI lá na Câmara Legislativa, que é fundamental para que aconteçam realmente essas apurações. E a gente continua trabalhando aqui no Senado, cobrando investigações e esclarecimento sobre o caso. Reafirmo aqui o meu compromisso com o DF e com a minha luta contra a corrupção.

Fiz agora mais um requerimento ao BRB, pedindo informações ao interventor, para que a gente possa, de fato, se concentrar nessa questão, que é seríssima e que pode comprometer o patrimônio do banco e também os nossos aposentados e pensionistas, já que grande parte do Iprev – o Iprev é o Instituto de Previdência dos Servidores aqui do DF – é sócia de 16% do BRB. Portanto, o prejuízo do BRB, evidentemente, reflete nos aposentados e pensionistas aqui do Distrito Federal.

E, por falar em aposentado e pensionista, Presidente, eu vou fazer aqui um balanço do que aconteceu na CPMI do INSS, já que a última reunião deste ano foi na quinta-feira. Na quinta-feira, foi a última sessão, e agora só vamos retomar no dia 1º de fevereiro, com o retorno dos trabalhos do Senado.

Mas vejam o que aconteceu com a CPMI do INSS.

Primeiro, como disse aqui, participei de várias CPIs, como a da Petrobras, que iniciou a questão do mensalão, a questão da Lava Jato. Os fundos de pensão quebraram praticamente todos, como o dos Correios, o do Banco do Brasil, o da Caixa Econômica, e quem está pagando essa conta, lá de trás, ainda são os funcionários do banco, de quem está sendo cobrado mais um adicional para poder fazer o equilíbrio das contas da aposentadoria do fundo de pensão. E agora, novamente, os fundos de pensões estão quebrados: Correios, a Funsep, também a Previ, do Banco do Brasil, e outros.

Então, é incrível como tudo aquilo que é administrado pelo Governo do PT ou quebra ou dá um rombo violento, e quem paga a conta é o cidadão, é o contribuinte.

Agora mesmo, os Correios, uma perspectiva que foi pegar um empréstimo de R\$20 bilhões, nem conseguiu. E, olha, com a taxa de 130, o Tesouro não aceitou, porque ele só estaria conseguindo com a taxa de 130% do CDI, que é o que o Master vinha fazendo.

Mas colocamos agora a questão do Orçamento, para que o prejuízo fosse retirado de outras estatais, mas a realidade hoje é geral: todas as estatais, praticamente, estão no prejuízo. E, por incrível que pareça, financiando propaganda, eventos sendo patrocinados por essas instituições.

Então, este Governo não leva a sério a gestão pública, o dinheiro público.



Bem, aí veio aqui para o Senado as CPIs. Eu participei aqui da Chapecoense, depois participei da JBS, depois, na sequência, veio o 8 de janeiro, covid... Em todas elas, eu sempre faço o meu relatório independente, para mostrar o mundo real, a parte que eu apuro e coloco fundamentação e documentos.

Eu assisti, claramente, na covid e também no 8 de janeiro, a uma narrativa que já estava mais ou menos construída; já veio com a composição pronta da CPI. E aconteceu exatamente a mesma coisa na CPMI do INSS. Já se falava, já deram declaração aqui o Presidente, o Relator... Já estava tudo combinado.

Primeiro, que a base de Governo não assinou a CPI. O Governo Federal, o Presidente Lula fez de tudo para que não acontecesse. Como aconteceu, as assinaturas foram coletadas e tinha que ser implementada, aí o Governo tentou, então, sequestrar a CPI, como fez em outras. E aí, para surpresa, e para a minha surpresa agradável, nós conseguimos, na calada da noite, nos organizar para a eleição, e a gente conquistou, então, a Presidência.

E aí o Presidente indicou o Relator, Alfredo Gaspar, que é Procurador lá de Alagoas, que tem uma experiência incrível, que conhece realmente a apuração. Ele é do Ministério Público.

E o Senador Carlos Viana presidindo – Minas Gerais –, conseguiu realmente impor uma liderança na CPMI.

Então, a partir daí, a gente conseguiu aprovar, praticamente... Eu mesmo apresentei 400 requerimentos, todos eles fundamentados, não é só por chamar não. Cada um que foi colocado – quebra de sigilo, quebra do RIF, do Coaf – todos eles fundamentados por que eu estava requerendo isso e por que eu estaria convidando ou convocando algumas pessoas.

Nós conseguimos aprovar, praticamente, todos os requerimentos relacionados aos descontos assistenciais, porque deixamos para a segunda etapa os consignados e o seguro defeso.

No caso dos descontos assistenciais, o rombo é em torno de R\$6 bilhões – R\$6 bilhões. E o *modus operandi* praticamente o mesmo. São vários grupos, liderados pelo Careca do INSS, que está preso lá na Papuda, juntamente com o Maurício Camisotti, que também criou... Eles criaram várias instituições, conseguiram o convênio com o INSS para descontar em folha dos aposentados... Então, foram mais de 40 instituições que conseguiram o acordo de cooperação técnica com o INSS.

E a gente viu, durante a CPI, a CPMI, que esses acordos de cooperação só foram assinados em função da máfia interna que existia no INSS. Então, isso envolvia ministro, isso envolvia Presidente do INSS, envolvia realmente os procuradores, servidores...

Esse conluio, essa organização criminosa interna permitiu, então, a aprovação de diversos acordos de cooperação técnica, e esses acordos de cooperação técnica permitiam os descontos.

Então, além de criar as associações, cada grupo desse – tem o grupo da Contag, o grupo do Sindnapi, o grupo da Conafer, o grupo dos “golden boys”, vários grupos –, todos eles cuidavam, eram procuradores e sócios das entidades, das associações e dos sindicatos, e ao mesmo tempo criavam várias empresas – gente que criou 10, 15, 20, 30 empresas.

Então, eles descontavam lá dos aposentados e pensionistas, apresentavam a relação de aposentados – gente morta, criança, BPC, todo mundo. Acho que eles pegavam o cadastro lá em São Paulo, na 25 de Março, alguma coisa, compravam em algum lugar, e mandavam para lá, para descontar do INSS.

Evidentemente que também tinha combinação na Dataprev. A Dataprev é que processava realmente a folha e os descontos da Previdência.

E aí criavam essas dez empresas, 15 empresas – tem grupo que criou 30! –, e aí você tinha empresa tudo laranja. As pessoas botavam parente, cunhado, esposa, marido e tal, essas coisas todas, como sócios.

E aí, então, eles pegavam esse dinheiro do INSS. A empresa que eles criaram... Tem empresa de tecnologia, de informática, que conseguiu não só falsificar as assinaturas dos aposentados, mas conseguiu



falsificar a biometria, através da identidade.

Então, eles faziam a consolidação disso, mandavam para o INSS, internamente, pareceres, e a turma dava parecer favorável, inclusive, mesmo em bloco. Teve relação de 30 mil pessoas, 50 mil pessoas, e que só podia ser feito – o decreto era muito claro – se tivesse a biometria e o “de acordo” do aposentado.

Eles conseguiam falsificar tudo isso. Então, eram milhões e milhões. Milhões!

Esses “golden boys” mesmo – que são jovens, de 28 anos, 35 anos – desviaram 700 milhões e criaram mais de 30 empresas, entre elas essa questão de informática. Aí tinha empresa de seguro, empresa prestadora de consultoria jurídica, auxílio-funeral... Inventavam um monte de coisa e transferiam, então, milhões e milhões para essas contas.

E aí, a gente apurou tudo isso, e evidentemente nós vamos entrar depois nos consignados, porque já não é mais bilhão. É trilhão. Então, a gente vai discutir também, porque vários bancos, várias financeiras que tinham consignado estavam operando, descontando os aposentados, sem sequer creditar o empréstimo. Ou, quando creditava, não acabava nunca. O juro era tão alto, que o cara iria passar a vida toda pagando esse empréstimo.

Então, essa é a segunda etapa da CPMI.

Mas, agora, o que nós fizemos? Deixamos para quinta-feira passada a votação dos demais requerimentos.

E, lá atrás, um mês atrás, tinha um requerimento de uma pessoa chamada Edson Claro. Houve um debate grande, esse Edson Claro era ex-sócio do Careca do INSS – acho que brigaram e o Edson queria falar alguma coisa para a CPI –, então, botamos o requerimento.

E aí, por incrível que pareça, a base do Governo e o PT fizeram uma defesa muito grande para não aprovar o requerimento. Na hora, até não entendi bem, porque eu não conhecia, não tinha aprofundado em relação a quem era Edson Claro.

Aí, na quinta-feira, o *Poder 360*, a *Folha de S.Paulo*, o *Metrópoles*, e outros, publicaram, que o Edson Claro tinha declarado à Polícia Federal – foram mais de 70 horas de depoimento – que o filho do Lula recebeu R\$25 milhões e mais R\$300 mil, por mês, de mesada, o Sr. Fábio Lula da Silva.

Então, fizemos um requerimento, para aprovar o requerimento do Fábio, para chamá-lo aqui, e o Edson também. E, para nossa surpresa, a gente não conseguiu aprovar. A base do Governo, mais uma vez, os Senadores do PT fizeram uma organização, e fomos derrotados: 19 a 12. O Senador Marcio Bittar estava lá.

Aí fomos aprovar os requerimentos das denúncias dos bancos, do PicPay... Sabe de quem é o PicPay, Sr. Marcio Bittar? Do Joesley, da JBS.

A JBS tem tudo! É impressionante como este Governo está ligado. Eu acho até que o Governo é sócio da JBS. Não é possível... Agora, tem até o negócio da tilápia, mas teve a questão da energia lá do Norte, lá do Amazonas. Comprou quebrado, e, no dia seguinte, já valorizou, botaram o dinheiro...

Então, a JBS e o PicPay fizeram a instrução normativa, autorizando que poderia ser antecipada a aposentadoria, os aposentados, mas que não podiam cobrar juros e era no máximo de R\$150 – depois passaram para R\$400.

De todos os bancos do Brasil, adivinha quem é que foi escolhido pelo INSS? O PicPay, que cadastrou mais de 500 mil pessoas. E foram descontadas essas antecipações, inclusive com juros de mais de 20%.

Aí a gente bota um requerimento para aprovar, para quebrar sigilo, para trazer o presidente do banco, e perdemos a votação.

Então, não conseguimos aprovar a convocação da Crefisa... Inclusive, Crefisa, a D. Leila, que financia o Palmeiras, também está enrolada até o pescoço com a questão dos consignados, assim como o BMG, o Santander... Tem vários bancos envolvidos nisso.



Eu espero que a gente, lá no início de fevereiro, possa retomar essas votações, para podermos apurar de fato. Por que estão escondendo tudo isso? Como é que a gente não consegue aprovar requerimentos de pessoas que roubaram, que assaltaram os aposentados e pensionistas? E tem gente com coragem de votar contra? Quebra de sigilo, coisa que a gente quer saber...

Então, nós vamos entrar agora em fevereiro nos consignados e no seguro defeso.

Lembro-me de que fui o Presidente da Comissão da Medida Provisória nº 871, que foi exatamente para estancar a corrupção na concessão de aposentadorias e benefícios do INSS.

E eu lembro-me que, naquela época, em Brasília, se você pegasse todos os pescadores que recebiam o seguro-defeso e botasse em volta do lago, não dava, não cabia. Hoje, no Maranhão, parece que são 600 mil pessoas recebendo o seguro-defeso. A Polícia Federal cancelou agora mais de 100 mil inscrições no seguro-defeso. Ou seja, acho que nós temos, hoje, um número muito maior de pescadores do que de peixes. E é incrível, são bilhões, quando se fala em seguro-defeso, é na ordem de R\$5, 6 bilhões que o Governo... E quando eu falo Governo aqui, é o contribuinte que paga isso.

Então tem gente aqui em Brasília que trabalha aqui – e eu recebi documentos disso –, pessoas que trabalham aqui, mas recebem o seguro lá no Maranhão. Aqui eles trabalham sem carteira assinada, que é coisa que você não consegue mais hoje em Brasília; e no Brasil, na área rural principalmente, você não consegue mais ninguém para trabalhar, porque agora ninguém quer mais trabalhar. Ou, se trabalhar, tem que ser sem carteira assinada para poder continuar recebendo os programas sociais.

É incrível que a gente não crie realmente um mecanismo de porta de saída para esse pessoal. Será que as pessoas vão viver de cesta básica a vida toda? E não tem jeito, você tem que dar a qualificação profissional, gerar emprego, botar essa turma para trabalhar. Agora, temos que fazer isso. Lá na Finlândia eles encontraram a solução, viu, Confúcio? Lá na Finlândia, quem tem programa social não vota, e, consequentemente, os governos passam a ter uma atenção diferente, um entendimento diferente com relação a esses benefícios.

A gente precisa buscar uma forma, porque eu vi... Um Presidente americano, não sei qual deles, falou uma vez que você mede o sucesso do governo não pelo número de entradas no programa social, mas pela saída. Ora, a vitória do governo é tirar realmente as pessoas desses programas, e dar a eles dignidade, dar emprego, dar trabalho, dar qualificação. Então a gente precisa cuidar disso.

Agora, eu nunca vi... Aliás, já vi. Eu estou assistindo novamente ao mesmo filme. O Márcio foi Deputado comigo, Márcio Bittar, e participou também das CPIs que a gente participou. A mesma coisa, cara, nas estatais eram exatamente o que acontece hoje. Naquela época, as estatais davam um prejuízo danado no Governo Dilma, no Governo Lula...

(Soa a campainha.)

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Entrou o Bolsonaro, todas as estatais passaram a dar lucro, inclusive os Correios. Os Correios fecharam, acho, com R\$3 bilhões de lucro. Agora estão querendo aprovar um financiamento de R\$20 bilhões, porque o prejuízo já vai ultrapassar R\$10 bilhões nos Correios. E isso aí reflete, evidentemente, no fundo de pensão dos funcionários, que, por incrível que pareça, estão pagando até hoje o lá de trás. E inclusive nem podiam descontar do Imposto de Renda, e a gente conseguiu aprovar uma lei para permitir que a diferença, o complemento que eles estão pagando pela roubalheira, seja, pelo menos, dedutivo do Imposto de Renda. E agora vem de novo esse rombo, a Previ com não sei quantos bilhões de rombo, os Correios e as demais estatais.

Então a gente precisa realmente começar a cobrar isso, a gente não pode deixar a coisa correr frouxa do jeito que está correndo. Mas é bom a população entender e ficar de olho. Verifique lá quem é que votou contra esses requerimentos...



(Soa a campainha.)

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – ... que deveriam ter sido aprovados, para a gente poder botar transparência e mostrar para a população brasileira quem é que roubou dinheiro público dos aposentados e pensionistas.

Muito obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - RO) – Muito obrigado, Senador, e parabéns.

Quero registrar, principalmente para o Estado de Rondônia, para a cidade de Jaru, a presença aqui no Plenário do Prefeito Jeverson Lima, acompanhado da sua comitiva de comunicação.

É uma honra muito grande estar aqui, mesmo numa tarde vazia aqui, no Senado. Ele está aqui, peregrinando pelos gabinetes e trazendo as demandas e as necessidades do Município de Jaru. É uma honra muito grande recebê-lo aqui, Jeverson. Fique bem à vontade.

Vamos dar prosseguimento ao último orador inscrito desta tarde, que é o Senador Marcio Bittar, do PL, do Estado do Acre.

O SR. MARCIO BITTAR (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - AC. Para discursar.) – Sr. Presidente, senhores e senhoras que nos assistem, eu inicio dizendo que tenho muito respeito pelo Governador Tarcísio, mas o meu líder chama-se Jair Messias Bolsonaro.

Eu, como qualquer ser humano, tenho todos os defeitos, mas tem um deles, Senador Confúcio, com quem fui Deputado Federal na minha primeira vez, que eu procuro não cometer, que é o pecado da ingratidão.

Eu sei muito bem a importância que teve o Presidente Bolsonaro em campanha, em 2018. Quero aqui render minha homenagem, mais uma vez, ao Deputado Federal Coronel Ulysses, que era o candidato a Governador do PSL, do Presidente Bolsonaro – hoje Deputado Federal –, que indicou apenas um nome para o Senado e deixou a outra vaga em aberto, fazendo a indicação do meu nome. Aquilo permitiu que, ao visitar o Acre, em campanha, o Presidente Bolsonaro, para quem eu já pedia votos, pudesse gravar um vídeo pedindo o segundo voto para a minha candidatura. Isso foi muito importante para que eu pudesse vencer uma parada duríssima, em que disputávamos a segunda vaga eu e o ex-Senador Jorge Viana.

Eu tive a oportunidade, meu Senador e Presidente Confúcio, na primeira ocasião, no Palácio do Planalto, em reunião de líderes e vice-líderes, com a mesa redonda cheia de gente, eu esperei essa ocasião para mostrar para o Presidente Bolsonaro, que com certeza não lembrava mais, o vídeo que ele gravou do pedido de voto que fez a mim e que foi tão importante para ajudar a definir a minha eleição.

Acompanhei o Governo inteiro e sei da importância de um monte de Senadores, Prefeitos, Governadores que foram lançados e apoiados por ele e que se elegeram ou que se reelegeram. Aqui, nessa fileira destinada aos três Senadores do Acre, em 2023, no começo do ano, eu fiz questão de pegar o microfone, num aparte, para que o Brasil inteiro soubesse mais uma vez a minha posição. E eu disse – e me lembro de que fui o primeiro, não o último, mas fui o primeiro – que o meu lado era o lado do Presidente Bolsonaro, que eu iria ficar com ele, que ele continuava sendo o meu Líder, que ele seria o meu candidato a Presidente e que, se não conseguisse, eu apoiaria aquele que ele indicou.

Poucas vezes, Presidente, eu tive a audácia de oferecer uma opinião ao Presidente Bolsonaro, mas, na terceira vez, que foi o dia em que eu fui recebido por ele em prisão domiciliar, eu disse exatamente a minha opinião a respeito do processo, caso ele não pudesse ser candidato. E disse, à ocasião, que a minha opinião era a de que ele lançasse um Bolsonaro.

Quer dizer que todo mundo tem direito de querer ser candidato a Presidente da República, todo mundo tem direito de indicar alguém, mas o Presidente Bolsonaro, que, pela primeira vez no Brasil, tirou



do armário os conservadores, tirou do armário aqueles que são de direita, esse é o que não pode? Então, eu dizia a ele a minha opinião, que eu, no lugar dele, lançaria um Bolsonaro à Presidência da República. E disse mais: que entendo que o papel do Governador do Estado de São Paulo é garantir o palanque no estado mais povoado do Brasil – quase um quarto da população –, em processo dele de reeleição, para o nosso candidato a Presidente da República.

Hoje, Presidente Confúcio, há um silêncio que machuca, há um silêncio que incomoda. Eu quero declarar, em alto e bom tom: eu tenho amor ao meu Líder. Como eu não vou ter amor a alguém que passou 28 anos na Câmara sem nunca ter o nome envolvido em nenhuma corrupção? E quantas existiram na Câmara! Quando o Ministro Joaquim Barbosa se referiu ao nome do Presidente foi para dizer que aquele era o único que não tinha participado daquela coligação, daquela legislatura, daquela bancada. Quando o antigo Presidente do PP – hoje PP, PL na época; eu não lembro o nome mais, Pedro Corrêa, se eu não me engano –, ao mencionar o mensalão, o que foi que ele disse? Ele disse que o único da bancada dele que não aceitava nenhum tipo de suborno – não usou essa palavra, mas era isso que ele queria dizer –, que não aceitou participar da mensalidade, foi Jair Messias Bolsonaro.

O único Presidente civil – eu não digo isso com alegria não, mas é para relembrar – cujo Governo não teve escândalo de corrupção é o homem que está preso. Aquele que patrocinou os maiores escândalos de roubalheira do Brasil está na Presidência da República; e aquele que passou por limpos quatro anos, que combateu e que acabou com a roubalheira no seguro-defeso – agora, voltou –, acabou com a roubalheira nas estatais e com o prejuízo, que agora voltaram...

E está aí o escândalo do INSS, mostrando que não é a primeira vez que o Governo do PT mexe com o salário daqueles que eles fazem jura de proteger. Juram proteger o servidor público, mas foram eles que acabaram com os fundos de pensão da Petrobras, do Banco do Brasil, do Postalis e de todas as grandes empresas do Brasil. E, agora, são eles que estão acobertando e que não queriam a CPMI do INSS, que está mostrando a roubalheira em cima das pessoas mais vulneráveis do Brasil.

Quem impediu esse escândalo no Governo dele, o escândalo do INSS? O Presidente Bolsonaro. A qualquer pessoa que esteja me assistindo, não acredite em mim, não. Os documentos que provam que o Presidente Bolsonaro segurou por quatro anos a panela de pressão do INSS são públicos. O Rogerio Marinho acabou com o imposto sindical obrigatório, no esquema criminoso em que estava só a Contag – passou a ter 40! Aquilo virou uma fornalha para explodir, e não explodiu, porque Bolsonaro passou quatro anos segurando. Hoje, ele está preso, Sr. Presidente, como nenhum membro de facção criminosa se encontra; humilhado, caçado, perseguido por um crime que não aconteceu.

Qualquer pessoa no Brasil, se não for um militante de esquerda, sabe que não houve tentativa de golpe no Brasil. Ele está pagando por um crime que não ocorreu. E aí, quando eu falo do silêncio criminoso, é de pessoas que se elegeram à custa dele e que ainda agora se silenciam. E esse silêncio, Sr. Presidente, mostra que é verdadeiro o que está escrito, o que nós achávamos é verdadeiro: tem muitas pessoas que querem os votos bolsonaristas, mas não querem Bolsonaro. Aceitam docilmente um candidato consentido pelo sistema. E Bolsonaro e anistia? Que fiquem para as calendas.

Por isso, Sr. Presidente, eu estava lá no meu estado, em Cruzeiro do Sul, quando eu soube da notícia. Eu disse: “Confirme agora”. Quando confirmaram, eu gravei dizendo: meu candidato é Flávio Bolsonaro.

Aí eu vejo matérias e mais matérias: o Centrão não gostou. Que lance candidato! Não tem problema. Mas o que eu digo aqui hoje, que é um desabafo, é: como é que pessoas que têm mandato à custa dele estão silenciadas? Esse silêncio é a prova de que flirtavam com o sistema, e o que queriam mesmo era tirar Bolsonaro. Isso não é gratidão, Sr. Presidente. Ao contrário, isso é ingratidão, e a ingratidão é a porta de entrada da traição.

Por isso, mais uma vez, Sr. Presidente, no dia de hoje, eu quero deixar a minha posição clara de



novo. O meu líder, a quem eu tenho amor, chama-se Jair Messias Bolsonaro. Quando eu disse aqui, no começo de 2023, que era ele ou quem ele indicasse... Quantos eu ouvi dizer isso depois? Mas tem muitos que eu ouvi dizer isso depois e que agora estão silenciados. Não é o meu erro, esse não é o meu pecado, dando coerência à minha natureza. Eu disse aqui no começo de 2023 e repito aqui hoje: o meu candidato chama-se Flávio Bolsonaro. É com ele que eu vou caminhar nas eleições.

Às vezes, Sr. Presidente, eu tenho muito orgulho – e isso não é às vezes, é sempre – de representar o meu querido Estado do Acre, mas eu queria que o Acre tivesse 5 milhões de eleitores, 10 milhões de eleitores, para poder ajudar, porque o Acre é um estado pobre, um estado que tem mais Bolsa Família do que carteira assinada, diferentemente do Estado de Rondônia, que é o único na Região Norte que tem mais carteira assinada do que Bolsa Família, mas, lá no meu estado, a esquerda nunca teve vida fácil. Começa que, para ganhar da gente – e eu sei, então, o que eu denunciei aqui agora –, para a esquerda ganhar da gente, para o PT ganhar o governo, pessoas que seriam de direita se venderam para o PT. Foi assim que Jorge Viana chegou ao governo, tendo o apoio do Governador que, em tese, era de direita, bancou a candidatura.

Mesmo assim, ao longo dos 20 anos, nunca tiveram vida fácil. Ganharam a eleição de nós de meio ponto, um ponto, de mim, do Bocalom, que hoje é o Prefeito da capital; e a eleição nacional nunca ganharam da gente. Nós ganhamos com todos os candidatos que apoiávamos. Achávamos, naquela época, que o candidato do PSDB era o candidato opositor à esquerda. Não era. Hoje a gente sabe que era a opção que nós tínhamos.

Agarramo-nos, numa época, com o ex-Governador Ciro Gomes, achávamos que ele seria a alternativa ao PT, mas são todos de esquerda, como disse o próprio Lula, numa determinada candidatura de Presidente à República: “Que bom! Eu olho aqui no espectro dos candidatos, todos somos de centro-esquerda”.

O que acontece no Brasil é a intolerância cruel de quem não aceita a existência do Bolsonaro: “Ah, ele fala palavrão”. O Lula não fala. O Lula... Passam um pano para o Lula que é uma coisa... Imagine, Presidente Confúcio, se o Lula tivesse dito que, depois do jogo de futebol, a violência contra a mulher aumenta – isso é um crime! –, mas, se for do Corinthians, tudo bem. O senhor já imaginou... As pessoas que nos assistem já imaginaram se essa frase fosse proferida por Bolsonaro? O mundo tinha se acabado, tinha pedido *impeachment*, mas, para ele, não tem problema.

Portanto, Sr. Presidente, no dia de hoje é esse desabafo, porque... Agora, recentemente, no meu estado, membros do Governo do meu amigo Gladson Cameli me disseram, nas inaugurações de obras que têm emenda nossa, basicamente mandando um recado de que talvez eu já teria – vamos dizer assim – o voto bolsonarista, então eu deveria esquecer, porque tem gente que não gosta do Bolsonaro que votaria em mim. Olhem que oportunismo! Eu vou esquecer o meu amigo, eu vou esquecer quem é o meu líder, porque, em tese – isso não é verdade –, o voto bolsonarista já estaria encaminhado para mim, e eu teria que tentar angariar outro voto de quem não gosta dele, por isso eu o abandonaria.

Eu fui para inauguração, Sr. Presidente, e, mais do que eu já ia falar, eu disse que – no meu estado, por onde eu andar –, se eu negar Bolsonaro, eu não mereço voto de nenhum conterrâneo meu. Eu ando hoje, no meu estado, e eu vejo obras de infraestrutura nunca vistas antes sendo inauguradas pelo Governador. Daqui a pouco, serão obras estruturantes inauguradas pelo Prefeito de Rio Branco, Tião Bocalom. E eu me lembro de que foram emendas minhas. Eu me lembro, em momentos difíceis no Congresso Nacional, de quando eu era Relator do Orçamento, do famoso RP 9, tão criminalizado, que nunca foi secreto – poderia ser aperfeiçoado e foi, enfim, mas secreto nunca foi –, mas essa foi a versão que colou.

Foram dois anos. E, um dia, Sr. Presidente, eu narrei isso no evento em que pessoas do Governo que eu apoio, de forma mais ou menos indireta, pediam que eu esquecesse Bolsonaro. Aí eu contei essa



história, entre outras coisas.

No momento em que o próprio Ministro Paulo Guedes se colocou publicamente contra o Orçamento que eu relatava, na parte do RP 9, eu apanhei uns dez dias da imprensa, fiquei calado, esperei a poeira abaixar e aí respondi – é alguém de quem eu gosto, por quem tenho admiração e respeito, continuo tendo, mas respondi, porque, enfim, era um ponto de vista divergente.

O Presidente Bolsonaro me liga e me pede para que aquilo... Eu era Vice-Líder, Relator do Orçamento do Governo dele; e o outro, nada mais nada menos que o Ministro Paulo Guedes, Ministro da Economia do Brasil. Eu disse: “Claro, Presidente, o senhor não pediu nada que eu não atendesse”. Ele foi desligando o telefone, meu Presidente Confúcio, e eu disse: “Presidente, só um minuto. Como eu vou ficar? Eu sou um soldado seu e não posso ficar no campo de batalha ferido. Eu não posso ser a Rainha da Inglaterra”. “O que é isso Bittar?”, disse o Presidente Bolsonaro. Eu disse: “Presidente, o que o nosso Ministro quer, entre outras coisas, é que o senhor vete, cancele 100% da RP 9! O senhor já imaginou, depois de toda essa confusão de dois anos, lá no meu estado? É a primeira vez que um acriano é Relator do Orçamento. É claro que criou uma expectativa de o estado ser um pouco mais bem atendido, e, depois de tudo isso, eu não levar um centavo a mais para o meu estado?”. Porque eu dizia publicamente para o meu Presidente, várias vezes, que eu ia fazer tudo como Relator do Orçamento para levar um pouco mais de recursos para o meu estado, porque inclusive as leis ambientais draconianas só existem para a nossa região e não há compensação do tamanho que o nosso povo precisa. E aí eu disse ao Presidente Bolsonaro: “Depois de criar uma expectativa e depois desses dois anos de turbulência, aí eu não vou levar um real, um centavo para o meu estado, tão carente, tão pobre e que criou uma expectativa?”. Ele me disse ao telefone: “Bittar, não se preocupe, eu não vou deixar isso acontecer”.

Quando eu ando no meu estado e eu vejo a Ponte da Sibéria, promessa de 60 anos, sendo concluída – e dividia o município ao meio... Ela foi concluída agora, numa participação nossa com o Governo do Estado. Quando eu vejo inaugurar uma estrada que liga o Município do Bujari a Porto Acre, promessa de 30 anos, ligando dois municípios... Quando eu vejo o Prefeito Bocalom perto de entregar o viaduto mais importante de Rio Branco, o viaduto da AABB... E, daqui a três, quatro meses, vai entregar o novo Mercado Elias Mansour, porque o velho estava cheio de barata e rato, um atentado à saúde pública dos trabalhadores, dos donos de comércio e de quem visitava. Se eu não lembrar, Sr. Presidente, quem me deu a mão... Se não fosse o Presidente Bolsonaro, o que eu vejo no meu estado eu não teria levado. Como é que eu posso esquecer quem me ajudou, quem me abraçou?

Por isso eu digo que eu posso ter todos os defeitos de todo ser humano, mas um deles eu procuro não ter, que é o pecado da ingratidão. Eu ouço muitas vezes as pessoas dizerem assim: “Gratidão não prescreve”. É verdade. Não prescreve, mas, então, se posicione, diga.

Portanto, Sr. Presidente, deixo clara a minha posição de novo, no dia de hoje. Eu vim aqui para isso.

Como eu disse, aqui, em abril de 2023: “Eu continuo com o Bolsonaro e, se ele não for candidato, com quem ele apontar”, a minha opinião para ele só agora eu revelo, porque eu não poderia revelar antes. Eu disse a ele, eu dei opinião de assuntos que eu considero importantes três vezes para o Presidente, e a última foi esta: “Presidente, eu no seu lugar lançaria um Bolsonaro. É direito seu, o senhor está pagando como ninguém por ter tirado do armário, repito, pela segunda vez, os conservadores do Brasil, a direita do Brasil, sozinho e Deus”. A eleição mais diferente de todas do Brasil, chegou à Presidência e levantou um monte de colegas que hoje estão aqui. Quantos ex-Ministros hoje são Senadores da República? A importância dele na minha eleição eu já disse, não é a primeira vez, mas eu vou dizer tantas vezes quantas achar necessárias! Mas quantos?



(Soa a campainha.)

O SR. MARCIO BITTAR (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - AC) – Marcos Astronauta, nosso querido colega. Com todo o respeito, não se trata aqui de caráter de ninguém! Não estou aqui julgando caráter, mas seria eleito sem o Presidente da República? O meu querido amigo Jorge Seif. O meu queridíssimo amigo, pessoa por quem eu tenho a maior admiração, considero um dos políticos mais preparados do Brasil, Rogerio Marinho! Fez a reforma trabalhista e não se reelegeu Deputado Federal. Foi para o Governo do Presidente Bolsonaro, Bolsonaro lutou por ele – porque ele é assim: ele é transparente, ele é verdadeiro, é isso que o povo sente no Presidente Bolsonaro. Tinha dois Ministros do Rio Grande do Norte. Ele não fez jogo escondido; ele optou por um, pelo Rogerio Marinho, que teve uma campanha difícil, mas que, com certeza absoluta, se não fosse pelo Presidente Bolsonaro, também não estaria aqui. Nós não teríamos aqui, talvez, um dos políticos mais preparados, que é o Rogerio Marinho.

Jorge Seif confessou a mim.

(Soa a campainha.)

O SR. MARCIO BITTAR (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - AC) – Quarta-feira, na semana da eleição, ligou para o Presidente Bolsonaro. Era o primeiro turno. Ele disse: “Presidente, o senhor me colocou nessa, e eu estou em quarto lugar”. Véspera do primeiro turno, sábado, se taca Bolsonaro para Santa Catarina, faz uma motociata gigantesca. Domingo, a urna abre: Jorge Seif, Senador da República.

A minha queridíssima – eu tenho um carinho enorme por ela – Tereza, a nossa Ministra, para se eleger, na última vez, Deputada Federal, foi difícil – foi difícil! Eu conheço a história do Mato Grosso do Sul, só não tanto quanto do Acre. Foi difícil, vira Ministra do Presidente Bolsonaro.

No primeiro ano, o Flávio Bolsonaro me disse: “Marcio, quero te levar com o meu pai para falar esse assunto”, que era o assunto da importância de preparar a bancada no Senado. E aí teve a primeira vez uma conversa, não do Senador do...

(Interrupção do som.)

(Soa a campainha.)

O SR. MARCIO BITTAR (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - AC) – Só mais esse minuto e eu encerro.

... com pessoas que comungam com mesmas ideias.

E, naquela ocasião, eu disse ao Presidente, em 2019, meio do ano, primeiro ano do mandato: “Presidente, não adianta pensarmos, lá na frente, só na sua reeleição. O que nós pensamos e particularmente o que eu quero mudar na Amazônia passam pelo Senado, e o Senado que nós temos não aprova”.

Três meses depois, eu vou a Campo Grande, Mato Grosso do Sul, me encontro com um querido amigo – que vai ser Senador, se Deus permitir –, Reinaldo Azambuja, e ele me pergunta: “Quem esteve aqui foi seu amigo Presidente”. “Sim, e aí, Reinaldo?”. “Ele me perguntou se eu não apoiaria a Tereza” – em 2019, Presidente Confúcio! E eu perguntei a ele: “O que foi que você disse?”. “Eu apoio a Tereza, sua candidata, se você me ajudar a fazer meu sucessor, porque eu vou ficar até o final do segundo mandato e me importa mais fazer o sucessor”. Hoje, Tereza, de 2022, é a Senadora mais bem votada...

(Soa a campainha.)

O SR. MARCIO BITTAR (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - AC) – ... proporcionalmente de todos aqueles de 2022. Ele trabalhou por isso.

Portanto, Sr. Presidente, eu lembro – para terminar mesmo – como inauguramos a ponte do Madeira, ponte que também tem a ver... Aliás, é no Estado de Rondônia. Embora seja muito mais importante para



nós acrianos, ela é no querido estado vizinho, nosso Estado de Rondônia.

Na volta, estava o hoje Governador de São Paulo, Tarcísio – Ministro à época –, Bolsonaro, eu e mais alguém que eu não lembro. Estava muito recente a decisão de Bolsonaro de lançá-lo para Governador. E, naquele momento, o assunto veio, e eu me lembro da expressão um tanto assustada do Ministro Tarcísio diante dessa “loucura”, entre aspas, de um Presidente que escolhe um Ministro carioca, técnico, que nunca tinha sido candidato a nada...

(Soa a campainha.)

O SR. MARCIO BITTAR (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - AC) – ... a Governador do maior estado, economicamente, do Brasil. E o que ele é hoje? Governador do maior estado do Brasil, tanto do ponto de vista econômico quanto do ponto de vista populacional.

Eu termino por onde comecei, Sr. Presidente. Respeito o Governador Tarcísio, mas o meu Líder chama-se Jair Messias Bolsonaro.

Eu espero que haja, por enquanto, em algumas pessoas, um silêncio combinado, porque, se não for combinado e ele persistir, vai ser uma grande vergonha ver pessoas que devem o seu mandato ao Presidente Jair Messias Bolsonaro usarem da ingratidão.

Eu termino dizendo de novo: a ingratidão é a porta da traição.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - RO. Fala da Presidência.) – Parabéns, Senador Marcio Bittar, do Acre, pelo seu pronunciamento.

A Presidência informa às Senadoras e aos Senadores que estão convocadas as seguintes sessões para amanhã, terça-feira: sessão deliberativa, às 14h, com pauta divulgada pela Secretaria-Geral da Mesa; e sessão solene do Congresso Nacional, às 15h, destinada à promulgação da Emenda Constitucional 137, de 2025, referente à Proposta de Emenda à Constituição nº 72, de 2023.

Cumprida a finalidade desta sessão, a Presidência declara o seu encerramento.

(Levanta-se a sessão às 16 horas e 21 minutos.)



MATÉRIAS E DOCUMENTOS DA 188^a SESSÃO

EXPEDIENTE

Discurso encaminhado à publicação





SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA
Secretaria de Registro e Redação Parlamentar – SERERP
Coordenação de Pronunciamentos, Redação e Montagem – COPREM

SF - 1

08/12/2025

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, foi uma honra ser convidado para participar da Mesa de Abertura com autoridades para relatar a importância do Sistema Nacional de Promoção da Igualdade Racial - SINAPIR no Brasil. O evento celebra os 15 anos do SINAPIR e retrata os Avanços, Desafios e Futuro das Políticas de Promoção da Igualdade Racial no país.

SINAPIR é a sigla para Sistema Nacional de Promoção da Igualdade Racial, um instrumento fundamental no Brasil para organizar, articular e implementar políticas públicas de combate ao racismo e promoção da igualdade étnico-racial, instituído pelo Estatuto da Igualdade Racial (Lei nº 12.288/2010) e regulamentado por decretos, visando integrar esforços de União, Estados e Municípios e garantir o acesso prioritário a recursos federais para entes que aderem ao sistema.

O que é o SINAPIR?

Um sistema de organização e articulação para efetivar a Política Nacional de Promoção da Igualdade Racial (PNPIR). Busca descentralizar e fortalecer ações de combate ao racismo em todo o país, envolvendo diversos níveis de governo.

Principais Objetivos:

- Superar o racismo e as desigualdades sociais decorrentes dele.
- Institucionalizar a política de igualdade racial em todos os níveis federativos.
- Fortalecer órgãos e conselhos de promoção da igualdade racial.
- Promover a participação social e o controle social.

Como Funciona a Adesão:

Estados, Distrito Federal e Municípios podem aderir formalmente ao SINAPIR. A adesão requer a existência de órgãos e conselhos de promoção da igualdade racial, um gestor da política e a elaboração de planos de ação. Garante acesso preferencial a recursos, capacitações e programas federais na área.

Quem se Beneficia:

População negra, comunidades quilombolas, ciganos, povos tradicionais de matriz africana e terreiros.

Contudo, devido a nossa sessão especial em celebração ao Dia Internacional dos Direitos Humanos, agendada previamente e outras agendas e atividades, não conseguerei participar do evento, na qual também seria homenageado.

Assim, agradeço a ministra da Igualdade Racial, Anielle Franco, o secretário de Gestão do SINAPIR, Clédisson Geraldo dos Santos Júnior e a Diretora de Articulação Interfederativa, Isadora Bispo dos Santos e todas e todos que contribuem para promoção da igualdade racial no Brasil. Axé.

Senhor Presidente, Sras. e Srs. Senadores, no dia 4 de setembro, a CDH do Senado, por meu requerimento, realizou uma diligência em Viamão, no Rio Grande do Sul, para apurar denúncias de violações ambientais, sociais e trabalhistas e que culminou em uma audiência pública. Eu coordenei essa diligência e presidi essa sessão na Câmara de Vereadores, que estava completamente lotada. Estiveram presentes a deputada estadual Stela Farias, o deputado estadual Adão Pretto, a minha suplente Reginete Bispo, vereadores, lideranças sindicais, sociais, comunitárias, indígenas e ambientais. Houve muita cobrança e pedido de providências.

O relatório da diligência foi aprovado, recentemente, pela CDH com quatro principais denúncias:

1) Despejo cia Intersindical de Viamão, 2) Instalação de lixão em área de nascentes, 3) Perfuração de poços pela AEGEA/Corsan, e 4) Retirada de indígenas da área Guarani.

O relatório foi encaminhado ao Ministério Públco Federal, Ministério do Meio





SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA
Secretaria de Registro e Redação Parlamentar – SERERP
Coordenação de Pronunciamentos, Redação e Montagem – COPREM

SF - 2

08/12/2025

Ambiente, Fundação Nacional dos Povos Indígenas e Defensoria Pública da União.

Entre as recomendações aprovadas, o relatório pede a manutenção da sede da Intersindical de Viamão, o encerramento definitivo do projeto do lixão metropolitano, a suspensão das obras realizadas pela empresa AEGEA, a garantia da posse e da demarcação das terras pertencentes ao povo Mbyá Guarani e a fiscalização dos impactos ambientais no Parque Saint Hilaire e nas áreas de preservação do Lago Tarumã.

Senhor Presidente, essa audiência que realizamos já começou a dar resultados positivos. A Câmara de Vereadores aprovou, por unanimidade, o projeto do Executivo municipal que doa definitivamente a área para a Intersindical. A entidade, composta por oito sindicatos, ocupa o local há mais de 20 anos, onde construiu sua sede com recursos próprios. Trata-se de um espaço de debates, ações dos trabalhadores e movimentos sociais, políticas humanitárias e defesa dos direitos humanos — um ambiente de acolhimento para idosos, jovens e mulheres.

Havia, porém, uma tentativa de despejo por parte da prefeitura, num processo absolutamente inaceitável.

Quero saudar todos que participaram da reunião do dia 27 de novembro, na prefeitura, que selou o acordo e viabilizou o encaminhamento do projeto à Câmara de Vereadores: Paulo Ferreira (coordenador da Intersindical), Maria Darcila Tinoco (secretária da Intersindical), Karla Rene (diretora do Sindicato dos Municipários), vereador Alex do PT, vereador Rodrigo Pox — presidente da Câmara — e o prefeito Rafael Dalla Nora. Saúdo os poderes Executivo e Legislativo de Viamão e saúdo, de forma especial, a Intersindical.

E trago ainda uma boa notícia: ficou acertado que caso seja necessário instalar o Centro de Referência da Mulher, há uma área disponível atrás do salão da Intersindical.

Um fraterno abraço à comunidade e à população de Viamão.

Senhor Presidente, Sras. e Srs. Senadores, o Senado aprovou na semana passada o projeto de lei 1.791/2019 sobre a realocação de trabalhadores de elétricas privatizadas. O projeto, de autoria do falecido deputado federal Assis Carvalho, contou com o parecer favorável do senador Sérgio Petecão e teve como relator também o senador Alessandro Vieira. Relatores na Câmara: deputado Átila Lira, deputada Erika Kokay, deputada Fernanda Melchionna e deputado capitão Alberto Neto. Agora segue para a sanção da Presidência da República.

A proposta trata do aproveitamento e a realocação dos empregados demitidos sem justa causa após a privatização da Eletrobras, em 2022. Garante que esses trabalhadores — muitos com décadas de experiência, muitos com mais de 50 anos, e que foram desligados num processo que atingiu cerca de 4 mil famílias — possam ser aproveitados em outras empresas públicas ou sociedades de economia mista, sempre com funções e salários compatíveis.

É uma forma responsável de manter empregos, proteger trajetórias e preservar um patrimônio humano valioso. Não se trata apenas de justiça social. Trata-se também de inteligência administrativa. A Eletrobras, maior empresa de energia da América Latina, responde por 33% da geração, 50% da transmissão e atende 31% do território nacional na distribuição.

Os profissionais que atuaram no sistema carregam conhecimento técnico estratégico, que deve continuar a servir ao povo brasileiro. Realizamos audiência pública na CDH, ouvimos os trabalhadores, e o consenso é claro: o Estado não pode desperdiçar essa expertise. É um gesto de justiça, de responsabilidade e de respeito àqueles que dedicaram sua vida ao desenvolvimento energético do Brasil.

Faço um apelo ao governo para que não vete o projeto. É uma questão de direitos humanos!





SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA
Secretaria de Registro e Redação Parlamentar – SERERP
Coordenação de Pronunciamentos, Redação e Montagem – COPREM

SF - 3

08/12/2025

Senhor Presidente, Sras. e Srs. Senadores, a Assembleia Geral da ONU, no ano de 1992, instituiu o dia 3 de dezembro como Dia Internacional da Pessoa com Deficiência. A data serve para fazer reflexões importantes sobre a temática, celebrar as conquistas, bem como apontar desafios ainda a serem superados na busca por uma melhor qualidade de vida.

De acordo com estimativas da OMS (Organização Mundial da Saúde), em todo o mundo, existem cerca de 1,3 bilhão de pessoas com deficiência, 16%, ou seja, ou 1 em cada 6 pessoas.

A convenção internacional sobre os direitos da pessoa com deficiência, aprovada em Nova York, no ano de 2006, reconhece a definição de deficiência como algo dinâmico, em evolução e que surge da interação entre as alterações corporais e as barreiras que dificultam a vida das pessoas.

Seja qual for a natureza do impedimento: visual, auditiva, intelectual ou física, as limitações com as quais uma pessoa se depara, vem da falta de acessibilidade. As cidades, as edificações, os veículos do transporte coletivo, os aparelhos eletrônicos não foram concebidos para que possam ser usadas por pessoas com deficiência.

São inegáveis os avanços já obtidos, mas ainda temos muito que fazer. A Convenção Internacional é um documento onde os Estados membros se comprometem a estabelecer normas e criar meios pelos quais as pessoas com deficiência tenham maiores oportunidades de participação. Assim todos compartilham da vida e experimentam suas rotinas de trabalho, de educação, de cultura, de consumo, de produção artística.

Senhoras e Senhores, a convenção significou uma reviravolta na compreensão da deficiência. Ao reconhecer que todos são sujeitos de direitos, ao dizer que todos têm a liberdade para fazer suas próprias escolhas, ela determina que os países que a ratificaram devem reconhecer o protagonismo dessas pessoas.

Atualmente as pessoas com deficiência precisam ser respeitadas na capacidade que têm de fazer suas escolhas, ter autonomia sobre seu corpo, sua saúde, o número de filhos que pretenda ter. Isso não significa que a família ou o Estado não deva dar o apoio, quando necessário, nem que não deva existir as salvaguardas legais, quando a situação assim exigir. Tudo isso em nome da maior autonomia possível da pessoa com deficiência.

A lei que originou o Estatuto da Pessoa com Deficiência (Lei Brasileira de Inclusão) surgiu a partir de um projeto de lei de minha autoria, apresentado no ano de 2.000. Já nessa época trazia os principais avanços que estavam em debate na Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência. Versando sobre acessibilidade, trabalho, educação, esporte, transporte, tecnologia e todos os ramos da experiência humana em seus 127 artigos, o Estatuto, assim como a Convenção, reconhece a pessoa como sujeito de direitos e cidadania. Capacidade civil, por exemplo, é um dos seus principais eixos, e reconhece a autonomia e o protagonismo dessas pessoas. Hoje no Brasil existem cerca de 17 milhões de pessoas com alguma deficiência, ou seja, 8,9% da população.

Senhoras e Senhores, todos fazem parte da família humana e, na medida em que as barreiras são eliminadas, darão o seu valioso contributo. O mundo não pode deixar ninguém de fora. Nenhuma transformação externa, nenhum avanço coletivo, nenhum modelo de desenvolvimento social serão de fato transformadores, se não olharmos para dentro de nós mesmos. O indivíduo é o agente da mudança social. Antes de almejarmos qualquer progresso significativo no ambiente externo. Antes de pensarmos no planeta, precisamos pensar nas relações entre as pessoas. São as habilidades humanas que devem ser trabalhadas. É nossa empatia que precisa ser desenvolvida. A capacidade que devemos observar é a capacidade de nos relacionarmos uns com os outros, é a capacidade de nos comunicar e juntos encontrar os melhores caminhos.





SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA
Secretaria de Registro e Redação Parlamentar – SERERP
Coordenação de Pronunciamentos, Redação e Montagem – COPREM

SF - 4

08/12/2025

Era o que tinha a dizer.
Sala das Sessões, 8 de dezembro de 2025.
Senador Paolo Paim (PT/RS).



MATÉRIAS E DOCUMENTOS DIVERSOS

EXPEDIENTE

Abertura de prazo



PROJETO DE LEI Nº 2.294, DE 2024

Altera a Lei nº 3.268, de 30 de setembro de 1957, que dispõe sobre os Conselhos de Medicina e dá outras providências, para instituir o Exame Nacional de Proficiência em Medicina.

Recebido o Ofício nº 51, de 2025, da Comissão de Assuntos Sociais, comunicando a aprovação de Substitutivo, em turno único.

Fica aberto o prazo até o encerramento da discussão, em turno suplementar, perante a Comissão, para oferecimento de emendas, nos termos do art. 282 do Regimento Interno.

Prazo: até o encerramento da discussão, em turno suplementar.

A matéria segue para elaboração da redação para o turno suplementar, retornando posteriormente à Comissão de Assuntos Sociais.





SENADO FEDERAL
COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS
SECRETARIA DA COMISSÃO
ANEXO 2, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, SALA 11/A
70165-900 — BRASÍLIA-DF
Fone: 3303-3515 — e-mail: scomcas@senado.gov.br

Of. nº 51/2025/CAS

Brasília, 3 de dezembro de 2025

A Sua Excelência o Senhor
Senador DAVI ALCOLUMBRE
Presidente do Senado Federal

Assunto: **Aprovação de Substitutivo**

Senhor Presidente,

Comunico a Vossa Excelência que esta Comissão aprovou, em reunião realizada no dia de hoje, substitutivo, de autoria do Senador Dr. Hiran, ao Projeto de Lei nº 2294, de 2024, que “Altera a Lei nº 3.268, de 30 de setembro de 1957, que dispõe sobre os Conselhos de Medicina e dá outras providências, para instituir o Exame Nacional de Proficiência em Medicina”.

A Matéria será incluída na pauta da próxima reunião, para apreciação em turno suplementar, nos termos do disposto no art. 282, combinado com o art. 92 do Regimento Interno do Senado Federal.

Cordialmente,

SENADOR MARCELO CASTRO
Presidente da Comissão de Assuntos Sociais



Comunicação





SENADO FEDERAL
LIDERANÇA DO BLOCO PELO BRASIL

Ofício nº 46/2025-BLPBRA

Brasília, 8 de dezembro de 2025.

Ao Excelentíssimo Senhor
Senador DAVI ALCOLUMBRE
 Presidente do Senado Federal
 Brasília – DF

Assunto: Substituição de Membros do BLOCO PELO BRASIL na
 CAS - Comissão de Assuntos Sociais

Excelentíssimo Senhor Presidente,

Cumprimentando-o cordialmente, venho por meio deste, solicitar que seja substituído o **Senador Jaques Wagner** pelo **Senador Humberto Costa** e que também seja substituído o **Senador Fabiano Contarato** pelo **Senador Paulo Paim** no quadro de membros do BLOCO PELO BRASIL na CAS - Comissão de Assuntos Sociais.

Respeitosamente,
 Senador Weverton – PDT/MA
 Líder do BLOCO PELO BRASIL no Senado Federal



Assinado eletronicamente, por Sen. Weverton

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/8929404585>

SF/25853.28239-18



Ofício do Ministro de Estado das Comunicações



Ofício de Ministro de Estado:

- nº 42941, do Ministro de Estado das Comunicações, de 5 de dezembro de 2025, em resposta ao Requerimento nº 90, de 2024, de autoria da Comissão de Comunicação e Direito Digital (CCDD), que visa a instruir o Projeto de Decreto Legislativo (PDL) nº 64, de 2024;

A requerente foi comunicada e as informações anexadas na tramitação do requerimento.

As matérias vão ao Arquivo.



Requerimentos





SENADO FEDERAL

REQUERIMENTO N° 916, DE 2025

Requer informações ao Senhor Silvio Costa Filho, Ministro de Estado de Portos e Aeroportos, sobre o deslocamento em aeronave particular do Ministro do Supremo Tribunal Federal, Dias Toffoli, para a cidade de Lima, Peru, para assistir a final da Libertadores, acompanhado de advogado do caso do Banco Master, instituição atualmente submetida a regime de liquidação pelo Banco Central do Brasil.

AUTORIA: Senador Eduardo Girão (NOVO/CE)



[Página da matéria](#)

Avulso do RQS 916/2025 [1 de 6]





SF/25544.50616-71 (LexEdit)

REQUERIMENTO N° DE

Requer que sejam prestadas, pelo Exmo. Sr. Ministro de Portos e Aeroportos, Silvio Costa Filho, informações sobre o deslocamento em aeronave particular do Ministro do Supremo Tribunal Federal, Dias Toffoli, para a cidade de Lima, Peru, para assistir a final da Libertadores, acompanhado de advogado do caso do Banco Master, instituição atualmente submetida a regime de liquidação pelo Banco Central do Brasil.

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos do art. 50, § 2º, da Constituição Federal e do art. 216 do Regimento Interno do Senado Federal, que sejam prestadas, pelo Exmo. Sr. Ministro de Portos e Aeroportos, Silvio Costa Filho, informações sobre o deslocamento em aeronave particular do Ministro do Supremo Tribunal Federal, Dias Toffoli, para a cidade de Lima, Peru, para assistir a final da Libertadores, acompanhado de advogado do caso do Banco Master, instituição atualmente submetida a regime de liquidação pelo Banco Central do Brasil.

Diante da gravidade dos fatos e do interesse público manifesto, **REQUEIRO**, com fundamento no art. 50, § 2º, da Constituição Federal e nos dispositivos regimentais aplicáveis, que seja encaminhado **REQUERIMENTO DE INFORMAÇÕES** à Agência Nacional de Aviação Civil – ANAC, para que preste esclarecimentos completos e detalhados sobre os seguintes pontos:



1. Confirmação da realização de voo internacional, em aeronave particular, com destino a Lima, Peru, no período da final da Copa Libertadores entre Flamengo e Palmeiras;
2. Identificação completa da aeronave utilizada, com indicação de prefixo, modelo, registro, proprietários e eventuais operadores;
3. Encaminhamento do plano de voo, com datas, horários exatos de decolagem e pouso, bem como aeródromos de origem e destino, na ida e no retorno ao território nacional;
4. Confirmação formal da presença do Ministro do Supremo Tribunal Federal, Dias Toffoli, a bordo da referida aeronave, bem como da presença do Sr. Augusto Arruda Botelho;
5. Encaminhamento de registros, manifestos de passageiros e documentos administrativos eventualmente existentes sobre o referido voo;
6. Informação sobre a natureza da operação do voo, bem como o tipo de autorização concedida pela ANAC;
7. Esclarecimento sobre eventual comunicação oficial relativa ao transporte;
8. Outras informações que essa Agência Nacional de Aviação Civil achar pertinente.

JUSTIFICAÇÃO

Chegaram ao conhecimento deste Parlamentar fatos de inegável gravidade institucional envolvendo o Ministro do Supremo Tribunal Federal, Dias Toffoli, relator de procedimento relacionado ao denominado “caso Banco Master”, instituição submetida a regime de liquidação pelo Banco Central do Brasil.

Consta, a partir de informações amplamente divulgadas pela imprensa nacional, que o referido Ministro teria se deslocado, em jato particular, com destino

a Lima, no Peru, para assistir à final da Copa Libertadores da América entre Flamengo e Palmeiras, em aeronave pertencente ao empresário e ex-senador Luiz Oswaldo Pastore.

No mesmo voo, teria se feito presente o advogado Augusto Arruda Botelho, patrono do diretor de compliance do Banco Master, Luiz Antônio Bull. Tal circunstância causa especial perplexidade porque o mencionado advogado atua diretamente em processo no Supremo Tribunal Federal sob relatoria do próprio Ministro Dias Toffoli no Supremo Tribunal Federal (RECLAMAÇÃO 88.121 DISTRITO FEDERAL).

Registre-se, ainda, que em 3 de dezembro, o referido advogado, em nome do seu cliente, protocolou recurso nos autos da citada ação. Na mesma data, o Ministro relator determinou a tramitação em sigilo do caso e promoveu o deslocamento do inquérito para a jurisdição do Supremo Tribunal Federal, assumindo sua relatoria, acolhendo pedido que continha, em essência, a mesma pretensão anteriormente formulada pela defesa de outro investigado, Daniel Vorcaro. Dias Toffoli determinou também que todas as novas diligências da Operação Compliance Zero contra o Banco Master fossem previamente autorizadas pelo STF.

Os fatos acima narrados, se confirmados, levantam sérias dúvidas quanto à observância dos princípios constitucionais da moralidade, impessoalidade, transparência e independência entre as funções estatais, notadamente diante da possível convivência em voo privado entre magistrado relator e advogado com atuação direta em processo de sua relatoria.

Mais do que isso, esses fatos revelam um cenário absolutamente incompatível com os deveres de imparcialidade, prudência e decoro que se exigem de qualquer magistrado, especialmente de um Ministro da mais alta Corte do País.

Diante da gravidade institucional e da necessidade de resguardar a confiança pública nas instituições, impõe-se o esclarecimento técnico e formal dos fatos pelas autoridades competentes.

O artigo 50 da Constituição Federal de 1988 é claro quando determina que:

A Câmara dos Deputados e o Senado Federal, ou qualquer de suas Comissões, poderão convocar Ministro de Estado ou quaisquer titulares de órgãos diretamente subordinados à Presidência da República para prestarem, pessoalmente, informações sobre assunto previamente determinado, importando crime de responsabilidade a ausência sem justificação adequada. (grifou-se).

O § 2º do referido comando normativo declina que:

§ 2º - As Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal poderão encaminhar pedidos escritos de informações a Ministros de Estado ou a qualquer das pessoas referidas no caput deste artigo, importando em crime de responsabilidade a recusa, ou o não - atendimento, no prazo de trinta dias, bem como a prestação de informações falsas. (grifou-se).

Além disso, e na mesma linha de raciocínio ora delineada, verifica-se, dentre as atribuições das Comissões do Senado Federal, consoante o artigo 90 do Regimento Interno da casa, o poder/dever de realizar audiências públicas com entidades da sociedade civil (Const., art. 58, § 2º, II).

Ainda, denota-se no mesmo dispositivo retrocitado, a competência das Comissões para estudar qualquer assunto compreendido nas atribuições do Senado, propondo as medidas legislativas cabíveis (inciso XI).

No que concerne às atribuições específicas da Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor, o Art. 102-A do Regimento Interno do Senado Federal prevê que compete a esta Comissão



opinar sobre matérias pertinentes aos seguintes temas: (...) c) prestação eficaz, efetiva e eficiente de serviços públicos; (Redação dada pela Resolução nº 3, de 2017).

A doutrina administrativista aponta que a atividade judiciária constitui espécie de serviço público, de forma que a análise de como está se dando a sua prestação se inclui entre as competências da CTFC. Neste sentido[1]:

Sujeito aos princípios e mandamentos constitucionais da Administração Pública, cabe ao Poder Judiciário, sobretudo enquanto prestador de serviço público, promover reformas em sua gestão de modo a agilizar a prestação jurisdicional observando preceitos e princípios aplicáveis àquela como o da eficiência.

Ademais, ainda conforme o RISF no seu artigo 102-A item “h” faz parte do escopo da Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor:

Art. 102 – A.: À Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor, além da aplicação, no que couber, do disposto no art. 90 e sem prejuízo das atribuições das demais comissões, compete: (Redação dada pela Resolução nº 3, de 2017)

(...) h) promover a interação do Senado Federal com os órgãos do Poder Judiciário e do Ministério Público que, pela natureza de suas atividades, possam propiciar ou gerar dados de que necessite para o exercício de fiscalização e controle;

[1] Luciano de Araujo Migliavacca. A prestação jurisdicional como serviço público: a observância do princípio da eficiência e sua relação com a razoável duração do processo file:///C:/Users/usuario/Downloads/631-Texto%20do%20artigo-2081-1-10-20160211.pdf

Sala das Sessões, 8 de dezembro de 2025.

Senador Eduardo Girão
(NOVO - CE)
Líder do NOVO



Requerimento nº 916, de 2025, do Senador Eduardo Girão, solicitando informações ao Senhor Silvio Costa Filho, Ministro de Estado de Portos e Aeroportos, sobre o deslocamento em aeronave particular do Ministro do Supremo Tribunal Federal, Dias Toffoli, para a cidade de Lima, Peru, para assistir a final da Libertadores, acompanhado de advogado do caso do Banco Master, instituição atualmente submetida a regime de liquidação pelo Banco Central do Brasil.

O Requerimento vai à Comissão Diretora, para decisão.





SENADO FEDERAL

REQUERIMENTO N° 917, DE 2025

Requer urgência para o Projeto de Lei nº 2.501/2022, nos termos dos arts. 336, III, e 338, III, do Regimento Interno do Senado Federal.

AUTORIA: Líder do Bloco Parlamentar da Resistência Democrática Eliziane Gama (PSD/MA), Líder do Bloco Parlamentar Pelo Brasil Weverton (PDT/MA), Senador Randolfe Rodrigues (PT/AP)



[Página da matéria](#)

Avulso do RQS 917/2025 [1 de 2]

REQUERIMENTO N° DE

Senhor Presidente,

Requeremos, nos termos dos arts. 336, III, e 338, III, do Regimento Interno do Senado Federal, urgência para o PL 2501/2022, que “altera a Lei nº 13.895, de 30 de outubro de 2019, para estabelecer a inclusão de informações sobre diabetes nos censos demográficos”.

Sala das Sessões, 5 de dezembro de 2025.

**Senador Randolfe Rodrigues
(PT - AP)**

Avulso do RQS 917/2025 [2 de 2]





SENADO FEDERAL

REQUERIMENTO N° 918, DE 2025

Requer informações ao senhor Silvio Costa Filho, Ministro de Estado de Portos e Aeroportos, sobre aeronaves registradas em nome de Daniel Vorcaro, seus respectivos prefixos, o histórico de planos de voo realizados nos últimos três anos e a relação de passageiros que tenham constado nesses voos.

AUTORIA: Senador Eduardo Girão (NOVO/CE)



[Página da matéria](#)

Avulso do RQS 918/2025 [1 de 4]





SF/25096.46589-55 (LexEdit)

REQUERIMENTO Nº DE

Requer que sejam prestadas, pelo Exmo. Sr. Ministro de Portos e Aeroportos, Silvio Costa Filho, informações sobre aeronaves registradas em nome de Daniel Vorcaro, seus respectivos prefixos, o histórico de planos de voo realizados nos últimos três anos e a relação de passageiros que tenham constado nesses voos.

Senhora Presidente,

Requeiro, nos termos do art. 50, § 2º, da Constituição Federal e do art. 216 do Regimento Interno do Senado Federal, que sejam prestadas, pelo Exmo. Sr. Ministro de Portos e Aeroportos, Silvio Costa Filho, informações sobre aeronaves registradas em nome de Daniel Vorcaro, seus respectivos prefixos, o histórico de planos de voo realizados nos últimos três anos e a relação de passageiros que tenham constado nesses voos.

Nesses termos, requisita-se:

1. Relação completa de todas as aeronaves que constam atualmente, ou constaram nos últimos 36 meses, em nome de Daniel Vorcaro, ou de pessoas jurídicas das quais o mesmo figure como sócio ou administrador, incluindo número de matrícula/prefixo; modelo e fabricante; situação cadastral atual.

2. Identificação dos prefixos das referidas aeronaves;



Assinado eletronicamente, por Sen. Eduardo Girão

Para verificação

Avulso do RQS 918/2025 [2 de 4]



3. Cópia integral dos planos de voo de todas as aeronaves identificadas no item anterior, referentes ao período dos últimos três anos;

4. Relação nominal completa de todos os passageiros e tripulantes que figuraram nos voos realizados pelas referidas aeronaves no período supracitado.

5. Histórico de planos de voo referentes a essas aeronaves nos últimos três anos, contendo datas e horários de decolagens e pousos; aeroportos ou aeródromos de origem e destino; identificação dos pilotos responsáveis.

JUSTIFICAÇÃO

A Constituição Federal de 1988, em seu artigo 70, impõe ao Congresso Nacional o dever de exercer a fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial da União e das entidades da administração direta e indireta. É no exercício dessa prerrogativa constitucional, e com base no art. 50, § 2º da Carta Magna, que se fundamenta o presente requerimento.

As operações financeiras envolvendo o Banco de Brasília (BRB), instituição controlada pelo poder público e o Banco Master, anteriormente denominado Banco Máxima, controlado pelo Sr. Daniel Vorcaro, são de grande preocupação e demandam escrutínio parlamentar. Indícios apontam para a existência de operações atípicas e potencialmente lesivas ao Sistema Financeiro Nacional. O cerne da investigação reside na suspeita de que a estrutura do banco privado esteja sendo utilizada em transações cruzadas com o banco público, o que pode configurar gestão temerária, tráfico de influência e crimes contra a administração pública. Nesse cenário, a informação sobre os registros de voo das aeronaves vinculadas ao Sr. Daniel Vorcaro apresenta-se como diligência imprescindível e inadiável, visto que a experiência em investigações de crimes de colarinho branco demonstra que reuniões para tratativas ilícitas ou para a



Assinado eletronicamente, por Sen. Eduardo Girão

Para verificação

Avulso do RQS 918/2025 [3 de 4]



cooptação de agentes públicos raramente ocorrem em gabinetes oficiais, mas sim em ambientes privados e durante deslocamentos reservados.

O acesso aos prefixos, planos de voo e, fundamentalmente, às listas de passageiros dos últimos vinte e quatro meses permitirá a esta Comissão mapear a rede de relacionamentos do investigado, identificando se autoridades públicas, políticos com foro ou dirigentes de estatais utilizaram as aeronaves privadas. Tal cruzamento de dados possibilitará estabelecer o nexo causal entre as datas dos deslocamentos e as datas de aprovação de operações financeiras ou contratos que beneficiaram o Banco Master junto ao BRB, além de verificar se houve transporte de agentes públicos à margem das agendas oficiais, ferindo os princípios da Moralidade e da Impessoalidade.

Ressalte-se, por fim, que o interesse público na lisura das operações que envolvem bancos estatais e a higidez do Sistema Financeiro Nacional sobrepon-se, neste caso concreto, ao direito à privacidade dos deslocamentos do investigado. A aprovação deste requerimento é, portanto, medida de justiça e transparência, essencial para que o Senado Federal cumpra seu papel fiscalizador e resguarde o erário de lesões irreparáveis.

Sala das Sessões, 8 de dezembro de 2025.

Senador Eduardo Girão
(NOVO - CE)
Líder do NOVO



Assinado eletronicamente, por Sen. Eduardo Girão
 Para verificação

Avulso do RQS 918/2025 [4 de 4]



Requerimento nº 918, de 2025, do Senador Eduardo Girão, solicitando informações ao Senhor Silvio Costa Filho, Ministro de Estado de Portos e Aeroportos, sobre aeronaves registradas em nome de Daniel Vorcaro, seus respectivos prefixos, o histórico de planos de voo realizados nos últimos três anos e a relação de passageiros que tenham constado nesses voos.

O Requerimento vai à Comissão Diretora, para decisão.



COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL NA 57^a LEGISLATURA

(por Unidade da Federação)

Bahia

PSD - Angelo Coronel*
PT - Jaques Wagner*
PSD - Otto Alencar**

Rio de Janeiro

PL - Carlos Portinho* (S)
PL - Flávio Bolsonaro*
PL - Romário**

Maranhão

PSD - Eliziane Gama*
PDT - Weverton*
PDT - Ana Paula Lobato** (S)

Pará

MDB - Jader Barbalho*
PODEMOS - Zequinha Marinho*
PT - Beto Faro**

Pernambuco

MDB - Fernando Dueire* (S)
PT - Humberto Costa*
PT - Teresa Leitão**

São Paulo

MDB - Giordano* (S)
PSD - Mara Gabrilli*
PL - Astronauta Marcos Pontes**

Minas Gerais

PODEMOS - Carlos Viana*
PSD - Rodrigo Pacheco*
REPUBLICANOS - Cleitinho**

Goiás

PSB - Jorge Kajuru*
PSD - Vanderlan Cardoso*
PL - Wilder Moraes**

Mato Grosso

UNIÃO - Jayme Campos*
PSD - José Lacerda* (S)
PL - Wellington Fagundes**

Rio Grande do Sul

PP - Luís Carlos Heinze*
PT - Paulo Paim*
REPUBLICANOS - Hamilton Mourão**

Ceará

PSB - Cid Gomes*
NOVO - Eduardo Girão*
PT - Augusta Brito** (S)

Paraíba

PP - Daniella Ribeiro*
MDB - Veneziano Vital do Rêgo*
UNIÃO - Efraim Filho**

Espírito Santo

PT - Fabiano Contarato*
PODEMOS - Marcos do Val*
PL - Magno Malta**

Piauí

PP - Ciro Nogueira*
MDB - Marcelo Castro*
PSD - Jussara Lima** (S)

Rio Grande do Norte

PSDB - Styvenson Valentim*
PSD - Zenaide Maia*
PL - Rogério Marinho**

Santa Catarina

PP - Esperidião Amin*
MDB - Ivete da Silveira* (S)
PL - Jorge Seif**

Alagoas

PL - Dra. Eudócia* (S)
MDB - Renan Calheiros*
MDB - Fernando Farias** (S)

Sergipe

MDB - Alessandro Vieira*
PT - Rogério Carvalho*
PP - Laércio Oliveira**

Mandatos

*: Período 2019/2027 **: Período 2023/2031

Amazonas

MDB - Eduardo Braga*
PSDB - Plínio Valério*
PSD - Omar Aziz**

Paraná

PSB - Flávio Arns*
PSDB - Orio visto Guimarães*
UNIÃO - Sergio Moro**

Acre

PL - Marcio Bittar*
PSD - Sérgio Petecão*
REPUBLICANOS - Alan Rick**

Mato Grosso do Sul

PSD - Nelsinho Trad*
PODEMOS - Soraya Thronicke*
PP - Tereza Cristina**

Distrito Federal

PL - Izalci Lucas*
PDT - Leila Barros*
REPUBLICANOS - Damares Alves**

Rondônia

MDB - Confúcio Moura*
PL - Marcos Rogério*
PL - Jaime Bagatolli**

Tocantins

PL - Eduardo Gomes*
PSD - Irajá*
UNIÃO - Professora Dorinha Seabra**

Amapá

PSD - Lucas Barreto*
PT - Randolfe Rodrigues*
UNIÃO - Davi Alcolumbre**

Roraima

PSB - Chico Rodrigues*
REPUBLICANOS - Mecias de Jesus*
PP - Dr. Hiran**



COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL NA 57ª LEGISLATURA

(Bancadas dos Partidos no Senado Federal)

Bloco Parlamentar Democracia - 23**MDB-11 / UNIÃO-5 / PODEMOS-4 / PSDB-3**

Alessandro Vieira.	MDB / SE
Carlos Viana.	PODEMOS / MG
Confúcio Moura.	MDB / RO
Davi Alcolumbre.	UNIÃO / AP
Eduardo Braga.	MDB / AM
Efraim Filho.	UNIÃO / PB
Fernando Dueire.	MDB / PE
Fernando Farias.	MDB / AL
Giordano.	MDB / SP
Ivete da Silveira.	MDB / SC
Jader Barbalho.	MDB / PA
Jayme Campos.	UNIÃO / MT
Marcelo Castro.	MDB / PI
Marcos do Val.	PODEMOS / ES
Oriovisto Guimarães.	PSDB / PR
Plínio Valério.	PSDB / AM
Professora Dorinha Seabra.	UNIÃO / TO
Renan Calheiros.	MDB / AL
Sérgio Moro.	UNIÃO / PR
Soraya Thronicke.	PODEMOS / MS
Styvenson Valentim.	PSDB / RN
Veneziano Vital do Rêgo.	MDB / PB
Zequinha Marinho.	PODEMOS / PA

Bloco Parlamentar da Resistência Democrática - 18**PSD-14 / PSB-4**

Angelo Coronel.	PSD / BA
Chico Rodrigues.	PSB / RR
Cid Gomes.	PSB / CE
Eliziane Gama.	PSD / MA
Flávio Arns.	PSB / PR
Irajá.	PSD / TO
Jorge Kajuru.	PSB / GO
José Lacerda.	PSD / MT
Jussara Lima.	PSD / PI
Lucas Barreto.	PSD / AP
Mara Gabrilli.	PSD / SP
Nelsinho Trad.	PSD / MS
Omar Aziz.	PSD / AM
Otto Alencar.	PSD / BA
Rodrigo Pacheco.	PSD / MG
Sérgio Petecão.	PSD / AC
Vanderlan Cardoso.	PSD / GO
Zenaide Maia.	PSD / RN

Bloco Parlamentar Vanguarda - 16**PL-15 / NOVO-1**

Astronauta Marcos Pontes.	PL / SP
Carlos Portinho.	PL / RJ
Dra. Eudócia.	PL / AL
Eduardo Girão.	NOVO / CE
Eduardo Gomes.	PL / TO
Flávio Bolsonaro.	PL / DF
Izalci Lucas.	PL / RO
Jaime Bagatelli.	PL / SC
Jorge Seif.	PL / ES
Magno Malta.	PL / AC
Marcio Bittar.	PL / AC

Marcos Rogério.	PL / RO
Rogerio Marinho.	PL / RN
Romário.	PL / RJ
Wellington Fagundes.	PL / MT
Wilder Morais.	PL / GO

Bloco Parlamentar Aliança - 12**PP-7 / REPUBLICANOS-5**

Alan Rick.	REPUBLICANOS / AC
Ciro Nogueira.	PP / PI
Cleitinho.	REPUBLICANOS / MG
Damares Alves.	REPUBLICANOS / DF
Daniella Ribeiro.	PP / PB
Dr. Hiran.	PP / RR
Esperidião Amin.	PP / SC
Hamilton Mourão.	REPUBLICANOS / RS
Laércio Oliveira.	PP / SE
Luis Carlos Heinze.	PP / RS
Mecias de Jesus.	REPUBLICANOS / RR
Tereza Cristina.	PP / MS

Bloco Parlamentar Pelo Brasil - 12**PT-9 / PDT-3**

Ana Paula Lobato.	PDT / MA
Augusta Brito.	PT / CE
Beto Faro.	PT / PA
Fabiano Contarato.	PT / ES
Humberto Costa.	PT / PE
Jaques Wagner.	PT / BA
Leila Barros.	PDT / DF
Paulo Paim.	PT / RS
Randolfe Rodrigues.	PT / AP
Rogério Carvalho.	PT / SE
Teresa Leitão.	PT / PE
Weverton.	PDT / MA

Bloco Parlamentar Democracia.	23
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática.	18
Bloco Parlamentar Vanguarda.	16
Bloco Parlamentar Aliança.	12
Bloco Parlamentar Pelo Brasil.	12
TOTAL	81



COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL NA 57^a LEGISLATURA

(por ordem alfabética)

Alan Rick** (REPUBLICANOS-AC)	Fernando Farias** (MDB-AL)	Mecias de Jesus* (REPUBLICANOS-RR)
Alessandro Vieira* (MDB-SE)	Flávio Arns* (PSB-PR)	Nelsinho Trad* (PSD-MS)
Ana Paula Lobato** (PDT-MA)	Flávio Bolsonaro* (PL-RJ)	Omar Aziz** (PSD-AM)
Angelo Coronel* (PSD-BA)	Giordano* (MDB-SP)	Oriovisto Guimarães* (PSDB-PR)
Astronauta Marcos Pontes** (PL-SP)	Hamilton Mourão** (REPUBLICANOS-RS)	Otto Alencar** (PSD-BA)
Augusta Brito** (PT-CE)	Humberto Costa* (PT-PE)	Paulo Paim* (PT-RS)
Beto Faro** (PT-PA)	Irajá* (PSD-TO)	Plínio Valério* (PSDB-AM)
Carlos Portinho* (PL-RJ)	Ivete da Silveira* (MDB-SC)	Professora Dorinha Seabra** (UNIÃO-TO)
Carlos Viana* (PODEMOS-MG)	Izalci Lucas* (PL-DF)	Randolfe Rodrigues* (PT-AP)
Chico Rodrigues* (PSB-RR)	Jader Barbalho* (MDB-PA)	Renan Calheiros* (MDB-AL)
Cid Gomes* (PSB-CE)	Jaime Bagattoli** (PL-RO)	Rodrigo Pacheco* (PSD-MG)
Ciro Nogueira* (PP-PI)	Jaques Wagner* (PT-BA)	Rogério Carvalho* (PT-SE)
Cleitinho** (REPUBLICANOS-MG)	Jayme Campos* (UNIÃO-MT)	Rogerio Marinho** (PL-RN)
Confúcio Moura* (MDB-RO)	Jorge Kajuru* (PSB-GO)	Romário** (PL-RJ)
Damares Alves** (REPUBLICANOS-DF)	Jorge Seif** (PL-SC)	Sergio Moro** (UNIÃO-PR)
Daniella Ribeiro* (PP-PB)	José Lacerda* (PSD-MT)	Sérgio Petecão* (PSD-AC)
Davi Alcolumbre** (UNIÃO-AP)	Jussara Lima** (PSD-PI)	Soraya Thronicke* (PODEMOS-MS)
Dr. Hiran** (PP-RR)	Laércio Oliveira** (PP-SE)	Styvenson Valentim* (PSDB-RN)
Dra. Eudócia* (PL-AL)	Leila Barros* (PDT-DF)	Teresa Leitão** (PT-PE)
Eduardo Braga* (MDB-AM)	Lucas Barreto* (PSD-AP)	Tereza Cristina** (PP-MS)
Eduardo Girão* (NOVO-CE)	Luis Carlos Heinze* (PP-RS)	Vanderlan Cardoso* (PSD-GO)
Eduardo Gomes* (PL-TO)	Magno Malta** (PL-ES)	Veneziano Vital do Rêgo* (MDB-PB)
Efraim Filho** (UNIÃO-PB)	Mara Gabrilli* (PSD-SP)	Wellington Fagundes** (PL-MT)
Eliziane Gama* (PSD-MA)	Marcelo Castro* (MDB-PI)	Weverton* (PDT-MA)
Esperidião Amin* (PP-SC)	Marcio Bittar* (PL-AC)	Wilder Morais** (PL-GO)
Fabiano Contarato* (PT-ES)	Marcos Rogério* (PL-RO)	Zenaide Maia* (PSD-RN)
Fernando Dueire* (MDB-PE)	Marcos do Val* (PODEMOS-ES)	Zequinha Marinho* (PODEMOS-PA)

Mandatos

*: Período 2019/2027 **: Período 2023/2031



COMPOSIÇÃO COMISSÃO DIRETORA

PRESIDENTE

Davi Alcolumbre - (UNIÃO-AP)

1º VICE-PRESIDENTE

Eduardo Gomes - (PL-TO)

2º VICE-PRESIDENTE

Humberto Costa - (PT-PE)

1ª SECRETÁRIA

Daniella Ribeiro - (PP-PB)

2º SECRETÁRIO

Confúcio Moura - (MDB-RO)

3ª SECRETÁRIA

Ana Paula Lobato - (PDT-MA)

4º SECRETÁRIO

Laércio Oliveira - (PP-SE)

SUPLENTES DE SECRETÁRIO

1º Chico Rodrigues - (PSB-RR)

2º Mecias de Jesus - (REPUBLICANOS-RR)

3º Styvenson Valentim - (PSDB-RN)

4º Soraya Thronicke - (PODEMOS-MS)



COMPOSIÇÃO LIDERANÇAS

<p>Bloco Parlamentar Democracia (MDB/UNIÃO/PODEMOS/PSDB) - 23</p> <p>Líder Efraim Filho - UNIÃO (4,10,42,43,49,63,75)</p> <p>.....</p> <p>Líder do MDB - 11 Eduardo Braga (59)</p> <p>Vice-Líderes do MDB Marcelo Castro (84)</p> <p>Confúcio Moura (15,85) Giordano (86)</p> <p>Líder do UNIÃO - 5 Efraim Filho (4,10,42,43,49,63,75)</p> <p>Vice-Líderes do UNIÃO Professora Dorinha Seabra (18,41,92,95,102) Jayme Campos (93)</p> <p>Líder do PODEMOS - 4 Carlos Viana (57)</p> <p>Vice-Líder do PODEMOS Zequinha Marinho (108)</p> <p>Líder do PSDB - 3 Plínio Valério (33,61)</p> <p>Vice-Líder do PSDB Styvenson Valentim (29,83)</p>	<p>Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PSD/PSB) - 18</p> <p>Líder Eliziane Gama - PSD (11,45,54)</p> <p>.....</p> <p>Líder do PSD - 14 Omar Aziz (13,53)</p> <p>Vice-Líder do PSD Angelo Coronel (67)</p> <p>Líder do PSB - 4 Cid Gomes (73)</p> <p>Vice-Líder do PSB Jorge Kajuru (5,17,74)</p>	<p>Bloco Parlamentar Vanguarda (PL/NOVO) - 16</p> <p>Líder Wellington Fagundes - PL (24,37,69)</p> <p>Vice-Líder Astronauta Marcos Pontes (77)</p> <p>.....</p> <p>Líder do PL - 15 Carlos Portinho (68)</p> <p>Vice-Líderes do PL Izalci Lucas (81,88,91,101,107,109)</p> <p>Jorge Seif (80,89)</p> <p>Jaime Bagattoli (82,90)</p> <p>Líder do NOVO - 1 Eduardo Girão (9,38)</p>
<p>Bloco Parlamentar Pelo Brasil (PT/PDT) - 12</p> <p>Líder Weverton - PDT (20,62,72)</p> <p>.....</p> <p>Líder do PT - 9 Rogério Carvalho (60,96,97,104)</p> <p>Vice-Líderes do PT Augusta Brito (25,32,47,48,65,66,78,98,100,105) Teresa Leitão (35,64,99,106)</p> <p>Líder do PDT - 3 Weverton (20,62,72)</p>	<p>Bloco Parlamentar Aliança (PP/REPUBLICANOS) - 12</p> <p>Líder Dr. Hiran - PP (71)</p> <p>.....</p> <p>Líder do PP - 7 Tereza Cristina (7)</p> <p>Vice-Líder do PP Esperidião Amin (87)</p> <p>Líder do REPUBLICANOS - 5 Mecias de Jesus (6,58)</p> <p>Vice-Líder do REPUBLICANOS Hamilton Mourão (14,103)</p>	<p> Maioria</p> <p>Líder Veneziano Vital do Rêgo - MDB (76)</p>
<p>Minoria</p> <p>Líder Ciro Nogueira - PP (1,8)</p>	<p>Bancada Feminina</p> <p>Líder Professora Dorinha Seabra - UNIÃO (18,41,92,95,102)</p>	<p>Governo</p> <p>Líder Jaques Wagner - PT (2)</p> <p>Líder em exercício Rogério Carvalho - PT (60,96,97,104)</p> <p>Vice-Líderes Rogério Carvalho (60,96,97,104) Otto Alencar (3,46,51,52) Confúcio Moura (15,85) Daniella Ribeiro (16) Jorge Kajuru (5,17,74) Randolfe Rodrigues (19) Weverton (20,62,72) Zenaide Maia (21) Augusta Brito (25,32,47,48,65,66,78,98,100,105) Leila Barros (79)</p>
<p>Oposição</p>		



Líder Rogerio Marinho - PL (50,70)	Vice-Líder Marcos Rogério (44,94)
---	--

Notas:

1. Em 02.01.2023, o Senador Ciro Nogueira foi designado Líder do Partido Progressista (Of. 36/2022-GLDPP).
2. Em 06.01.2023, o Senador Jaques Wagner foi designado Líder do Governo (Mensagem nº 7, de 2023, da Presidência da República).
3. Em 01.02.2023, o Senador Otto Alencar foi designado Líder do Partido Social Democrático (Of. 001/2023-GLPSD).
4. Em 01.02.2023, o Senador Efraim Filho foi designado Líder do União Brasil (Of. 02/23-GLUNIAO).
5. Em 01.02.2023, o Senador Jorge Kajuru foi designado Líder do Partido Socialista Brasileiro (Of. 6/2023-GLPSB).
6. Em 01.02.2023, o Senador Mecias de Jesus foi designado Líder do Republicanos (Of. 4/2023-GSMJESUS).
7. Em 02.02.2023, a Senadora Tereza Cristina Corrêa foi designada Líder do Partido Progressista (Of. 1/2023-GLDPP).
8. Em 03.02.2023, o Senador Ciro Nogueira foi designado Líder da Minoria (Of. 10/2023-GSCNOG).
9. Em 08.02.2023, o Senador Eduardo Girão foi designado Líder do NOVO (Of. nº 19/2023-GSGIRAO).
10. Em 08.02.2023, o Senador Efraim Filho foi designado Líder do Bloco Parlamentar Democracia (Of. nº 5/2023-GLUNIAO).
11. Em 28.02.2023, a Senadora Eliziane Gama foi designada Líder do Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. 01/2023-BLPRD).
12. Em 02.03.2023, o Senador Luís Carlos Heinze foi designado Vice-Líder do Bloco Vanguarda (Of. 51/2023-BLVANG).
13. Em 08.03.2023, o Senador Omar Aziz foi designado 1º Vice-Líder do Partido Social Democrático (Of. 007/2023-GLPSD).
14. Em 09.03.2023, o Senador Hamilton Mourão foi designado Vice-Líder do Republicanos (Of. 17/2023-GSMJESUS).
15. Em 23.03.2023, o Senador Confúcio Moura foi designado 2º Vice-Líder do Governo (Of. 21/2023-GLDGOV).
16. Em 23.03.2023, a Senadora Daniela Ribeiro foi designada 3ª Vice-Líder do Governo (Of. 21/2023-GLDGOV).
17. Em 23.03.2023, o Senador Jorge Kajuru foi designado 4º Vice-Líder do Governo (Of. 21/2023-GLDGOV).
18. Em 23.03.2023, a Senadora Professora Dorinha Seabra foi designada 5ª Vice-Líder do Governo (Of. 21/2023-GLDGOV).
19. Em 23.03.2023, o Senador Randolph Rodrigues foi designado 6º Vice-Líder do Governo (Of. 21/2023-GLDGOV).
20. Em 23.03.2023, o Senador Weverton Rocha foi designado 7º Vice-Líder do Governo (Of. 21/2023-GLDGOV).
21. Em 23.03.2023, a Senadora Zenaide Maia foi designada 8ª Vice-Líder do Governo (Of. 21/2023-GLDGOV).
22. Em 17.05.2023, a Senadora Jussara Lima foi designada 2ª Vice-Líder da Bancada Feminina no Senado Federal (Of. 41/2023).
23. Em 24.10.2023, a Senadora Augusta Brito foi designada 8ª Vice-Líder do Governo (Of. nº 104/2023-GLDGOV).
24. Em 03.11.2023, o Senador Wellington Fagundes retorna ao exercício do mandato e dá continuidade ao cargo de Líder do Bloco Parlamentar Vanguarda (Of. nº 11/2023-GSWFAGUN).
25. Em 12/12/2023, a Senadora Augusta Brito deixa de exercer a função de vice-líder do Governo no Senado Federal pelo motivo de "Retorno do titular".
26. Em 12/12/2023, a Senadora Jussara Lima deixa de exercer a função de vice-líder da Bancada Feminina no Senado Federal pelo motivo de "Retorno do titular".
27. Em 21.02.2024, o Senador Rodrigo Cunha foi designado Líder do Podemos (Of. 004/2024-GLPODEMOS).
28. Em 27.02.2024, o Senador Beto Faro foi designado Líder do Partido dos Trabalhadores (Of. nº 005/2024-GLDPT).
29. Em 28.02.2024, o Senador Styvenson Valentim foi designado 1º Vice-Líder do PODEMOS (Of. nº 05/2024-GLPODEMOS).
30. Em 28.02.2024, o Senador Marcos do Val foi designado 2º Vice-Líder do PODEMOS (Of. nº 05/2024-GLPODEMOS).
31. Em 06.03.2024, o Senador Laércio Oliveira foi designado Líder do Bloco Parlamentar Aliança (Of. nº 10/2024-GABLID/BLALIAN).
32. Em 31.03.2024, a Senadora Augusta Brito deixa de exercer a função de Vice-Líder do Partido dos Trabalhadores pelo motivo de "Licença com convocação de suplente (superior a 120 dias)".
33. Em 09.04.2024, o Senador Plínio Valério foi designado Líder do PSDB (Of. nº 008/2024-GSPVALER).
34. Em 03.05.2024, a Senadora Ana Paula Lobato foi designada Líder do Partido Democrático Trabalhista (Of. nº 79/2024-GSALOBAT).
35. Em 23.05.2024, a Senadora Teresa Leitão foi designada 1ª Vice-Líder da Bancada Feminina do Senado Federal (Of. nº 8/2024).
36. Em 23.05.2024, a Senadora Soraya Thronicke foi designada 2ª Vice-Líder da Bancada Feminina do Senado Federal (Of. nº 8/2024).
37. Em 11/06/2024, o Senador Wellington Fagundes deixa de exercer a função de líder do Bloco Parlamentar Vanguarda pelo motivo de "Licença com convocação de suplente (superior a 120 dias)".
38. Em 18.06.2024, o Senador Eduardo Girão foi designado 2º Vice-Líder da Oposição (Of. nº 536/2024-GLDOP).
39. Em 18.06.2024, o Senador Magno Malta foi designado 3º Vice-Líder da Oposição (Of. nº 536/2024-GLDOP).
40. Em 18.06.2024, o Senador Eduardo Gomes foi designado 4º Vice-Líder da Oposição (Of. nº 536/2024-GLDOP).
41. Em 18.06.2024, a Senadora Professora Dorinha Seabra foi designada 2ª Vice-Líder do Bloco Parlamentar Democracia (Of. nº 64/2024-BLDEM).
42. Em 19/06/2024, o Senador Efraim Filho deixa de exercer a função de líder do União Brasil pelo motivo de "Licença com convocação de suplente (superior a 120 dias)".
43. Em 19/06/2024, o Senador Efraim Filho deixa de exercer a função de líder do Bloco Parlamentar Democracia pelo motivo de "Licença com convocação de suplente (superior a 120 dias)".
44. Em 24.06.2024, o Senador Marcos Rogério foi designado Líder da Oposição (Of. nº 034/2024-BLVANGUAR).
45. Em 16/07/2024, a Senadora Eliziane Gama deixa de exercer a função de líder do Bloco Parlamentar da Resistência Democrática pelo motivo de "Ocupação de cargo de ministro/secretário".
46. Em 17.07.2024, o Senador Otto Alencar foi designado Líder do Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. nº 50/2024-GLDPSB).
47. Em 31.07.2024, a Senadora Augusta Brito retorna ao exercício do mandato e dá continuidade ao cargo de Vice-Líder do Partido dos Trabalhadores (Of. nº 27/2024-GSABRITO).
48. Em 04.09.2024, a Senadora Augusta Brito foi designada 9ª Vice-Líder do Governo (Of. nº 27/2024-GLDGOV).
49. Em 18.10.2024, o Senador Efraim Filho retorna ao exercício do mandato e dá continuidade ao cargo de Líder do Bloco Parlamentar Democracia (Of. nº 21/2024-GSEFILHO).
50. Em 18.10.2024, o Senador Rogerio Marinho foi designado Líder da Oposição (Of. nº 50/2024-BLVANG).
51. Em 22.10.2024, o Senador Otto Alencar foi designado 1º Vice-Líder do Governo (Of. nº 7/2024-GLDGOV).
52. Em 22.10.2024, o Senador Otto Alencar foi designado Líder em exercício do Governo (Of. nº 7/2024-GLDGOV).
53. Em 30.10.2024, o Senador Omar Aziz foi designado Líder do Partido Social Democrático (Of. 016/2024-GLPSD).
54. Em 11.11.2024, a Senadora Eliziane Gama foi designada Líder do Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. 57/2024-GLDPSB).
55. Em 13.11.2024, o Senador Flávio Arns foi designado 1º Vice-líder do PSB (Of. 58/2024-GLDPSB).
56. Em 29/12/2024, o Senador Rodrigo Cunha foi destituído da função de líder do Podemos pelo motivo de "Renúncia".
57. Em 02.01.2025, o Senador Carlos Viana foi designado Líder do Podemos (Of. nº 115/2024-GLPODEMOS).
58. Em 14.01.2025, o Senador Mecias de Jesus foi designado Líder do Republicanos (Of. 052/2024-GABLID/GLREPUBL)



59. Em 28.01.2025, o Senador Eduardo Braga foi designado Líder do Movimento Democrático Brasileiro (Of. 039/2024-GLMDB).
60. Em 01.02.2025, o Senador Rogério Carvalho foi designado Líder do Partido dos Trabalhadores (Of. nº 001/2025-GLDPT).
61. Em 01.02.2025, o Senador Plínio Valério foi designado Líder do Partido da Social Democracia Brasileira (Of. nº 003/2025-GSPVALER).
62. Em 01.02.2025, o Senador Weverton foi designado Líder do Partido Democrático Trabalhista (Of. nº 18/2025).
63. Em 01.02.2025, o Senador Efraim Filho foi designado Líder do União Brasil (Of. nº 4/2025-GLUNIAO).
64. Em 01.02.2025, a Senadora Teresa Leitão foi designada 1ª Vice-Líder do Partido dos Trabalhadores (Of. 001/2025-GLDPT).
65. Em 01/02/2025, a Senadora Augusta Brito deixa de exercer a função de vice-líder do Partido dos Trabalhadores pelo motivo de "Retorno do titular".
66. Em 01/02/2025, a Senadora Augusta Brito deixa de exercer a função de vice-líder do Governo no Senado Federal pelo motivo de "Retorno do titular".
67. Em 03.02.2025, o Senador Angelo Coronel foi designado 1º Vice-Líder do PSD (Of. nº 5/2025-GLPSD).
68. Em 03.02.2025, o Senador Carlos Portinho foi designado Líder do Partido Liberal (Of. nº 5/2025-GLPL).
69. Em 03.02.2025, o Senador Wellington Fagundes foi designado Líder do Bloco Parlamentar Vanguarda (Of. 2/2025-BLVANG).
70. Em 04.02.2025, o Senador Rogerio Marinho foi designado Líder da Oposição (Of. 03/2025-BLVANG).
71. Em 17.02.2025, o Senador Dr. Hirán foi designado Líder do Bloco Parlamentar Aliança (Of. nº 001/2025-GABLID/BLALIAN).
72. Em 18.02.2025, o Senador Weverton foi designado Líder do Bloco Parlamentar Pelo Brasil (Of. 25/2025).
73. Em 18.02.2025, o Senador Cid Gomes foi designado Líder do Partido Socialista Brasileiro (Of. nº 008/2025-GLDPSB).
74. Em 18.02.2025, o Senador Jorge Kajuru foi designado Vice-Líder do Partido Socialista Brasileiro (Of. nº 008/2025-GLDPSB).
75. Em 19.02.2025, o Senador Efraim Filho foi designado Líder do Bloco Parlamentar Democracia (Of. nº 24/2025-GLMDB).
76. Em 19.02.2025, o Senador Veneziano Vital do Rêgo foi designado Líder da Maioria (Of. 24/2025-GLMDB).
77. Em 27.02.2025, o Senador Astronauta Marcos Pontes foi designado 1º Vice-Líder do Bloco Parlamentar Vanguarda (Of. 13/2025-BLVANG).
78. Em 13.03.2025, a Senadora Augusta Brito foi designada 9ª Vice-Líder do Governo (Of. s/n/2025-GLDGOV).
79. Em 13.03.2025, a Senadora Leila Barros foi designada 10ª Vice-Líder do Governo (Of. s/n/2025-GLDGOV).
80. Em 21.03.2025, o Senador Jorge Seif foi designado 1º Vice-Líder do Partido Liberal (Of. nº 012/2025-GLPL).
81. Em 21.03.2025, o Senador Izalci Lucas foi designado 2º Vice-Líder do Partido Liberal (Of. nº 012/2025-GLPL).
82. Em 21.03.2025, o Senador Jaime Bagattoli foi designado 3º Vice-Líder do Partido Liberal (Of. nº 012/2025-GLPL).
83. Em 25.03.2025, o Senador Styvenson Valentim foi designado Vice-Líder do PSDB (Of. nº 005/2025-GSPVALER).
84. Em 02.04.2025, o Senador Marcelo Castro foi designado 1º Vice-Líder do Movimento Democrático Brasileiro (Of. nº 039/2025-GLMDB).
85. Em 02.04.2025, o Senador Confúcio Moura foi designado 2º Vice-Líder do Movimento Democrático Brasileiro (Of. nº 039/2025-GLMDB).
86. Em 02.04.2025, o Senador Giordano foi designado 3º Vice-Líder do Movimento Democrático Brasileiro (Of. nº 039/2025-GLMDB).
87. Em 07.04.2025, o Senador Esperidião Amin foi designado Vice-Líder do Partido Progressistas (Of. nº 19/2025-GLPP).
88. Em 08.05.2025, o Senador Izalci Lucas foi designado 1º Vice-Líder do Partido Liberal (Of. nº 18/2025-GLPL).
89. Em 08.05.2025, o Senador Jorge Seif foi designado 2º Vice-Líder do Partido Liberal (Of. nº 18/2025-GLPL).
90. Em 08.05.2025, o Senador Jaime Bagattoli foi designado 3º Vice-Líder do Partido Liberal (Of. nº 18/2025-GLPL).
91. Em 27.05.2025, o Senador Carlos Portinho comunica o seu afastamento temporário da Liderança do Partido Liberal, pelo período de 03/06/2025 a 17/07/2025. Durante seu afastamento, o Senador Izalci Lucas exercerá a Liderança (Of. nº 019/2025-GLPL).
92. Em 11.06.2025, a Senadora Professora Dorinha Seabra foi designada 1ª Vice-Líder do União Brasil (Of. nº 28/2025-GLUNIAO).
93. Em 11.06.2025, o Senador Jayme Campos foi designado 2º Vice-Líder do União Brasil (Of. nº 28/2025-GLUNIAO).
94. Em 12.06.2025, o Senador Marcos Rogério foi designado 1º Vice-Líder da Oposição (Of. nº 181/2025-GSRMARIN).
95. Em 09.07.2025, a Senadora Professora Dorinha Seabra foi designada Líder da Bancada Feminina do Senado Federal (Of. nº 188/2025-GSLB).
96. Em 13.08.2025, o Senador Rogério Carvalho foi designado 1º Vice-Líder do Governo, renumerando-se os demais Vice-Líderes (Of. nº 015/2025-GLDGOV).
97. Em 13.08.2025, o Senador Jaques Wagner comunica o seu afastamento temporário da Liderança do Governo. Durante seu afastamento, o Senador Rogério Carvalho exercerá a Liderança (Of. nº 015/2025-GLDGOV).
98. Em 13.08.2025, a Senadora Augusta Brito foi designada 1ª Vice-Líder do Partido dos Trabalhadores (Of. nº 025/2025-GLDPT).
99. Em 13.08.2025, a Senadora Teresa Leitão foi designada 2ª Vice-Líder do Partido dos Trabalhadores (Of. nº 025/2025-GLDPT).
100. Em 13.08.2025, o Senador Rogério Carvalho comunica o seu afastamento temporário da Liderança do Partido dos Trabalhadores. Durante seu afastamento, a Senadora Augusta Brito exercerá a Liderança (Of. nº 025/2025-GLDPT).
101. Em 11.09.2025, o Senador Carlos Portinho comunica o seu afastamento temporário da Liderança do Partido Liberal, pelo período de 11/09/2025 a 20/09/2025. Durante seu afastamento, o Senador Izalci Lucas exercerá a Liderança (Of. nº 031/2025-GLPL).
102. Em 17.09.2025, a Senadora Professora Dorinha Seabra deixa de exercer a função de vice-líder do Governo no Senado Federal pelo motivo de "Assunção da Liderança da Bancada Feminina no Senado Federal" (Of. nº 716/2025-GSPDORIN).
103. Em 08.10.2025, o Senador Hamilton Mourão foi designado Vice-Líder do Republicanos (Of. nº 056/2025-GABLID/GLREPUBL).
104. Em 14.10.2025, o Senador Rogério Carvalho foi designado Líder do Partido dos Trabalhadores (Of. nº 027/2025-GLDPT).
105. Em 14.10.2025, a Senadora Augusta Brito foi designada 1ª Vice-Líder do Partido dos Trabalhadores (Of. nº 027/2025-GLDPT).
106. Em 14.10.2025, a Senadora Teresa Leitão foi designada 2ª Vice-Líder do Partido dos Trabalhadores (Of. nº 027/2025-GLDPT).
107. Em 27.10.2025, o Senador Carlos Portinho comunica o seu afastamento temporário da Liderança do Partido Liberal, pelo período de 27/10/2025 a 04/11/2025. Durante seu afastamento, o Senador Izalci Lucas exercerá a Liderança (Of. nº 33/2025-GLPL).
108. Em 27.10.2025, o Senador Zequinha Marinho foi designado Vice-Líder do PODEMOS (Of. nº 49/2025-GLPODEMOS).
109. Em 1º.12.2025, o Senador Carlos Portinho comunica o seu afastamento temporário da Liderança do Partido Liberal, pelo período de 03/12/2025 a 08/12/2025. Durante seu afastamento, o Senador Izalci Lucas exercerá a Liderança (Of. nº 35/2025-GLPL).



COMISSÕES TEMPORÁRIAS

1) COMISSÃO TEMPORÁRIA EXTERNA PARA VERIFICAR "IN LOCO" A SITUAÇÃO POLÍTICA E SOCIAL DO ESTADO PLURINACIONAL DA BOLÍVIA

Finalidade: verificar "in loco", no prazo de 180 dias, a situação política e social do Estado Plurinacional da Bolívia, no que diz respeito à cláusula democrática do Mercosul, prevista nos Protocolos de Ushuaia, cujo texto estabelece que a plena vigência das instituições democráticas é indispensável para o desenvolvimento dos processos de integração entre os signatários do referido Bloco.

Requerimento nº 1.067, de 2023 - CTEBOLÍVIA

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

TITULARES	SUPLENTES
Senador Sergio Moro (UNIÃO-PR) (1)	1.
	2.

Notas:

1. Em 15.03.2024, o Senador Sergio Moro foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. 18/2024-BLDEM).



2) GRUPO DE TRABALHO SOBRE REGULAMENTAÇÃO DA MINERAÇÃO EM TERRAS INDÍGENAS.

Finalidade: elaborar, no prazo de 180 (cento e oitenta) dias, projeto de lei para regulamentar a atividade de mineração em terras indígenas.

ATO DO PRESIDENTE DO SENADO FEDERAL N° 1, DE 2025 - GTMTI

PRESIDENTE: Senadora Tereza Cristina (PP-MS) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Marcos Rogério (PL-RO) ⁽³⁾

RELATOR: Senador Rogério Carvalho (PT-SE) ⁽³⁾

Leitura: 22/04/2025

Instalação: 21/10/2025

Prazo final: 30/05/2026

MEMBROS

Senadora Tereza Cristina (PP-MS) (2)

Senador Plínio Valério (PSDB-AM) (2)

Senador Mecias de Jesus (REPÚBLICANOS-RR) (2)

Senador Eduardo Braga (MDB-AM) (2)

Senador Zequinha Marinho (PODEMOS-PA) (2)

Senador Marcos Rogério (PL-RO) (2)

Senador Rogério Carvalho (PT-SE) (2)

Senador Efraim Filho (UNIÃO-PB) (2)

Senador Weverton (PDT-MA) (2)

Senador Rodrigo Pacheco (PSD-MG) (2)

Senador Cid Gomes (PSB-CE) (2)

Notas:

1. Em 22.04.2025, a Presidência designa a Senadora Tereza Cristina Presidente do Grupo de Trabalho (ATS n° 1/2025).
2. Em 22.04.2025, a Presidência designa os Senadores Tereza Cristina, Plínio Valério, Mecias de Jesus, Eduardo Braga, Zequinha Marinho, Marcos Rogério, Rogério Carvalho, Efraim Filho, Weverton, Rodrigo Pacheco e Cid Gomes membros para compor a comissão (ATS n°1/2025).
3. Em 21.10.2025, o Grupo de Trabalho reunido elegeu o Senador Marcos Rogério como Vice-Presidente. Designado Relator o Senador Rogério Carvalho (Of. nº 1/2025-GTMTI).

Secretário(a): Marcelo Assaife Lopes | Adjunto: Henrique Cândido Evangelista

Telefone(s): 3303 3490

E-mail: gtmти@senado.leg.br



**3) COMISSÃO TEMPORÁRIA EXTERNA PARA
INVESTIGAR A SITUAÇÃO DOS BRASILEIROS NA BOLÍVIA**

Finalidade: Investigar, no prazo de 120 dias, a situação dos brasileiros na Bolívia, principalmente os estudantes, e o caso Jenife Silva, estudante de medicina amapaense recentemente assassinada naquele país.

Requerimento nº 268, de 2025 - CTBOLÍVIA

MEMBROS

Secretário(a): Renata Felix Perez | **Adjunto:** Antonio Silva Neto
Telefone(s): 3303 3490



**4) COMISSÃO TEMPORÁRIA PARA EXAMINAR O
PROJETO DE LEI N° 4, DE 2025 (ART. 374 RISF)**

Finalidade: destinada a analisar o Projeto de Lei nº 4, de 2025, que "dispõe sobre a atualização da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil), e da legislação correlata".

ATS nº 19, de 2025 - CTCIVIL

Número de membros: 11 titulares e 11 suplentes

PRESIDENTE: Senador Rodrigo Pacheco (PSD-MG) ⁽²⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Efraim Filho (UNIÃO-PB) ⁽²⁾

RELATOR: Senador Veneziano Vital do Rêgo (MDB-PB) ⁽²⁾

Instalação: 24/09/2025

Apresentação Emendas - prazo final quadruplicado: 03/03/2026

Relatórios Parciais - prazo final quadruplicado: 30/04/2026

Relat. Relator-Geral - prazo final quadruplicado: 29/05/2026

Parecer Final Comissão - prazo final quadruplicado: 29/06/2026

TITULARES	SUPLENTES
Senador Veneziano Vital do Rêgo (MDB-PB) ⁽¹⁾	1. Senador Eduardo Braga (MDB-AM) ⁽¹⁾
Senador Efraim Filho (UNIÃO-PB) ⁽¹⁾	2. Senador Sergio Moro (UNIÃO-PR) ⁽¹⁾
Senadora Soraya Thronicke (PODEMOS-MS) ⁽¹⁾	3. Senador Zequinha Marinho (PODEMOS-PA) ⁽¹⁾
Senador Rodrigo Pacheco (PSD-MG) ⁽¹⁾	4. Senador Angelo Coronel (PSD-BA) ⁽¹⁾
Senador Otto Alencar (PSD-BA) ⁽¹⁾	5. Senador Omar Aziz (PSD-AM) ⁽¹⁾
Senador Flávio Arns (PSB-PR) ⁽¹⁾	6. Senador Chico Rodrigues (PSB-RR) ⁽¹⁾
Senador Marcos Rogério (PL-RO) ⁽¹⁾	7. Senador Eduardo Gomes (PL-TO) ⁽¹⁾
Senador Carlos Portinho (PL-RJ) ⁽¹⁾	8. Senador Astronauta Marcos Pontes (PL-SP) ⁽¹⁾
Senador Weverton (PDT-MA) ⁽¹⁾	9. Senadora Augusta Brito (PT-CE) ⁽¹⁾
Senador Fabiano Contarato (PT-ES) ⁽¹⁾	10. Senador Randolfe Rodrigues (PT-AP) ⁽¹⁾
Senadora Tereza Cristina (PP-MS) ⁽¹⁾	11. Senador Laércio Oliveira (PP-SE) ⁽¹⁾

Notas:

1. Em 23.09.2025, a Presidência designa os Senadores Veneziano Vital do Rêgo, Efraim Filho, Soraya Thronicke, Rodrigo Pacheco, Otto Alencar, Flávio Arns, Marcos Rogério, Carlos Portinho, Weverton, Fabiano Contarato e Tereza Cristina membros titulares, e os Senadores Eduardo Braga, Sergio Moro, Zequinha Marinho, Angelo Coronel, Omar Aziz, Chico Rodrigues, Eduardo Gomes, Astronauta Marcos Pontes, Augusta Brito, Randolfe Rodrigues e Laércio Oliveira membros suplentes, para compor a comissão (ATS nº19/2025).

2. Em 24.09.2025, a Comissão reunida elegeu os Senadores Rodrigo Pacheco e Efraim Filho a Presidente e a Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado. Designado Relator o Senador Veneziano Vital do Rêgo.

Secretário(a): Lenita Cunha e Silva | **Adjuntos:** Henrique Evangelista e Keny Martins

Telefone(s): 6133033490

E-mail: ctcivil@senado.leg.br



COMISSÕES PARLAMENTARES DE INQUÉRITO

1) CPI DA VIOLÊNCIA DOMÉSTICA

Finalidade: apurar, no prazo de 180 (cento e oitenta) dias, com limite de despesas de R\$ 150.000,00 (cento e cinquenta mil reais), crimes de violência doméstica e familiar contra a mulher desde 2019 até os dias atuais, com base em diferentes levantamentos e estudos, com a finalidade de investigar a ação ou omissão do poder público com relação à aplicação dos instrumentos instituídos em lei para proteger as mulheres da violência, bem como suas responsabilidades decorrentes do descumprimento da legislação criada para esse fim.

Requerimento nº 157, de 2024 - CPIVD

Número de membros: 11 titulares e 7 suplentes

Leitura: 13/03/2024



2) CPI DO CRIME ORGANIZADO

Finalidade: apurar, no prazo de 120 (cento e vinte) dias, com limite de despesas de R\$ 30.000,00 (trinta mil reais), a atuação, a expansão e o funcionamento de organizações criminosas no território brasileiro, em especial de facções e milícias, investigando-se o "modus operandi" de cada qual, as condições de instalação e desenvolvimento em cada região, bem como as respectivas estruturas de tomada de decisão, de modo a permitir a identificação de soluções adequadas para o seu combate, especialmente por meio do aperfeiçoamento da legislação atualmente em vigor.

Requerimento 470, de 2025 - CPICRIME

Número de membros: 11 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE: Senador Fabiano Contarato (PT-ES) ⁽¹²⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Hamilton Mourão (REPUBLICANOS-RS) ⁽¹²⁾

RELATOR: Senador Alessandro Vieira (MDB-SE) ⁽¹²⁾

Leitura: 17/06/2025

Instalação: 04/11/2025

Prazo final: 14/04/2026

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar Democracia (MDB, UNIÃO, PODEMOS, PSDB)	
Senador Alessandro Vieira (MDB-SE) (5)	1. Senador Veneziano Vital do Rêgo (MDB-PB) (10,15)
Senador Sergio Moro (UNIÃO-PR) (1,13,20,21)	2. Senador Marcio Bittar (PL-AC) (1,13,20)
Senador Marcos do Val (PODEMOS-ES) (6)	
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PSD, PSB)	
Senador Otto Alencar (PSD-BA) (2)	1. Senador Randolfe Rodrigues (PT-AP) (8,9,11,19)
Senador Angelo Coronel (PSD-BA) (8,14,17)	2.
Senador Jorge Kajuru (PSB-GO) (7)	
Bloco Parlamentar Vanguarda (PL, NOVO)	
Senador Marcos Rogério (PL-RO) (3,22)	1. Senador Eduardo Girão (NOVO-CE) (3)
Senador Magno Malta (PL-ES) (3)	
Bloco Parlamentar Pelo Brasil (PT, PDT)	
Senador Rogério Carvalho (PT-SE) (4,16)	1. Senador Jaques Wagner (PT-BA) (4,16)
Senador Fabiano Contarato (PT-ES) (4,16)	
Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS)	
Senador Hamilton Mourão (REPUBLICANOS-RS) (18)	1. Senador Esperidião Amin (PP-SC) (18)

Notas:

- Em 20.10.2025, o Senador Sergio Moro foi designado membro titular e o Senador Marcio Bittar, membro suplente, pela liderança do União Brasil, para compor a comissão (Of. nº 31/2025-GLUNIAO).
- Em 20.10.2025, o Senador Otto Alencar foi designado membro titular, pela liderança do Partido Social Democrático, para compor a comissão (Of. nº 16/2025-GLPSD).
- Em 20.10.2025, os Senadores Flávio Bolsonaro e Magno Malta foram designados membros titulares e o Senador Eduardo Girão, membro suplente, pela liderança do Partido Liberal, para compor a comissão (Of. nº 21/2025-GLPL).
- Em 20.10.2025, os Senadores Rogério Carvalho e Jaques Wagner foram designados membros titulares e o Senador Fabiano Contarato, membro suplente, pela liderança do Bloco Parlamentar Pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 31/2025-BLPBRA).
- Em 20.10.2025, o Senador Alessandro Vieira foi designado membro titular, pela liderança do Movimento Democrático Brasileiro, para compor a comissão (Of. nº 70/2025-GLMDB).
- Em 20.10.2025, o Senador Marcos do Val foi designado membro titular, pela liderança do PODEMOS, para compor a comissão (Of. nº 32/2025-GLPODEMOS).
- Em 21.10.2025, o Senador Jorge Kajuru foi designado membro titular, pela liderança do Partido Socialista Brasileiro, para compor a comissão (Of. nº 57/2025-GLDPSB).
- Em 30.10.2025, o Senador Nelsinho Trad foi designado membro titular e a Senadora Zenaide Maia, membro suplente, pela liderança do Partido Social Democrático, para compor a comissão (Of. nº 18/2025-GLPSD).
- Em 03.11.2025, a Senadora Zenaide Maia deixa de compor a comissão, pela liderança do Partido Social Democrático (Of. nº 19/2025-GLPSD).
- Em 03.11.2025, o Senador Randolfe Rodrigues foi designado membro suplente, pela liderança do Movimento Democrático Brasileiro, para compor a comissão (Of. nº 100/2025-GLMDB).



11. Em 03.11.2025, o Senador Angelo Coronel foi designado membro suplente, pela liderança do Partido Social Democrático, para compor a comissão (Of. nº 20/2025-GLPSD).
12. Em 04.11.2025, a Comissão reunida elegeu o Senador Fabiano Contarato e o Senador Hamilton Mourão Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado. Designado relator o Senador Alessandro Vieira (Of. nº 1/2025-CPICRIME).
13. Em 04.11.2025, o Senador Marcio Bittar foi designado membro titular, em substituição ao Senador Sergio Moro, que passa a membro suplente, pela liderança do União Brasil, para compor a comissão (Of. nº 39/2025-GLUNIAO).
14. Em 04.11.2025, o Senador Omar Aziz foi designado membro titular, em substituição ao Senador Nelsinho Trad, que deixa de compor a comissão, pela liderança do Partido Social Democrático (Of. nº 21/2025-GLPSD).
15. Em 04.11.2025, o Senador Veneziano Vital do Rêgo foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Randolfe Rodrigues, que deixa de compor a comissão, pela liderança do Movimento Democrático Brasileiro (Of. nº 103/2025-GLMDB).
16. Em 04.11.2025, os Senadores Rogério Carvalho e Fabiano Contarato foram designados membros titulares e o Senador Jaques Wagner, membro suplente, pela liderança do Partido dos Trabalhadores, para compor a comissão (Of. nº 28/2025-GLDPT).
17. Em 04.11.2025, o Senador Angelo Coronel foi designado membro titular, em substituição ao Senador Omar Aziz, que deixa de compor a comissão, pela liderança do Partido Social Democrático (Of. nº 22/2025-GLPSD).
18. Em 04.11.2025, o Senador Hamilton Mourão foi designado membro titular e o Senador Esperidião Amin, membro suplente, pela liderança do Partido Progressistas, para compor a comissão (Of. nº 58/2025-GLPP).
19. Em 04.11.2025, o Senador Randolfe Rodrigues foi designado membro suplente, pelas lideranças do Partido Social Democrático e do Partido dos Trabalhadores, em vaga cedida pelo PSD, para compor a comissão (Of. 23/2025-GLPSD).
20. Em 06.11.2025, o Senador Efraim Filho foi designado membro titular, em substituição ao Senador Marcio Bittar, que passa a membro suplente, em substituição ao Senador Sergio Moro, que deixa de compor a comissão, pela liderança do União Brasil (Of. nº 40/2025- GLUNIAO).
21. Em 12.11.2025, o Senador Sergio Moro foi designado membro titular, em substituição ao Senador Efraim Filho, que deixa de compor a comissão, pela liderança do União Brasil (Of. nº 42/2025- GLUNIAO).
22. Em 02.12.2025, o Senador Marcos Rogério foi designado membro titular, em substituição ao Senador Flávio Bolsonaro, que deixa de compor a comissão, pela liderança do Partido Liberal (Of. nº 36/2025-GPL).

Secretário(a): Anderson Antunes de Azevedo | **Adjuntas:** Fernanda Moreira Pinheiro Lima e Renata Félix Peres

E-mail: cpicrime@senado.leg.br



3) CPI DA ADULTIZAÇÃO

Finalidade: Para, no prazo de 180 dias, com limite de despesas de R\$ 400.000,00, realizar investigação das irregularidades e dos crimes cometidos contra crianças e adolescentes no País; bem como apuração da atuação de influenciadores digitais e plataformas de redes sociais na promoção e disseminação de conteúdos que sexualizam crianças e adolescentes; a investigação da relação entre o conteúdo exposto por influenciadores como Hytalo Santos e a potencial exploração sexual de menores; e o exame da efetividade das políticas de proteção à infância no ambiente digital e a resposta das autoridades competentes às denúncias de pedofilia e abuso online.

Requerimentos nºs 618 e 619, de 2025 - CPIADULT

Número de membros: 11 titulares e 7 suplentes

Leitura: 20/08/2025



COMISSÕES PERMANENTES E SUAS SUBCOMISSÕES

1) COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS - CAE

Número de membros: 27 titulares e 27 suplentes

PRESIDENTE: Senador Renan Calheiros (MDB-AL) ⁽⁶⁾VICE-PRESIDENTE: Senador Laércio Oliveira (PP-SE) ⁽¹⁷⁾

TITULARES	Suplentes
Bloco Parlamentar Democracia (MDB, UNIÃO, PODEMOS, PSDB)	
Senador Eduardo Braga (MDB-AM) (1,10)	1. Senador Fernando Farias (MDB-AL) (1,10)
Senador Renan Calheiros (MDB-AL) (1,10)	2. Senador Efraim Filho (UNIÃO-PB) (1,10)
Senador Fernando Dueire (MDB-PE) (1,10)	3. Senador Jader Barbalho (MDB-PA) (1,10)
Senador Alessandro Vieira (MDB-SE) (1,10)	4. Senadora Soraya Thronicke (PODEMOS-MS) (1,10)
Senador Alan Rick (REPUBLICANOS-AC) (3,10)	5. Senador Veneziano Vital do Rêgo (MDB-PB) (3,10)
Senadora Professora Dorinha Seabra (UNIÃO-TO) (3,10)	6. Senador Marcio Bittar (PL-AC) (3,10)
Senador Carlos Viana (PODEMOS-MG) (7,10)	7. Senador Giordano (MDB-SP) (7,10)
Senador Plínio Valério (PSDB-AM) (8,10)	8. Senador Oriovisto Guimarães (PSDB-PR) (8,10)
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PSD, PSB)	
Senador Jorge Kajuru (PSB-GO) (4)	1. Senador Cid Gomes (PSB-CE) (4)
Senador Irajá (PSD-TO) (4)	2. Senador Otto Alencar (PSD-BA) (4)
Senador Angelo Coronel (PSD-BA) (4)	3. Senador Omar Aziz (PSD-AM) (4)
Senador Lucas Barreto (PSD-AP) (4)	4. Senador Nelsinho Trad (PSD-MS) (4)
Senador Vanderlan Cardoso (PSD-GO) (4,14,18)	5. Senadora Daniella Ribeiro (PP-PB) (4)
Senador Sérgio Petecão (PSD-AC) (4)	6. Senadora Eliziane Gama (PSD-MA) (4)
Bloco Parlamentar Vanguarda (PL, NOVO)	
Senador Izalci Lucas (PL-DF) (2)	1. Senador Magno Malta (PL-ES) (2)
Senador Rogerio Marinho (PL-RN) (2)	2. Senador Jaime Bagattoli (PL-RO) (2)
Senador Jorge Seif (PL-SC) (2)	3. Senadora Dra. Eudócia (PL-AL) (2)
Senador Wilder Moraes (PL-GO) (2)	4. Senador Eduardo Girão (NOVO-CE) (2)
Senador Wellington Fagundes (PL-MT) (2)	5. Senador Eduardo Gomes (PL-TO) (2,13)
Bloco Parlamentar Pelo Brasil (PT, PDT)	
Senador Randolfe Rodrigues (PT-AP) (9)	1. Senadora Teresa Leitão (PT-PE) (9,15,16)
Senadora Augusta Brito (PT-CE) (9)	2. Senador Paulo Paim (PT-RS) (9)
Senador Rogério Carvalho (PT-SE) (9)	3. Senador Jaques Wagner (PT-BA) (9)
Senadora Leila Barros (PDT-DF) (9)	4. Senador Weverton (PDT-MA) (9)
Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS)	
Senador Ciro Nogueira (PP-PI) (5)	1. Senador Esperidião Amin (PP-SC) (5)
Senador Luis Carlos Heinze (PP-RS) (5)	2. Senadora Tereza Cristina (PP-MS) (5)
Senador Mecias de Jesus (REPUBLICANOS-RR) (5,11)	3. Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS-DF) (11)
Senador Hamilton Mourão (REPUBLICANOS-RS) (5)	4. Senador Laércio Oliveira (PP-SE) (5,12)

Notas:

* 1 (uma) vaga compartilhada entre os Blocos Parlamentares Democracia, Pelo Brasil e Aliança, de acordo com o cálculo de proporcionalidade de 18/02/2025.

1. Em 18.02.2025, os Senadores Eduardo Braga, Renan Calheiros, Fernando Dueire e Alessandro Vieira foram indicados membros titulares, e os Senadores Fernando Farias, Jader Barbalho, Veneziano Vital do Rêgo e Giordano membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 4/2025-GLMDB).



2. Em 18.02.2025, os Senadores Izalci Lucas, Rogerio Marinho, Jorge Seif, Wilder Morais e Wellington Fagundes foram designados membros titulares, e os Senadores Magno Malta, Jaime Bagattoli, Dra. Eudócia, Eduardo Girão e Romário membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 8/2025-BLVANG).
3. Em 18.02.2025, os Senadores Alan Rick e Professora Dorinha Seabra foram designados membros titulares, e os Senadores Efraim Filho e Marcio Bittar membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 12/2025-GLUNIAO).
4. Em 18.02.2025, os Senadores Jorge Kajuru, Irajá, Angelo Coronel, Lucas Barreto, Vanderlan Cardoso e Sérgio Petecão foram designados membros titulares, e os Senadores Cid Gomes, Otto Alencar, Omar Aziz, Nelsinho Trad, Daniella Ribeiro e Eliziane Gama membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 4/2025-GSEGAMA).
5. Em 18.02.2025, os Senadores Ciro Nogueira, Luís Carlos Heinze, Laércio Oliveira e Hamilton Mourão foram designados membros titulares, e os Senadores Esperidião Amin, Tereza Cristina e Mecias de Jesus membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Aliança, para compor a comissão (Of. nº 2/2025-BLALIAN).
6. Em 19.02.2025, a Comissão reunida elegeu o Senador Renan Calheiros Presidente deste colegiado.
7. Em 19.02.2025, o Senador Carlos Viana foi designado membro titular e a Senadora Soraya Thronicke, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 010/2025-GLPODEMOS).
8. Em 19.02.2025, o Senador Plínio Valério foi designado membro titular e o Senador Oriovisto Guimarães, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 001/2025-GLPSDB).
9. Em 18.02.2025, os Senadores Randolph Rodrigues, Augusta Brito, Rogério Carvalho e Leila Barros foram designados membros titulares, e os Senadores Teresa Leitão, Paulo Paim, Jaques Wagner e Weverton membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 26/2025-GLPDT).
10. Em 19.02.2025, os Senadores Eduardo Braga, Renan Calheiros, Fernando Dueire, Alessandro Vieira, Alan Rick, Professora Dorinha Seabra, Carlos Viana e Plínio Valério foram designados membros titulares, e os Senadores Fernando Farias, Efraim Filho, Jader Barbalho, Soraya Thronicke, Veneziano Vital do Rêgo, Marcio Bittar, Giordano e Oriovisto Guimarães membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 6/2025-BLDEM).
11. Em 21.02.2025, o Senador Mecias de Jesus foi designado membro titular, em substituição ao Senador Laércio Oliveira, que deixa de compor a comissão; e a Senadora Damares Alves designada terceira suplente, pelo Bloco Parlamentar Aliança (Of. nº 005/2025-GABLID/BLALIAN).
12. Em 10.03.2025, o Senador Laércio Oliveira foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Aliança, para compor a comissão (Of. nº 010/2025-GABLID/BLALIAN).
13. Em 12.03.2025, o Senador Eduardo Gomes foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Romário, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda (Of. nº 019/2025-BLVANG).
14. Em 03.07.2025, o Senador Pedro Chaves foi designado membro titular, em substituição ao Senador Vanderlan Cardoso, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. nº 46/2025-BLRESDEM).
15. Em 02.09.2025, o Senador Fabiano Contarato foi designado membro suplente, em substituição à Senadora Teresa Leitão, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Pelo Brasil (Of. nº 17/2025-BLPBRA).
16. Em 10.09.2025, a Senadora Teresa Leitão foi designada membro suplente, em substituição ao Senador Fabiano Contarato, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Pelo Brasil (Of. nº 19/2025-BLPBRA).
17. Em 07.10.2025, a Comissão reunida elegeu o Senador Laércio Oliveira Vice-Presidente deste colegiado (Of. nº 10/2025-CAE).
18. Em 30.10.2025, o Senador Vanderlan Cardoso foi designado membro titular, em substituição ao Senador Pedro Chaves, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. nº 112/2025-BLRESDEM).

Secretário(a): João Pedro de Souza Lobo Caetano

Reuniões: Terças-Feiras 10 horas - Ala Alexandre Costa - Sala 19

Telefone(s): 6133033516

E-mail: cae@senado.leg.br



1.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE MUNICIPALISTA

Finalidade: opinar sobre questões municipalistas, tais como: (a) desenvolvimento econômico-social; (b) políticas de financiamento das ações de competência municipal, inclusive mediante transferências constitucionais; (c) endividamento público; (d) política tributária; (e) viabilidade econômica e fiscal para criação, incorporação, fusão e desmembramento de municípios; (f) cooperação técnica e financeira com a União; (g) políticas de geração de emprego e renda; e (h) políticas de ordenamento territorial.

(Requerimento 160, de 2023 - CAE)

Número de membros: 9 titulares e 9 suplentes

Secretário(a): João Pedro de Souza Lobo Caetano

Reuniões: Terças-Feiras 10 horas - Ala Alexandre Costa - Sala 19

Telefone(s): 6133033516

E-mail: cae@senado.leg.br



2) COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS - CAS
Número de membros: 21 titulares e 21 suplentes

PRESIDENTE: Senador Marcelo Castro (MDB-PI) ⁽⁷⁾

VICE-PRESIDENTE: Senadora Dra. Eudócia (PL-AL) ⁽⁷⁾

TITULARES	Suplentes
Bloco Parlamentar Democracia (MDB, UNIÃO, PODEMOS, PSDB)	
Senador Marcelo Castro (MDB-PI) (1,11)	1. Senador Renan Calheiros (MDB-AL) (1,11)
Senador Eduardo Braga (MDB-AM) (1,11)	2. VAGO (1,11)
Senador Efraim Filho (UNIÃO-PB) (3,11)	3. Senador Alessandro Vieira (MDB-SE) (3,11,29)
Senador Jayme Campos (UNIÃO-MT) (3,11,14)	4. Senadora Soraya Thronicke (PODEMOS-MS) (3,11)
Senadora Professora Dorinha Seabra (UNIÃO-TO) (15,19)	5. Senador Styvenson Valentim (PSDB-RN) (8,11,13,19)
Senador Plínio Valério (PSDB-AM) (10,11)	6. Senador Fernando Dueire (MDB-PE) (12)
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PSD, PSB)	
Senadora Jussara Lima (PSD-PI) (4)	1. Senador Otto Alencar (PSD-BA) (4)
Senadora Mara Gabrilli (PSD-SP) (4)	2. Senador Angelo Coronel (PSD-BA) (4)
Senadora Zenaide Maia (PSD-RN) (4)	3. Senador Lucas Barreto (PSD-AP) (4)
Senador Sérgio Petecão (PSD-AC) (4)	4. Senador Nelsinho Trad (PSD-MS) (4)
Senador Flávio Arns (PSB-PR) (4)	5. Senadora Daniella Ribeiro (PP-PB) (9)
Bloco Parlamentar Vanguarda (PL, NOVO)	
Senadora Dra. Eudócia (PL-AL) (2)	1. Senador Astronauta Marcos Pontes (PL-SP) (2)
Senador Eduardo Girão (NOVO-CE) (2,20,21,22,23,25,26)	2. Senador Rogerio Marinho (PL-RN) (2)
Senador Romário (PL-RJ) (2)	3. Senador Magno Malta (PL-ES) (2)
Senador Wilder Moraes (PL-GO) (2)	4. Senador Jaime Bagattoli (PL-RO) (17)
Bloco Parlamentar Pelo Brasil (PT, PDT)	
Senador Rogério Carvalho (PT-SE) (6,24)	1. Senador Fabiano Contarato (PT-ES) (6)
Senador Jaques Wagner (PT-BA) (6,28)	2. Senadora Teresa Leitão (PT-PE) (6)
Senadora Ana Paula Lobato (PDT-MA) (6)	3. Senadora Leila Barros (PDT-DF) (6)
Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS)	
Senador Laércio Oliveira (PP-SE) (5)	1. Senador Mecias de Jesus (REPUBLICANOS-RR) (16)
Senador Dr. Hiran (PP-RR) (5)	2. Senador Esperidião Amin (PP-SC) (18)
Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS-DF) (5)	3. Senador Alan Rick (REPUBLICANOS-AC) (5,27)

Notas:

1. Em 18.02.2025, os Senadores Marcelo Castro e Eduardo Braga foram designados membros titulares e os Senadores Renan Calheiros e Veneziano Vital do Rêgo, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 020/2025-GLMDB).
2. Em 18.02.2025, os Senadores Dra. Eudócia, Eduardo Girão, Romário e Wilder Moraes foram designados membros titulares e os Senadores Astronauta Marcos Pontes, Rogerio Marinho e Magno Malta, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 008/2025-BLVANG).
3. Em 18.02.2025, os Senadores Efraim Filho e Professora Dorinha Seabra foram designados membros titulares e os Senadores Alan Rick e Marcio Bittar, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 12/2025-GLUNIAO).
4. Em 18.02.2025, os Senadores Jussara Lima, Mara Gabrilli, Zenaide Maia, Sérgio Petecão e Flávio Arns foram designados membros titulares e os Senadores Otto Alencar, Angelo Coronel, Lucas Barreto e Nelsinho Trad, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 004/2025-GSEGAMA).
5. Em 18.02.2025, os Senadores Laércio Oliveira, Dr. Hiran e Damares Alves foram designados membros titulares e o Senador Cleitinho, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Aliança, para compor a comissão (Of. nº 002/2025-GABLD/BLALIAN).
6. Em 18.02.2025, os Senadores Paulo Paim, Humberto Costa e Ana Paula Lobato foram designados membros titulares e os Senadores Fabiano Contarato, Teresa Leitão e Leila Barros, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 026/2025-GLPDT).
7. Em 19.02.2025, a comissão reunida elegeu os Senadores Marcelo Castro e Dra. Eudócia, Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado.
8. Em 19.02.2025, a Senadora Soraya Thronicke foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 010/2025-GLPODEMOS).
9. Em 19.02.2025, a Senadora Daniella Ribeiro foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 5/2025-GSEGAMA).
10. Em 19.02.2025, o Senador Plínio Valério foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 001/2025-GLPSDB).



11. Em 19.02.2025, os Senadores Marcelo Castro, Eduardo Braga, Efraim Filho, Professora Dorinha Seabra e Plínio Valério foram designados membros titulares e os Senadores Renan Calheiros, Alan Rick, Veneziano Vital do Rêgo, Soraya Thronicke e Marcio Bittar, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 006/2025-BLDEM).
12. Em 19.02.2025, o Senador Fernando Dueire foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 007/2025-BLDEM).
13. Em 20.02.2025, o Senador Marcio Bittar deixou de compor a comissão (Of. nº 009/2025-BLDEM).
14. Em 20.02.2025, o Senador Jayme Campos foi designado membro titular, em substituição à Senadora Professora Dorinha Seabra, que deixa de compor a comissão pelo Bloco Parlamentar Democracia (Of. nº 012/2025-BLDEM).
15. Em 20.02.2025, a Senadora Professora Dorinha Seabra foi designada membro titular, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 013/2025-BLDEM).
16. Em 21.02.2025, o Senador Mecias de Jesus foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Aliança, para compor a comissão (Of. nº 007/2025-GABLID/BLALIAN).
17. Em 24.02.2025, o Senador Jaime Bagattoli foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 011/2025-BLVANG).
18. Em 25.03.2025, o Senador Esperidião Amin foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Aliança, para compor a comissão (Of. nº 013/2025-GABLID/BLALIAN). ([DSF de 26/03/2025, p. 121](#))
19. Em 07.04.2025, o Senador Styvenson Valentim foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 028/2025-BLDEM).
20. Em 09.05.2025, o Senador Wellington Fagundes foi designado membro titular, em substituição ao Senador Eduardo Girão, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda (Of. nº 045/2025-BLVANG).
21. Em 28.05.2025, o Senador Eduardo Girão foi designado membro titular, em substituição ao Senador Wellington Fagundes, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda (Of. nº 057/2025-BLVANG).
22. Em 20.08.2025, o Senador Wellington Fagundes foi designado membro titular, em substituição ao Senador Eduardo Girão, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda (Of. nº 075/2025-BLVANG).
23. Em 06.10.2025, o Senador Eduardo Girão foi designado membro titular, em substituição ao Senador Wellington Fagundes, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda (Of. nº 098/2025-BLVANG).
24. Em 19.11.2025, o Senador Rogério Carvalho foi designado membro titular, em substituição ao Senador Paulo Paim, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Pelo Brasil (Of. nº 40/2025-BLPBRA).
25. Em 24.11.2025, o Senador Izalci Lucas foi designado membro titular, em substituição ao Senador Eduardo Girão, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda (Of. nº 128/2025-BLVANG).
26. Em 02.12.2025, o Senador Eduardo Girão foi designado membro titular, em substituição ao Senador Izalci Lucas, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda (Of. nº 131/2025-BLVANG).
27. Em 02.12.2025, o Senador Alan Rick foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Cleitinho, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Aliança (Of. nº 69/2025-GABLID/BLALIAN).
28. Em 03.12.2025, o Senador Jaques Wagner foi designado membro titular, em substituição ao Senador Humberto Costa, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Pelo Brasil (Of. nº 42/2025-BLPBRA).
29. Em 04.12.2025, o Senador Alessandro Vieira foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Veneziano Vital do Rêgo, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Democracia (Of. nº 97/2025-BLDEMO).

Secretário(a): Saulo Kléber Rodrigues Ribeiro

Telefone(s): 3303-4608

E-mail: cas@senado.leg.br



2.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE DIREITOS DAS PESSOAS COM DOENÇAS RARAS
Finalidade: acompanhar e aprimorar as políticas públicas direcionadas às pessoas com doenças raras.

(Requerimento 53, de 2023 - CAS)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Instalação: 30/08/2023

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar Democracia (MDB, UNIÃO, PODEMOS, PSDB)	
Senadora Mara Gabrilli (PSD-SP) (1)	1.
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PSD, PSB)	
	1.
Bloco Parlamentar Vanguarda (PL, NOVO)	
	1.
Bloco Parlamentar Pelo Brasil (PT, PDT)	
Senador Paulo Paim (PT-RS) (2)	1.
Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS)	
Senador Dr. Hiran (PP-RR) (3)	1.

Notas:

1. Em 11.08.2025, a Senadora Mara Gabrilli foi designada membro titular, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. 191/2025-SACAS).
2. Em 11.08.2025, o Senador Paulo Paim foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar pelo Brasil, para compor a comissão (Of. 191/2025-SACAS).
3. Em 11.08.2025, o Senador Dr. Hiran foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Aliança, para compor a comissão (Of. 191/2025-SACAS).

Secretário(a): Saulo Kléber Rodrigues Ribeiro

Telefone(s): 3303-4608

E-mail: cas@senado.leg.br



**2.2) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA COM O OBJETIVO DE DEBATER PROPOSTAS
RELACIONADAS À PREVENÇÃO E AO TRATAMENTO DE CÂNCER.**

Finalidade: Debater, apreciar e elaborar, no prazo de 180 (cento e oitenta) dias, propostas relacionadas à regulamentação, ao financiamento, ao desenvolvimento e à incorporação no sistema de saúde de terapias, vacinas e medicamentos de alto custo, para prevenção ou tratamento dos diferentes tipos de câncer.

(Requerimento 54, de 2025 - CAS)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senadora Dra. Eudócia (PL-AL) ⁽⁴⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Dr. Hiran (PP-RR) ⁽⁴⁾

Instalação: 27/08/2025

Prazo final: 05/04/2026

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar Democracia (MDB, UNIÃO, PODEMOS, PSDB)	
	1.
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PSD, PSB)	
Senadora Mara Gabrilli (PSD-SP) ⁽⁵⁾	1.
Bloco Parlamentar Vanguarda (PL, NOVO)	
Senadora Dra. Eudócia (PL-AL) ⁽¹⁾	1.
Bloco Parlamentar Pelo Brasil (PT, PDT)	
Senador Paulo Paim (PT-RS) ⁽²⁾	1.
Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS)	
Senador Dr. Hiran (PP-RR) ⁽³⁾	1. Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS-DF) ⁽⁶⁾

Notas:

1. Em 21.08.2025, a Senadora Dra. Eudócia foi designada membro titular, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. 224/2025-SACAS).
2. Em 21.08.2025, o Senador Paulo Paim foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar pelo Brasil, para compor a comissão (Of. 224/2025-SACAS).
3. Em 21.08.2025, o Senador Dr. Hiran foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Aliança, para compor a comissão (Of. 224/2025-SACAS).
4. Em 27.08.2025, a comissão reunida elegeu a Senadora Dra. Eudócia e o Senador Dr. Hiran, Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado.
5. Em 01.09.2025, a Senadora Mara Gabrilli foi designada membro titular, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. 245/2025-SACAS).
6. Em 15.09.2025, a Senadora Damares Alves foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Aliança, para compor a comissão (Of. 295/2025-SACAS).

Secretário(a): Saulo Kléber Rodrigues Ribeiro

Telefone(s): 3303-4608

E-mail: cas@senado.leg.br



3) COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA - CCJ

Número de membros: 27 titulares e 27 suplentes

PRESIDENTE: Senador Otto Alencar (PSD-BA) ⁽⁷⁾VICE-PRESIDENTE: Senador Vanderlan Cardoso (PSD-GO) ⁽¹⁴⁾

TITULARES	Suplentes
Bloco Parlamentar Democracia (MDB, UNIÃO, PODEMOS, PSDB)	
Senador Eduardo Braga (MDB-AM) (1,12)	1. Senador Alessandro Vieira (MDB-SE) (1,12)
Senador Renan Calheiros (MDB-AL) (1,12)	2. Senadora Professora Dorinha Seabra (UNIÃO-TO) (1,12)
Senador Jader Barbalho (MDB-PA) (1,12,19,20)	3. Senador Marcelo Castro (MDB-PI) (1,12)
Senador Veneziano Vital do Rêgo (MDB-PB) (1,12)	4. Senador Jayme Campos (UNIÃO-MT) (9,12)
Senador Sergio Moro (UNIÃO-PR) (3,12)	5. Senador Giordano (MDB-SP) (3,12)
Senador Alan Rick (REPUBLICANOS-AC) (3,12)	6. Senador Zequinha Marinho (PODEMOS-PA) (3,11,12,16)
Senadora Soraya Thronicke (PODEMOS-MS) (8,12)	7. Senador Plínio Valério (PSDB-AM) (8,12)
Senador Oriovisto Guimarães (PSDB-PR) (10,12)	8. Senador Fernando Farias (MDB-AL) (10,12)
Senador Marcio Bittar (PL-AC) (11,12)	9. Senador Efraim Filho (UNIÃO-PB) (11,12)
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PSD, PSB)	
Senador Otto Alencar (PSD-BA) (4)	1. Senador Angelo Coronel (PSD-BA) (4)
Senador Omar Aziz (PSD-AM) (4)	2. Senadora Zenaide Maia (PSD-RN) (4,13,15)
Senadora Eliziane Gama (PSD-MA) (4,30,32)	3. Senador Irajá (PSD-TO) (4,23,26)
Senador Vanderlan Cardoso (PSD-GO) (4,15)	4. Senador Sérgio Petecão (PSD-AC) (4)
Senador Rodrigo Pacheco (PSD-MG) (4)	5. Senadora Mara Gabrilli (PSD-SP) (4,27)
Senador Cid Gomes (PSB-CE) (4,31,33,34,36)	6. Senador Jorge Kajuru (PSB-GO) (4,35,36)
Bloco Parlamentar Vanguarda (PL, NOVO)	
Senador Carlos Portinho (PL-RJ) (2)	1. Senador Jorge Seif (PL-SC) (2)
Senador Eduardo Girão (NOVO-CE) (2)	2. Senador Izalci Lucas (PL-DF) (2,21,24)
Senador Magno Malta (PL-ES) (2)	3. Senador Eduardo Gomes (PL-TO) (2)
Senador Marcos Rogério (PL-RO) (2)	4. Senador Flávio Bolsonaro (PL-RJ) (2)
Senador Rogerio Marinho (PL-RN) (2)	5. Senador Jaime Bagatollo (PL-RO) (2,17,18)
Bloco Parlamentar Pelo Brasil (PT, PDT)	
Senador Rogério Carvalho (PT-SE) (5)	1. Senador Randolfe Rodrigues (PT-AP) (5)
Senador Fabiano Contarato (PT-ES) (5)	2. Senador Jaques Wagner (PT-BA) (5,22,37)
Senadora Augusta Brito (PT-CE) (5)	3. Senador Humberto Costa (PT-PE) (5,25)
Senador Weverton (PDT-MA) (5)	4. Senadora Ana Paula Lobato (PDT-MA) (5)
Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS)	
Senador Ciro Nogueira (PP-PI) (6,38,39)	1. Senador Laércio Oliveira (PP-SE) (6,28,29)
Senador Esperidião Amin (PP-SC) (6)	2. Senador Dr. Hiran (PP-RR) (6)
Senador Mecias de Jesus (REPUBLICANOS-RR) (6,11)	3. Senador Hamilton Mourão (REPUBLICANOS-RS) (6,11)

Notas:

* 1 (uma) vaga compartilhada entre os Blocos Parlamentares Democracia, Pelo Brasil e Aliança, de acordo com o cálculo de proporcionalidade de 18/02/2025.

1. Em 18.02.2025, os Senadores Eduardo Braga, Renan Calheiros, Jader Barbalho e Veneziano Vital do Rêgo foram designados membros titulares, e os Senadores Alessandro Vieira, Marcelo Castro e Giordano membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. 005/2025-GLMDB).

2. Em 18.02.2025, os Senadores Carlos Portinho, Eduardo Girão, Magno Malta, Marcos Rogério e Rogerio Marinho foram designados membros titulares, e os Senadores Jorge Seif, Izalci Lucas, Eduardo Gomes, Flávio Bolsonaro e Jaime Bagatollo membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a Comissão (Of. 008/2025-BLVANG).

3. Em 18.02.2025, os Senadores Sergio Moro e Alan Rick foram designados membros titulares, e os Senadores Professora Dorinha Seabra e Marcio Bittar membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. 12/2025-GLUNIAO).

4. Em 18.02.2025, os Senadores Otto Alencar, Omar Aziz, Eliziane Gama, Zenaide Maia, Rodrigo Pacheco e Cid Gomes foram designados membros titulares, e os Senadores Angelo Coronel, Lucas Barreto, Irajá, Sérgio Petecão, Margareth Buzetti e Jorge Kajuru membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a Comissão (Of. 004/2025-GSEGAMA).



5. Em 18.02.2025, os Senadores Rogério Carvalho, Fabiano Contarato, Augusta Brito e Weverton foram designados membros titulares, e os Senadores Randolfe Rodrigues, Humberto Costa, Jaques Wagner e Ana Paula Lobato membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Pelo Brasil, para compor a Comissão (Of. 026/2025-GLPDT).
6. Em 18.02.2025, os Senadores Ciro Nogueira, Esperidião Amin, Tereza Cristina e Mecias de Jesus foram designados membros titulares, e os Senadores Laércio Oliveira, Dr. Hiran e Hamilton Mourão membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Aliança, para compor a Comissão (Of. nº 002/2025-GABLID/BLALIAN).
7. Em 19.02.2025, a comissão reunida elegeu o Senador Otto Alencar Presidente deste colegiado (Of. nº 001/2025-PRESIDÊNCIA/CCJ).
8. Em 19.02.2025, a Senadora Soraya Thronicke foi designada membro titular e o Senador Marcos do Val, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 010/2025-GLPODEMO).
9. Em 19.02.2025, o Senador Fernando Farias foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 23/2025-GLMDB).
10. Em 19.02.2025, o Senador Oriovisto Guimarães foi designado membro titular, e o Senador Plínio Valério membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. nº 001/2025-GLPSDB).
11. Em 19.02.2025, o Senador Marcio Bittar foi designado membro titular e os Senadores Efraim Filho e Jayme Campos, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia. Os Senadores Marcio Bittar e Jayme Campos foram indicados nas vagas compartilhadas entre os Blocos Parlamentares Democracia, Pelo Brasil e Aliança, que antes estavam ocupadas pelo Bloco Parlamentar Aliança, assim a Senadora Tereza Cristina deixa de compor a comissão e os Senadores Mecias de Jesus e Hamilton Mourão passam a ocupar as vagas de 3º titular e 3º suplente, respectivamente (Ofs. nºs 003/2025-GABLID/BLALIAN e 004/2025-BLDEM).
12. Em 19.02.2025, os Senadores Eduardo Braga, Renan Calheiros, Jader Barbalho e Veneziano Vital do Rêgo, Sergio Moro, Alan Rick, Soraya Thronicke, Oriovisto Guimarães e Marcio Bittar foram designados membros titulares, e os Senadores Alessandro Vieira, Professora Dorinha Seabra, Marcelo Castro, Jayme Campos, Giordano, Marcos Do Val, Plínio Valério, Fernando Farias e Efraim Filho membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. 006/2025-BLDEM).
13. Em 20.03.2025, o Senador Vanderlan Cardoso foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Lucas Barreto, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. nº 16/2025-GSEGAMA).
14. Em 02.04.2025, a comissão reunida elegeu o Senador Vanderlan Cardoso Vice-Presidente deste colegiado (Of. nº 013/2025-PRESIDÊNCIA/CCJ).
15. Em 02.04.2025, o Senador Vanderlan Cardoso foi designado membro titular, em substituição à Senadora Zenaide Maia, que passa a compor a comissão como membro suplente, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. nº 18/2025-GSEGAMA).
16. Em 24.04.2025, o Senador Zequinha Marinho foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Marcos do Val, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Democracia (Of. nº 018/2025-BLDEMO).
17. Em 21.05.2025, o Senador Wilder Morais foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Jaime Bagattoli, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda (Of. nº 49/2025-BLVANG).
18. Em 28.05.2025, o Senador Jaime Bagattoli foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Wilder Morais, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda (Of. nº 056/2025-BLVANG).
19. Em 10.06.2025, o Senador Confúcio Moura foi designado membro titular, em substituição ao Senador Jader Barbalho, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Democracia (Of. nº 34/2025-BLDEMO).
20. Em 10.06.2025, o Senador Jader Barbalho foi designado membro titular, em substituição ao Senador Confúcio Moura, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Democracia (Of. nº 35/2025-BLDEMO).
21. Em 16.07.2025, o Senador Wilder Morais foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Izalcí Lucas, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda (Of. nº 71/2025-BLVANG).
22. Em 16.07.2025, o Senador Paulo Paim foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Humberto Costa, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Pelo Brasil (Of. nº 13/2025-BLPBRA).
23. Em 06.08.2025, o Senador Lucas Barreto foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Irajá, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. nº 52/2025-GSEGAMA).
24. Em 15.08.2025, o Senador Izalcí Lucas foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Wilder Morais, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda (Of. nº 72/2025-BLVANG).
25. Em 19.08.2025, o Senador Humberto Costa foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Jaques Wagner, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Pelo Brasil (Of. nº 15/2025-BLPBRA).
26. Em 19.08.2025, o Senador Irajá foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Lucas Barreto, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. nº 52/2025-GSEGAMA).
27. Em 04.09.2025, a Senadora Mara Gabrilli foi designada membro suplente, em substituição à Senadora Margareth Buzetti, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. nº 65/2025-GSEGAMA).
28. Em 09.09.2025, a Senadora Tereza Cristina foi designada membro suplente, em substituição ao Senador Laércio Oliveira, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Aliança (Of. nº 45/2025-GABLID/BLALIAN).
29. Em 11.09.2025, o Senador Laércio Oliveira foi designado membro suplente, em substituição à Senadora Tereza Cristina, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Aliança (Of. nº 46/2025-GABLID/BLALIAN).
30. Em 16.09.2025, a Senadora Jussara Lima foi designada membro titular, em substituição à Senadora Eliziane Gama, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. nº 73/2025-GSEGAMA).
31. Em 17.09.2025, o Senador Flávio Arns foi designado membro titular, em substituição ao Senador Cid Gomes, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. nº 74/2025-GSEGAMA).
32. Em 18.09.2025, a Senadora Eliziane Gama foi designada membro titular, em substituição à Senadora Jussara Lima, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. nº 79/2025-GSEGAMA).
33. Em 22.09.2025, o Senador Cid Gomes foi designado membro titular, em substituição ao Senador Flávio Arns, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. nº 86/2025-GSEGAMA).
34. Em 23.09.2025, o Senador Jorge Kajuru foi designado membro titular, em substituição ao Senador Cid Gomes, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. nº 87/2025-GSEGAMA).
35. Em 23.09.2025, o Senador Flávio Arns foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Jorge Kajuru, que passa a compor a comissão como membro titular, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. nº 87/2025-GSEGAMA).
36. Em 29.09.2025, o Senador Cid Gomes foi designado membro titular, em substituição ao Senador Jorge Kajuru, que passa a membro suplente, em substituição ao Senador Flávio Arns, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. nº 94/2025-GSEGAMA).



37. Em 21.10.2025, o Senador Jaques Wagner foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Paulo Paim, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Pelo Brasil (Of. nº 37/2025-BLPBRA).

38. Em 29.10.2025, a Senadora Tereza Cristina foi designada membro titular, em substituição ao Senador Ciro Nogueira, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Aliança (Of. nº 58/2025-GABLID/BLALIAN).

39. Em 12.11.2025, o Senador Ciro Nogueira foi designado membro titular, em substituição à Senadora Tereza Cristina, que deixa de compor a comissão, pela Liderança do Progressistas (Of. nº 65/2025-GLPP).

Secretário(a): Ednaldo Magalhães Siqueira

Reuniões: Quartas-Feiras 10:00 horas -

Telefone(s): 61 3303-3972

Fax: 3303-4315

E-mail: ccj@senado.gov.br



4) COMISSÃO DE EDUCAÇÃO E CULTURA - CE

Número de membros: 21 titulares e 21 suplentes

PRESIDENTE: Senadora Teresa Leitão (PT-PE) ⁽⁷⁾VICE-PRESIDENTE: Senador Veneziano Vital do Rêgo (MDB-PB) ⁽¹⁷⁾

TITULARES	Suplentes
Bloco Parlamentar Democracia (MDB, UNIÃO, PODEMOS, PSDB)	
Senador Confúcio Moura (MDB-RO) (1,10)	1. Senadora Ivete da Silveira (MDB-SC) (1,10)
Senador Veneziano Vital do Rêgo (MDB-PB) (1,8,10)	2. Senador Alan Rick (REPUBLICANOS-AC) (1,8,10)
Senadora Professora Dorinha Seabra (UNIÃO-TO) (3,10)	3. Senador Marcelo Castro (MDB-PI) (3,10)
Senador Alessandro Vieira (MDB-SE) (3,10,11,14)	4. VAGO (3,10)
	5.
Senador Plínio Valério (PSDB-AM) (9,10)	6.
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PSD, PSB)	
Senador Cid Gomes (PSB-CE) (4)	1.
Senadora Jussara Lima (PSD-PI) (4)	2. Senador Nelsinho Trad (PSD-MS) (4)
Senador Vanderlan Cardoso (PSD-GO) (4,16,20)	3. Senadora Daniella Ribeiro (PP-PB) (4)
Senadora Zenaide Maia (PSD-RN) (4)	4. Senador Sérgio Petecão (PSD-AC) (4)
Senador Flávio Arns (PSB-PR) (4)	5.
Bloco Parlamentar Vanguarda (PL, NOVO)	
Senador Astronauta Marcos Pontes (PL-SP) (2)	1. Senador Carlos Portinho (PL-RJ) (2)
Senador Magno Malta (PL-ES) (2)	2. Senadora Dra. Eudócia (PL-AL) (2)
Senador Izalci Lucas (PL-DF) (2,13)	3. Senador Romário (PL-RJ) (2,13)
Senador Wellington Fagundes (PL-MT) (2)	4. Senador Rogerio Marinho (PL-RN) (2)
Bloco Parlamentar Pelo Brasil (PT, PDT)	
Senadora Teresa Leitão (PT-PE) (6)	1. Senador Humberto Costa (PT-PE) (6)
Senador Paulo Paim (PT-RS) (6)	2. Senadora Leila Barros (PDT-DF) (6,18,19)
Senadora Augusta Brito (PT-CE) (6,15,18)	3. Senadora Ana Paula Lobato (PDT-MA) (6)
Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS)	
Senador Laércio Oliveira (PP-SE) (5)	1. Senador Esperidião Amin (PP-SC) (5)
Senador Hamilton Mourão (REPUBLICANOS-RS) (12)	2. Senador Dr. Hiran (PP-RR) (5)
Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS-DF) (5)	3. Senador Mecias de Jesus (REPUBLICANOS-RR) (5)

Notas:

- Em 18.02.2025, os Senadores Confúcio Moura e Ivete da Silveira foram designados membros titulares; e os Senadores Marcelo Castro e Veneziano Vital do Rêgo, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. 008/2025-GLMDB).
- Em 18.02.2025, os Senadores Astronauta Marcos Pontes, Magno Malta, Romário e Wellington Fagundes foram designados membros titulares; e os Senadores Carlos Portinho, Dra. Eudócia, Izalci Lucas e Rogerio Marinho, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. 008/2025-BLVANG).
- Em 18.02.2025, os Senadores Marcio Bittar e Professora Dorinha Seabra foram designados membros titulares; e os Senadores Jayme Campos e Alan Rick, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. 012/2025-GLUNIAO).
- Em 18.02.2025, os Senadores Cid Gomes, Jussara Lima, Vanderlan Cardoso, Zenaide Maia e Flávio Arns foram designados membros titulares; e os Senadores Nelsinho Trad, Daniella Ribeiro e Sérgio Petecão, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. 004/2025-GSEGAMA).
- Em 18.02.2025, os Senadores Laércio Oliveira e Damares Alves foram designados membros titulares; e os Senadores Esperidião Amin, Dr. Hiran e Mecias de Jesus, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Aliança, para compor a comissão (Of. 002/2025-GABLID/BLALIAN).
- Em 18.02.2025, os Senadores Teresa Leitão, Leila Barros e Paulo Paim foram designados membros titulares; e os Senadores Humberto Costa, Augusta Brito e Ana Paula Lobato, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Pelo Brasil, para compor a comissão (Of. 026/2025-GLPDT).
- Em 19.02.2025, a Comissão reunida elegerá a Senadora Teresa Leitão Presidente deste colegiado (Of. 1/2025-CE).
- Em 19.02.2025, o Senador Veneziano Vital do Rêgo foi designado membro titular, em substituição à Senadora Ivete da Silveira, que passa a membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 021/2025-GLMDB).
- Em 19.02.2025, o Senador Plínio Valério foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 001/2025-GLPSDB).
- Em 19.02.2025, os Senadores Confúcio Moura, Veneziano Vital do Rêgo, Professora Dorinha Seabra, Márcio Bittar e Plínio Valério foram designados membros titulares, e os Senadores Ivete da Silveira, Alan Rick e Marcelo Castro, membros suplentes, para compor a comissão, e o Senador Jayme Campos deixou de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Democracia (Of. nº 006/2025-BLDEM).



11. Em 20.02.2025, o Senador Marcio Bittar deixou de compor a Comissão (Of. nº 009/2025-BLDEM).
12. Em 21.02.2025, o Senador Hamilton Mourão foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Aliança, para compor a comissão (Of. nº 008/2025-GABLID/BLALIAN).
13. Em 11.03.2025, o Senador Izalci Lucas foi designado membro titular, em permuta com o Senador Romário, que passa a ocupar a comissão como membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda (Of. nº 17/2025-BLVANG).
14. Em 14.03.2025, o Senador Alessandro Vieira foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 20/2025-BLDEM).
15. Em 03.04.2025, a Senadora Leila Barros deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Pelo Brasil (Of. nº 43/2025-GLPDT).
16. Em 03.07.2025, o Senador Pedro Chaves foi designado membro titular, em substituição ao Senador Vanderlan Cardoso, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. nº 46/2025-BLRESDEM).
17. Em 26.08.2025, a comissão reunida elegeu o Senador Veneziano Vital do Rêgo Vice-Presidente deste colegiado (Of. nº 254/2025-CE).
18. Em 19.10.2025, a Senadora Augusta Brito foi designada membro titular, pelo Bloco Parlamentar Pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 26/2025-BLPBRA).
19. Em 22.10.2025, a Senadora Leila Barros foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 38/2025-BLPBRA).
20. Em 30.10.2025, o Senador Vanderlan Cardoso foi designado membro titular, em substituição ao Senador Pedro Chaves, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. nº 112/2025-BLRESDEM).

Secretário(a): Andréia Mano Da Silva Tavares

Telefone(s): 3303-3498

E-mail: ce@senado.leg.br



4.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA ALFABETIZAÇÃO NA IDADE CERTA

Finalidade: acompanhar as políticas de Alfabetização na Idade Certa, no âmbito da Comissão de Educação, Cultura e Esporte.

(Requerimento 56, de 2023 - CE)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Instalação: 11/06/2024

Secretário(a): Andréia Mano Da Silva Tavares

Telefone(s): 3303-3498

E-mail: ce@senado.leg.br



4.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE PARA ACOMPANHAR AS POLÍTICAS DE EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS

Finalidade: acompanhar as políticas de Educação de Jovens e Adultos, no âmbito da Comissão de Educação e Cultura.

(Requerimento 50, de 2024 - CE)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Instalação: 03/07/2024

Secretário(a): Andréia Mano Da Silva Tavares

Telefone(s): 3303-3498

E-mail: ce@senado.leg.br



**5) COMISSÃO DE TRANSPARÊNCIA, GOVERNANÇA,
FISCALIZAÇÃO E CONTROLE E DEFESA DO CONSUMIDOR - CTFC**

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Dr. Hiran (PP-RR) ⁽⁷⁾

VICE-PRESIDENTE:

TITULARES	Suplentes
Bloco Parlamentar Democracia (MDB, UNIÃO, PODEMOS, PSDB)	
Senador Alessandro Vieira (MDB-SE) (1,10)	1. Senador Oriovisto Guimarães (PSDB-PR) (10)
Senador Renan Calheiros (MDB-AL) (1,10)	2. Senador Efraim Filho (UNIÃO-PB) (10)
Senador Sergio Moro (UNIÃO-PR) (3,10)	3. Senador Eduardo Braga (MDB-AM) (3,12)
Senador Carlos Viana (PODEMOS-MG) (8,10,19)	4. Senador Marcio Bittar (PL-AC) (15)
Senador Styvenson Valentim (PSDB-RN) (9,10)	5. Senador Zequinha Marinho (PODEMOS-PA) (9,19)
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PSD, PSB)	
Senador Vanderlan Cardoso (PSD-GO) (4,17,20)	1.
Senadora Mara Gabrilli (PSD-SP) (4)	2.
Senador Omar Aziz (PSD-AM) (21)	3.
Senador Cid Gomes (PSB-CE) (4)	4.
Bloco Parlamentar Vanguarda (PL, NOVO)	
Senador Flávio Bolsonaro (PL-RJ) (2)	1. Senador Marcos Rogério (PL-RO) (2)
Senador Jorge Seif (PL-SC) (2)	2. Senador Astronauta Marcos Pontes (PL-SP) (11)
Senador Eduardo Girão (NOVO-CE) (2)	3. Senador Rogerio Marinho (PL-RN) (14)
Bloco Parlamentar Pelo Brasil (PT, PDT)	
Senador Beto Faro (PT-PA) (5)	1. Senador Randolfe Rodrigues (PT-AP) (13)
Senador Rogério Carvalho (PT-SE) (5)	2. Senadora Teresa Leitão (PT-PE) (16)
Senadora Ana Paula Lobato (PDT-MA) (5)	3. Senadora Augusta Brito (PT-CE) (18)
Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS)	
Senador Dr. Hiran (PP-RR) (6)	1. Senador Laércio Oliveira (PP-SE) (6)
Senador Cleitinho (REPUBLICANOS-MG) (6)	2. Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS-DF) (6)

Notas:

1. Em 18.02.2025, os Senadores Alessandro Vieira e Renan Calheiros foram indicados membros titulares, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 12/2025-GLMDB).
2. Em 18.02.2025, os Senadores Flávio Bolsonaro, Jorge Seif e Eduardo Girão foram designados membros titulares, e o Senador Marcos Rogério membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 8/2025-BLVANG).
3. Em 18.02.2025, o Senador Sergio Moro foi designado membro titular, e o Senador Jayme Campos membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 12/2025-GLUNIAO).
4. Em 18.02.2025, os Senadores Vanderlan Cardoso, Mara Gabrilli e Cid Gomes foram designados membros titulares, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 4/2025-GSEGAMA).
5. Em 18.02.2025, os Senadores Beto Faro, Rogério Carvalho e Ana Paula Lobato foram designados membros titulares, pelo Bloco Parlamentar pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 26/2025-GLPDT).
6. Em 18.02.2025, os Senadores Dr. Hiran e Cleitinho foram designados membros titulares, e os Senadores Laércio Oliveira e Damares Alves membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Aliança, para compor a comissão (Of. nº 2/2025-BLALIAN).
7. Em 19.02.2025, a comissão reunida elegeu o Senador Dr. Hiran Presidente deste colegiado.
8. Em 19.02.2025, a Senadora Soraya Thronicke foi designada membro titular, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 010/2025-GLPODEMOS).
9. Em 19.02.2025, o Senador Styvenson Valentim foi designado membro titular e o Senador Oriovisto Guimarães, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 001/2025-GLPSDB).
10. Em 19.02.2025, os Senadores Alessandro Vieira, Renan Calheiros, Sergio Moro, Soraya Thronicke e Styvenson Valentim foram designados membros titulares, e os Senadores Oriovisto Guimarães e Efraim Filho membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 6/2025-BLDEM).
11. Em 28.02.2025, o Senador Astronauta Marcos Pontes foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 015/2025-BLVANG).
12. Em 24.03.2025, o Senador Eduardo Braga foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 026/2025-BLDEM).
13. Em 25.03.2025, o Senador Randolfe Rodrigues foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 32/2025-GLPDT).



14. Em 04.04.2025, o Senador Rogerio Marinho foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 29/2025-BLVANG).
15. Em 13.05.2025, o Senador Marcio Bittar foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 026/2025-BLDEMO).
16. Em 17.06.2025, a Senadora Teresa Leitão foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 4/2025-BLPBRA).
17. Em 03.07.2025, o Senador Pedro Chaves foi designado membro titular, em substituição ao Senador Vanderlan Cardoso, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. nº 46/2025-BLRESDEM).
18. Em 10.09.2025, a Senadora Augusta Brito foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Pelo Brasil (Of. nº 20/2025-BLPBRA).
19. Em 07.10.2025, o Senador Carlos Viana foi designado membro titular, em substituição à Senadora Soraya Thronicke, que deixa de compor a comissão; e o Senador Zequinha Marinho foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia (Of. nº 76/2025- BLDEMO).
20. Em 30.10.2025, o Senador Vanderlan Cardoso foi designado membro titular, em substituição ao Senador Pedro Chaves, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. nº 112/2025-BLRESDEM).
21. Em 12.11.2025, o Senador Omar Aziz foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 115/2025-BLRESDEM).

Secretário(a): Oscar Perné do Carmo Júnior

Reuniões: Terças-feiras 11:30 horas -

Telefone(s): 61 33033519

E-mail: ctfc@senado.leg.br



6) COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA - CDH

Número de membros: 19 titulares e 19 suplentes

PRESIDENTE: Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS-DF) ⁽⁷⁾VICE-PRESIDENTE: Senadora Mara Gabrilli (PSD-SP) ⁽⁷⁾

TITULARES	Suplentes
Bloco Parlamentar Democracia (MDB, UNIÃO, PODEMOS, PSDB)	
Senadora Ivete da Silveira (MDB-SC) (1,10)	1. Senador Alessandro Vieira (MDB-SE) (1,10)
Senador Giordano (MDB-SP) (1,10)	2. Senadora Professora Dorinha Seabra (UNIÃO-TO) (10)
Senador Sergio Moro (UNIÃO-PR) (3,10)	3. Senador Zequinha Marinho (PODEMOS-PA) (3,10)
VAGO (3,10,12)	4. Senador Styvenson Valentim (PSDB-RN) (3,10)
Senador Marcos do Val (PODEMOS-ES) (8,10)	5. Senador Marcio Bittar (PL-AC) (8,12)
Senador Plínio Valério (PSDB-AM) (9,10)	6. VAGO (9,19,23)
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PSD, PSB)	
Senador Cid Gomes (PSB-CE) (13)	1. Senador Flávio Arns (PSB-PR) (4)
Senadora Jussara Lima (PSD-PI) (4)	2. Senador Vanderlan Cardoso (PSD-GO) (4,24,25)
Senadora Mara Gabrilli (PSD-SP) (4)	3.
VAGO (20,22)	4.
Bloco Parlamentar Vanguarda (PL, NOVO)	
Senador Jaime Bagattoli (PL-RO) (2)	1. Senador Eduardo Girão (NOVO-CE) (2)
Senador Magno Malta (PL-ES) (2)	2. Senador Romário (PL-RJ) (2)
Senador Marcos Rogério (PL-RO) (2)	3. Senador Jorge Seif (PL-SC) (15)
Senador Astronauta Marcos Pontes (PL-SP) (14)	4. Senador Flávio Bolsonaro (PL-RJ) (16)
Bloco Parlamentar Pelo Brasil (PT, PDT)	
Senador Fabiano Contarato (PT-ES) (6,17,18,21)	1. Senador Weverton (PDT-MA) (6,17)
Senador Rogério Carvalho (PT-SE) (6,17)	2. Senadora Augusta Brito (PT-CE) (6,17)
Senador Humberto Costa (PT-PE) (17)	3. Senador Paulo Paim (PT-RS) (6,17)
Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS)	
Senadora Tereza Cristina (PP-MS) (5,11)	1. Senador Laércio Oliveira (PP-SE) (5,26,27)
Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS-DF) (5)	2. Senador Mecias de Jesus (REPUBLICANOS-RR) (5)

Notas:

- Em 18.02.2025, os Senadores Ivete da Silveira e Giordano foram designados membros titulares e o Senador Alessandro Vieira, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 009/2025-GLMDB).
- Em 18.02.2025, os Senadores Jaime Bagattoli, Magno Malta e Marcos Rogério foram designados membros titulares e os Senadores Eduardo Girão e Romário, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 008/2025-BLVANG).
- Em 18.02.2025, os Senadores Sergio Moro e Marcio Bittar foram designados membros titulares e os Senadores Jayme Campos e Professora Dorinha Seabra, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 12/2025-GLUNIAO).
- Em 18.02.2025, as Senadoras Jussara Lima e Mara Gabrilli foram designadas membros titulares e os Senadores Flávio Arns e Vanderlan Cardoso, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 004/2025-GSEGAMA).
- Em 18.02.2025, os Senadores Dr. Hiran e Damares Alves foram designados membros titulares e os Senadores Laércio Oliveira e Mecias de Jesus, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Aliança, para compor a comissão (Of. nº 002/2025-GABLID/BLALIAN).
- Em 18.02.2025, os Senadores Paulo Paim e Fabiano Contarato foram designados membros titulares e os Senadores Augusta Brito, Rogério Carvalho e Weverton, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 026/2025-GLPDT).
- Em 19.02.2025, a Comissão reunida elegeu as Senadoras Damares Alves e Mara Gabrilli, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado (Of. nº 001/2025-CDH).
- Em 19.02.2025, o Senador Marcos do Val foi designado membro titular e o Senador Zequinha Marinho, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 010/2025-GLPODEMOS).
- Em 19.02.2025, o Senador Plínio Valério foi designado membro titular e o Senador Styvenson Valentim, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 001/2025-GLPSDB).
- Em 19.02.2025, os Senadores Ivete da Silveira, Giordano, Sergio Moro, Marcio Bittar, Marcos do Val e Plínio Valério foram designados membros titulares e os Senadores Alessandro Vieira, Professora Dorinha Seabra, Zequinha Marinho (em substituição ao Senador Jayme Campos) e Styvenson Valentim, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 006/2025-BLDEM).
- Em 19.02.2025, a Senadora Tereza Cristina foi designada membro titular, em substituição ao Senador Dr. Hiran, pelo Bloco Parlamentar Aliança, para compor a comissão (Of. nº 004/2025-GABLID/BLALIAN).



12. Em 20.02.2025, o Senador Marcio Bittar foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 011/2025-BLDEM).
13. Em 25.02.2025, o Senador Cid Gomes foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 007/2025-GSEGAMA).
14. Em 27.02.2025, o Senador Astronauta Marcos Pontes foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 12/2025-BLVANG).
15. Em 10.03.2025, o Senador Jorge Seif foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 16/2025-BLVANG). ([DSF de 11/03/2025, p. 23](#))
16. Em 12.03.2025, o Senador Flávio Bolsonaro foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 020/2025-BLVANG). ([DSF de 13/03/2025, p. 85](#))
17. Em 25.03.2025, os Senadores Fabiano Contarato, Rogério Carvalho e Humberto Costa foram designados membros titulares, e os Senadores Weverton, Augusta Brito e Paulo Paim membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 32/2025-GLPDT). ([DSF de 26/03/2025, p. 122](#))
18. Em 29.04.2025, o Senador Jaques Wagner foi designado membro titular, em substituição ao Senador Fabiano Contarato, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Pelo Brasil (Of. nº 55/2025-GLPDT).
19. Em 29.04.2025, o Senador Confúcio Moura foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 22/2025-BLDEMO).
20. Em 30.04.2025, a Senadora Teresa Leitão foi designada membro titular, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 24/2025-GSEGAMA).
21. Em 06.05.2025, o Senador Fabiano Contarato foi designado membro titular, em substituição ao Senador Jaques Wagner, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Pelo Brasil (Of. nº 01/2025-BLPBRA).
22. Em 20.05.2025, a Senadora Teresa Leitão deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. nº 32/2025-GSEGAMA).
23. Em 25.06.2025, o Senador Confúcio Moura deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Democracia (Of. nº 38/2025-BLDEMO).
24. Em 03.07.2025, o Senador Pedro Chaves foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Vanderlan Cardoso, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. nº 46/2025-BLRESDEM).
25. Em 30.10.2025, o Senador Vanderlan Cardoso foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Pedro Chaves, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. nº 112/2025-BLRESDEM).
26. Em 03.11.2025, a Senadora Daniella Ribeiro foi designada membro suplente, em substituição ao Senador Laércio Oliveira, pelo Bloco Parlamentar Aliança, para compor a comissão (Of. nº 62/2025-GABLID/BLALIAN).
27. Em 07.11.2025, o Senador Laércio Oliveira foi designado membro suplente, em substituição à Senadora Daniela Ribeiro, pelo Bloco Parlamentar Aliança, para compor a comissão (Of. nº 64/2025-GABLID/BLALIAN).

Secretário(a): Dimitri Martin Stepanenko

Reuniões: Quartas-feiras 11:00 -

Telefone(s): 3303-2005

E-mail: cdh@senado.leg.br



6.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DOS POVOS INDÍGENAS YANOMAMI

Finalidade: acompanhar, fiscalizar e aprimorar as políticas públicas voltadas aos povos indígenas que habitam a Terra Indígena Yanomami.

(Requerimento 87, de 2025 - CDH)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Secretário(a): Dimitri Martin Stepanenko

Reuniões: Quartas-feiras 11:00 -

Telefone(s): 3303-2005

E-mail: cdh@senado.leg.br



6.2) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA PARA DEBATER A CONVENÇÃO SOBRE OS ASPECTOS CIVIS DO SEQUESTRO INTERNACIONAL DE CRIANÇAS

Finalidade: debater, no prazo de 180 dias, a aplicação da Convenção sobre os Aspectos Civis do Sequestro Internacional de Crianças, nos casos em que mães brasileiras voltam para o país com seus filhos em razão de violência doméstica.

(Requerimento 2, de 2025 - CDH)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senadora Mara Gabrilli (PSD-SP) ⁽²⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Flávio Arns (PSB-PR) ⁽²⁾

Instalação: 21/05/2025

Prazo final: 17/11/2025

Prazo prorrogado: 27/11/2025

TITULARES	SUPLENTES
Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS-DF) ⁽¹⁾	1. Senadora Augusta Brito (PT-CE) ⁽¹⁾
Senador Flávio Arns (PSB-PR) ⁽¹⁾	2. Senador Jaime Bagattoli (PL-RO) ⁽¹⁾
Senadora Ivete da Silveira (MDB-SC) ⁽¹⁾	3. Senadora Jussara Lima (PSD-PI) ⁽¹⁾
Senadora Mara Gabrilli (PSD-SP) ⁽¹⁾	4. Senador Laércio Oliveira (PP-SE) ⁽¹⁾
Senador Paulo Paim (PT-RS) ⁽¹⁾	5. Senadora Professora Dorinha Seabra (UNIÃO-TO) ⁽¹⁾

Notas:

1. Em 05.05.2025, os Senadores Damares Alves, Flávio Arns, Ivete da Silveira, Mara Gabrilli e Paulo Paim foram designados membros titulares, e os Senadores Augusta Brito, Jaime Bagattoli, Jussara Lima, Laércio Oliveira e Professora Dorinha Seabra membros suplentes, para compor a subcomissão (Of. nº 116/2025-CDH).
2. Em 21.05.2025, a comissão reunida elegeu a Senadora Mara Gabrilli e o Senador Flávio Arns, Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado (Of. nº 153/2025-CDH).

Secretário(a): Dimitri Martin Stepanenko

Telefone(s): 3303-2005

E-mail: cdh.haia@senado.leg.br



7) COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL - CRE

Número de membros: 19 titulares e 19 suplentes

PRESIDENTE: Senador Nelsinho Trad (PSD-MS) ⁽⁷⁾VICE-PRESIDENTE: Senadora Tereza Cristina (PP-MS) ⁽¹²⁾

TITULARES	Suplentes
Bloco Parlamentar Democracia (MDB, UNIÃO, PODEMOS, PSDB)	
Senador Renan Calheiros (MDB-AL) ^(1,10)	1. Senadora Ivete da Silveira (MDB-SC) ^(1,10)
Senador Fernando Dueire (MDB-PE) ^(1,10)	2. Senadora Professora Dorinha Seabra (UNIÃO-TO) ^(1,10)
Senador Sergio Moro (UNIÃO-PR) ^(3,10)	3. Senador Veneziano Vital do Rêgo (MDB-PB) ^(3,10)
Senador Efraim Filho (UNIÃO-PB) ^(3,10)	4. Senador Alan Rick (REPUBLICANOS-AC) ^(3,10)
Senador Carlos Viana (PODEMOS-MG) ^(8,9,10)	5. Senador Marcos do Val (PODEMOS-ES) ^(8,9,10)
Senadora Tereza Cristina (PP-MS) ⁽¹⁰⁾	6. (10)
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PSD, PSB)	
Senador Nelsinho Trad (PSD-MS) ⁽⁴⁾	1. Senadora Daniella Ribeiro (PP-PB) ⁽⁴⁾
Senadora Mara Gabrilli (PSD-SP) ⁽⁴⁾	2. Senador Sérgio Petecão (PSD-AC) ⁽⁴⁾
Senador Rodrigo Pacheco (PSD-MG) ⁽⁴⁾	3. Senador Irajá (PSD-TO) ⁽⁴⁾
Senador Chico Rodrigues (PSB-RR) ⁽⁴⁾	4. Senador Cid Gomes (PSB-CE) ⁽⁴⁾
Bloco Parlamentar Vanguarda (PL, NOVO)	
Senador Astronauta Marcos Pontes (PL-SP) ⁽²⁾	1. Senador Marcos Rogério (PL-RO) ⁽²⁾
Senador Wellington Fagundes (PL-MT) ^(2,13,14)	2. Senador Carlos Portinho (PL-RJ) ⁽²⁾
Senador Jorge Seif (PL-SC) ⁽²⁾	3. Senador Dr. Hiran (PP-RR) ⁽¹¹⁾
Senador Magno Malta (PL-ES) ⁽²⁾	4. Senadora Dra. Eudócia (PL-AL) ⁽¹⁵⁾
Bloco Parlamentar Pelo Brasil (PT, PDT)	
Senador Randolfe Rodrigues (PT-AP) ⁽⁶⁾	1. Senador Jaques Wagner (PT-BA) ⁽⁶⁾
Senador Humberto Costa (PT-PE) ⁽⁶⁾	2. Senador Rogério Carvalho (PT-SE) ⁽⁶⁾
Senador Fabiano Contarato (PT-ES) ⁽⁶⁾	3. Senador Beto Faro (PT-PA) ⁽⁶⁾
Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS)	
Senador Esperidião Amin (PP-SC) ⁽⁵⁾	1. Senador Luis Carlos Heinze (PP-RS) ⁽⁵⁾
Senador Hamilton Mourão (REPUBLICANOS-RS) ⁽⁵⁾	2. Senador Mecias de Jesus (REPUBLICANOS-RR) ⁽⁵⁾

Notas:

- Em 18.02.2025, os Senadores Renan Calheiros e Fernando Dueire foram designados membros titulares, e os Senadores Ivete da Silveira e Veneziano Vital do Rêgo membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. 010/2025-GLMDB).
- Em 18.02.2025, os Senadores Astronauta Marcos Pontes, Wellington Fagundes, Jorge Seif e Magno Malta foram designados membros titulares, e os Senadores Marcos Rogério e Carlos Portinho membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a Comissão (Of. 008/2025-BLVANG).
- Em 18.02.2025, os Senadores Sergio Moro e Efraim Filho foram designados membros titulares, e os Senadores Professora Dorinha Seabra e Jayme Campos membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. 12/2025-GLUNIAO).
- Em 18.02.2025, os Senadores Nelsinho Trad, Mara Gabrilli, Rodrigo Pacheco e Chico Rodrigues foram designados membros titulares, e os Senadores Daniella Ribeiro, Sérgio Petecão, Irajá e Cid Gomes membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a Comissão (Of. 004/2025-GSEGAMA).
- Em 18.02.2025, os Senadores Esperidião Amin e Hamilton Mourão foram designados membros titulares, e os Senadores Luis Carlos Heinze e Mecias de Jesus membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Aliança, para compor a Comissão (Of. 002/2025-GABLID/BLALIAN).
- Em 18.02.2025, os Senadores Randolfe Rodrigues, Humberto Costa e Fabiano Contarato foram designados membros titulares, e os Senadores Jaques Wagner, Rogério Carvalho e Beto Faro membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Pelo Brasil, para compor a Comissão (Of. 026/2025-GLPDT).
- Em 19.02.2025, a Comissão reunida elegeu o Senador Nelsinho Trad Presidente deste colegiado (Of. nº 001/2025-CRE).
- Em 19.02.2025, o Senador Carlos Viana foi designado membro titular e o Senador Marcos do Val, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 010/2025-GLPODEMOS).
- Em 19.02.2025, o Senador Marcos do Val foi designado membro titular e o Senador Carlos Viana, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 011/2025-GLPODEMOS).
- Em 19.02.2025, os Senadores Renan Calheiros, Fernando Dueire, Sergio Moro, Efraim Filho, Carlos Viana e Tereza Cristina foram designados membros titulares, e os Senadores Ivete da Silveira, Professora Dorinha Seabra, Veneziano Vital do Rêgo, Alan Rick e Marcos Do Val membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. 006/2025-BLDEM).



11. Em 20.02.2025, o Senador Dr. Hiran foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, em vaga cedida ao Partido Progressistas (Of. nº 9/2025-BLVANG).
12. Em 13.03.2025, a Comissão reunida elegeu a Senadora Tereza Cristina Vice-Presidente deste colegiado (Of. nº 016/2025-CRE).
13. Em 07.05.2025, o Senador Eduardo Girão foi designado membro titular, em substituição ao Senador Wellington Fagundes, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda (Of. nº 040/2025-BLVANG).
14. Em 08.05.2025, o Senador Wellington Fagundes foi designado membro titular, em substituição ao Senador Eduardo Girão, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda (Of. nº 044/2025-BLVANG).
15. Em 08.10.2025, a Senadora Dra. Eudócia foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 105/2025-BLVANG).

Secretário(a): Marcos Aurélio Pereira

Reuniões: Quintas-feiras 10:00 - Ala Alexandre Costa, Sala 7

Telefone(s): 3303-5919

E-mail: cre@senado.leg.br



7.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE DEFESA CIBERNÉTICA

Finalidade: acompanhar a política pública relacionada à defesa cibernética.

(Requerimento 20, de 2023 - CRE)

Número de membros: 3 titulares e 3 suplentes

Instalação: 14/05/2024

TITULARES	SUPLENTES
Senador Esperidião Amin (PP-SC) (1)	1. Senador Fernando Dueire (MDB-PE) (1)
Senador Hamilton Mourão (REPUBLICANOS-RS) (1)	2. Senador Sergio Moro (UNIÃO-PR) (1)
Senador Chico Rodrigues (PSB-RR) (1)	3. Senador Astronauta Marcos Pontes (PL-SP) (1)

Notas:

1. Em 27.03.2025, os Senadores Esperidião Amin, Hamilton Mourão e Chico Rodrigues foram designados membros titulares, e os Senadores Fernando Dueire, Sergio Moro e Astronauta Marcos Pontes membros suplentes, para compor a Subcomissão (Of. 018/2025-CRE).

Secretário(a): Marcos Aurélio Pereira

Reuniões: Quintas-feiras 10:00 - Ala Alexandre Costa, Sala 7

Telefone(s): 3303-5919

E-mail: cre@senado.leg.br



8) COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA - CI

Número de membros: 23 titulares e 23 suplentes

PRESIDENTE: Senador Marcos Rogério (PL-RO) ⁽⁷⁾

VICE-PRESIDENTE:

TITULARES	Suplentes
Bloco Parlamentar Democracia (MDB, UNIÃO, PODEMOS, PSDB)	
Senador Eduardo Braga (MDB-AM) (1,11)	1. Senador Confúcio Moura (MDB-RO) (1,9,11,12)
Senador Veneziano Vital do Rêgo (MDB-PB) (1,9,11,12)	2. Senador Efraim Filho (UNIÃO-PB) (1,11)
Senador Fernando Farias (MDB-AL) (1,11)	3. Senador Fernando Dueire (MDB-PE) (1,11)
Senador Jayme Campos (UNIÃO-MT) (3,11)	4. Senador Zequinha Marinho (PODEMOS-PA) (3,11)
Senadora Professora Dorinha Seabra (UNIÃO-TO) (3,11)	5. Senador Renan Calheiros (MDB-AL) (3,11,23)
Senador Carlos Viana (PODEMOS-MG) (8,11)	6. Senador Sergio Moro (UNIÃO-PR) (8,11)
Senador Plínio Valério (PSDB-AM) (10,11)	7. Senador Jader Barbalho (MDB-PA) (15)
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PSD, PSB)	
Senador Cid Gomes (PSB-CE) (4)	1. Senador Chico Rodrigues (PSB-RR) (4,16)
Senador Otto Alencar (PSD-BA) (4)	2. Senador Angelo Coronel (PSD-BA) (4)
Senador Irajá (PSD-TO) (4)	3. Senador Nelsinho Trad (PSD-MS) (4)
Senadora Daniella Ribeiro (PP-PB) (4)	4. Senador Vanderlan Cardoso (PSD-GO) (4,19,22)
Senador José Lacerda (PSD-MT) (4,20,21)	5. Senador Lucas Barreto (PSD-AP) (4)
Bloco Parlamentar Vanguarda (PL, NOVO)	
Senador Jaime Bagattoli (PL-RO) (2)	1. Senadora Dra. Eudócia (PL-AL) (2)
Senador Marcos Rogério (PL-RO) (2)	2. Senador Rogerio Marinho (PL-RN) (2)
Senador Wellington Fagundes (PL-MT) (2)	3. Senador Eduardo Gomes (PL-TO) (2)
Senador Wilder Moraes (PL-GO) (2)	4. Senador Astronauta Marcos Pontes (PL-SP) (2)
Bloco Parlamentar Pelo Brasil (PT, PDT)	
Senador Beto Faro (PT-PA) (6)	1. Senador Fabiano Contarato (PT-ES) (6)
Senador Rogério Carvalho (PT-SE) (6)	2. Senador Randolfe Rodrigues (PT-AP) (6)
Senador Weverton (PDT-MA) (6)	3. VAGO (6,17)
Senador Jorge Kajuru (PSB-GO) (18)	4. VAGO
Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS)	
Senador Esperidião Amin (PP-SC) (5)	1. Senadora Tereza Cristina (PP-MS) (14)
Senador Laércio Oliveira (PP-SE) (5,13)	2. Senador Luis Carlos Heinze (PP-RS) (5,13)
Senador Mecias de Jesus (REPUBLICANOS-RR) (5)	3. Senador Cleitinho (REPUBLICANOS-MG) (5)

Notas:

- Em 18.02.2025, os Senadores Eduardo Braga, Confúcio Moura e Fernando Farias foram designados membros titulares; e os Senadores Veneziano Vital do Rêgo, Fernando Dueire e Marcelo Castro, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 006/2025-GLMDB).
- Em 18.02.2025, os Senadores Jaime Bagattoli, Marcos Rogério, Wellington Fagundes e Wilder Moraes foram designados membros titulares; e os Senadores Dra. Eudócia, Rogerio Marinho, Eduardo Gomes e Astronauta Marcos Pontes, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 008/2025-BLVANG).
- Em 18.02.2025, os Senadores Jayme Campos e Professora Dorinha Seabra foram designados membros titulares; e os Senadores Sergio Moro e Efraim Filho, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 12/2025-GLUNIAO).
- Em 18.02.2025, os Senadores Cid Gomes, Otto Alencar, Irajá, Daniella Ribeiro e Margarethe Buzetti foram designados membros titulares; e os Senadores Jorge Kajuru, Angelo Coronel, Nelsinho Trad, Vanderlan Cardoso e Lucas Barreto, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 004/2025-GSEGAMA).
- Em 18.02.2025, os Senadores Esperidião Amin, Luis Carlos Heinze e Mecias de Jesus foram designados membros titulares; e os Senadores Laércio Oliveira e Cleitinho, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Aliança, para compor a comissão (Of. nº 002/2025-GABLID/BLALIAN).
- Em 18.02.2025, os Senadores Beto Faro, Rogério Carvalho e Weverton foram designados membros titulares; e os Senadores Fabiano Contarato, Randolfe Rodrigues e Leila Barros, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 026/2025-GLPDT).
- Em 19.02.2025, a comissão reunida elegeu o Senador Marcos Rogério Presidente deste colegiado.
- Em 19.02.2025, o Senador Carlos Viana foi designado membro titular e o Senador Zequinha Marinho, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 010/2025-GLODEMOS).



9. Em 19.02.2025, o Senador Veneziano Vital do Rêgo foi designado membro titular, em substituição ao Senador Confúcio Moura, que passa a membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 026/2025-GLMDB).
10. Em 19.02.2025, o Senador Plínio Valério foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 001/2025-GLPSDB).
11. Em 19.02.2025, os Senadores Eduardo Braga, Confúcio Moura, Fernando Farias, Jayme Campos, Professora Dorinha Seabra, Carlos Viana e Plínio Valério foram designados membros titulares, e os Senadores Veneziano Vital do Rêgo, Efraim Filho, Fernando Dueire, Zequinha Marinho, Marcelo Castro e Sergio Moro, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 006/2025-BLDEM).
12. Em 20.02.2025, o Senador Veneziano Vital do Rêgo foi designado membro titular, em substituição ao Senador Confúcio Moura, que passa a membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 010/2025-BLDEM).
13. Em 21.02.2025, o Senador Laércio Oliveira foi designado membro titular e o Senador Luís Carlos Heinze, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Aliança, para compor a comissão (Of. nº 006/2025-GABLID/BLALIAN).
14. Em 25.02.2025, a Senadora Tereza Cristina foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Aliança, para compor a comissão (Of. nº 009/2025-BLALIAN).
15. Em 27.02.2025, o Senador Jader Barbalho foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 017/2025-BLDEM).
16. Em 11.03.2025, o Senador Chico Rodrigues foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Jorge Kajuru, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. nº 7/2025-GSEGAMA).
17. Em 03.04.2025, a Senadora Leila Barros deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Pelo Brasil (Of. nº 43/2025-GLPDT).
18. Em 01.07.2025, o Senador Jorge Kajuru foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 006/2025-BLPBRA).
19. Em 03.07.2025, o Senador Pedro Chaves foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Vanderlan Cardoso, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. nº 46/2025-BLRESDEM).
20. Vago em 1º.10.2025, em razão do assunção do segundo suplente.
21. Em 06.10.2025, o Senador José Lacerda foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 098/2025-BLRESDEM).
22. Em 30.10.2025, o Senador Vanderlan Cardoso foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Pedro Chaves, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. nº 112/2025-BLRESDEM).
23. Em 18.11.2025, o Senador Renan Calheiros foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Marcelo Castro, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Democracia (Of. nº 90/2025-BLDEMO).

Secretário(a): Thales Roberto Furtado Morais

Reuniões: Terças-Feiras 9:00 horas -

Telefone(s): 61 3303-4607

Fax: 61 3303-3286

E-mail: ci@senado.gov.br



8.1) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA PARA EXAMINAR A BR-319

Finalidade: Examinar, no prazo de 360 (trezentos e sessenta) dias, a grave situação criada pela deterioração da BR-319.

(Requerimento 9, de 2025 - CI)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar Democracia (MDB, UNIÃO, PODEMOS, PSDB)	
1.	
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PSD, PSB)	
1.	
Bloco Parlamentar Vanguarda (PL, NOVO)	
1.	
Bloco Parlamentar Pelo Brasil (PT, PDT)	
1.	
Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS)	
1.	

Secretário(a): Thales Roberto Furtado Morais

Reuniões: Terças-Feiras 9:00 horas -

Telefone(s): 61 3303-4607

Fax: 61 3303-3286

E-mail: ci@senado.gov.br



9) COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO - CDR

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senadora Professora Dorinha Seabra (UNIÃO-TO) ⁽³⁾VICE-PRESIDENTE: Senador Jorge Seif (PL-SC) ⁽³⁾

TITULARES	Suplentes
Bloco Parlamentar Democracia (MDB, UNIÃO, PODEMOS, PSDB)	
Senador Marcelo Castro (MDB-PI) (1,9)	1. Senador Alessandro Vieira (MDB-SE) (1,9)
Senadora Ivete da Silveira (MDB-SC) (1,9,11,12)	2. VAGO (1,9)
Senadora Professora Dorinha Seabra (UNIÃO-TO) (4,9)	3. Senador Fernando Farias (MDB-AL) (4,9)
Senador Efraim Filho (UNIÃO-PB) (9)	4. Senador Eduardo Braga (MDB-AM) (12)
Senador Plínio Valério (PSDB-AM) (8,9)	5. Senador Zequinha Marinho (PODEMOS-PA) (8,16)
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PSD, PSB)	
Senadora Eliziane Gama (PSD-MA) (5)	1. Senadora Jussara Lima (PSD-PI) (5)
Senador José Lacerda (PSD-MT) (5,17,18)	2. Senadora Zenaide Maia (PSD-RN)
Senador Angelo Coronel (PSD-BA) (5)	3. Senador Nelsinho Trad (PSD-MS) (15)
Senador Chico Rodrigues (PSB-RR) (5)	4. Senador Cid Gomes (PSB-CE) (5)
Bloco Parlamentar Vanguarda (PL, NOVO)	
Senador Eduardo Gomes (PL-TO) (2)	1. Senador Wilder Morais (PL-GO) (2,10,13)
Senador Flávio Bolsonaro (PL-RJ) (2)	2. Senador Rogerio Marinho (PL-RN) (2,14)
Senador Jorge Seif (PL-SC) (2)	3. Senador Astronauta Marcos Pontes (PL-SP) (2)
Bloco Parlamentar Pelo Brasil (PT, PDT)	
Senadora Augusta Brito (PT-CE) (6)	1. Senador Rogério Carvalho (PT-SE) (6)
Senador Beto Faro (PT-PA) (6)	2. Senadora Ana Paula Lobato (PDT-MA) (6)
	3.
Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS)	
Senador Laércio Oliveira (PP-SE) (7)	1. Senador Dr. Hiran (PP-RR) (7)
Senador Cleitinho (REPUBLICANOS-MG) (7)	2. Senador Alan Rick (REPUBLICANOS-AC) (7,19)

Notas:

- Em 18.02.2025, os Senadores Marcelo Castro e Ivete da Silveira foram indicados membros titulares, e os Senadores Alessandro Vieira e Fernando Farias membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 13/2025-GLMDB).
- Em 18.02.2025, os Senadores Eduardo Gomes, Flávio Bolsonaro e Jorge Seif foram designados membros titulares, e os Senadores Wilder Morais, Rogerio Marinho e Astronauta Marcos Pontes membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 8/2025-BLVANG).
- Em 19.02.2025, a Comissão reunida elegeu os Senadores Professora Dorinha Seabra e Jorge Seif, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado (Of. nº 001/2025-CDR).
- Em 18.02.2025, a Senadora Professora Dorinha Seabra foi designada membro titular, e o Senador Efraim Filho membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 12/2025-GLUNIAO).
- Em 18.02.2025, os Senadores Eliziane Gama, Margareth Buzetti, Angelo Coronel e Chico Rodrigues foram designados membros titulares, e os Senadores Jussara Lima e Cid Gomes membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 4/2025-GSEGAMA).
- Em 18.02.2025, os Senadores Augusta Brito e Beto Faro foram designados membros titulares, e os Senadores Rogério Carvalho e Ana Paula Lobato membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 26/2025-GLPDT).
- Em 18.02.2025, os Senadores Laércio Oliveira e Cleitinho foram designados membros titulares, e os Senadores Dr. Hiran e Mecias de Jesus membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Aliança, para compor a comissão (Of. nº 2/2025-BLALIAN).
- Em 19.02.2025, o Senador Plínio Valério foi designado membro titular e o Senador Alan Rick, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 001/2025-GLPSDB).
- Em 19.02.2025, os Senadores Marcelo Castro, Ivete da Silveira, Professora Dorinha Seabra, Efraim Filho e Plínio Valério foram designados membros titulares, e os Senadores Alessandro Vieira, Alan Rick e Fernando Farias membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 6/2025-BLDEM).
- Em 20.03.2025, o Senador Eduardo Girão foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Wilder Morais, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Vanguarda (Of. nº 021/2025-BLVANG).
- Em 24.03.2025, o Senador Eduardo Braga foi designado membro titular, em substituição à Senadora Ivete da Silveira, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Democracia (Of. nº 025/2025-BLDEM).
- Em 13.05.2025, a Senadora Ivete da Silveira foi designada membro titular, em substituição ao Senador Eduardo Braga, que passa a membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia (Of. nº 024/2025-BLDEMO).



13. Em 16.05.2025, o Senador Wilder Morais foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Eduardo Girão, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Vanguarda (Of. nº 048/2025-BLVANG).
14. Em 16.05.2025, a Senadora Zenaide Maia foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 030/2025-BLRESDEM).
15. Em 15.07.2025, o Senador Nelsinho Trad foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 050/2025-BLRESDEM).
16. Em 18.08.2025, o Senador Zequinha Marinho foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 050/2025-BLDEMO).
17. Vago em 19.10.2025, em razão do assunção do segundo suplente.
18. Em 06.10.2025, o Senador José Lacerda foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 098/2025-BLRESDEM).
19. Em 02.12.2025, o Senador Alan Rick foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Mecias de Jesus, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Aliança (Of. nº 69/2025-GABLID/BLALIAN).

Secretário(a): Marcus Guevara Sousa de Carvalho

Reuniões: Quartas-Feiras 14:00 horas -

Telefone(s): 61 3303-4282

Fax: 3303-1627

E-mail: cdr@senado.gov.br



10) COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA - CRA

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Zequinha Marinho (PODEMOS-PA) ⁽⁷⁾**VICE-PRESIDENTE:**

TITULARES	Suplentes
Bloco Parlamentar Democracia (MDB, UNIÃO, PODEMOS, PSDB)	
Senador Jader Barbalho (MDB-PA) (1,11,12)	1. Senador Giordano (MDB-SP) (1,11,12)
VAGO (1,11,12,18)	2. Senadora Professora Dorinha Seabra (UNIÃO-TO) (1,11,12)
VAGO (3,11,12)	3. Senadora Soraya Thronicke (PODEMOS-MS) (3,9,11,12)
Senador Zequinha Marinho (PODEMOS-PA) (8,11,12)	4. Senador Fernando Farias (MDB-AL) (8,11,12)
Senador Jayme Campos (UNIÃO-MT) (9,11,12)	5. Senador Styvenson Valentim (PSDB-RN) (10,12,17)
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PSD, PSB)	
Senador Flávio Arns (PSB-PR) (4)	1. Senador Chico Rodrigues (PSB-RR) (4)
Senador José Lacerda (PSD-MT) (4,22,23)	2. Senadora Eliziane Gama (PSD-MA) (4)
Senador Vanderlan Cardoso (PSD-GO) (4,20,24)	3. Senador Angelo Coronel (PSD-BA) (4)
Senador Sérgio Petecão (PSD-AC) (4)	4. Senadora Jussara Lima (PSD-PI) (4)
Bloco Parlamentar Vanguarda (PL, NOVO)	
Senador Jaime Bagattoli (PL-RO) (2)	1. Senador Wilder Morais (PL-GO) (2)
Senador Wellington Fagundes (PL-MT) (2)	2. Senador Rogerio Marinho (PL-RN) (2,15,19)
Senador Marcos Rogério (PL-RO) (2)	3. Senador Jorge Seif (PL-SC) (13)
Bloco Parlamentar Pelo Brasil (PT, PDT)	
Senador Beto Faro (PT-PA) (6)	1. VAGO (6,16)
Senadora Augusta Brito (PT-CE) (6,14,21)	2.
Senador Weverton (PDT-MA) (6)	3.
Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS)	
Senador Luis Carlos Heinze (PP-RS) (5)	1. Senadora Tereza Cristina (PP-MS) (5)
Senador Alan Rick (REPUBLICANOS-AC) (5,25)	2. Senador Hamilton Mourão (REPUBLICANOS-RS) (5)

Notas:

- Em 18.02.2025, os Senadores Jader Barbalho e Ivete da Silveira foram designados membros titulares e os Senadores Fernando Farias e Giordano, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 014/2025-GLMDB).
- Em 18.02.2025, os Senadores Jaime Bagattoli, Wellington Fagundes e Marcos Rogério foram designados membros titulares e os Senadores Wilder Morais e Rogerio Marinho, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 008/2025-BLVANG).
- Em 18.02.2025, o Senador Alan Rick foi designado membro titular e o Senador Jayme Campos, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 12/2025-GLUNIAO).
- Em 18.02.2025, os Senadores Flávio Arns, Margareth Buzetti, Vanderlan Cardoso e Sérgio Petecão foram designados membros titulares e os Senadores Chico Rodrigues, Eliziane Gama, Angelo Coronel e Jussara Lima, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 004/2025-GSEGAMA).
- Em 18.02.2025, os Senadores Luis Carlos Heinze e Mecias de Jesus foram designados membros titulares e os Senadores Tereza Cristina e Hamilton Mourão, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Aliança, para compor a comissão (Of. nº 002/2025-GABLID/BLALIAN).
- Em 18.02.2025, os Senadores Beto Faro, Paulo Paim e Weverton foram designados membros titulares e a Senadora Leila Barros, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 026/2025-GLPDT).
- Em 19.02.2025, a Comissão reunida elegera o Senador Zequinha Marinho Presidente deste colegiado (Of. nº 001/2025-Presidência/CRA).
- Em 19.02.2025, o Senador Zequinha Marinho foi designado membro titular e a Senadora Soraya Thronicke, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 010/2025-GLPODEMOS).
- Em 19.02.2025, o Senador Jayme Campos foi designado membro titular em vaga destinada ao PSDB, deixando de ocupar a comissão como membro suplente em vaga destinada ao União Brasil, pelo Bloco Parlamentar Democracia (Of. nº 1/2025-GLPSDB).
- Em 19.02.2025, o Senador Efraim Filho foi designado membro suplente em vaga destinada ao PSDB, pelo Bloco Democracia, para compor a comissão (Of. nº 1/2025-GLPSDB).
- Em 19.02.2025, os Senadores Jader Barbalho, Ivete da Silveira, Alan Rick, Zequinha Marinho e Plínio Valério (em substituição ao Senador Jayme Campos) foram designados membros titulares e os Senadores Giordano, Soraya Thronicke, Fernando Farias e Efraim Filho, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 006/2025-BLDEM).
- Em 20.02.2025, os Senadores Jader Barbalho, Ivete da Silveira, Alan Rick, Zequinha Marinho e Jayme Campos (em substituição ao Senador Plínio Valério) foram designados membros titulares e os Senadores Giordano, Professora Dorinha Seabra, Soraya Thronicke, Fernando Farias e Efraim Filho, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 010/2025-BLDEM).



13. Em 21.03.2025, o Senador Jorge Seif foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 22/2025-BLVANG). ([DSF de 22/03/2025, p. 8](#))
14. Em 25.03.2025, o Senador Paulo Paim deixou de compor a comissão como membro titular, pelo Bloco Parlamentar Pelo Brasil (Of. nº 32/2025GLPDT). ([DSF de 26/03/2025, p. 122](#))
15. Em 27.03.2025, o Senador Izalci Lucas foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Rogerio Marinho, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda (Of. nº 23/2025-BLVANG). ([DSF de 28/03/2025, p. 43](#))
16. Em 03.04.2025, a Senadora Leila Barros deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Pelo Brasil (Of. nº 43/2025-GLPDT).
17. Em 07.04.2025, o Senador Styvenson Valentim foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 027/2025-BLDEM).
18. Em 13.05.2025, a Senadora Ivete da Silveira deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Democracia (Of. nº 025/2025-BLDEMO).
19. Em 22.05.2025, o Senador Rogerio Marinho foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Izalci Lucas, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda (Of. nº 51/2025-BLVANG).
20. Em 03.07.2025, o Senador Pedro Chaves foi designado membro titular, em substituição ao Senador Vanderlan Cardoso, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. nº 46/2025-BLRESDEM).
21. Em 15.07.2025, a Senadora Augusta Brito foi designada membro titular, pelo Bloco Parlamentar Pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 10/2025-BLPBRA).
22. Vago em 1º.10.2025, em razão do assunção do segundo suplente.
23. Em 06.10.2025, o Senador José Lacerda foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 098/2025-BLRESDEM).
24. Em 30.10.2025, o Senador Vanderlan Cardoso foi designado membro titular, em substituição ao Senador Pedro Chaves, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. nº 112/2025-BLRESDEM).
25. Em 02.12.2025, o Senador Alan Rick foi designado membro titular, em substituição ao Senador Mecias de Jesus, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Aliança (Of. nº 69/2025-GABLID/BLALIAN).

Secretário(a): Pedro Glukhas Cassar Nunes

Reuniões: Quartas-feiras 14h -

Telefone(s): 3303 3506

E-mail: cra@senado.gov.br



**10.1) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA PARA ACOMPANHAR OS EMBARGOS DE TERRAS
POR PARTE DO IBAMA**

Finalidade: Acompanhar, avaliar e fiscalizar, no prazo de 180 (cento e oitenta) dias, todas as ações referentes aos embargos de terras por parte do Ibama.

(Requerimento 24, de 2025 - CRATERRAS)

Número de membros: 3 titulares e 3 suplentes

PRESIDENTE: Senador Jaime Bagattoli (PL-RO) ⁽²⁾

RELATOR: Senador Hamilton Mourão (REPUBLICANOS-RS) ⁽²⁾

Instalação: 11/06/2025

Prazo final: 08/12/2025

TITULARES	SUPLENTES
Senador Jaime Bagattoli (PL-RO) ⁽¹⁾	1. Senador Mecias de Jesus (REPUBLICANOS-RR) ⁽¹⁾
Senador Alan Rick (REPUBLICANOS-AC) ⁽¹⁾	2. Senador Zequinha Marinho (PODEMOS-PA) ⁽¹⁾
Senador Hamilton Mourão (REPUBLICANOS-RS) ⁽¹⁾	3.

Notas:

1. Em 26.05.2025, os Senadores Jaime Bagattoli, Alan Rick e Hamilton Mourão foram designados membros titulares, e o Senador Mecias de Jesus e Zequinha Marinho, membros suplentes, para compor a subcomissão (Of. nº 80/2025-PRESIDÊNCIA/CRA).
2. Em 11.06.2025, a comissão reunida elegeu os Senadores Jaime Bagattoli e Hamilton Mourão, Presidente e Relator, respectivamente, deste colegiado (Of. nº 001/2025-Presidência/CRATERRAS).

Secretário(a): Pedro Glukhas Cassar Nunes

Reuniões: Quartas-feiras 14h -

Telefone(s): 3303 3506

E-mail: cra@senado.gov.br



11) COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO E INFORMÁTICA - CCT
Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Flávio Arns (PSB-PR) ⁽⁶⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Hamilton Mourão (REPUBLICANOS-RS) ⁽¹⁴⁾

TITULARES	Suplentes
Bloco Parlamentar Democracia (MDB, UNIÃO, PODEMOS, PSDB)	
Senador Confúcio Moura (MDB-RO) (7,10)	1. Senador Alessandro Vieira (MDB-SE) (7,10)
Senador Efraim Filho (UNIÃO-PB) (10)	2. Senador Esperidião Amin (PP-SC) (10,12)
Senadora Ivete da Silveira (MDB-SC) (2,10,11,15)	3. VAGO (2,10)
Senador Marcos do Val (PODEMOS-ES) (9,10)	4. (10)
Senador Oriovisto Guimarães (PSDB-PR) (8,10)	5. VAGO (8,10)
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PSD, PSB)	
Senador Flávio Arns (PSB-PR) (3)	1. Senador José Lacerda (PSD-MT) (17)
Senadora Daniella Ribeiro (PP-PB) (3)	2. Senador Sérgio Petecão (PSD-AC) (3)
Senador Vanderlan Cardoso (PSD-GO) (3,16,20)	3. Senador Lucas Barreto (PSD-AP) (3)
Senador Chico Rodrigues (PSB-RR) (3)	4. Senador Nelsinho Trad (PSD-MS) (19)
Bloco Parlamentar Vanguarda (PL, NOVO)	
Senador Astronauta Marcos Pontes (PL-SP) (1)	1. Senador Carlos Portinho (PL-RJ) (1)
Senadora Dra. Eudócia (PL-AL) (1)	2. Senador Wellington Fagundes (PL-MT) (1)
Senador Izalci Lucas (PL-DF) (1)	3.
Bloco Parlamentar Pelo Brasil (PT, PDT)	
Senadora Teresa Leitão (PT-PE) (5)	1. Senador Randolfe Rodrigues (PT-AP) (5)
Senador Beto Faro (PT-PA) (5)	2. Senador Paulo Paim (PT-RS) (5)
Senador Rogério Carvalho (PT-SE) (18)	3. Senador Weverton (PDT-MA) (5)
Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS)	
Senador Dr. Hiran (PP-RR) (4)	1. Senador Ciro Nogueira (PP-PI) (4)
Senador Hamilton Mourão (REPUBLICANOS-RS) (4,13)	2. Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS-DF) (4,13,21)

Notas:

- Em 18.02.2025, os Senadores Astronauta Marcos Pontes, Dra. Eudócia e Izalci Lucas foram designados membros titulares, e os Senadores Carlos Portinho e Wellington Fagundes membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a Comissão (Of. 008/2025-BLVANG).
- Em 18.02.2025, o Senador Marcio Bittar foi designado membro titular, e o Senador Jayme Campos membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. 12/2025-GLUNIAO).
- Em 18.02.2025, os Senadores Flávio Arns, Daniella Ribeiro, Vanderlan Cardoso e Chico Rodrigues foram designados membros titulares, e os Senadores Sérgio Petecão e Lucas Barreto membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a Comissão (Of. 004/2025-GSEGAMA).
- Em 18.02.2025, os Senadores Dr. Hiran e Cleitinho foram designados membros titulares, e os Senadores Ciro Nogueira e Hamilton Mourão membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Aliança, para compor a Comissão (Of. 002/2025-GABLID/BLALIAN).
- Em 18.02.2025, os Senadores Teresa Leitão e Beto Faro foram designados membros titulares, e os Senadores Randolfe Rodrigues, Paulo Paim e Weverton membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Pelo Brasil, para compor a Comissão (Of. 026/2025-GLPDT).
- Em 19.02.2025, a Comissão reunida elegeu o Senador Flávio Arns Presidente deste colegiado (Of. 1/2025-SACCT).
- Em 19.02.2025, o Senador Confúcio Moura foi designado membro titular e o Senador Alessandro Vieira, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. 015/2025-GLMDB).
- Em 19.02.2025, o Senador Oriovisto Guimarães foi designado membro titular e o Senador Plínio Valério, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 001/2025-GLPSDB).
- Em 19.02.2025, o Senador Marcos do Val foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 011/2025-GLPODEMOS).
- Em 19.02.2025, os Senadores Confúcio Moura, Efraim Filho, Marcio Bittar, Marcos Do Val e Oriovisto Guimarães foram designados membros titulares, e os Senadores Alessandro Vieira e Plínio Valério membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. 006/2025-BLDEM).
- Em 20.02.2025, o Senador Marcio Bittar deixou de compor a Comissão (Of. nº 009/2025-BLDEM).
- Em 19.03.2025, o Senador Esperidião Amin foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Plínio Valério, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Democracia (Of. nº 024/2025-BLDEM).
- Em 11.04.2025, o Senador Hamilton Mourão passa a ocupar a vaga de titular, em substituição ao Senador Cleitinho, que passa a membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Aliança, para compor a comissão (Of. nº 17/2025-GABLID/BLALIAN).
- Em 29.04.2025, a comissão reunida elegeu o Senador Hamilton Mourão Vice-Presidente deste colegiado.



15. Em 05.05.2025, a Senadora Ivete da Silveira foi designada membro titular, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 023/2025-BLDEMO).
16. Em 03.07.2025, o Senador Pedro Chaves foi designado membro titular, em substituição ao Senador Vanderlan Cardoso, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. nº 46/2025-BLRESDEM).
17. Em 06.10.2025, o Senador José Lacerda foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 100/2025-BLRESDEM).
18. Em 06.10.2025, o Senador Rogério Carvalho foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 28/2025-BLPBRA).
19. Em 09.10.2025, o Senador Nelsinho Trad foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 102/2025-GSEGAMA).
20. Em 30.10.2025, o Senador Vanderlan Cardoso foi designado membro titular, em substituição ao Senador Pedro Chaves, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. nº 112/2025-BLRESDEM).
21. Em 06.11.2025, a Senadora Damares Alves foi designada membro suplente, em substituição ao Senador Cleitinho, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Aliança (Of. nº 62/2025-GABLID/GLREPUBL).

Secretário(a): Leomar Diniz

Reuniões: Quartas-feiras 11:00 -

Telefone(s): 3303-1120

E-mail: cct@senado.leg.br



11.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DO PANTANAL

Finalidade: Propor, debater e acompanhar políticas públicas e iniciativas legislativas que promovam a conservação e o desenvolvimento sustentável do Pantanal, com ênfase na aplicação de soluções científicas e tecnológicas voltadas à preservação ambiental, ao fortalecimento do agronegócio sustentável e ao desenvolvimento da bioeconomia regional.

(Requerimento 10, de 2025 - CCT)

Número de membros: 3 titulares e 3 suplentes

Secretário(a): Leomar Diniz

Reuniões: Quartas-feiras 11:00 -

Telefone(s): 3303-1120

E-mail: cct@senado.leg.br



12) COMISSÃO DE DEFESA DA DEMOCRACIA - CDD

Número de membros: 11 titulares e 11 suplentes

PRESIDENTE:

VICE-PRESIDENTE:

TITULARES	Suplentes
Bloco Parlamentar Democracia (MDB, UNIÃO, PODEMOS, PSDB)	
Senador Renan Calheiros (MDB-AL) (1)	1.
	2.
Senador Marcos do Val (PODEMOS-ES) (7)	3. VAGO (6,7)
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PSD, PSB)	
Senador Rodrigo Pacheco (PSD-MG) (3)	1. Senador José Lacerda (PSD-MT) (8)
Senadora Eliziane Gama (PSD-MA) (3)	2.
	3.
Bloco Parlamentar Vanguarda (PL, NOVO)	
Senador Wellington Fagundes (PL-MT) (2)	1.
	2.
Bloco Parlamentar Pelo Brasil (PT, PDT)	
Senador Humberto Costa (PT-PE) (5)	1.
Senador Fabiano Contarato (PT-ES) (5)	2.
Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS)	
Senador Luis Carlos Heinze (PP-RS) (4)	1. Senador Hamilton Mourão (REPUBLICANOS-RS) (4)

Notas:

- Em 18.02.2025, o Senador Renan Calheiros foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. 018/2025-GLMDB).
- Em 18.02.2025, o Senador Wellington Fagundes foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. 008/2025-BLVANG).
- Em 18.02.2025, os Senadores Rodrigo Pacheco e Eliziane Gama foram designados membros titulares pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a Comissão (Of. 004/2025-GSEGAMA).
- Em 18.02.2025, o Senador Luis Carlos Heinze foi designado membro titular; e o Senador Hamilton Mourão, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Aliança, para compor a comissão (Of. 002/2025-GABLID/BLALIAN).
- Em 18.02.2025, os Senadores Humberto Costa e Fabiano Contarato foram designados membros titulares, pelo Bloco Parlamentar Pelo Brasil, para compor a comissão (Of. 026/2025-GLPDT).
- Em 19.02.2025, o Senador Marcos do Val foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 010/2025-GLPODEMOS).
- Em 19.02.2025, o Senador Marcos do Val foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 011/2025-GLPODEMOS).
- Em 06.10.2025, o Senador José Lacerda foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 100/2025-BLRESDEM).

Secretário(a): Felipe Costa Geraldes

Telefone(s): 3303-3491

E-mail: cdd@senado.leg.br



13) COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE - CMA

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Fabiano Contarato (PT-ES) ⁽⁷⁾VICE-PRESIDENTE: Senadora Leila Barros (PDT-DF) ⁽⁷⁾

TITULARES	Suplentes
Bloco Parlamentar Democracia (MDB, UNIÃO, PODEMOS, PSDB)	
Senador Confúcio Moura (MDB-RO) (1,11)	1. Senador Alessandro Vieira (MDB-SE) (9,11)
Senador Giordano (MDB-SP) (1,11)	2. Senador Marcio Bittar (PL-AC) (11)
Senador Jayme Campos (UNIÃO-MT) (3,11)	3. Senador Styvenson Valentim (PSDB-RN) (3,11)
Senador Zequinha Marinho (PODEMOS-PA) (8,11)	4. Senador Efraim Filho (UNIÃO-PB) (19)
Senador Plínio Valério (PSDB-AM) (10,11,12)	5. VAGO (10)
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PSD, PSB)	
Senadora Eliziane Gama (PSD-MA) (4)	1. Senador Irajá (PSD-TO) (4)
Senador José Lacerda (PSD-MT) (4,22,23)	2. Senadora Mara Gabrilli (PSD-SP) (4)
Senador Otto Alencar (PSD-BA) (4)	3. Senador Vanderlan Cardoso (PSD-GO) (4,20,24)
Senador Cid Gomes (PSB-CE) (4)	4. Senador Nelsinho Trad (PSD-MS) (13,14,15)
Bloco Parlamentar Vanguarda (PL, NOVO)	
Senador Jaime Bagattoli (PL-RO) (2)	1. Senador Rogerio Marinho (PL-RN) (2)
Senador Marcos Rogério (PL-RO) (2)	2. Senador Jorge Seif (PL-SC) (16)
Senador Wellington Fagundes (PL-MT) (2)	3. Senador Eduardo Gomes (PL-TO) (21)
Bloco Parlamentar Pelo Brasil (PT, PDT)	
Senadora Leila Barros (PDT-DF) (5,17)	1. Senador Paulo Paim (PT-RS) (5,17)
Senador Fabiano Contarato (PT-ES) (5,17)	2. Senador Jaques Wagner (PT-BA) (5)
Senador Beto Faro (PT-PA) (5,17)	3. Senadora Augusta Brito (PT-CE) (18)
Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS)	
Senadora Tereza Cristina (PP-MS) (6)	1. Senador Luis Carlos Heinze (PP-RS) (6)
Senador Mecias de Jesus (REPUBLICANOS-RR) (6)	2. Senador Hamilton Mourão (REPUBLICANOS-RS) (6)
Notas:	
1. Em 18.02.2025, os Senadores Confúcio Moura e Giordano foram indicados membros titulares, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 16/2025-GLMDB).	
2. Em 18.02.2025, os Senadores Jaime Bagattoli, Marcos Rogerio e Wellington Fagundes foram designados membros titulares, e o Senador Rogerio Marinho membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 8/2025-BLVANG).	
3. Em 18.02.2025, o Senador Jayme Campos foi designado membro titular, e o Senador Marcio Bittar membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 12/2025-GLUNIAO).	
4. Em 18.02.2025, os Senadores Eliziane Gama, Margareth Buzetti, Otto Alencar e Cid Gomes foram designados membros titulares, e os Senadores Irajá, Mara Gabrilli e Vanderlan Cardoso membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 4/2025-GSEGAMA).	
5. Em 18.02.2025, os Senadores Fabiano Contarato, Beto Faro e Leila Barros foram designados membros titulares, e os Senadores Augusta Brito e Jaques Wagner membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 26/2025-GLPDT).	
6. Em 18.02.2025, os Senadores Tereza Cristina e Mecias de Jesus foram designados membros titulares e os Senadores Luis Carlos Heize e Hamilton Mourão, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Aliança, para compor a comissão (Of. nº 2/2025-BLALIAN).	
7. Em 19.02.2025, a Comissão reunida elegeu os Senadores Fabiano Contarato e Leila Barros Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado (Of. nº 001/2025-CMA).	
8. Em 19.02.2025, o Senador Zequinha Marinho foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 010/2025-GLPODEMOS).	
9. Em 19.02.2025, o Senador Alessandro Vieira foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 22/2025-GLMDB).	
10. Em 19.02.2025, o Senador Plínio Valério foi designado membro titular e o Senador Styvenson Valentim, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 001/2025-GLPSDB).	
11. Em 19.02.2025, os Senadores Confúcio Moura, Giordano, Jayme Campos e Zequinha Marinho foram designados membros titulares, e os Senadores Alessandro Vieira, Marcio Bittar e Styvenson Valentim membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 6/2025-BLDEM).	
12. Em 11.03.2025, o Senador Plínio Valério foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 17/2025-BLDEM).	



13. Em 12.03.2025, a Senadora Zenaide Maia foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 8/2025-GSEGAMA).
14. Em 12.03.2025, a Senadora Zenaide Maia deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. nº 009/2025-GSEGAMA).
15. Em 18.03.2025, o Senador Nelsinho Trad foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 014/2025-GSEGAMA).
16. Em 21.03.2025, o Senador Jorge Seif foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 22/2025-BLVANG).
17. Em 25.03.2025, os Senadores Leila Barros, Fabiano Contarato e Beto Faro foram designados membros titulares, e o Senador Paulo Paim membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 32/2025-GLPDT).
18. Em 26.03.2025, a Senadora Augusta Brito foi designada membro suplente, pelo Bloco Pelo Brasil, para compor a comissão (of. nº 34/2025-GLPDT).
19. Em 24.04.2025, o Senador Efraim Filho foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 19/2025-BLDEMO).
20. Em 03.07.2025, o Senador Pedro Chaves foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Vanderlan Cardoso, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. nº 46/2025-BLRESDEM).
21. Em 07.07.2025, o Senador Eduardo Gomes foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 66/2025-BLVANG).
22. Vago em 19.10.2025, em razão da assunção do segundo suplente.
23. Em 06.10.2025, o Senador José Lacerda foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 098/2025-BLRESDEM).
24. Em 30.10.2025, o Senador Vanderlan Cardoso foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Pedro Chaves, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. nº 112/2025-BLRESDEM).

Secretário(a): Airton Luciano Aragão Júnior

Reuniões: Terças-feiras 09:00 -

Telefone(s): 61 33033284

E-mail: cma@senado.leg.br



13.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO BIOMA CERRADO

Finalidade: acompanhar e estudar as questões referentes à proteção ambiental e o desenvolvimento sustentável do bioma Cerrado.

(Requerimento 60, de 2024 - CMA)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Secretário(a): Airton Luciano Aragão Júnior

Reuniões: Terças-feiras 09:00 -

Telefone(s): 61 33033284

E-mail: cma@senado.leg.br



13.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO BIOMA PANTANAL.

Finalidade: estudar os temas pertinentes à proteção do bioma Pantanal, para propor o aprimoramento da legislação, políticas públicas e outras ações para proteção desse patrimônio nacional.

(Requerimento 13, de 2023 - CMA)

Secretário(a): Airton Luciano Aragão Júnior

Reuniões: Terças-feiras 09:00 -

Telefone(s): 61 33033284

E-mail: cma@senado.leg.br



**13.3) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA PARA ACOMPANHAMENTO DOS PREPARATIVOS
PARA REALIZAÇÃO DA COP 30**

Finalidade: acompanhar, no prazo de 300 (trezentos) dias, os preparativos para realização da COP 30, na cidade de Belém do Pará.

(Requerimento 61, de 2025 - CMA)

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE: Senadora Leila Barros (PDT-DF) ⁽⁴⁾

VICE-PRESIDENTE: Senadora Augusta Brito (PT-CE) ⁽⁴⁾

RELATOR: Senador Beto Faro (PT-PA) ⁽⁴⁾

Instalação: 07/05/2025

Prazo final: 13/04/2026

TITULARES	SUPLENTES
Senadora Leila Barros (PDT-DF) (1)	1.
Senador Beto Faro (PT-PA) (1)	2.
Senadora Eliziane Gama (PSD-MA) (1)	3.
Senador Zequinha Marinho (PODEMOS-PA) (1)	4.
Senador Hamilton Mourão (REPUBLICANOS-RS) (1)	5.
Senador Wellington Fagundes (PL-MT) (2)	6.
Senadora Augusta Brito (PT-CE) (3)	7.

Notas:

1. Em 28.04.2025, os Senadores Leila Barros, Beto Faro, Eliziane Gama, Zequinha Marinho e Hamilton Mourão foram designados membros titulares, para compor a subcomissão (Of. nº 16/2025-CMA).
2. Em 05.05.2025, o Senador Wellington Fagundes foi designado membro titular, para compor a subcomissão (Of. nº 19/2025-CMA).
3. Em 06.05.2025, a Senadora Augusta Brito foi designada membro titular, para compor a subcomissão (Of. nº 20/2025-CMA).
4. Em 07.05.2025, a comissão reunida elegeu a Senadora Leila Barros como Presidente e a Senadora Augusta Brito como Vice-Presidente. Designado o Senador Beto Faro como Relator (Of. 1/2025-CMACOP30).

Secretário(a): Airton Luciano Aragão Júnior

Reuniões: Terças-feiras 09:00 -

Telefone(s): 61 33033284

E-mail: cma@senado.leg.br



14) COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA - CSP

Número de membros: 19 titulares e 19 suplentes

PRESIDENTE: Senador Flávio Bolsonaro (PL-RJ) ⁽⁷⁾VICE-PRESIDENTE: Senador Sergio Moro (UNIÃO-PR) ⁽¹³⁾

TITULARES	Suplentes
Bloco Parlamentar Democracia (MDB, UNIÃO, PODEMOS, PSDB)	
Senador Alessandro Vieira (MDB-SE) ^(1,11)	1. Senador Eduardo Braga (MDB-AM) ^(1,11)
Senadora Ivete da Silveira (MDB-SC) ^(1,11)	2. Senadora Professora Dorinha Seabra (UNIÃO-TO) ^(1,11)
Senador Marcio Bittar (PL-AC) ^(3,11)	3. Senador Renan Calheiros (MDB-AL) ^(3,11)
Senador Sergio Moro (UNIÃO-PR) ^(3,11)	4. Senador Plínio Valério (PSDB-AM) ^(3,11)
Senador Marcos do Val (PODEMOS-ES) ^(8,11)	5. Senador Efraim Filho (UNIÃO-PB) ⁽¹¹⁾
Senador Styvenson Valentim (PSDB-RN) ^(10,11)	6. VAGO ⁽¹⁰⁾
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PSD, PSB)	
Senador Jorge Kajuru (PSB-GO) ⁽⁴⁾	1. Senador Chico Rodrigues (PSB-RR) ⁽⁴⁾
Senador José Lacerda (PSD-MT) ^(4,26,27)	2. VAGO ^(4,9)
Senador Angelo Coronel (PSD-BA) ^(4,9)	3. Senador Omar Aziz (PSD-AM) ⁽⁴⁾
Senador Vanderlan Cardoso (PSD-GO) ^(4,20,29)	4. Senador Sérgio Petecão (PSD-AC) ⁽⁴⁾
Bloco Parlamentar Vanguarda (PL, NOVO)	
Senador Flávio Bolsonaro (PL-RJ) ⁽²⁾	1. Senador Wilder Morais (PL-GO) ^(2,23,25)
Senador Jorge Seif (PL-SC) ⁽²⁾	2. Senador Carlos Portinho (PL-RJ) ^(2,15,16,21,22)
Senador Magno Malta (PL-ES) ^(2,18,19)	3. Senador Marcos Rogério (PL-RO) ⁽²⁾
Senador Rogerio Marinho (PL-RN) ⁽²⁾	4. Senador Astronauta Marcos Pontes (PL-SP) ⁽²⁾
Bloco Parlamentar Pelo Brasil (PT, PDT)	
Senador Fabiano Contarato (PT-ES) ⁽⁶⁾	1. Senador Jaques Wagner (PT-BA) ⁽¹⁴⁾
Senadora Ana Paula Lobato (PDT-MA) ^(6,14,17)	2. Senador Rogério Carvalho (PT-SE) ⁽¹⁴⁾
VAGO ^(12,24,28)	3.
Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS)	
Senador Esperidião Amin (PP-SC) ⁽⁵⁾	1. Senador Luis Carlos Heinze (PP-RS) ⁽⁵⁾
Senador Hamilton Mourão (REPUBLICANOS-RS) ⁽⁵⁾	2. Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS-DF) ⁽⁵⁾

Notas:

- Em 18.02.2025, os Senadores Alessandro Vieira e Ivete da Silveira foram designados membros titulares e os Senadores Eduardo Braga e Renan Calheiros, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 011/2025-GLMDB).
- Em 18.02.2025, os Senadores Flávio Bolsonaro, Jorge Seif, Magno Malta e Rogerio Marinho foram designados membros titulares e os Senadores Wilder Morais, Carlos Portinho, Marcos Rogério e Astronauta Marcos Pontes, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 008/2025-BLVANG).
- Em 18.02.2025, os Senadores Marcio Bittar e Sergio Moro foram designados membros titulares e os Senadores Professora Dorinha Seabra e Efraim Filho, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 12/2025-GLUNIAO).
- Em 18.02.2025, os Senadores Jorge Kajuru, Margareth Buzetti, Lucas Barreto e Vanderlan Cardoso foram designados membros titulares e os Senadores Chico Rodrigues, Angelo Coronel, Omar Aziz e Sérgio Petecão, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 004/2025-GSEGAMA).
- Em 18.02.2025, os Senadores Esperidião Amin e Hamilton Mourão foram designados membros titulares e os Senadores Luis Carlos Heinze e Damares Alves, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Aliança, para compor a comissão (Of. nº 002/2025-GABLID/BLALIAN).
- Em 18.02.2025, os Senadores Fabiano Contarato e Humberto Costa foram designados membros titulares, pelo Bloco Parlamentar Pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 026/2025-GLPDT).
- Em 19.02.2025, a Comissão reunida elegeu o Senador Flávio Bolsonaro Presidente deste colegiado (of. nº 1/2025-CSP).
- Em 19.02.2025, o Senador Marcos do Val foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 010/2025-GLPODEMOS).
- Em 19.02.2025, o Senador Angelo Coronel foi designado membro titular, em substituição ao Senador Lucas Barreto, que deixa de ocupar a comissão, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. nº 006/2025-GSEGAMA).
- Em 19.02.2025, o Senador Styvenson Valentim foi designado membro titular e o Senador Plínio Valério, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 001/2025-GLPSDB).
- Em 19.02.2025, os Senadores Alessandro Vieira, Ivete da Silveira, Marcio Bittar, Sergio Moro, Marcos do Val e Styvenson Valentim foram designados membros titulares e os Senadores Eduardo Braga, Professora Dorinha Seabra, Renan Calheiros, Plínio Valério e Efraim Filho, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 006/2025-BLDEM).



12. Em 10.03.2025, o Senador Jaques Wagner foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 29/2025). ([DSF de 11/03/2025, p. 24](#))
13. Em 18.03.2025, a Comissão reunida elegeu o Senador Sergio Moro Vice-Presidente deste colegiado (Of. nº 9/2025-CSP).
14. Em 25.03.2025, os Senadores Jaques Wagner e Rogério Carvalho foram designados membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Pelo Brasil, para compor a comissão, deixando o Senador Humberto Costa de ocupar a vaga de titular (Of. nº 32/2025-GLPDT). ([DSF de 26/03/2025, p. 122](#))
15. Em 31.03.2025, o Senador Eduardo Girão foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Carlos Portinho, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. 024/2025-BLVANG). ([DSF de 01/04/2025, p. 24](#))
16. Em 01.04.2025, o Senador Carlos Portinho foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Eduardo Girão, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda (Of. 025/2025-BLVANG).
17. Em 02.04.2025, a Senadora Ana Paula Lobato foi designada membro titular, pelo Bloco Parlamentar Pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 041/2025-GLPDT).
18. Em 15.05.2025, o Senador Eduardo Girão foi designado membro titular, em substituição ao Senador Magno Malta, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda (Of. 047/2025-BLVANG).
19. Em 22.05.2025, o Senador Magno Malta foi designado membro titular, em substituição ao Senador Eduardo Girão, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda (Of. nº 050/2025-BLVANG).
20. Em 03.07.2025, o Senador Pedro Chaves foi designado membro titular, em substituição ao Senador Vanderlan Cardoso, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. nº 46/2025-BLRESDEM).
21. Em 15.07.2025, o Senador Izalci Lucas foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Carlos Portinho, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda (Of. 068/2025-BLVANG).
22. Em 16.07.2025, o Senador Carlos Portinho foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Izalci Lucas, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda (Of. nº 069/2025-BLVANG).
23. Em 04.09.2025, o Senador Wellington Fagundes foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Wilder Morais, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda (Of. nº 81/2025-BLVANG).
24. Em 09.09.2025, o Senador Randolfe Rodrigues foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 18/2025-BLPBRA).
25. Em 15.09.2025, o Senador Wilder Morais foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Wellington Fagundes, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda (Of. nº 86/2025-BLVANG).
26. Vago em 1º.10.2025, em razão do assunção do segundo suplente.
27. Em 06.10.2025, o Senador José Lacerda foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 098/2025-BLRESDEM).
28. Em 07.10.2025, o Senador Randolfe Rodrigues deixou de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Pelo Brasil (Of. nº 31/2025-BLPBRA).
29. Em 30.10.2025, o Senador Vanderlan Cardoso foi designado membro titular, em substituição ao Senador Pedro Chaves, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. nº 112/2025-BLRESDEM).

Secretário(a): Waldir Bezzerra Miranda

Reuniões: Quintas-Feiras 9:00 horas -

Telefone(s): (61) 3303-2315

E-mail: csp@senado.leg.br



15) COMISSÃO DE COMUNICAÇÃO E DIREITO DIGITAL - CCDD

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE:

VICE-PRESIDENTE:

TITULARES	Suplentes
Bloco Parlamentar Democracia (MDB, UNIÃO, PODEMOS, PSDB)	
Senador Alessandro Vieira (MDB-SE) (1)	1. Senador Jader Barbalho (MDB-PA) (1)
	2.
Senadora Professora Dorinha Seabra (UNIÃO-TO) (3)	3. Senador Efraim Filho (UNIÃO-PB) (3)
Senador Marcos do Val (PODEMOS-ES) (7)	4.
Senador Plínio Valério (PSDB-AM) (8)	5. Senador Styvenson Valentim (PSDB-RN) (8)
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PSD, PSB)	
Senador Cid Gomes (PSB-CE) (4)	1. Senador Flávio Arns (PSB-PR) (4)
Senadora Daniella Ribeiro (PP-PB) (4)	2.
Senador Vanderlan Cardoso (PSD-GO) (4,9,10)	3.
Senador Sérgio Petecão (PSD-AC) (4)	4.
Bloco Parlamentar Vanguarda (PL, NOVO)	
Senador Astronauta Marcos Pontes (PL-SP) (2)	1. Senador Eduardo Girão (NOVO-CE) (2)
Senadora Dra. Eudócia (PL-AL) (2)	2. Senador Carlos Portinho (PL-RJ) (2)
Senador Eduardo Gomes (PL-TO) (2)	3. Senador Rogerio Marinho (PL-RN) (2)
Bloco Parlamentar Pelo Brasil (PT, PDT)	
Senador Rogério Carvalho (PT-SE) (6)	1.
Senador Fabiano Contarato (PT-ES) (6)	2.
	3.
Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS)	
Senador Esperidião Amin (PP-SC) (5)	1. Senador Dr. Hiran (PP-RR) (5)
Senador Hamilton Mourão (REPUBLICANOS-RS) (5)	2. Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS-DF) (5)

Notas:

- Em 18.02.2025, o Senador Alessandro Vieira foi designado membro titular, e o Senador Jader Barbalho membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. 017/2025-GLMDB).
- Em 18.02.2025, os Senadores Astronauta Marcos Pontes, Dra. Eudócia e Eduardo Gomes foram designados membros titulares, e os Senadores Eduardo Girão, Carlos Portinho e Rogerio Marinho membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a Comissão (Of. 008/2025-BLVANG).
- Em 18.02.2025, a Senadora Professora Dorinha Seabra foi designada membro titular, e o Senador Efraim Filho membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. 12/2025-GLUNIAO).
- Em 18.02.2025, os Senadores Cid Gomes, Daniella Ribeiro, Vanderlan Cardoso e Sérgio Petecão foram designados membros titulares, e o Senador Flávio Arns membro suplente, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a Comissão (Of. 004/2025-GSEGAMA).
- Em 18.02.2025, os Senadores Esperidião Amin e Hamilton Mourão foram designados membros titulares, e os Senadores Dr. Hiran e Damares Alves membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Aliança, para compor a Comissão (Of. 002/2025-GABLID/BLALIAN).
- Em 18.02.2025, os Senadores Rogério Carvalho e Fabiano Contarato foram designados membros titulares pelo Bloco Parlamentar Pelo Brasil, para compor a Comissão (Of. 026/2025-GLPDT).
- Em 19.02.2025, o Senador Marcos do Val foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. nº 010/2025-GLPODEMOS).
- Em 19.02.2025, o Senador Plínio Valério foi designado membro titular e o Senador Styvenson Valentim, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. nº 001/2025-GLPSDB).
- Em 03.07.2025, o Senador Pedro Chaves foi designado membro titular, em substituição ao Senador Vanderlan Cardoso, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. nº 46/2025-BLRESDEM).
- Em 30.10.2025, o Senador Vanderlan Cardoso foi designado membro titular, em substituição ao Senador Pedro Chaves, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. nº 112/2025-BLRESDEM).

Secretário(a): Matheus Soares Torres Costa

Telefone(s): 6133032230

E-mail: cddd@senado.leg.br



**15.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE PARA DEBATER A DESIGUALDADE E A EXCLUSÃO
DIGITAL NO BRASIL**

Finalidade: Debater a temática relacionada à desigualdade e à exclusão digital no Brasil.

(Requerimento 3, de 2024 - CCDD)

Número de membros: 8 titulares e 8 suplentes

Secretário(a): Matheus Soares Torres Costa

Telefone(s): 6133032230

E-mail: ccdd@senado.leg.br



15.2) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA PARA VIABILIZAR O SURGIMENTO DOS JUIZADOS ESPECIAIS DE CRIMES CIBERNÉTICOS

Finalidade: viabilizar, no prazo de 180 (cento e oitenta) dias, a criação de proposta legislativa que instale, em todo o Brasil, Juizados Especiais de Crimes Cibernéticos.

(Requerimento 9, de 2023 - CCDD)

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): Matheus Soares Torres Costa

Telefone(s): 6133032230

E-mail: cddd@senado.leg.br



16) COMISSÃO DE ESPORTE - CEsp
Número de membros: 11 titulares e 11 suplentes

PRESIDENTE: Senadora Leila Barros (PDT-DF) ⁽⁷⁾
VICE-PRESIDENTE: Senador Chico Rodrigues (PSB-RR) ⁽¹¹⁾

TITULARES	Suplentes
Bloco Parlamentar Democracia (MDB, UNIÃO, PODEMOS, PSDB)	
Senador Confúcio Moura (MDB-RO) ^(1,9)	1. Senador Pedro Chaves (MDB-GO) ^(1,9,15)
Senador Efraim Filho (UNIÃO-PB) ^(3,9)	2. Senador Alan Rick (REPUBLICANOS-AC) ^(8,9,10)
Senador Plínio Valério (PSDB-AM) ⁽⁹⁾	3.
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PSD, PSB)	
Senadora Mara Gabrilli (PSD-SP) ⁽⁴⁾	1.
Senador Sérgio Petecão (PSD-AC) ⁽⁴⁾	2.
Senador Chico Rodrigues (PSB-RR) ⁽⁴⁾	3. Senador Jorge Kajuru (PSB-GO) ⁽⁴⁾
Bloco Parlamentar Vanguarda (PL, NOVO)	
Senador Romário (PL-RJ) ⁽²⁾	1. Senador Carlos Portinho (PL-RJ) ⁽²⁾
Senador Eduardo Girão (NOVO-CE) ⁽²⁾	2. Senador Wellington Fagundes (PL-MT) ^(2,13,14)
Bloco Parlamentar Pelo Brasil (PT, PDT)	
Senadora Teresa Leitão (PT-PE) ⁽⁶⁾	1. Senadora Augusta Brito (PT-CE) ⁽¹²⁾
Senadora Leila Barros (PDT-DF) ⁽⁶⁾	2.
Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS)	
Senador Cleitinho (REPUBLICANOS-MG) ⁽⁵⁾	1.

Notas:

- Em 18.02.2025, o Senador Confúcio Moura foi designado membro titular; e o Senador Giordano, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 019/2025-GLMDB).
- Em 18.02.2025, os Senadores Romário e Eduardo Girão foram designados membros titulares; e os Senadores Carlos Portinho e Wellington Fagundes, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. 008/2025-BLVANG).
- Em 18.02.2025, o Senador Efraim Filho foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. 012/2025-GLUNIAO).
- Em 18.02.2025, os Senadores Mara Gabrilli, Sérgio Petecão e Chico Rodrigues foram designados membros titulares; e o Senador Jorge Kajuru, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. 004/2025-GSEGAMA).
- Em 18.02.2025, o Senador Cleitinho foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Aliança, para compor a comissão (Of. 002/2025-GABLID/BLALIAN).
- Em 18.02.2025, as Senadoras Teresa Leitão e Leila Barros foram designadas membros titulares, pelo Bloco Parlamentar Pelo Brasil, para compor a comissão (Of. 026/2025-GLPDT).
- Em 19.02.2025, a comissão reunida elegeu a Senadora Leila Barros Presidente deste colegiado.
- Em 19.02.2025, o Senador Alan Rick foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 014/2025-GLUNIAO).
- Em 19.02.2025, os Senadores Confúcio Moura, Efraim Filho, e Plínio Valério foram designados membros titulares, e o Senador Giordano, membro suplente, para compor a comissão, e o Senador Alan Rick deixou de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Democracia (Of. nº 006/2025-BLDEM).
- Em 20.02.2025, o Senador Alan Rick foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 008/2025-BLDEM).
- Em 12.03.2025, a comissão reunida elegeu o Senador Chico Rodrigues Vice-Presidente deste colegiado.
- Em 25.03.2025, a Senadora Augusta Brito foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 33/2025-GLPDT).
- Em 07.05.2025, o Senador Magno Malta foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Wellington Fagundes, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda (Of. nº 41/2025-BLVANG).
- Em 08.05.2025, o Senador Wellington Fagundes foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Magno Malta, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda (Of. nº 43/2025-BLVANG).
- Em 03.07.2025, o Senador Pedro Chaves foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Giordano, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Democracia (Of. nº 43/2025-BLDEMO).

Secretário(a): Flávio Eduardo De Oliveira Santos

Reuniões: Quartas-feiras 10:30 -

Telefone(s): 3303-2540

E-mail: cesp@senado.leg.br



CONSELHOS e ÓRGÃOS

1) CORREGEDORIA PARLAMENTAR

(Resolução do Senado Federal nº 17, de 1993)

SENADOR	CARGO
Senador Marcio Bittar (PL-AC)	CORREGEDOR

Atualização: 27/06/2017

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Núcleo de Apoio a Órgãos Técnicos

Endereço: Edifício Principal - Térreo

Telefone(s): 33035258

E-mail: naot@senado.leg.br



2) CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR
(Resolução do Senado Federal nº 20, de 1993)

Número de membros: 15 titulares e 15 suplentes

PRESIDENTE: Senador Jayme Campos (UNIÃO-MT)

VICE-PRESIDENTE: Senador Eduardo Braga (MDB-AM)

1ª Eleição Geral: 19/04/1995

8ª Eleição Geral: 26/04/2011

2ª Eleição Geral: 30/06/1999

9ª Eleição Geral: 06/03/2013

3ª Eleição Geral: 27/06/2001

10ª Eleição Geral: 02/06/2015

4ª Eleição Geral: 13/03/2003

11ª Eleição Geral: 30/05/2017

5ª Eleição Geral: 23/11/2005

12ª Eleição Geral: 18/09/2019

6ª Eleição Geral: 06/03/2007

13ª Eleição Geral: 21/03/2023

7ª Eleição Geral: 14/07/2009

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar Democracia	
Senador Jayme Campos (UNIÃO-MT)	1. Senador Randolfe Rodrigues (PT-AP)
Senador Davi Alcolumbre (UNIÃO-AP)	2. Senadora Professora Dorinha Seabra (UNIÃO-TO)
Senador Eduardo Braga (MDB-AM)	3. Senador Jader Barbalho (MDB-PA)
Senador Renan Calheiros (MDB-AL)	4. Senador Marcelo Castro (MDB-PI)
Senador Marcos do Val (PODEMOS-ES)	5. Senador Carlos Viana (PODEMOS-MG)
Senador Weverton (PDT-MA)	6. VAGO
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PSD, PSB)	
Senador Otto Alencar (PSD-BA)	1. Senador Sérgio Petecão (PSD-AC)
Senador Omar Aziz (PSD-AM)	2. Senador Nelsinho Trad (PSD-MS)
Senadora Zenaide Maia (PSD-RN)	3. Senador Lucas Barreto (PSD-AP)
Senador Fabiano Contarato (PT-ES)	4. Senador Rogério Carvalho (PT-SE)
Senador Jorge Kajuru (PSB-GO)	5. Senadora Ana Paula Lobato (PDT-MA)
Bloco Parlamentar Vanguarda	
Senador Magno Malta (PL-ES)	1.
Senador Jorge Seif (PL-SC)	2.
Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS)	
Senador Dr. Hiran (PP-RR)	1. Senador Ciro Nogueira (PP-PI)
Senador Hamilton Mourão (REPUBLICANOS-RS)	2. Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS-DF)
Corregedor do Senado (art. 25 da Resolução nº 20/93)	
Senador Marcio Bittar (PL-AC)	

Atualização: 21/03/2023

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Núcleo de Apoio a Órgãos Técnicos

Endereço: Edifício Principal - Térreo

Telefone(s): 33035258

E-mail: naot@senado.leg.br



3) CONSELHO DO DIPLOMA BERTHA LUTZ
(*Resolução do Senado Federal nº 02, de 2001*)

1ª Designação: 03/12/2001
2ª Designação: 26/02/2003
3ª Designação: 03/04/2007
4ª Designação: 12/02/2009
5ª Designação: 11/02/2011
6ª Designação: 11/03/2013
7ª Designação: 26/11/2015

Atualização: 08/02/2017

Secretaria-Geral da Mesa
NPFG
Endereço: Edifício Principal - Térreo
Telefone(s): 33035713
E-mail: npfg@senado.leg.br



4) CONSELHO DA COMENDA DE DIREITOS HUMANOS DOM HÉLDER CÂMARA
(Resolução do Senado Federal nº 14, de 2010)

1ª Designação: 30/11/2010
2ª Designação: 14/03/2011
3ª Designação: 21/03/2012
4ª Designação: 11/03/2013
5ª Designação: 20/05/2014
6ª Designação: 04/03/2015

Atualização: 11/11/2015

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento - SAOP
Endereço: Senado Federal - Anexo Principal - Térreo
Telefone(s): 3303-713
E-mail: saop@senado.leg.br



5) CONSELHO DO PRÊMIO MÉRITO AMBIENTAL

(Resolução do Senado Federal nº 15, de 2012)

1ª Designação: 12/09/2012
2ª Designação: 11/03/2013

Atualização: 31/01/2015

Secretaria-Geral da Mesa

NPFG

Endereço: Edifício Principal - Térreo

Telefone(s): 33035713

E-mail: npfg@senado.leg.br



6) CONSELHO DA COMENDA DORINA DE GOUVÊA NOWILL
(*Resolução do Senado Federal nº 34, de 2013*)

1ª Designação: 22/08/2013
2ª Designação: 01/07/2015

Atualização: 18/10/2016

Secretaria-Geral da Mesa

NPFG

Endereço: Senado Federal - Ed. Principal - Térreo

Telefone(s): 3303-5713

E-mail: npfg@senado.leg.br



7) CONSELHO DA COMENDA SENADOR ABDIAS NASCIMENTO

*(Resolução do Senado Federal nº 47, de 2013)***PRESIDENTE:** Senador Paulo Paim (PT-RS)**1ª Designação:** 20/12/2013**2ª Designação:** 16/09/2015

Atualização: 11/11/2015**Secretaria-Geral da Mesa**

NPFG

Endereço: Edifício Principal - Térreo**Telefone(s):** 33035713**E-mail:** npfg@senado.leg.br

8) PROCURADORIA PARLAMENTAR
(*Resolução do Senado Federal nº 40, de 1995*)

Número de membros: 5 titulares

PROCURADOR: Senador Alessandro Vieira (MDB-SE)

COORDENADOR:

1^a Designação: 16/11/1995
2^a Designação: 30/06/1999
3^a Designação: 27/06/2001
4^a Designação: 25/09/2003
5^a Designação: 26/04/2011
6^a Designação: 21/02/2013
7^a Designação: 06/05/2015

SENADOR	BLOCO / PARTIDO
Senador Alessandro Vieira (MDB/SE)	Procurador do Senado

Atualização: 03/02/2017

Secretaria-Geral da Mesa

NAOT

Telefone(s): 33035714



9) PROCURADORIA ESPECIAL DA MULHER
(Resolução do Senado Federal nº 9, de 2013)

SENADOR	CARGO
Senadora Augusta Brito (PT-CE)	PROCURADORA

Atualização: 30/03/2023



10) OUVIDORIA DO SENADO FEDERAL

(Resolução do Senado Federal nº 01, de 2005, regulamentada pelo Ato da Comissão Diretora nº 05, de 2005)

SENADOR	CARGO
Senador Plínio Valério (PSDB-AM) ⁽¹⁾	OUVIDOR-GERAL

Atualização: 11/02/2023

Notas:

1. Portaria do Presidente nº 1, de 2023, designa o Senador PLÍNIO VALÉRIO, como Ouvidor-Geral do Senado Federal.



11) CONSELHO DO PROJETO JOVEM SENADOR

(Resolução do Senado Federal nº 42, de 2010, regulamentada pelo Ato da Comissão Diretora nº 07, de 2011)

PRESIDENTE: Senador Paulo Paim (PT-RS)

1ª Designação: 14/03/2011

2ª Designação: 21/03/2012

3ª Designação: 11/03/2013

4ª Designação: 26/03/2014

5ª Designação: 01/07/2015

Atualização: 29/11/2016

Notas:

1. Ato do Presidente - nº 9, de 2023.

Secretaria-Geral da Mesa

NPFG

Endereço: Edifício Principal - Térreo

Telefone(s): 33035713

E-mail: npfg@senado.leg.br



12) COMENDA REI PELÉ
(Resolução do Senado Federal nº 4, de 2023.)



13) CONSELHO DO SELO ZUMBI DOS PALMARES
(Resolução do Senado Federal nº 35,2021)

PRESIDENTE:



14) COMENDA NISE MAGALHÃES DA SILVEIRA
(*Resolução do Senado Federal nº 43, de 2016*)

PRESIDENTE: Senador Hamilton Mourão (REPUBLICANOS-RS)
VICE-PRESIDENTE: Senador Carlos Portinho (PL-RJ)

SECRETARIA-GERAL DA MESA

NPFG

Endereço: Edifício Principal - Térreo
Telefone(s): 3303-5713
E-mail: npfg@senado.leg.br



15) CONSELHO DO PRÊMIO ADOÇÃO TARDIA - GESTO REDOBRADO DE CIDADANIA
(Resolução do Senado Federal nº 17, de 2021)

PRESIDENTE: Senador Fabiano Contarato (PT-ES)

Secretaria-Geral da Mesa

NPFG

Endereço: Edifício Principal - Térreo

Telefone(s): 33035713

E-mail: npfg@senado.leg.br



16) COMENDA SANTA DULCE DOS POBRES
(*Resolução do Senado Federal nº 25, de 2020*)

PRESIDENTE: Senador Eduardo Girão (NOVO-CE)

Secretaria Geral da Mesa

NPFG

Telefone(s): 33035713

E-mail: npfg@senado.leg.br



17) CONSELHO DO PRÊMIO JOVEM EMPREENDEDOR
(Resolução do Senado Federal nº 31, de 2016)

Secretaria-Geral da Mesa

NPFG

Endereço: Edifício Principal - Térreo

Telefone(s): 33035713

E-mail: npfg@senado.leg.br



18) CONSELHO DO PRÊMIO TRÂNSITO SEGURO - GESTO REDOBRADO PARA O FUTURO
(Resolução do Senado Federal nº 29, de 2023.)

PRESIDENTE: Senador Fabiano Contarato (PT-ES)



19) COMENDA DE INCENTIVO À CULTURA LUÍS DA CÂMARA CASCUDO
(Resolução do Senado Federal nº 7, de 2018)

Secretaria-Geral da Mesa

NPFG

Endereço: Edifício Principal - Térreo

Telefone(s): 33035713

E-mail: npfg@senado.leg.br



20) COMENDA MISSIONÁRIOS DANIEL BERG E GUNNAR VINGREN
(Resolução do Senado Federal nº 3, de 2023.)

PRESIDENTE: Senador Zequinha Marinho (PODEMOS-PA)



21) COMENDA DO MÉRITO FUTEBOLÍSTICO ASSOCIAÇÃO CHAPECOENSE DE FUTEBOL
(Resolução do Senado Federal nº 27, de 2017)

Secretaria-Geral da Mesa

NPFG

Endereço: Edifício Principal - Térreo

Telefone(s): 33035713

E-mail: npfg@senado.leg.br



22) CONSELHO DO PRÊMIO CHICO MENDES
(Resolução do Senado Federal nº 15, de 2020.)

Secretaria-Geral da Mesa

NPFG

Endereço: Edifício Principal - Térreo

Telefone(s): 33035713

E-mail: npfg@senado.leg.br



23) CONSELHO DA COMENDA DO MÉRITO ESPORTIVO
(Resolução do Senado Federal nº 8, de 2015)

Secretaria-Geral da Mesa

NPFG

Endereço: Edifício Principal - Térreo

Telefone(s): 33035713

E-mail: npfg@senado.leg.br



24) CONSELHO DO DIPLOMA PAUL SINGER
(Resolução do Senado Federal nº 9, de 2022.)

Secretaria-Geral da Mesa

NPFG

Endereço: Edifício Principal - Térreo

Telefone(s): 33035713

E-mail: npfg@senado.leg.br



25) COMENDA DE INCENTIVO À CARIDADE CHICO XAVIER
(*Resolução do Senado Federal nº19, de 2020.*)

PRESIDENTE: Senador Eduardo Girão (NOVO-CE)

Secretaria Geral da Mesa
NPGF

Telefone(s): 33035713

E-mail: npfg@senado.leg.br



26) MEDALHA MARIA QUITÉRIA
(Resolução do Senado Federal nº 40, de 2022.)

Secretaria-Geral da Mesa

NPFG

Endereço: Edifício Principal - Térreo

Telefone(s): 33035713

E-mail: npfg@senado.leg.br



27) PRÊMIO DE EFICIÊNCIA EDUCACIONAL FLORESTAN FERNANDES
(Resolução do Senado Federal nº 14, de 2022.)

Secretaria-Geral da Mesa

NPFG

Endereço: Edifício Principal - Térreo

Telefone(s): 33035713

E-mail: npfg@senado.leg.br



28) COMENDA GOVERNADORES PELA ALFABETIZAÇÃO DAS CRIANÇAS NA IDADE CERTA
(*Resolução do Senado Federal nº 8, de 2025.*)

Presidente do Comitê Técnico João Paulo Mendes de Lima
Independente:

MEMBROS

Comitê Técnico Independente - Representante do Senado Federal

José Edmar de Queiroz

Comitê Técnico Independente - Representante do Ministério da Educação

João Paulo Mendes de Lima

Comitê Técnico Independente - Representante da Unesco

Rebeca Otero Gomes

Comitê Técnico Independente - Representante da Fundação Roberto Marinho

Rosalina Maria Soares

Comitê Técnico Independente - Representantes das Entidades Educacionais do Terceiro Setor

Bárbara Panseri - Fundação Lemann

Débora de Freitas Viégas - Associação Bem Comum

Márcia Ferri - Instituto Natura



29) CONSELHO DO PRÊMIO SENADO FEDERAL DE HISTÓRIA DO BRASIL
(Resolução do Senado Federal nº 36, de 2008)

Secretaria-Geral da Mesa

NPFG

Endereço: Edifício Principal - Térreo

Telefone(s): 33035713

E-mail: npfg@senado.leg.br



30) MEDALHA DE MÉRITO EDUCACIONAL DARCY RIBEIRO
(Resolução do Senado Federal nº 14, de 2022.)

Secretaria-Geral da Mesa

NPFG

Endereço: Edifício Principal - Térreo

Telefone(s): 33035713

E-mail: npfg@senado.leg.br



**31) CONSELHO DO PRÊMIO JORNALISTA
ROBERTO MARINHO DE MÉRITO JORNALÍSTICO**
(Resolução do Senado Federal nº 08, de 2009)

1ª Designação: 01/07/2015

Atualização: 01/06/2016

Secretaria-Geral da Mesa

NPFG

Endereço: Edifício Principal - Térreo

Telefone(s): 33035713

E-mail: npfg@senado.leg.br



32) COMENDA CECI CUNHA
(Resolução do Senado Federal nº 49, de 2024.)

PRESIDENTE: Senadora Dra. Eudócia (PL-AL)
VICE-PRESIDENTE: Senadora Tereza Cristina (PP-MS)



33) COMENDA ZILDA ARNS
(Resolução do Senado Federal nº 21, de 2017)

Secretaria Geral da Mesa

NPFG

Telefone(s): 5713

E-mail: npfg@senado.leg.br



Fale com o Senado
0800 61 2211

 /senadofederal
 @senadofederal

Secretaria-Geral da Mesa
Secretaria de Atas e Diários

SENADO
FEDERAL

